

**Suplemento Vol. 72 do BEA - 2022**

**A CAMINHADA SINODAL  
NA DIOCESE DE ANGRA  
(2019-2022)**



## INTRODUÇÃO À PRESENTE EDIÇÃO

No termo de um triénio de programação pastoral na diocese de Angra publicamos, como suplemento do Boletim Eclesiástico dos Açores, numa edição comemorativa dos seus 150 anos, a recolha de todo o material de estudo, consulta, documentação e resultados, produzidos entre janeiro de 2019 e junho de 2022, a que chamamos de «caminhada sinodal», sob o lema «a beleza de caminharmos juntos em Cristo».

Após uma primeira consulta e decisão no plenário do Conselho Presbiteral de 2019, com base num instrumento de trabalho já sobre a sinodalidade, foi nomeada um Comissão Coordenadora para levar por diante esse processo. A Vigararia Episcopal para a Formação encarregou-se de preparar os materiais formativos para os presbíteros e diáconos, bem como para o Povo de Deus em geral. O Serviço Diocesano de Liturgia preparou os materiais para a oração pessoal, de grupos e comunitária (2019).

O primeiro ano dedicou-se a fazer uma auscultação alargada sobre a cultura contemporânea nos Açores, a situação social económica na Região e a identidade religiosa eclesial do nosso povo, com o apoio da Universidade dos Açores e do Seminário de Angra (2019-2020).

Esse levantamento deu lugar a uma leitura sobre o desejo de uma Igreja renovada que responda aos sinais dos tempos que tínhamos acabado de ver, ouvir e ler. Na cultura contemporânea, a Igreja deve ser evangelizadora, missionária e em permanente diálogo com mundo. Diante da análise social e económica, a Igreja deve ser isso mesmo, integradora, escutando também o grito dos que sofrem. Na sua identidade espiritual, deve ser sempre missionária, evangelizadora, comunitária e participativa.

Esta fase concluiu com uma assembleia diocesana alargada em que participaram conjuntamente os membros do Conselho Pastoral Diocesano e do Conselho Presbiteral, tendo sido aí apresentado o instrumento de trabalho para os dois anos seguintes (2020).

Assim, tratamos durante um ano, a dimensão evangelizadora da Igreja, o diálogo permanente desta com o mundo e a sua dimensão comunitária, que promove carismas e ministérios ao serviço da comunidade cristã e humana (2020-2021). Durante o ano seguinte abordamos a dimensão missionária da Igreja e como ela deve ser integradora, pobre com os pobres, atenta e eco do grito dos que sofrem (2021-2022).

Quando dávamos início ao 3º. ano da caminhada sinodal o Santo Padre pede a todas as dioceses que entrem na preparação do Sínodo dos

Bispos de 2023, precisamente sobre sinodalidade, concretamente sobre a comunhão, participação e missão. Nada de novo, que não estivéssemos a fazer. Embora o estilo, o espírito, o método e o propósito fossem semelhantes, isso implicou um esforço redobrado para dar conta do trabalho que tínhamos entre mãos e responder aos dez eixos temáticos que a Secretaria Geral do Sínodo nos encomendava. E assim foi! A 29 de junho de 2022 enviamos à Conferência Episcopal Portuguesa o nosso contributo para incorporar no todo nacional (2021-2022).

É sobre toda essa dinâmica que trata este volume, sem que nele se reflita bem as dificuldades acrescidas pela pandemia da covid 19 (março de 2020 a março de 2022) e da crise sísmo vulcânica na ilha de São Jorge (março a junho de 2022), que se cruzaram com a caminhada sinodal, pois mais em conjunto não poderíamos ter vivido estes dois momentos de incerteza, de insegurança e de necessidade uns dos outros. Também com essas situações caminhamos juntos a partir de Cristo, n'Ele e para Ele.

Uma palavra de agradecimento a quantos generosamente participaram nesta dinâmica, sobretudo a quem teve o trabalho de recolha e síntese nas diversas instâncias de participação, incluindo a CCCS.

Fica, pois, o registo e a memória do que foi o pensamento conciliar e ação pastoral na Diocese de Angra nos últimos três anos, não só para arquivo, mas sobretudo para entrega e testemunho ao 40º Bispo de Angra, aos órgãos colegiais, às Ilhas, Ouvidorias, Paróquias e demais instituições eclesiais, sobre a Igreja que somos e a que Deus quer que sejamos, na fidelidade e na resposta aos sinais dos tempos, nesta última década que nos separa de completarmos cinco séculos de Igreja Diocesana nos Açores.

P. Hélder Fonseca Mendes, Coordenador da Comissão Diocesana da Caminhada Sinodal (CCCS)

---

# Ano 2019/2020



.....

### ORAÇÃO PELA CAMINHADA SINODAL NA DIOCESE DE ANGRA

Senhor, Pai Santo,  
que colocaste no mundo,  
como fermento,  
A força do Evangelho;  
Concede à tua Igreja de Angra, nos Açores  
Convocada em teu nome  
Para a caminhada sinodal,  
A graça de progredir no amor e na unidade,  
De se renovar na diversidade das suas comunidades,  
Movimentos e instituições;  
De modo que seja sempre instrumento  
Da presença de Jesus Cristo no mundo.  
Que pela ação do Espírito Santo  
Perdure até ao fim na nossa comunidade diocesana  
A integridade da fé,  
A santidade de vida,  
E a caridade fraterna.  
Que nos guie neste caminho  
O Beato João Batista Machado, nosso padroeiro  
E nos acompanhe sempre o amor maternal da Virgem Maria,  
Mãe e Rainha dos Açores.  
Nós Te pedimos por Cristo, Nosso Senhor.  
Ámen.

## Hino Caminho Sinodal

"A beleza de caminhar juntos com Cristo"

Pedro Carvalho  
Letra de Nuno Sousa

**INTRODUÇÃO**

Soprano

Alto

Homens

**REFRÃO**

4

S

A a - le - gri - a do E - van - ge - lho nos A - ço - res, se re - no - ve,

A

A a - le - gri - a do E - van - ge - lho nos A - ço - res, se re - no - ve,

H

A a - le - gri - a do E - van - ge - lho nos A - ço - res, se re - no - ve,

7

S

des - co - brin - do a be - le - za de em Cris - to ca - mi - nhar Si - ga - mos em ca - mi - nho, si -

A

des - co - brin - do a be - le - za de em Cris - to ca - mi - nhar Si - ga - mos em ca - mi - nho, si -

H

des - co - brin - do a be - le - za de em Cris - to ca - mi - nhar Si - ga - mos em ca -

10

S ga - mos em ca - mi - nho Si - ga - mos em ca - mi - nho Si - no - dal Si

A ga - mos em ca - mi - nho, Si - ga - mos em ca - mi - nho Si - no - dal Si

H mi - nho, si - ga - mos em ca - mi - nho, ca - mi - nho Si - no - dal

13

S ga - mos em ca - mi - nho Si - no - dal.

A ga - mos em ca - mi - nho Si - no - dal Si - no - dal.

H mi - nho ca - mi - nho Si - no - dal Si - no - dal.

16 **ESTROFES**

S

1. Re - u - ni - dos pe - lo Pas - tor, Po - vos das I - lhas es - cu -

2. Con - gre - ga - dos por u - ma fé, ca - paz de nos fa - zer ir -

3. As i - lhas pro - cla - mam o dom, con - ce - di - do 'plo Es - pí - ri -

22

S

tai, pa - ra cons - tru - ir o ca - mi - nho ru - mo a um tem - po di - fe - ren - te.

mãos, u - ni - dos ca - mi - nha - mos, jun - tos na di - ver - si - da - de.

to, com Ma - ri - a des - cu - bra - mos, es - te tem - po de gra - ça.

1. Reunidos pelo Pastor,  
Povos das ilhas escutai,  
para construir o caminho,  
rumo a um tempo diferente.

2. Congregados por uma fé,  
capaz de nos fazer irmãos,  
unidos caminhamos,  
juntos na diversidade.

3. As ilhas proclamam o dom,  
concedido p'lo Espírito,  
com Maria descobramos,  
este tempo de graça.

---

## EXTRATO DO DOCUMENTO PREPARATÓRIO DA 44ª SESSÃO DO CONSELHO PRESBITERAL DA DIOCESE DE ANGRA

### 1. O termo Sínodo

Sínodo é uma palavra antiga venerada pela Tradição da Igreja, que indica o caminho que os membros do Povo de Deus percorrem juntos. Remete ao Senhor Jesus que se apresenta como “o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14, 6), e ao facto de que os cristãos, seus seguidores, serem originalmente chamados “os discípulos do caminho” (d. Act. 9,2; 19,9.23; 22,4, 24,14.22). Aplica-se aos discípulos de Jesus convocados em assembleia, e em alguns casos é sinónimo de comunidade eclesial. São João Crisóstomo, por exemplo, escreve que a Igreja é o “nome que indica caminhar juntos”.

Com um significado específico, designam-se pela palavra sínodo assembleias eclesiais reunidas a vários níveis (também diocesano) para discernir, à luz da Palavra de Deus e escutando o Espírito Santo, as questões doutrinárias, litúrgicas, canónicas e pastorais que se vão apresentando periodicamente.

Na literatura teológica e pastoral das últimas décadas, fala-se assim da sinodalidade como a “dimensão constitutiva” da Igreja ou simplesmente da “Igreja sinodal”.

### 2. Experiências de sinodalidade entre nós

O concílio de Trento estabeleceu a norma de que periodicamente se celebrariam sínodos diocesanos. Recorde-se que os «sínodos tridentinos», não tinham como objeto suscitar a coresponsabilidade ativa de todo o Povo de Deus, mas transmitir e pôr em prática normas e disposições para contribuir para o impulso da reforma em toda a Igreja, chegando-se a identificar os pastores com a Igreja docente e o resto do Povo de Deus com a Igreja discente. É com este fundo que podemos ler as «Constituições Sinodais do Bispado d’Angra feitas pelo Exm<sup>o</sup>. e Revm<sup>o</sup>. Sr. Bispo D. Jorge de Santiago e aprovadas em Sínodo Episcopal celebrado na Sé Catedral no ano de 1559».

Na aplicação do concílio Vaticano II nos Açores, temos experiências de marca sinodal como sejam o Conselho Presbiteral (1967), com 43 sessões plenárias realizadas, o Conselho Diocesano de Leigos (1981) um Congresso Diocesano de Leigos (1992) e o Conselho Diocesano de Pastoral (2000) com 13 sessões plenárias cumpridas.

### **3. Para uma teologia da sinodalidade**

A sinodalidade manifesta o caráter peregrino da Igreja e é a expressão da eclesiologia de comunhão. Uma Igreja sinodal é uma Igreja participativa e corresponsável. No exercício da sinodalidade a Igreja está chamada a articular a participação de todos, segundo a vocação de cada um, com a autoridade conferida por Cristo ao Colégio dos Bispos. Assim, a consulta e a autoridade são elementos correlativos na construção do sínodo.

Na Igreja sinodal toda a comunidade, na rica e livre diversidade dos seus membros é convocada para rezar, escutar, analisar, dialogar, discernir e aconselhar para que se tomem as decisões pastorais mais conformes com a vontade de Deus. Para formular as próprias decisões os Pastores devem escutar com atenção os desejos (vota) dos fiéis. Na diocese, há um processo para elaborar uma decisão, mediante um trabalho comum de discernimento, consulta e cooperação, embora a decisão pastoral compete à autoridade do Bispo, que, por sua vez, garante a apostolicidade e catolicidade dessa decisão. A elaboração é uma competência sinodal, a decisão é uma responsabilidade ministerial. O método sinodal corresponde a três verbos: escutar, discernir e escolher.

### **4. A conversão para uma sinodalidade renovada**

O grande desafio para a conversão pastoral que hoje se apresenta à vida da Igreja é intensificar a colaboração mútua de todos no testemunho evangelizador, a partir dos dons e dos papéis de cada um, sem clericalizar os leigos e sem secularizar aos clérigos, evitando em todo o caso a tentação de “um clericalismo excessivo que mantém os fiéis leigos à margem das decisões” (EG 102).

A conversão pastoral para a implementação da sinodalidade exige que alguns paradigmas sejam superados, ainda frequentemente presentes na cultura eclesial, porque expressam uma compreensão da Igreja não renovada pela eclesiologia da comunhão. Entre eles: a concentração da responsabilidade da missão no ministério dos Pastores; a insuficiente valorização da vida consagrada e dos dons carismáticos; a escassa avaliação da contribuição específica qualificada, na sua esfera de competência, dos fiéis leigos, e entre eles, das mulheres.

Na perspectiva da comunhão e da promulgação da sinodalidade, podemos apontar linhas fundamentais de orientação na ação pastoral como a ativação, a partir da Igreja particular e em todos os níveis de circularidade entre o ministério dos pastores, a participação e a responsabilidade dos

leigos, os impulsos dos dons carismáticos como circularidade dinâmica entre “um”, “alguns” e “todos”.

### **5. A realização da sinodalidade: Sujeitos e Agentes**

Partindo de uma vocação sinodal do Povo de Deus, podemos partir para as estruturas sinodais ao nível da Igreja Local, mencionando os diversos sujeitos implicados nos processos e atos sinodais. Há uma circularidade entre o *sensus fidei*, o discernimento e a autoridade de quem exerce o ministério pastoral da unidade e do governo que descreve a dinâmica da sinodalidade. Esta circularidade promove a dignidade batismal e a corresponsabilidade de todos, valoriza a presença dos carismas e reconhece o ministério específico dos Pastores na comunhão colegial e hierárquica. Assim está fundamentada a participação dos fiéis leigos, das comunidades de vida consagrada, dos movimentos, das novas comunidades eclesiais, e a integração das diversas vocações eclesiais na perspetiva da eclesiologia de comunhão.

Apesar de ser “ato de governo e ato de comunhão”, o Sínodo diocesano renova e aprofunda a consciência da responsabilidade eclesial do povo de Deus e é chamado a delinear especificamente a participação de todos os seus membros na missão de acordo com a lógica de “todos”, “alguns” e “um”. O «todos» ativa-se através da consulta presencial ou digital, no processo de escuta e preparação. «Alguns» são os participantes nas assembleias sinodais, por eleição ou nomeação, a quem se confia a tarefa de celebrar o Sínodo diocesano. O Bispo está chamado a exercer o ministério da unidade e orientação com a autoridade que lhe é própria (um).

### **6. Composição do Sínodo**

São membros “de iure”: o Vigário geral, os Vigários episcopais e o Vigário judicial; os cónegos da igreja catedral; os membros do conselho presbiteral; o reitor do seminário maior; os ouvidores.

São membros eleitos: Os fiéis leigos, homens e mulheres; pelo menos um presbítero de cada ouvidoria a ser eleito; alguns Superiores de institutos religiosos e sociedades de vida apostólica; Sinodais de livre escolha do Bispo: tendo em conta as vocações eclesiais ou os diversos compromissos apostólicos não suficientemente representados entre os que foram eleitos, de modo que o sínodo espelhe adequadamente a fisionomia própria da Igreja particular;

**7. Processo, fases e acontecimentos sinodais:**

a) Razão, Convocação e Preparação do Sínodo

Cabe ao Bispo convocar o Sínodo diocesano quando, depois de ter ouvido o Conselho Presbiteral. O critério que deve guiar o Bispo em tal decisão são as necessidades da Diocese e do governo diocesano. Entre os motivos, o Bispo terá também em conta a necessidade de promover uma pastoral de conjunto, a necessidade de aplicar normas ou orientações superiores de âmbito diocesano, problemas específicos da Diocese que precisam de uma solução compartilhada e a necessidade de uma maior comunhão eclesial. Ao avaliar a oportunidade da convocação do Sínodo, o Bispo tem em conta os resultados das visitas pastorais que vai fazendo que, mais do que as investigações sociológicas ou os inquéritos, lhe permite conhecer as carências espirituais da Diocese.

As circunstâncias para a realização do sínodo podem ser de várias naturezas: a falta de uma adequada pastoral de conjunto, a necessidade de aplicar a nível local as orientações superiores, a existência, no âmbito diocesano, de problemas que requerem soluções, a necessidade de uma comunhão eclesial mais intensa e operosa, etc. As informações obtidas nas visitas pastorais têm especial importância para discernir sobre a conveniência da convocação do sínodo: elas, de fato, mais do que qualquer levantamento de dados, ajudarão o Bispo a perceber as necessidades dos fiéis e os meios pastorais mais adaptados para satisfazê-las.

b) Comissão preparatória e regulamento do sínodo

O Bispo constitua logo a seguir uma comissão preparatória. A comissão terá a função principal de ajudar o Bispo na organização e na oferta de subsídios para a preparação do sínodo, na elaboração do regulamento, na determinação das questões que devem ser propostas para as discussões sinodais e na nomeação dos membros sinodais.

Com a ajuda da comissão preparatória, o Bispo procederá à redação e à publicação do regulamento do sínodo. O regulamento deve prever, entre outras coisas:

1°. A composição do sínodo. O regulamento definirá um número específico para cada categoria de sinodais e determinará os critérios para a eleição de membros.

2°. As normas sobre o modo de realizar as eleições dos sinodais e, eventualmente, dos titulares dos ofícios a serem desempenhados no sínodo.

3°. Os diversos cargos a serem assumidos na assembleia sinodal, as várias comissões e a sua composição.

4º. O modo de proceder nas reuniões, com indicação da duração e da modalidade das intervenções (orais e escritas) e das votações.

c) Preparação espiritual, catequética e informativa

Na certeza de que “o segredo para o bom êxito do sínodo, como de qualquer evento e iniciativa eclesial é, de fato, a oração, o Bispo convidará a todos os fiéis, clérigos, religiosos e leigos e de modo especial os mosteiros de vida contemplativa, para uma “constante intenção comum: o sínodo e os frutos do sínodo, que se tornará assim um autêntico evento de graça para a Igreja particular.

d) Consulta à diocese

Seja oferecida aos fiéis a possibilidade de manifestar as suas necessidades, os seus desejos e o seu pensamento sobre o tema do sínodo. Ao clero da diocese, além disso, será pedida a formulação de propostas acerca do modo de enfrentar os desafios da cura pastoral.

e) Definições das questões

O Bispo procederá, em seguida, à definição das questões sobre as quais se desenvolverão as discussões. Um método adaptado para esta finalidade poderá ser a elaboração de questionários divididos por assuntos.

## **8. Desenvolvimento e celebração do Sínodo**

O carácter eclesial da assembleia sinodal manifesta-se antes de mais nas celebrações litúrgicas, que constituem o seu núcleo mais visível. É conveniente que tanto as solenes liturgias eucarísticas de abertura e de conclusão do Sínodo, como as celebrações diárias sejam abertas a todos os fiéis.

a) O sínodo propriamente dito consiste exatamente nas sessões sinodais. É preciso buscar um equilíbrio entre a duração do sínodo e a da fase preparatória; por outro lado, é preciso programar as sessões com intervalos de tempo suficientes para estudar as questões levantadas na sala e para intervir na discussão.

b) A própria celebração do sínodo leve à oração. Tais celebrações serão abertas a todos e não somente aos membros do sínodo. Convém que as sessões do sínodo - ao menos as mais importantes - sejam realizadas na igreja catedral.

c) Antes do início das discussões, os sinodais farão a profissão de fé.

d) Todas as questões propostas sejam submetidas à livre discussão dos membros nas sessões do sínodo.

e) Durante as sessões do sínodo muitas vezes será necessário pedir

aos sinodais para manifestarem a sua opinião através da votação. Uma vez que o sínodo não é um colégio com capacidade decisória, tais votações não têm a finalidade de alcançar um acordo maioritário vinculante, mas sim de verificar o grau de concordância dos sinodais sobre as propostas formuladas.

f) O Bispo confiará a diversas comissões de membros a elaboração dos esboços dos textos sinodais. Na sua redação é preciso encontrar fórmulas precisas que possam servir como orientação pastoral para o futuro, evitando de ficar no genérico.

g) Compete ao Bispo diocesano, de acordo com seu prudente juízo, suspender e até mesmo dissolver o sínodo se emergirem obstáculos graves à sua continuação e que tornem conveniente ou até mesmo necessária tal decisão.

### **9. Declarações e decretos sinodais (Constituições)**

Os estudos e os debates sobre as questões ou os esquemas propostos são reservados aos membros da assembleia sinodal. O Bispo examinará os textos preparados e, como único legislador, assinará os decretos e as declarações sinodais, fazendo-as publicar.

Os textos sinodais possam consistir em verdadeiras normas jurídicas - que poderão ser chamadas “constituições” ou de outro modo em indicações programáticas para o futuro; por outro lado, que possam consistir em afirmações convictas, especialmente nos aspetos de maior incidência na vida da Igreja particular.

### **10. Caminhar juntos na confiança e ousadia do Espírito**

“Caminhar juntos”, ensina o Papa Francisco, “é o caminho constitutivo da Igreja; a figura que nos permite interpretar a realidade com os olhos e o coração de Deus; a condição de seguir o Senhor Jesus e ser servos da vida neste tempo ferido. A respiração e o passo sinodal revelam o que somos e o dinamismo da comunhão que anima as nossas decisões. Somente neste horizonte podemos verdadeiramente renovar o nosso cuidado pastoral e adaptá-lo à missão da Igreja no mundo de hoje; só então podemos enfrentar a complexidade deste tempo, gratos pela jornada feita e determinados a continuar”.

Maria, Mãe de Deus e da Igreja, que “com os discípulos invocou o Espírito Santo” (Act.I,14), e assim tornou possível a expansão missionária, que ocorreu no dia de Pentecostes, acompanhe a peregrinação sinodal do

Povo de Deus nos Açores, indicando o caminho, a meta e o destino, ensinando o estilo formoso, terno e forte desta nova etapa da evangelização.

**Para reflexão pessoal e em equipa:**

1. Que atitude e função têm os presbíteros na motivação, aceitação e sensibilização para a realização de um sínodo diocesano, neste tempo, nos Açores?
2. Qual o papel de «todos» os que são ouvidos, de «alguns» que participam e de «um» que convoca, preside e promulga o sínodo diocesano, sobretudo no que diz respeito ao presbitério?
3. Como é possível articular a vida pastoral ordinária com a dinâmica e a condição de «padres sinodais», nas suas várias fases?
4. Como escutar, discernir e escolher os temas mais candentes, necessários e urgentes na missão da Igreja, na sociedade e cultura que hoje edificamos?

Angra, 6 de janeiro de 2019

**EXTRATO DA ATA DA 44ª. SESSÃO DO CONSELHO PRESBITERAL DE ANGRA**

Aos sete dias do mês de Maio do ano da graça de dois mil e dezanove, sob a presidência do Senhor Dom João Lavrador, Bispo da Diocese, no Palácio de Santa Catarina, em Angra do Heroísmo, iniciou-se a quadragésima quarta sessão do Conselho Presbiteral da Diocese de Angra, que decorrerá até ao dia nove do corrente mês.

Abriu-se então a troca de ideias e impressões sobre a questão sinodal. O Senhor Bispo lembrou que a ideia de convocar um Sínodo já estava presente aquando da sua chegada à Diocese.

Recordou também que a dinâmica sinodal estimula a corresponsabilidade na Igreja, expressando o seu todo. Esclareceu também as diversas fases do Sínodo, sublinhando o seu carácter progressivo que favorece a reflexão.

Ficou clara a necessidade de se auscultarem os leigos, evitando o clericalismo. Um dos conselheiros destacou que o Sínodo deve ser visto como um dom de Deus, que é necessário motivar o clero e enfrentar as reais questões do mundo de hoje.

Por outro lado, considerou-se que o desânimo existente se deve, entre outras razões, a uma falta de oração e de espiritualidade. Sugeriu-se

também que o itinerário sinodal deveria conduzir para a celebração dos quinhentos anos da diocese que serão celebrados em dois mil e trinta e quatro.

Entretanto, os trabalhos foram interrompidos para a celebração da Eucaristia e para o almoço.

Os trabalhos da tarde do segundo dia do Conselho iniciaram-se com a oração de Hora Intermédia.

Depois do momento de oração continuou-se o debate do 11 tema deste Conselho iniciado da parte da manhã.

Intervieram vários conselheiros que fizeram algumas observações: Somos pessoas com seriedade, manifestada pelo trabalho apresentado por todas as Ouvidorias, com responsabilidade e empenho em responder aos desafios que são colocados à nossa Igreja Diocesana, no entanto há algum receio na concretização de um Sínodo, porque muitos dos sacerdotes e a maioria dos leigos não está por dentro do que seja um acontecimento destes. A única referência de uma realidade deste género foi o Congresso Diocesano de Leigos, em 1992 e recentemente o Congresso Diocesano da Juventude; com respeito ao primeiro não houve a continuidade desejada e o segundo ainda não deu os frutos almejados.

Foi levantada a questão daquilo que se espera deste Conselho se é um sim ou um não à realização do Sínodo. No entanto, foi lembrado que na reunião do Conselho do ano passado já se havia votado sobre a realização ou não do Sínodo, havendo 19 votos a favor, o que leva a perguntar: É válida a votação do ano transato ou este ano é que vai ser realizada a auscultação do tão propalado Sínodo, que há muito se vem falando da sua realização?

Afirmou-se que partir para um Sínodo com os padres desmotivados é muito desagradável, constatando-se que afinal os leigos é que estão desmotivados, por isso há que ir às bases e auscultar o sentir do povo, consultando todos, ultrapassar os habituais lamentos e depois seguirem todos numa caminhada sinodal.

Houve quem colocasse a questão: Somos ou não capazes de realizar um Sínodo nesta Diocese? Se outras conseguiram fazer, nós não somos inferiores, tendo sido afirmado que o problema não está no Sínodo em si, mas na realidade de Igreja que somos, afirmando que temos que mudar de paradigma, no entanto para essa mudança paradigmática é necessário que as pessoas, padres e leigos o queiram.

O único Sínodo realizado até hoje na nossa Diocese foi no Pontificado

de D. Jorge Santiago, após o Concílio de Trento e não passou de uma cópia do Sínodo de Lisboa. Ainda assim, foi afirmado que temos gente capaz na nossa Diocese de fazer um Sínodo, como aliás vários dos membros do nosso clero tem realizado atividades com sucesso sem que tenha que vir alguém do Continente para o fazer, como era e ainda é frequente que assim aconteça.

Foi também refletido que a realização de um Sínodo exige trabalho e empenho de todos, no entanto pode cair-se no risco deste trabalho recair naqueles que já estão sobrecarregados de atividades.

Levantou-se a questão: quais os temas a tratar? O que levou a afirmarem que os leigos tem de ser ouvidos, questionando no entanto se estarão à altura de responder sobre esta matéria, já que na generalidade eles não sabem o que é um Sínodo, o que também acontece com sacerdotes que não estão totalmente esclarecidos sobre este assunto e dos temas a desenvolver.

Tal como o semeador espera que a terra germine a semente que semeou, nós temos que esperar com paciência que as sementes que todos os anos são semeadas neste Conselho dêem fruto e não estar a semear sobre terreno já semeado, isto faz com que haja uma falta de orientação na nossa Diocese, por estarmos a colocar mais situações sobre as que vem de outro ano.

A caminhada sinodal parece ser a melhor orientação a tomar, sendo mais ou menos longa.

Apontou-se o horizonte dos 500 anos da Diocese, daqui a 15 anos como a meta a chegar, caminhando até lá numa perspetiva sinodal, evitando a superficialidade e indo ao encontro dos reais problemas das pessoas, padres e leigos, das comunidades e do todo Diocesano, embora se constatare uma grande desmotivação o que vai exigir um empenho redobrado dos agentes pastorais na motivação das pessoas para a vida e o sentir da Igreja no nosso meio, que geograficamente é difícil, mas, não é impossível de se conseguir, desde que haja uma ligação entre as várias instâncias diocesanas: Cúria, Vigararias, Ouvidorias e Paróquias.

No remate da reflexão o Prelado Diocesano salientou o interesse constatado de que todos estão de acordo com uma pastoral em estilo e dinamismo sinodal, que há uma amostragem que apresenta pessoas que estão em movimentos e que são os que mais participam e que podemos ainda ir a tempo de os auscultar e estes contribuíram para esta caminhada que queremos que seja de renovação, afirmando também que há que

aproveitar pessoas ligadas às ciências humanas para refletirem sobre esta situação.

Sínodo fechado não, afirmou o Bispo Diocesano, mas dinamismo sinodal, trabalho comum junto das bases, religiosos e povo de Deus.

A Assembleia Sinodal a existir só será no final desta caminhada, intensa, profunda e participativa, que pode levar alguns anos a concretizar, mas que o mais importante é a caminhada de crescimento e interiorização que se fizer até lá.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a quadragésima quarta sessão do Conselho Presbiteral da Diocese de Angra, que culminou com a celebração da Eucaristia, pelas doze horas.

Os secretários,

P. Jacob Fernando Nóia Vasconcelos

P. João António Bettencourt das Neves

O Bispo Diocesano

*+João Lavrador, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores*

### **COMUNICADO FINAL DA 44ª SESSÃO PLENÁRIA DO CONSELHO PRESBITERAL**

A 44ª Sessão plenária do Conselho Presbiteral da Diocese de Angra decorreu entre os dias 7 e 9 de Maio de 2019, Ano Missionário, no Palácio de Santa Catarina, em Angra do Heroísmo, presidida pelo Bispo Diocesano, Senhor Dom João Evangelista Pimentel Lavrador.

1. O Prelado Diocesano começou por afirmar a importância do Conselho Presbiteral e do Presbitério assim como a comunhão no mesmo, bem como referiu os temas desta sessão, a saber: A Formação Cristã, a Sinodalidade e a Revisão dos Estatutos do Conselho Presbiteral.

2. O Conselho reflectiu sobre os temas acima indicados:

a) Formação Cristã: Foi feita a avaliação à aplicação do itinerário formativo na Diocese em 2018/2019, no que diz respeito à formação dos presbíteros, à formação básica nos Conselhos Pastorais assim como a coordenação formativa dos Serviços Pastorais e movimentos eclesiais.

Apresentada a síntese desta avaliação, feita por Ouvidorias, os resultados obtidos foram considerados positivos. Depois de um trabalho realizado em grupos por Vigararias Episcopais apontou-se para a necessidade de um plano abrangente e integrado de formação para todos os presbíteros,

tendo sido indicada a equipa da Vigararia para a Formação como a instância a realizar o referido plano.

Insistiu-se na necessidade de, nos Conselhos Pastorais Paroquiais, haver uma componente formativa e na consolidação das Escolas de Formação Cristã das Ouvidorias, recentemente criadas, como instâncias que na base farão a implementação e a coordenação da pastoral e da formação.

Na preparação laical formulou-se a necessidade de uma formação mais exigente e sistemática que habilite leigos como “Formadores de Formadores.”

A coordenação dos Serviços Pastorais e dos Movimentos Eclesiais feita a nível central deve ter também uma coordenação em toda a Diocese realizada na articulação entre as Ouvidorias, Vigararias Episcopais territoriais e a Vigararia Episcopal da Formação.

b) Sinodalidade diocesana: Foram consideradas as respostas para esta Assembleia Plenária acerca da presença, participação e corresponsabilidade dos presbíteros num Sínodo Diocesano.

Neste contexto, assentou-se na seguinte orientação:

Em ordem a uma assembleia sinodal, a realizar em tempo oportuno, e dentro do caminho que segue a Igreja por todo o mundo, decidiu-se que no próximo ano entraremos num dinamismo pastoral que se concretizará numa atitude de ver e escutar a realidade do mundo dos Açores do ponto de vista social, cultural e eclesial através de meios, instrumentos e instâncias que oportunamente serão indicados, envolvendo também o Conselho Presbiteral e o Conselho Pastoral Diocesano, por si ou em conjunto.

Foi também assumido que se comece a preparar desde já o jubileu dos 500 anos da fundação da nossa Diocese que ocorre em 2034.

c) Revisão dos Estatutos do Conselho Presbiteral Diocesano: Foi considerada a proposta de revisão dos actuais estatutos do Conselho Presbiteral, a qual depois de votada foi aprovada por unanimidade.

3. O Conselho, neste ano missionário, sente por um lado a urgência da evangelização nas nossas ilhas assumindo as realidades da vida de um mundo em mudança e, por outro, a urgência da necessidade da transmissão da fé às novas gerações seguindo a orientação e dinamismo do recente documento do Santo Padre “Cristo Vive”, na sequência do último Sínodo.

Angra do Heroísmo, 9 de Maio de 2019

### VIGARARIA EPISCOPAL PARA A FORMAÇÃO (2019)

A Equipa da Vigararia Episcopal para a Formação Cristã do Povo de Deus, à qual se agregou o Secretariado Permanente do Conselho Pastoral Diocesano, reuniu-se na Cúria da Diocese de Angra no dia 12 de Junho de 2019.

Tendo em conta as conclusões do Conselho Presbiteral Diocesano, foram delineadas as seguintes estratégias de acção:

1. Serão elaborados três temas de reflexão destinados à formação dos presbíteros, à semelhança do que ocorreu no ano passado. Os mesmos temas deverão também integrar os programas da formação das Escolas de Formação Cristã das Ouvidorias. Os tópicos de reflexão serão os seguintes:

- a) A teologia da sinodalidade;
- b) Os sinais dos tempos;
- c) A beleza de caminharmos juntos

2. Cumprindo as disposições da última sessão do Conselho Presbiteral, será feito o retrato sociológico da diocese. Para tal, serão aproveitados os estudos já realizados em diversos âmbitos, bem como os relatórios das visitas pastorais. Em tempo oportuno, hão-de ser escolhidos especialistas abalizados para a realização deste trabalho.

3. Por fim, serão lançados três temas destinados à formação e reflexão de todos os diocesanos, particularmente daqueles que integram os Conselhos Pastorais, Serviços Diocesanos, movimentos e grupos. Há que deixar claro que estes mesmos elementos formativos são abertos a todo o Povo de Deus. Os temas serão os seguintes:

- a) A realidade da sociedade;
- b) A realidade da cultura;
- c) A realidade da Igreja.

Tendo em vista a sensibilização de todos os fiéis para a caminhada sinodal, serão disponibilizados pelo Serviço Diocesano de Liturgia alguns subsídios para serem utilizados nas celebrações litúrgicas e nas demais formas de oração.

4. Foi sugerido por esta equipa que o lema da caminhada sinodal fosse o seguinte: “A beleza de caminharmos juntos em Cristo.” Tal proposta será analisada e discutida pelas instâncias diocesanas competentes.

Angra do Heroísmo, 12 de Junho de 2019

### **NOMEAÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA DA CAMINHADA SINODAL**

Atendendo que a Diocese vai iniciar uma nova etapa de vida pastoral que denominamos de caminhada sinodal;

Atendendo que a caminhada sinodal exige a participação de todo o Povo de Deus da diocese através de paróquias, conselhos pastorais, conselhos pastorais, conselhos económicos, sectores diocesanos da vida pastoral, movimentos, organismos católicos, centros sociais paroquiais, escolas de formação cristã de ouvidoria, e grupos informais;

Atendendo que a caminhada sinodal exige uma comissão que elabore, por si ou solicitando a outros, os textos que servirão de guião para a reflexão, que coordene as diversas acções que a integrarão, que proporcione os meios necessários para a sua dinamização de modo que se concretizem os seus objectivos, que recolha as respostas vindas dos diversos grupos e prepare o texto de propostas a submeter à reflexão de cada Assembleia, que proporcione subsídios para a oração e liturgia que coloque todo o povo de Deus em atitude de escuta dos apelos que vêm de Deus;

O Bispo de Angra nomeou em 22 de julho de 2019 a Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal constituída por:

Cónego Hélder da Fonseca Mendes, Vigário Geral – Coordenador

Cónego Hélder Miranda Alexandre

Cónego Ângelo de Freitas Valadão Eduardo

Cónego José Medeiros Constância

Cónego João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes

Cónego Jacinto Alberto Meneses Bento

Eng.ª Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba

Irmã Júlia Gomes Fernandes

Dr. Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca

Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira Borba

Padre Marco Luciano da Rosa Carvalho

Padre Jacob Fernando Nóia Vasconcelos

**PROGRAMA PASTORAL DO ANO 2019 – 2020**  
**«A BELEZA DE CAMINHARMOS JUNTOS EM CRISTO»**

A caminhada sinodal a que nos propomos a nível diocesano, embora se revista de novidade, na verdade prossegue a dinâmica pastoral que se fundamenta no Concílio Ecuménico Vaticano II.

Esta metodologia que pretende mobilizar todos os baptizados a integrarem-se na comunidade cristã e nela participarem activamente, assenta na realidade da Igreja Povo de Deus, a viver a Comunhão e a ser responsável pela missão da mesma Igreja.

Neste próximo ano, segundo o que foi pedido pelo Conselho Presbiterial, iremos ocupar-nos em aprofundar a visão sobre a realidade da nossa sociedade, da nossa cultura e da nossa Igreja. Como vamos realizar esta análise da realidade a partir da nossa fé cristã, chamamos a este dinamismo a Teologia dos Sinais dos Tempos, através dos quais reconhecemos não só as interpelações de Jesus Cristo à nossa Igreja mas sobretudo a edificação do Reino de Deus que o Espírito Santo está a operar no meio do mundo em que vivemos.

Para este trabalho de reflexão são convocados todos os baptizados na nossa diocese. Exige-se que em cada paróquia se renove o Conselho Pastoral e se mobilizem os leigos responsáveis de grupos, de movimentos ou de instituições católicas. A par com estes grupos já organizados, deve-se proporcionar que os leigos que desejem possam agrupar-se para ajudarem na partilha da sua reflexão.

A seu tempo serão enviados os materiais que servirão de orientação para a reflexão das temáticas da caminhada sinodal para este ano pastoral.

Exige-se a participação de todas as paróquias. Para isso, pede-se que desde já comecem a elaborar o plano de actuação ao longo do próximo ano.

Tendo em conta os objectivos propostos e reconhecendo que dele poderá advir o incremento de vida cristã para a diocese, aprovo o programa pastoral para este próximo ano.

Angra do Heroísmo, 25 de Julho de 2019

*+ João Lavrador, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores*

## NOTA PASTORAL SOBRE O 1º ANO DA IGREJA DIOCESANA EM CAMINHADA SINODAL

A nossa diocese vai incrementar mais a participação de todos os fiéis batizados na vida das comunidades cristãs. A este desafio chamamos caminhada sinodal.

Há épocas na história colectiva e na vivência das comunidades cristãs que se exige uma refontalização de modo a adquirir novas energias, a sintonizar melhor com o ideal evangélico e a situar a missão evangelizadora como resposta adequada ao mundo em que vivemos.

Neste sentido, urge continuamente percorrer os caminhos dos Evangelhos e a inspiração que nos vem das primeiras comunidades cristãs que de maneira única e singular souberam professar a fé em Jesus Cristo, o único Salvador, mas também nos oferecem um modelo notável de diálogo entre a fé cristã e a cultura da época que serve de permanente guia no compromisso de evangelizar o mundo.

Mas igualmente é obrigatório para todo o cristão consciente da sua responsabilidade no ser e no agir como discípulo de Jesus Cristo conhecer e aprofundar a reflexão Conciliar do Vaticano II. A ele estamos vinculados pela fidelidade a Deus e á missão de evangelização do mundo de hoje.

Nestes contextos que deverão merecer a nossa constante preocupação descobrimos a exigência da caminhada cristã em estilo sinodal.

### **1. O que se entende por caminhada sinodal**

Passados mais de cinquenta anos da realização do Concílio Ecuménico Vaticano II, já deveria estar assumido na consciência da maioria dos cristãos, sobretudo os mais responsáveis na missão da Igreja, senão a expressão, pelo menos o que ela significa.

Mas infelizmente isto não acontece. Ainda é uma expressão estranha da qual ouvimos falar quando se refere ao sínodo dos bispos ou, então, ultimamente nas palavras do Papa Francisco a exigir uma Igreja em caminhada sinodal.

A palavra sínodo significa caminhar em conjunto, ou melhor, caminho percorrido em comum. Quando falamos em caminhada sinodal estão perante uma expressão que repete o mesmo conceito porque quando referimos «sínodo» já inclui a caminhada. Porém, fica mais explícito o que se pretende, que não é tão só um acontecimento mas sobretudo uma cami-

nhada que manifeste um estilo próprio de ser comunidade na qual todos os baptizados são chamados a participar activamente.

Neste sentido, pretende-se a nível de cada paróquia, movimento, organismo, instituição, que integram a diocese, que todos e cada um dos baptizados se sintam pertença de uma comunidade cristã concreta e que dela participe activamente, seja na análise dos problemas, seja nas propostas de solução, seja no seu compromisso de ser membro activo na missão evangelizadora nos diversos campos em que esta se desenvolve.

### **2. A caminhada sinodal exige formação cristã**

Não será difícil de reconhecer que um dos entraves à participação lúcida e activa dos cristãos se deve à deficiente formação integral onde se inclui a dimensão cristã.

Precisamos de melhorar a catequese das crianças e adolescentes, formar melhor os catequistas e motivar cada vez mais os pais para a sua responsabilidade na catequese dos filhos.

Agora que temos a Exortação Pós-sinodal do Papa «Cristo Vive» que orienta a evangelização dos jovens, urge recolher dela os dinamismos que ajudem a estruturar uma verdadeira pastoral de jovens que atenda ao seu protagonismo, à sua inserção na comunidade cristã, aos modelos de formação próprios da sua idade e ao incentivo à missão que lhes cabe na vida da Igreja e na sociedade na qual vivem.

Há muito que é referida a urgência da formação cristã de adultos. A Igreja aponta para uma catequese de modelo catecumenal, de itinerário de iniciação cristã, cujos conteúdos e processos estão já bem delineados seja no Ritual de iniciação cristã de adultos, seja em várias publicações. Aliás, na formação dos adultos está a relevância de uma comunidade verdadeiramente evangelizada.

Os leigos são chamados a assumir responsabilidades nas diversas áreas da vida pastoral das comunidades cristãs. É uma exigência e uma urgência. Graças a Deus contamos já com um bom número de leigos que se entregam generosamente à missão que lhes compete na evangelização seja na comunidade, seja no mundo. Porém, fica sempre a questão da formação adequada para tal exercício.

Esta formação não poderá ser tão só de estilo académico, mas terá de ser de estilo vivencial e de resposta à actividade e às solicitações com que se deparam os diversos agentes de evangelização. Terá de pautar por uma

formação integral, intelectual, humana, pastoral, espiritual, sacramental e comunitária.

Neste contexto, exige-se uma formação básica de teologia que ofereça um conhecimento das verdades fundamentais da fé cristã e reflexão sobre as problemáticas que se colocam às ciências teológicas.

Como resposta a esta exigência, a diocese está a caminhar na promoção das Escolas de Ouvidoria de Formação Cristã que são coordenadas pela Vigararia da Formação e pelo Instituto Católico de Cultura.

Caminhar em conjunto na participação activa na missão da Igreja exige a adequada formação. Urge uma forte sensibilização para que todos os cristãos se disponibilizem para a conveniente formação.

### **3. Comunidades cristãs a viverem a comunhão e corresponsáveis na missão**

Há já vários anos que temos insistido no facto de as paróquias e demais comunidades caminharem na edificação da comunhão e da corresponsabilidade entre todos os baptizados. É uma exigência do Concílio e absolutamente necessária na identidade da comunidade cristã.

Passados cinquenta anos da realização do Concílio Vaticano II e mais de dois mil da proposta cristã de Jesus de Nazaré, é uma identidade fundamental que está por fazer.

Pelo que vamos verificando, falta espírito de comunhão nas paróquias e nos diversos organismos da Igreja. Por isso, toda acção da Igreja, desde a formação, passado pela celebração dos mistérios da fé, até à exigida partilha fraterna, deve conduzir à edificação da comunhão eclesial.

Pensar numa Igreja em caminha sinodal é partir do pressuposto de que desejamos viver em comunhão eclesial. Aliás, a eficácia deste estilo de ser e de actuar que é definido por caminhada sinodal terá de contar com a vontade de construir a comunhão.

Esta comunhão eclesial vive-se em diversos círculos. Começa por ser uma exigência de vida e testemunho dos sacerdotes que devem primar por um presbitério que sente a alegria de fortalecer laços de comunhão entre todos os seus membros; alarga-se à comunidade cristã de modo que seja visível um núcleo comunitário que testemunhe a comunhão eclesial; ainda na paróquia, os diversos grupos, movimentos e instituições devem fortalecer os laços de comunhão cristã entre eles; por último, o cume de toda a comunhão eclesial está na diocese que deve ser testemunha de

comunhão e de unidade no meio do mundo onde vive.

Quanto temos de aperfeiçoar, quanto esforço teremos de despender e quanta graça divina devemos implorar para viver a comunhão autêntica.

Na relação com a comunhão eclesial está a corresponsabilidade de todos os batizados pela missão da Igreja na evangelização do mundo.

Deste modo, comunhão e corresponsabilidade são realidades integrantes da caminhada sinodal. Ou melhor ainda, a caminhada sinodal exige a vivência da comunhão autêntica e da corresponsabilidade consciente e activa.

#### **4. A centralidade da Eucaristia na Caminhada Sinodal**

É notória a deficiente consciência do lugar da Eucaristia na vida da Igreja, de cada comunidade cristã e de cada cristão.

Há vários motivos que poderemos apontar, tais como um novo estilo de vida das pessoas que gera conflito com a participação na Eucaristia dominical, o laicismo que na dimensão mais individualista retira o sentido de pertença e de participação comunitária, a ritualização da Eucaristia, a gestão religiosa tão só no foro interno, mas sobretudo a deficiente formação cristã e a falta de uma verdadeira iniciação cristã.

Todos teremos de descobrir a centralidade da Eucaristia na vida da comunidade cristã e na vivência de cada um, a sua relação comunitária e a descoberta de Jesus Cristo vivo feito alimento da vida e da missão do cristão e da comunidade cristã.

Na verdade, como afirma S. João Paulo II, «do mistério pascal nasce a Igreja»( EdE, 3). Aliás, «a Eucaristia, que é o sacramento por excelência do mistério pascal, está colocada no centro da vida eclesial» (ib. 3). De facto, «isto é visível desde as primeiras imagens da Igreja que nos dão os Actos do Apóstolos: “Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão, e às orações” (2, 42)» (Ib, 3). Realmente, «na “fracção do pão”, é evocada a Eucaristia» (Ib, 3). Reconhecemos, deste modo, que «dois mil anos depois, continuamos a realizar aquela imagem primordial da Igreja» (Ib, 3). E, assim, «ao fazê-lo na celebração eucarística, os olhos da alma voltam-se para o Tríduo Pascal: para o que se realizou na noite de Quinta-feira Santa, durante a Última Ceia, e nas horas sucessivas» (Ib.,3).

A Eucaristia é uma experiência que exige o maior cuidado de quem preside, de todos os que nela têm ministérios e serviços e de todos os que nela participam. A Eucaristia deve primar pelo mistério oferecido e

acolhido, mas pela beleza e simplicidade, pela Palavra Sagrada e pela interioridade.

A Eucaristia não serve para tudo e nela não cabe tudo. Ninguém tem o direito de alterar a Eucaristia que merece o maior cuidado e respeito, sendo da responsabilidade da Igreja saber como ela deve ser alimento para os seus filhos.

Colocarmo-nos na atitude de caminhada sinodal exige uma redescoberta do fundamento e da centralidade da Eucaristia na vida da comunidade cristã. Sem este propósito ficaríamos descentrados e sem os verdadeiros fundamentos para uma caminhada séria e consistente.

Na verdade, o mistério Eucarístico é tão rico e abrangente que quem se colocar na contemplação e na meditação de tão excelso mistério e do que Ele contem, floresce nele uma alegria única e singular que só de Deus pode brotar, reconhece a Jesus Cristo vivo que se comunica e dialoga, obtém o sentido novo para a sua existência e sente-se impelido para viver a comunhão divina com os seus irmãos, participa activamente na comunidade cristã e abre-se para a missão no meio do mundo.

Para o cristão baptizado, discípulo de Jesus Cristo, o enfoque da sua vida está em Jesus Cristo que se quer oferecer permanentemente na Eucaristia. Desde os primórdios do cristianismo que os cristãos obedeceram ao mandato de Jesus de Nazaré reunindo-se ao domingo, dia da ressurreição, a páscoa semanal, para celebrarem a alegria da vida nova de Jesus Cristo da qual participavam pelo baptismo e que se alimentava na Eucaristia.

É esta realidade sempre nova que somos chamados a viver. Também hoje, a partir de uma recta formação cristã, somos chamados a descobrir e a empenharmo-nos na vivência eucarística que nos conduza à vivência de uma comunidade cristã que seja testemunha do amor revelado por Deus ao mundo de hoje.

### **5. Caminhada sinodal exige o despertar de ministérios e serviços**

À medida que se cresce numa verdadeira formação cristã, que aumenta a consciência da participação activa na celebração Eucarística e noutros sacramentos, que se edifica uma comunidade orante e testemunhante, vai crescendo a necessidade de promover os diversos ministérios que o Espírito de Deus quer oferecer à Sua Igreja para a edificação da comunidade cristã e para a evangelização do mundo.

Temos vivido numa Igreja demasiado clerical que, apesar de todos os apelos do Papa, não se prontifica a avançar por caminhos decididamente evangélicos.

Esta situação só se alterará quando, nos reconhecermos distintos nas funções eclesiais, nos ministérios e carismas, mas na unidade do mesmo baptismo e do mesmo Espírito Santo.

Só quando os leigos ocuparem a responsabilidade que lhes compete, quando os religiosos e consagrados forem testemunhas da radicalidade dos valores evangélicos no meio da comunidade cristã, quando o sacramento da ordem for exercido nos seus três graus, de Bispo, Presbítero e Diácono, então, sim, estaremos a edificar uma autêntica comunidade cristã toda ela ministerial e na diversidade de serviços.

Mais ainda, como exige o Concílio Ecuménico Vaticano II, aos leigos compete por responsabilidade própria a fermentação evangélica das realidades do mundo no qual vivem.

Se é uma continua preocupação o despertar as vocações sacerdotais, religiosas e consagradas, é igualmente necessário despertar nas comunidades cristãs a vocação para o matrimónio cristão e para os diversos serviços em ordem à evangelização.

Já que o sacerdote tem um papel fundamental na paróquia, a ele compete presidir, orientar, acompanhar, formar, despertar vocacionalmente e integrar nos adequados serviços eclesiais, apelamos para um renovado esforço na edificação de comunidades eucarísticas que primem pela ministerialidade e diversidade de serviços.

## **6. Atenção privilegiada aos jovens**

Há poucos dias o Papa Francisco, dirigindo-se aos jovens, dizia: «Vós sois o hoje de Deus, o hoje da Igreja! Não sois tão só o futuro, não, sois o hoje (...) Hoje a Igreja necessita de vós para ser plenamente ela mesma. Como Igreja vós sois o Corpo do Senhor Ressuscitado presente no mundo» (Alocução aos participantes no Fórum Internacional de Jovens, 22 de Junho de 2019).

Já no papel que os jovens têm na renovação da Igreja, o Papa Francisco afirma que «são precisamente os jovens que a podem ajudar a permanecer jovem, não cair na corrupção, não parar, não se orgulhar, não se transformar numa seita, ser mais pobre e testemunhal, estar perto dos últimos e descartados, lutar pela justiça, deixar-se interpelar com humil-

dade» (CV, 37). E sublinha ainda dizendo que «os jovens podem conferir à Igreja a beleza da juventude, quando estimulam a capacidade “de se alegrar com o que começa, de se dar sem nada exigir, de se renovar e de partir para novas conquistas”» (Ib. 37).

Na verdade a Igreja deve estar interessada nos jovens, cada comunidade cristã deve saber integrá-los e estes devem ajudar a paróquia a saber dialogar com eles no contexto da sua cultura e das suas novas linguagens.

A caminhada sinodal implica a participação activa dos jovens. Eles têm de ter um protagonismo relevante dos diversos movimentos, grupos e comunidades; devem ocupar as responsabilidades que lhes competem nas estruturas eclesiais; e sobretudo deve abrir-se-lhes o caminho para a evangelização dos jovens, companheiros de sonhos e aspirações, a necessitarem de se encontrarem com Jesus de Nazaré o verdadeiro amigo dos jovens.

Ligando a pastoral juvenil à caminhada sinodal, o Papa Francisco diz que «a pastoral juvenil só pode ser sinodal, ou seja, capaz de dar forma a um “caminhar juntos” que implica “a valorização – através dum dinamismo de corresponsabilidade – dos carismas que o Espírito dá a cada um dos membros [da Igreja], de acordo com a respectiva vocação e missão. (...) Animados por este espírito, poderemos avançar para uma Igreja participativa e corresponsável, capaz de valorizar a riqueza da variedade que a compõe, acolhendo com gratidão também a contribuição dos fiéis leigos, incluindo jovens e mulheres, a da vida consagrada feminina e masculina e a de grupos, associações e movimentos. Ninguém deve ser colocado nem deixado colocar-se de lado”» (CV, 206).

Mas o nosso olhar coloca já na preparação e na realização das Jornadas Mundiais da Juventude que em 2022 serão em Lisboa.

É uma oportunidade única para unirmos a caminhada sinodal, à pastoral juvenil e ao impulso renovador que certamente virá a partir deste acontecimento que já demonstrou os seus frutos e que agora nos vem agradecer com a realização em território português.

## **7. Caminhada sinodal integradora dos excluídos**

Uma das características da sociedade actual é a marginalização e a exclusão. Esta poderá manifestar-se na pobreza, na fome, na delinquência, no analfabetismo, ou na exclusão cultural ou mesmo religiosa.

Caminhar em comum exige que seja mesmo com todos e para todos.

Cada cristão consciente da sua fé e cada comunidade cristã a viver autenticamente do Evangelho terão de abraçar todas as realidades humanas, tocá-las, não para ficarem na mesma mas com o objectivo de as transformar de modo que a dignidade humana e o bem comum sejam salvaguardados.

Atendendo às sondagens e ao meio que nos envolve, a nossa diocese está caracterizada por elevados índices de exclusão. Já muito trabalho no domínio da pastoral social se tem realizado, mas parece insuficiente. Neste caminhar em conjunto e participação activa de todos teremos de equacionar novos modelos de promoção que vão ao encontro dos excluídos dando-lhe o protagonismo necessário para a sua autonomia.

Mas também, se torna necessário o estudo da melhor forma de oferecer os meios para que essa autonomia e promoção sejam salvaguardadas.

Hoje, há a consciência que a comunidade é absolutamente necessária para uma verdadeira integração e para se ultrapassarem os estigmas da marginalização. Na verdade temos estado a trabalhar muito com grupos e serviços e pouco com o envolvimento da comunidade.

Atendendo ao exemplo singular que nos é dado nas primeiras comunidades cristãs, a par com o anúncio da Boa Notícia de Jesus de Nazaré e a celebração dos mistérios da fé, havia o compromisso da partilha fraterna de modo que não havia nenhum necessitado no seio da comunidade.

Eis o exemplo a seguir que nos servirá de permanente referência e de adequada concretização na actualidade.

### **8. A caminhada sinodal deve envolver a família**

Ano após ano, temos colocado nos programas pastorais a pastoral familiar a desenvolver em cada paróquia, em cada Ouvidoria, em cada Vigararia e na diocese no seu todo.

Não poderá ser de outra maneira, dada a importância da família para a Igreja e para a sociedade, e reconhecendo como a família está num contínuo desmoronamento, teremos de forçosamente colocar todo o empenho numa adequada pastoral familiar que ofereça resposta evangélica à família de hoje.

De facto a paróquia e cada comunidade cristã deve configurar-se como família de famílias. Há um dinamismo próprio entre a família e a comunidade cristã de tal modo que a família beneficia a comunidade cristã e esta ajuda a vivência familiar.

Assim, num percurso de caminhada sinodal, teremos de prestar aten-

ção à família, dar-lhe o protagonismo que a ela compete, oferecer os dinamismos necessários para a família seja verdadeiramente a Igreja doméstica e suscitar nas famílias o seu papel evangelizador.

Desde a auscultação da realidade eclesial, social e cultural que nos irá ocupar na reflexão do próximo ano, passando pelas linhas de actuação pastoral a necessitar de serem implementadas e renovadas, ter-se-á de implicar as famílias.

Na verdade, «a família é o âmbito da socialização primária, porque é o primeiro lugar onde se aprende a relacionar-se com o outro, a escutar, partilhar, suportar, respeitar, ajudar, conviver» (AL, 276). Aliás, «a tarefa educativa deve levar a sentir o mundo e a sociedade como “ambiente familiar”: é uma educação para saber “habitar” mais além dos limites da própria casa» (AL, 276).

Já que no contexto familiar, ensina-se a recuperar a proximidade, o cuidado, a saudação, de facto «é lá que se rompe o primeiro círculo do egoísmo mortífero, fazendo-nos reconhecer que vivemos junto de outros, com outros, que são dignos da nossa atenção, da nossa gentileza, do nosso afecto» (AL, 276). Sem dúvida, «não há vínculo social, sem esta primeira dimensão quotidiana, quase microscópica: conviver na proximidade, cruzando-nos nos vários momentos do dia, preocupando-nos com aquilo que interessa a todos, socorrendo-nos mutuamente nas pequenas coisas do dia-a-dia» (AL, 276).

Reconhece-se, então, que «a família tem de inventar, todos os dias, novas formas de promover o reconhecimento mútuo» (AL, 276).

Está bem patente o entrelaçar da função da família no que toca à sua vivência, à sua expressão e compromisso social e ao seu carácter evangelizador.

### **9. A caminhada sinodal exige a participação dos movimentos apostólicos**

Se estamos perante um caminho em conjunto, ninguém poderá ficar de fora. Numa Igreja de comunhão todos se devem sentir a integrar a comunidade cristã.

Os movimentos apostólicos são uma riqueza que o Espírito Santo oferece à Igreja. Mais ainda, numa sociedade secularizada, a qual na sua maioria está afastada da prática cristã e da participação comunitária é importantíssimo o papel dos movimentos na evangelização do mundo.

Já o Papa S. João Paulo II se referia ao contributo dos movimentos dizendo que «a agregação dos fiéis leigos por motivos espirituais e apostólicos brota de várias fontes e vai ao encontro de diversas exigências: exprime, de facto, a natureza social da pessoa e obedece ao imperativo de uma mais vasta e incisiva eficácia operativa» (ChL, 29).

Segundo as suas palavras, «na verdade, a incidência “cultural” fonte e estímulo e, simultaneamente, fruto e sinal de todas as demais transformações do ambiente e da sociedade, só se pode alcançar com a acção, não tanto dos indivíduos, mas de um “sujeito social”, isto é, com a acção de um grupo, de uma comunidade, de uma associação, de um movimento» (ChL, 29).

E, de facto, «isso é particularmente verdade no contexto de uma sociedade pluralista e fragmentada — como é, em tantas partes do mundo, a actual — e perante os problemas tornados enormemente complexos e difíceis» (ChL, 29). Na verdade, «sobretudo num mundo secularizado, as várias formas agregativas podem representar para muitos uma ajuda preciosa em favor de uma vida cristã coerente, com as exigências do Evangelho e de um empenhamento missionário e apostólico» (ChL, 29).

Não integrar, não acompanhar, não prestar a devida assistência e não promover a comunhão eclesial será uma ofensa à actuação do Espírito de Cristo, uma desvalorização do papel da comunidade cristã e uma falta grave para com a evangelização do mundo de hoje.

Muito pelo contrário, os movimentos são absolutamente imprescindíveis para a evangelização do mundo, da sociedade e da cultura actual.

### **10. A beleza de caminhar juntos com Cristo**

Este é o lema dos próximos anos. É muito sugestivo e interpelante. Convida a descobrir a beleza do amor que se entrelaça com a fé e anima a verdadeira esperança. O cristianismo é Jesus Cristo vivo que se manifesta e vive numa beleza que só quem a descobre poderá saborear. Mas este caminho exige uma caminhada em conjunto, caminhada sinodal.

Neste primeiro ano iremos analisar a realidade que somos: a nossa sociedade, a nossa cultura e a nossa Igreja.

Vamos todos empenharmo-nos nesta análise que nos faz descobrir a realidade do hoje em que vivemos. Fazemo-lo com olhos de crentes. Isto significa que procuramos aprofundar o que o Concílio Vaticano II chama os sinais dos tempos que a par com a Escritura, a Tradição viva da Igreja e

o Magistério, são reveladores de Deus.

Nas palavras do Concílio Vaticano II, para levar a cabo a missão evangelizadora, «é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos, e interpretá-los à luz do Evangelho; para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura, e da relação entre ambas» (GS, 4). De facto, «é, por isso, necessário conhecer e compreender o mundo em que vivemos, as suas esperanças e aspirações, e o seu carácter tantas vezes dramático» (GS, 4).

O porquê desta necessidade de investigar os sinais dos tempos está, segundo o Concílio Vaticano II, no facto de que «a humanidade vive hoje uma fase nova da sua história, na qual profundas e rápidas transformações se estendem progressivamente a toda a terra» (GS, 4). Aliás, «provocadas pela inteligência e actividade criadora do homem, elas reincidem sobre o mesmo homem, sobre os seus juízos e desejos individuais e colectivos, sobre os seus modos de pensar e agir, tanto em relação às coisas como às pessoas» (GS, 4).

Estas atingem tais proporções «que podemos já falar duma verdadeira transformação social e cultural, que se reflecte também na vida religiosa» (GS, 4).

É com espírito de fé lúcida, com o intuito de melhor evangelizar e com o desejo de corresponder à missão da Igreja no nosso tempo que todos os baptizados são chamados a fazer esta análise à realidade em que vivemos.

Vamos ser ajudados com alguns textos que nos serão disponibilizados e que a partir de algumas questões nos pedem a nossa resposta para a reflexão que será feita nos órgãos próprios da diocese da qual sairá um conjunto de perspectivas de acção pastoral que novamente serão lançadas à diocese para serem discutidas e reflectidas em ordem à elaboração de orientações pastorais que ajudem a melhor evangelizar no contexto da nossa diocese.

Para este trabalho de reflexão convocam-se todas e cada uma das paróquias nomeadamente através dos Conselhos pastorais paroquiais; grupos de catequistas; grupos da liturgia; grupos de pastoral social; confrarias e irmandades; grupos informais que se juntem para este efeito.

Convocam-se os serviços diocesanos que através da sua estrutura dinamizarão esta reflexão no sector a que se dedicam.

Convocam-se os movimentos de apostolado para que em todos os grupos se realize esta reflexão.

Convocam-se os Institutos Religiosos e de Vida Consagrada para realizarem esta reflexão no âmbito de cada comunidade.

Convida-se, onde for possível, que se organizem debates abertos a toda a sociedade para escutar todos aqueles que queiram ajudar a Igreja diocesana a encontrar a melhor resposta para o diálogo com o mundo de hoje.

Será divulgada um esquema de oração que deve acompanhar todas as reuniões e celebrações da comunidade cristã e dos grupos e haverá também alguns subsídios para a liturgia de modo a centrarmos toda esta acção no coração de Deus.

Colocamos toda a esta nossa caminhada sinodal sob a protecção do beato João Batista Machado e implorando as bênçãos de Nossa Senhora Mãe e Rainha dos Açores.

João Lavrador, Bispo de Angra

## **TEMAS DE ESTUDO PARA OS PRESBÍTEROS**

### **I - OS SINAIS DOS TEMPOS NA CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES - Uma Teologia da História**

#### **Introdução**

No comunicado final do último Conselho Presbiteral, pede-se uma caminhada sinodal para toda a nossa Igreja diocesana, numa dinâmica pastoral que se concretizará numa atitude de ver e de escutar a realidade dos Açores, do ponto de vista social, cultural e eclesial. Será nessa atitude de ver e de escutar que precisamos de uma «chave» teológica que nos ajude a discernir nos sinais dos tempos, o que o «Espírito diz à Igreja», que está implantada nestas ilhas há mais de quatrocentos anos.

A expressão sinais dos tempos entrou oficialmente na linguagem do Magistério a partir do Papa João XXIII e é consagrada como categoria teológica na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Neste documento conciliar os sinais dos tempos designam a manifestação de valores evangélicos a operar dentro dos movimentos da história, aspirações e desejos do homem contemporâneo que, pelas suas características, parecem atestar a presença do Reino de Deus já em realização no mundo.

A descoberta e a interpretação destes sinais à luz do Evangelho, constitui uma Teologia da História, porque na perspectiva judaico cristã a sal-

vação realiza-se em favor da pessoa humana situada no tempo, com uma existência histórica.

No entanto, os sinais dos tempos, como qualquer outra realidade humana estão sujeitos a ambiguidades e, por isso «é dever da Igreja investigar a todo o momento os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, para que assim possa responder, de modo adaptado em cada geração, às eternas perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e da futura e da relação entre ambas» (GS nº 4).

Vou procurar, através de um pequeno trabalho de reflexão, baseado no estudo da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Ecuménico Vaticano II, apresentar: 1º Os sinais dos tempos na Constituição *Gaudium et Spes*, 2º Os sinais dos tempos como Teologia da História e 3º O discernimento e a interpretação dos sinais dos tempos à luz da fé.

### **I Os Sinais dos Tempos na Constituição *Gaudium et Spes***

Os sinais dos tempos como sinais históricos têm uma contextura original e um alcance diferente dos sinais naturais e convencionais. Como sinais históricos tem importância não apenas, nem sobretudo pelos acontecimentos em si, mas a tomada de consciência que provocam, captando as energias e as esperanças de um grupo humano. Como afirmava Chenu, no seu livro «Sinais dos tempos, in a Igreja e o mundo de hoje – *Gaudium et Spes* – comentários, pensamento e vida»: «os sinais dos tempos, são fenómenos generalizados que englobam toda uma série de actividades e exprimem as necessidades e as aspirações da humanidade presente».

A Constituição *Gaudium et Spes* desde os números quatro a dez, faz uma análise ao mundo moderno, marcado por uma profunda transformação cultural, social e económica provocada pelo progresso. Esta transformação não se faz sem perplexidade e leva a contradições trágicas. No entanto, a Igreja reconhece que, no seio da história do mundo em transformação rápida e profunda, existem fenómenos generalizados que exprimem as aspirações da humanidade do nosso tempo – os sinais dos tempos.

Assim: «A insistência com que muitos reivindicam aqueles bens de que, com uma consciência muito viva se julgam privados por injustiça ou por desigual distribuição. As nações em vias de desenvolvimento e as de recente independência desejam participar dos bens da civilização não só no campo político, mas também no económico e aspiram a desempenhar livremente o seu papel no plano mundial. Os povos oprimidos pela fome,

interpelam os povos mais ricos. As mulheres reivindicam para si, onde ainda não alcançaram, igualdade de direito e de facto com os homens. Os operários e camponeses querem não apenas ganhar o necessário para viver, mas desenvolver, graças ao trabalho, as próprias qualidades; mais ainda, querem participar na organização da vida económica, social, política e cultural. Pela primeira vez na história dos homens, todos os povos têm já a convicção de que os bens da cultura podem e devem estender-se efectivamente a todos. Subjacente a todas estas exigências, esconde-se porém, uma aspiração mais profunda e universal: as pessoas e os grupos anseiam por uma vida plena e livre, digna do homem, pondo ao próprio serviço tudo o quanto o mundo de hoje lhes pode proporcionar em tanta abundância. E as nações fazem esforços cada vez maiores para chegar a uma certa comunidade universal» (GS nº9).

Estes fenómenos específicos apresentados pela *Gaudium et Spes*, pelas suas características parecem atestar a presença de Deus no mundo e podem ser identificados como sinais dos tempos. Ao longo do documento conciliar eles serão iluminados pela doutrina cristã, decalcada na Sagrada Escritura: a doutrina da criação e da dignidade da pessoa humana, do pecado e da redenção ou da recapitulação de todas as coisas em Cristo. Na perspectiva dos padres conciliares, todos estes sinais remetem-nos como que intuitivamente para Deus e criam consenso universal.

## **II Os sinais dos tempos como teologia da história**

Na Constituição *Gaudium et Spes*, os sinais dos tempos são considerados como categoria teológica – Teologia da História, porque o cristianismo é considerado como economia da salvação que se realiza na história, em favor da pessoa humana situada no tempo. A própria Igreja, Povo de Deus caminha para a salvação na história temporal e essa peregrinação inclui, necessariamente, sinais.

Por isso, para a compreensão teológica dos sinais dos tempos, há duas realidades que são fundamentais: o ser humano como sujeito da salvação e a salvação realizada na história. É na sua qualidade de ser histórico que o homem unifica a sua existência ao ritmo do tempo, vencendo o medo que o divide, tomando consciência da sua dignidade e responsabilidade, da sua natureza social e comunitária e vai dominando o universo. Numa palavra, é no tempo que ele existe verdadeiramente como ser humano, através de actos e de opções que exprimem a sua liberdade pessoal. Como afirmava D. José Policarpo, no seu livro *Sinais dos Tempos - Géne-*

se Histórica e Interpretação Teológica: «O ser humano está situado entre um início que lhe é dado e que tende a desabrochar num fim que será a sua natureza completamente realizada e que se constrói dia a dia, no seu presente livre». E, continua o mesmo autor, na citada obra: «O tempo e a história aparecem-nos assim como o condicionalismo a que tem de estar necessariamente ligada toda a acção salvífica de Deus (...) Toda a Bíblia nos testemunha que Deus se serve do tempo para se revelar e para salvar. (...) É da caminhada histórica da Igreja para a salvação que surge a possibilidade de sinais históricos que sejam também sinais salvíficos: os sinais dos tempos em sentido teológico. (...) A própria expressão sinais dos tempos é especialmente sugestiva desta historicidade».

A doutrina da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, ao partir dos sinais dos tempos, é uma Teologia da História, dado que tem subjacente uma teologia das realidades terrestres, salvas em Jesus Cristo e por Jesus Cristo, pois que n'Ele tudo foi recapitulado. Em Cristo, a Igreja é arrastada neste dinamismo de recapitulação. Ela deve preparar, significar, anunciar e apressar a última e definitiva consequência da recapitulação pascal: «A Igreja tem diante dos olhos o mundo dos homens, ou seja a inteira família humana, com todas as realidades, no meio das quais vive; um mundo que é teatro da história humana, marcado pelo seu engenho, pelas suas derrotas e vitórias; mundo que os cristãos acreditam ser criado e conservado pelo amor do Criador; caído sem dúvida sob a escravidão do pecado mas libertado pela Cruz e Ressurreição de Cristo, vencedor do poder do maligno; mundo, finalmente, destinado, segundo o desígnio de Deus, a ser transformado e a alcançar a própria realização» (GS 2).

### **III O Discernimento e a Interpretação dos Sinais dos Tempos à luz do Evangelho**

«Para levar a cabo a missão de salvação é dever da Igreja investigar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho» (GS 4).

Para além deste parágrafo do nº 4 da *Gaudium et Spes*, existem na mesma Constituição Pastoral dois outros textos que apelam à responsabilidade geral do Povo de Deus nesse discernimento e interpretação (cf. GS 11) e com especial responsabilidade, os Pastores e os Teólogos (cf. GS 44).

A partir destes textos vemos, claramente, que a Igreja vivendo inserida na história deve saber ler evangelicamente os acontecimentos que possuem uma determinada orientação e que, na sua essência, revelam um progresso histórico, humano e eclesial. Sendo serva da Palavra, a Igreja

tem a responsabilidade de ser mediadora na história, ajudando-a a descobrir no seu próprio seio, os sinais salvíficos de Deus e a orientar-se para Ele.

No entanto, esta tarefa de discernir e interpretar os sinais dos tempos, à luz da fé, não é fácil. Graça e pecado existem par a par na construção da história humana. Portanto, a interpretação dos sinais dos tempos à luz da fé, não consta só em ver os sinais positivos, mas a interpretação inclui um discernimento do que é valor e do que é mal, pecado. A ambiguidade dos valores humanos e da história está bem patente sobretudo no n° 4 da Constituição *Gaudium et Spes*. Aqui verificamos como os mais belos valores humanos têm sempre o seu reverso. Tal como na parábola evangélica de Mt 13, 24-30, neste imenso campo que é o mundo, misturam-se o trigo e o joio.

Mas, o discernimento e a interpretação dos sinais dos tempos supõe o conhecimento profundo de Deus e dos seus desígnios de salvação, próprio dos profetas. O profeta é alguém que está possuído pela transcendência divina e, em confronto com os acontecimentos da história, descobre essa transcendência oculta. É aquele que tem uma intuição profunda do dinamismo e exigência dos sinais salvíficos de Deus, no tempo, na história. Assim, ele está alerta para reconhecer tudo o que possa ser passagem ou presença de Deus na história, no mundo.

Por isso, na oração e na prática da caridade, na familiaridade com Deus e na união fraterna com todos, o profeta reconhecerá nos fenómenos e acontecimentos históricos, nos sinais dos tempos, os desígnios salvíficos de Deus sobre a humanidade e sobre o mundo. É, sobretudo, na dinâmica celebrativa da Eucaristia que a Palavra e os sinais proféticos tomam o seu verdadeiro peso e alcance, como afirmava D. José Policarpo na sua obra já citada anteriormente: «É nessas reuniões que a comunidade aprofunda vitalmente o mistério da morte e ressurreição de Cristo, encontrando a resposta para os problemas, circunstâncias e acontecimentos da hora que vive. É aí que o Povo participa verdadeiramente da função profética de Cristo. Há assim no Povo de Deus uma relação entre Liturgia e interpretação profética dos sinais dos tempos».

### **Pistas possíveis para uma reflexão**

1. A partir da reflexão sociológica, cultural e eclesial sobre a realidade açoriana, que sinais dos tempos descobrimos, que nos ajudam a ver a passagem de Deus pela nossa história actual?

2. Nesta caminhada sinodal, que toda a Igreja diocesana é convidada a percorrer, que temas achamos mais urgentes a serem refletidos por todos, em ordem a uma resposta pastoral eficiente e actual?

3. Que caminhos percorrer, para na oração e na caridade fraterna, podermos numa atitude profética, discernir e interpretar os sinais dos tempos, à luz da fé?

Observação: Esta reflexão orientada para os presbíteros e para grupos de leigos integrados ou não na vida eclesial das nossas comunidades, exige a leitura da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, da sua actualização num contexto histórico já diferente da década de sessenta do século passado, em que foi publicada. Os encontros com os leigos exigirão sempre a presença de alguém que tenha estudado teologia e pastoral. Como padres, a nossa função principal é formar leigos. Este é um grande défice na nossa Igreja local.

Algumas obras teológico-pastorais que podem ajudar no nosso estudo:

- J. TILLARD, «Teologia Subjacente à Constituição: a Igreja e os valores terrestres», in *Comentários em torno da Constituição Gaudium et Spes do Vat. II*, obra colectiva dirigida por G. BARAUNA, Ed. Vozes, Petrópolis, 1967

- J. DA CRUZ POLICARPO, «Sinais dos Tempos – Génese Histórica e Interpretação Teológica», Sampedro, Lisboa, 1971

- M. D. CHENU, «A Igreja no mundo de hoje – GS. Comentários, pensamentos e vida», Sampedro, Lisboa, 1969

- CASIANO FLORISTÁN, «Vaticano II, um Concílio Pastoral», Ed Paulistas, Lisboa, 1990

- RICHARD R. GAILLARDETZ, CHATERINE E. CLIFFORD, «As Chaves do Concílio – À descoberta do Vaticano II», Paulinas, Lisboa, 2012

*P. Ângelo de Freitas Valadão Eduardo*

## II - PARA UMA TEOLOGIA DA SINODALIDADE

### Introdução

Vivemos um tempo em que tudo parece ter a ver connosco: uma casa comum onde habitamos (*Laudato Si*), a natureza e a criação, a mesma condição humana e digna de filhos de Deus, a globalização para o melhor ou pior, o aquecimento global, o mar, a água, a poluição, a pobreza, a comunidade europeia, um país com uma história, língua e identidade pró-

prias, uma democracia, uma região autónoma ainda sem meio século de sedimentação, uma Diocese com quase cinco séculos cumpridos, imensos fatores de conjunto, homogeneidade, comunicação, mobilidade, alegrias e problemas que nos fazem caminhar juntos e como que abraçados, como quem vai em marcha, seja por convicção, seja por necessidade. Ora, a dinâmica sinodal tem este horizonte de fundo comum.

### **1. O tempo da sinodalidade na Escritura e Hoje**

“Sínodo” é uma palavra antiga muito venerada pela Tradição da Igreja composta pela preposição ΣΥΝ, e o substantivo óóος, indica o caminho que os membros do Povo de Deus percorrem juntos. Remete ao Senhor Jesus que Se apresenta como “o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14, 6), e ao facto de que os cristãos, seus seguidores, serem originalmente chamados “os discípulos do caminho” (cf. Act. 9,2; 19,9.23; 22,4, 24,14.22). «Os Atos dos Apóstolos testemunham que a sinodalidade foi percorrida pela Igreja nascente já para reconstituir o grupo dos Doze, mutilado após a traição de Judas. Depois fez-se um caminho sinodal para resolver o conflito entre judeus e helenistas na repartição e partilha dos bens, e o mesmo aconteceu perante a ameaça de um cisma na comunidade cristã entre missionários evangelizadores dos pagãos e a comunidade dos judeo-cristãos de Jerusalém» (E. Bianchi).

Na língua grega usada na Igreja aplica-se o termo aos discípulos de Jesus convocados em assembleia, e em alguns casos é sinónimo de comunidade eclesial. São João Crisóstomo, por exemplo, escreve que a Igreja é o “nome que indica caminhar juntos”. Com um significado específico, desde os primeiros séculos designam-se pela palavra “sínodo” assembleias reunidas a vários níveis (também diocesano) para discernir, à luz da Palavra de Deus, e escutando o Espírito Santo, as questões doutrinárias, litúrgicas, canónicas e pastorais que se vão apresentando histórica e periodicamente.

Na literatura teológica e pastoral das últimas décadas, tornou-se comum o uso de um substantivo derivado do termo, ou seja, “sinodalidade”, correlativo ao adjetivo “sinodal” e derivado da palavra “sínodo”. Fala-se assim da sinodalidade como a “dimensão constitutiva” da Igreja ou simplesmente da “Igreja sinodal”. Esta nova linguagem testemunha uma aquisição que vem amadurecendo na consciência eclesial a partir do magistério do Concílio Vaticano II e da experiência vivida nas Igrejas locais até hoje.

## **2. A sinodalidade na Tradição e na História Local**

A sinodalidade, neste contexto eclesiológico do Vaticano II, indica o modo específico de viver e trabalhar (*modus vivendi et operandi*) da Igreja Povo de Deus que manifesta e realiza de maneira concreta a sua comunhão na caminhada em conjunto, no encontro em assembleia e na participação ativa de todos os seus membros na missão evangelizadora.

De acordo com o ensinamento da *Lumen Gentium*, o Papa Francisco destaca que a sinodalidade “oferece a estrutura interpretativa mais adequada para a compreensão do ministério hierárquico” e, com base na doutrina do *sensus fidei fidelium*, todos os membros da Igreja são sujeitos ativos da evangelização. Daqui resulta que a definição de uma Igreja sinodal é a premissa indispensável para um novo impulso missionário que envolve todo o Povo de Deus.

Já o Concílio de Trento estabeleceu a norma de que periodicamente se celebrariam sínodos diocesanos. Recorde-se que os «sínodos tridentinos», não tinham como objeto suscitar a coresponsabilidade ativa de todo o Povo de Deus, mas transmitir e pôr em prática normas e disposições para contribuir para o impulso da reforma em toda a Igreja, chegando-se a identificar os pastores com a Igreja docente e o resto do Povo de Deus com a Igreja discente. É com este fundo que podemos ler as «Constituições Sinodais do Bispado d’Angra feitas pelo Exm<sup>o</sup>. e Revm<sup>o</sup>. Sr. Bispo D. Jorge de Santiago e aprovadas em Sínodo Episcopal celebrado na Sé Catedral no ano de 1559».

Na aplicação do Concílio Vaticano II (1965) nos Açores, temos experiências de marca sinodal como sejam o Conselho Presbiteral (1967), com 44 sessões plenárias realizadas, o Conselho Diocesano de Leigos (1981), o Congresso Diocesano de Leigos (1992), 25 programas/orientações diocesanas de pastoral de conjunto (1994) e o Conselho Diocesano de Pastoral (2000), com 13 sessões plenárias cumpridas.

## **3. Para uma teologia da sinodalidade**

A Comissão Teológica Internacional, vendo a importância desta dinâmica nas Igrejas Locais, publicou recentemente um estudo sobre «A sinodalidade na vida e na missão da Igreja» (2.3.2018), onde nos inspiramos. A sinodalidade manifesta o carácter peregrino da Igreja e é a expressão da eclesiologia de comunhão. Uma Igreja sinodal é uma Igreja participativa e coresponsável. No exercício da sinodalidade a Igreja está chamada a articular a participação de todos, segundo a vocação de cada um, com a

autoridade conferida por Cristo ao Colégio dos Bispos. Assim, a consulta e a autoridade são elementos correlativos na construção do sínodo.

Na Igreja sinodal toda a comunidade, na rica e livre diversidade dos seus membros é convocada para rezar, escutar, analisar, dialogar, discernir e aconselhar para que se tomem as decisões pastorais mais conformes com a vontade de Deus. Para formular as próprias decisões os Pastores devem escutar com atenção os desejos (vota) dos fiéis. Na diocese, há um processo para elaborar uma decisão, mediante um trabalho comum de discernimento, consulta e cooperação. A elaboração é uma competência sinodal, a decisão é uma responsabilidade ministerial. O método sinodal corresponde a três verbos: escutar, discernir e escolher.

A sinodalidade designa o estilo peculiar que qualifica a vida e a missão da Igreja expressando a sua natureza como o caminhar juntos e reunir-se em assembleia do povo de Deus convocado pelo Senhor Jesus no poder do Espírito Santo para proclamar a Evangelho. Também se manifesta na liturgia. Esta também é sinodal. Deve ser expresso no modo comum de viver e trabalhar da Igreja. Este *modus vivendi et operandi* é feito através da comunidade na escuta da Palavra e na celebração da Eucaristia, na fraternidade de comunhão e co-responsabilidade e participação de todo o Povo de Deus, nos seus diferentes níveis e na distinção dos diversos ministérios e papéis, na sua vida e missão.

#### **4. Um tempo para a escuta**

Num recente texto «O futuro da Igreja está na sinodalidade» (15.05.19), o monge Enzo Bianchi ensina-nos que, se no princípio era o Verbo, também no início está a escuta: «escuta da Igreja, escuta na Igreja, escuta do mundo entendido como humanidade. Emergem sempre necessidades, desafios, crises, conflitos que devem em primeiro lugar ser lidos e escutados, não negligenciados nem removidos. Todo o povo de Deus deve exercitar esta vigilância e estar à escuta. (...) Trata-se, por isso, de saber ler e escutar a realidade com os seus inesperados níveis de crítica. Escutar torna-se, conseqüentemente, escutar-se um ao outro, na vontade de aprender algo do outro e acolherem-se reciprocamente: a escuta de todos, membros fortes ou frágeis, justos ou pecadores, inteligentes ou simples, judeus ou gregos, homens ou mulheres, é uma confissão prática e uma celebração da unidade dos batizados em Cristo».

E continua Bianchi: o caminho sinodal «é o caminho desta realidade que quer percorrer o mesmo caminho, permanecer unida numa comu-

nhão real, para chegar à mesma meta: o reino de Deus. Tomar a palavra é por isso essencial na vida da Igreja, porque significa comunicar, entrar num debate, num diálogo que plasma quantos se escutam reciprocamente, e cria neles solidariedade e corresponsabilidade. Assim a sinodalidade é geradora de uma consciência eclesial, de uma fé pensada e motivada que torna todo o batizado protagonista da vida e da missão da Igreja. Nesta escuta “horizontal” deve estar sempre presente a escuta do Evangelho, daquilo «que o Espírito diz às Igrejas». (...) Em todo o caso, é verdade que este primeiro passo da escuta recíproca e da tomada da palavra é hoje mais difícil e árduo, porque a sinodalidade requer obediência ao Evangelho, pertença eclesial, formação contínua, disponibilidade para a mudança e para a criatividade».

### **5. A conversão para uma sinodalidade renovada**

A sinodalidade está ordenada a animar a vida e a missão evangelizadora da Igreja, em união com e sob a orientação do Senhor Jesus que prometeu: “Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estarei no meio deles” (Mt 18, 20). Aceitar entrar em dinâmica sinodal implica a formação para a espiritualidade da comunhão e a prática da escuta, do diálogo e do discernimento comunitário; a relevância para o caminho ecumênico e para uma diaconia profética na construção de um ethos social fraterno, solidário e inclusivo.

O grande desafio para a conversão pastoral que hoje se apresenta à vida da Igreja é intensificar a colaboração mútua de todos no testemunho evangelizador, a partir dos dons e dos papéis de cada um, sem clericalizar os leigos nem secularizar os clérigos, evitando em todo caso a tentação de “um clericalismo excessivo que mantém os fiéis leigos à margem das decisões” (EG 102).

A conversão pastoral para a implementação da sinodalidade exige que alguns paradigmas sejam superados, tal como a concentração da responsabilidade da missão no ministério dos Pastores; a insuficiente valorização da vida consagrada e dos dons carismáticos; a escassa avaliação da contribuição específica qualificada, na sua esfera de competência, dos fiéis leigos, e entre eles, das mulheres.

O diálogo sinodal tem valor tanto no falar como no escutar. Não se trata de um debate em que um interlocutor procura impor aos outros ou refutar as suas posições com argumentos fortes, mas para expressar com respeito o quanto, em consciência, se percebe que foi sugerido pelo Es-

pírito Santo como útil em vista do discernimento comunitário, ao mesmo tempo que aberto a quanto, nas posições dos outros, é sugerido pelo mesmo Espírito “para o bem comum” (1Cor 12,7).

O discernimento da comunidade envolve a escuta atenta e corajosa dos “gemidos do Espírito” (Rm 8,26), que fazem o seu caminho através do grito, explícito ou mudo, que vem do Povo de Deus. Os discípulos de Cristo devem ser contemplativos da Palavra e também contemplativos do povo. O discernimento deve ser realizado num espaço de oração, meditação, reflexão e estudo necessário para ouvir a voz do Espírito; através de um diálogo sincero, sereno e objetivo com os irmãos e irmãs, atendendo às reais experiências e problemas de cada comunidade e de cada situação.

### **Conclusão**

“Caminhar juntos”, ensina o Papa Francisco, “é o caminho constitutivo da Igreja; a figura que nos permite interpretar a realidade com os olhos e o coração de Deus; a condição de seguir o Senhor Jesus e ser servos da vida neste tempo ferido. A respiração e o passo sinodal revelam o que somos e o dinamismo da comunhão que anima as nossas decisões. Somente neste horizonte podemos verdadeiramente renovar o nosso cuidado pastoral e adaptá-lo à missão da Igreja no mundo de hoje”.

O que se pede ao Povo de Deus no caminho sinodal é a confiança, a franqueza e coragem para entrar na amplitude do horizonte de Deus para “garantir que no mundo há um sacramento de unidade e, portanto, a humanidade não está destinada ao extravio ou à destruição. A experiência vivida e perseverante da sinodalidade é para o Povo de Deus fonte de alegria prometida por Jesus, fermento de vida nova, plataforma de lançamento para uma nova fase de compromisso missionário.

Maria, Mãe de Deus e da Igreja, que “com os discípulos invocou o Espírito Santo” (Act.1,14), e assim tornou possível a expansão missionária, que ocorreu no dia de Pentecostes, acompanhe a caminhada sinodal do Povo de Deus nos Açores, indicando o percurso, a meta e o destino, e ensinando um estilo formoso desta nova etapa da evangelização.

### **Questões para reflexão:**

1 - Que atitudes pessoais e dinâmicas comunitárias devemos adotar ou adquirir no processo de conversão pessoal e pastoral que somos chamados a fazer em Igreja neste tempo?

2 - Seguindo o método de escutar, discernir e escolher, que aspetos

ou situações do Mundo e da Igreja podemos traduzir em apelos, gritos ou prioridades para a transformação da nossa realidade cultural, social e eclesial?

*P. Hélder Fonseca Mendes*

### III - A BELEZA DE CAMINHARMOS JUNTOS

Não é possível estar ao serviço da comunhão na comunidade cristã sem se exercitar continuamente a arte da comunhão dentro do presbitério. Esta baseia-se na colegialidade, mas especialmente partindo de uma lógica de sinodalidade, caminhando juntos (*syn-odós*) na história. Caminhar juntos é o nosso desafio, a nossa dificuldade maior, mas também a nossa maior beleza. Caminhar juntos como cristãos, caminhar juntos leigos e ordenados, presbíteros e bispo... Só uma Igreja sinodal será uma autêntica comunhão à imagem da comunhão divina trinitária, na qual a unidade e a diferença não são contraditórias, mas essenciais. Perspetivando uma autêntica espiritualidade de comunhão, é também necessário chegar a ver o outro como um “dom de Deus para mim”. Rejeitando toda a lógica individualista, dever-se-ia chegar a dizer: “Vede como eles se amam”.

#### 1. Fundamentação Bíblica

##### **Atos 11, 19-26**

Fundação da Igreja de Antioquia - 19 Entretanto, os que se tinham dispersado, devido à perseguição desencadeada por causa de Estêvão, adiantaram-se até à Fenícia, Chipre e Antioquia, mas não anunciavam a palavra senão aos judeus. 20 Houve, porém, alguns deles, homens de Chipre e Cirene que, chegando a Antioquia, falaram também aos gregos, anunciando-lhes a Boa-Nova do Senhor Jesus. 21 A mão do Senhor estava com eles e grande foi o número dos que abraçaram a fé e se converteram ao Senhor. 22 A notícia chegou aos ouvidos da igreja de Jerusalém, e mandaram Barnabé a Antioquia. 23 Assim que ele chegou e viu a graça concedida por Deus, regozijou-se com isso e exortou-os a todos a que se conservassem unidos ao Senhor, de coração firme; 24 ele era um homem bom, cheio do Espírito Santo e de fé. Assim, uma grande multidão aderiu ao Senhor. 25 Então, Barnabé foi a Tarso procurar Saulo. 26 Encontrou-o e levou-o para Antioquia. Durante um ano inteiro, mantiveram-se juntos nesta igreja e ensinaram muita gente. Foi em Antioquia que, pela primeira

vez, os discípulos começaram a ser tratados pelo nome de «cristãos.»

O nosso texto mostra-nos o papel de Barnabé como elo de união entre a igreja mãe de Jerusalém e a comunidade de Antioquia. Apresentou Paulo às comunidades de Jerusalém e de Antioquia garantindo a conversão à fé cristã daquele que todos conheciam e temiam como terrível perseguidor. Fê-lo seu companheiro de missão, apesar de se separarem mais tarde.

A História de Barnabé e Paulo é paradigma de cada discípulo entusiasmado pela beleza da missão!

## **2. O que diz a Igreja?**

### **Não à guerra entre nós**

Dentro do povo de Deus e nas diferentes comunidades, quantas guerras! No bairro, no local de trabalho, quantas guerras por invejas e ciúmes, mesmo entre cristãos! O mundanismo espiritual leva alguns cristãos a estar em guerra com outros cristãos que se interpõem na sua busca pelo poder, prestígio, prazer ou segurança económica. Além disso, alguns deixam de viver uma adesão cordial à Igreja por alimentar um espírito de contenda. Mais do que pertencer à Igreja inteira, com a sua rica diversidade, pertencem a este ou àquele grupo que se sente diferente ou especial.

O mundo está dilacerado pelas guerras e a violência, ou ferido por um generalizado individualismo que divide os seres humanos e põe-nos uns contra os outros visando o próprio bem-estar. Em vários países, ressurgem conflitos e antigas divisões que se pensavam em parte superados. Aos cristãos de todas as comunidades do mundo, quero pedir-lhes de modo especial um testemunho de comunhão fraterna, que se torne fascinante e resplandecente. Que todos possam admirar como vos preocupais uns pelos outros, como mutuamente vos encorajais, animais e ajudais: «Por isto é que todos conhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros» (Jo 13, 35). Foi o que Jesus, com uma intensa oração, pediu ao Pai: «Que todos sejam um só (...) em nós [para que] o mundo creia» (Jo 17, 21). Cuidado com a tentação da inveja! Estamos no mesmo barco e vamos para o mesmo porto! Peçamos a graça de nos alegrarmos com os frutos alheios, que são de todos.

Para quantos estão feridos por antigas divisões, resulta difícil aceitar que os exortemos ao perdão e à reconciliação, porque pensam que ignoramos a sua dor ou pretendemos fazer-lhes perder a memória e os ideais.

Mas, se virem o testemunho de comunidades autenticamente fraternas e reconciliadas, isso é sempre uma luz que atrai. Por isso me dói muito comprovar como nalgumas comunidades cristãs, e mesmo entre pessoas consagradas, se dá espaço a várias formas de ódio, divisão, calúnia, difamação, vingança, ciúme, a desejos de impor as próprias ideias a todo o custo, e até perseguições que parecem uma implacável caça às bruxas. Quem queremos evangelizar com estes comportamentos?

Peçamos ao Senhor que nos faça compreender a lei do amor. Que bom é termos esta lei! Como nos faz bem, apesar de tudo amar-nos uns aos outros! Sim, apesar de tudo! A cada um de nós é dirigida a exortação de Paulo: «Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem» (Rm 12, 21). E ainda: «Não nos cansemos de fazer o bem» (Gal 6, 9). Todos nós provamos simpatias e antipatias, e talvez neste momento estejamos chateados com alguém. Pelo menos digamos ao Senhor: «Senhor, estou chateado com este, com aquela. Peço-Vos por ele e por ela». Rezar pela pessoa com quem estamos irritados é um belo passo rumo ao amor, e é um ato de evangelização. Façamo-lo hoje mesmo. Não deixemos que nos roubem o ideal do amor fraterno!

Evangelii Gaudium (98 -101) Papa Francisco.

### **3. Reflexão de São Cipriano de Cartago**

#### **A unidade da Igreja Católica, 6-8**

A esposa do Cristo não suporta o adultério, ela é incorrupta e púdica. Conhece uma só casa; guarda, com casto pudor, a santidade de um único tálamo. Ela nos conserva para Deus, entrega ao Reino os filhos que gerou. Quem se aparta da Igreja e se junta a uma meretriz separa-se também das promessas da Igreja; quem deixa a Igreja do Cristo não alcançará os prémios do Cristo. É um estranho, um profano, um inimigo. Não pode ter Deus por Pai quem não tem a Igreja por Mãe.

Quem estiver fora da Igreja só se salvaria se alguém dos que ficaram fora da arca de Noé tivesse escapado! O Senhor nos admoesta e diz: “Quem não está comigo está contra mim; e quem não junta comigo, dispersa”. Torna-se adversário de Cristo quem rompe a paz e a concórdia do Cristo; ajuntar fora da Igreja é dispersar a Igreja de Cristo.

O Senhor diz: “Eu e o Pai somos um”; está ainda escrito do Pai, do Filho e do Espírito Santo: “E estes três são um”; quem crê nessa verdade fundada na certeza divina e adere aos mistérios celestiais não abandona a Igreja ou dela se afasta por causa da diversidade das vontades que se

entrechocam. Quem não mantém esta unidade não mantém também a lei de Deus, a fé no Pai e no Filho, não conserva nem a vida nem a salvação.

Este sacramento da unidade, este vínculo da concórdia, que une inseparavelmente, se mostra no evangelho pela túnica de Nosso Senhor Jesus Cristo, que não foi nem dividida nem rasgada: dentre os que disputavam por sorte a veste do Cristo, vestiria o Cristo quem a recebesse íntegra e a possuísse como túnica incorruptível e indivisível. A Escritura divina declara isso dizendo: “Quanto à túnica porém, como era toda sem costura, tecida em uma só peça, disseram entre si: ‘Não a rasguemos, decidamos por sorte para ver de quem será’”. Ela trazia a unidade vinda do alto, isto é, do céu, do Pai, e que não pode ser quebrada por quem a recebe ou a possui, mas ganhada inteira e inseparavelmente radicada em sólido fundamento. Quem rasga ou divide a Igreja do Cristo não pode possuir a veste do Cristo.

Por outro lado, enfim, quando Salomão estava para morrer e seu reino havia de ser dividido, o profeta Aías dirigiu-se no campo ao rei Jeroboão com suas vestes cindidas em doze trapos dizendo: “Tira para ti dez destes trapos, pois diz o Senhor: ‘Eis que divido o reino nas mãos de Salomão; dar-te-ei dez cetros, dois hão de ficar com ele em vista de David meu servo, e de Jerusalém, cidade santa onde colocarei meu nome’”. O profeta Aías rasgou suas vestes porque deviam ser divididas as doze tribos de Israel. Como, porém, o povo de Cristo não pode ser dividido, a sua túnica tecida e coerente não é dividida pelos que a possuem; uma, conjunta e indivisível, mostra a concórdia coesa do nosso povo que vestiu o Cristo. No mistério e no sinal da veste a unidade da Igreja foi manifestada.

Quem há de tão ímpio e perverso, tão tresvariado pelo delírio da discórdia que julgue poder, que ouse dividir a unidade de Deus, a veste do Senhor, a Igreja do Cristo?

#### **4. Pistas de Reflexão**

A partir do discurso do Papa Francisco na abertura do Sínodo dos Jovens, 3 de Outubro de 2018:

1. O Sínodo que estamos a viver é um momento de partilha. Assim, no início do percurso da Assembleia sinodal, a todos desejo convidar a falarem com coragem e parresia, isto é, aliando liberdade, verdade e caridade. Só o diálogo nos pode fazer crescer. Uma crítica honesta e transparente é construtiva e ajuda, ao contrário das bisbilhotices inúteis, das murmurações, das ilações ou dos preconceitos.

2. À coragem de falar deve corresponder a humildade de escutar. (...)

É esta escuta que abre espaço ao diálogo. O Sínodo deve ser um exercício de diálogo, antes de mais nada entre os que participam nele. E o primeiro fruto deste diálogo é cada um abrir-se à novidade, estar pronto a mudar a sua opinião face àquilo que ouviu dos outros.

3. O Sínodo é um exercício eclesial de discernimento. Franqueza no falar e abertura na escuta são fundamentais para que o Sínodo seja um processo de discernimento. (...) O discernimento é o método e, simultaneamente, o objetivo que nos propomos: baseia-se na convicção de que Deus atua na história do mundo, nos acontecimentos da vida, nas pessoas que encontro e me falam. Por isso, somos chamados a colocar-nos à escuta daquilo que nos sugere o Espírito, segundo modalidades e direções muitas vezes imprevisíveis. O discernimento precisa de espaços e tempos próprios. Esta atenção à interioridade é a chave para se efetuar o percurso reconhecer, interpretar e escolher.

4. Deixemos para trás preconceitos e estereótipos. Um primeiro passo rumo à escuta é libertar as nossas mentes e os nossos corações de preconceitos e estereótipos: quando pensamos já saber quem é o outro e o que quer, então teremos verdadeiramente dificuldade em escutá-lo seriamente.

5. Por conseguinte, é preciso, por um lado, superar decididamente o flagelo do clericalismo. De facto, a escuta e o abandono dos estereótipos são também um forte antídoto contra o risco do clericalismo, ao qual uma assembleia como esta, independentemente das boas intenções de cada um de nós, está inevitavelmente exposta. O clericalismo nasce duma visão elitista e excludente da vocação, que interpreta o ministério recebido mais como um poder a ser exercido do que como um serviço gratuito e generoso a oferecer; e isto leva a julgar que se pertence a um grupo que possui todas as respostas e já não precisa de escutar e aprender mais nada. O clericalismo é uma perversão e é raiz de muitos males na Igreja: destes devemos pedir humildemente perdão e sobretudo criar as condições para que não se repitam.

6. Mas, por outro lado, é preciso curar o vírus da autossuficiência e das conclusões precipitadas de muitos jovens. Diz um provérbio egípcio: «Se não houver um idoso na tua casa, compra-o, porque ser-te-á de proveito». Repudiar e rejeitar tudo o que foi transmitido ao longo dos séculos leva apenas àquele perigoso extravio que está, infelizmente, a ameaçar a nossa humanidade; leva ao estado de desilusão que invadiu os corações de gerações inteiras. A acumulação das experiências humanas ao longo da

história é o tesouro mais precioso e fiável que as gerações herdaram da outra; sem nunca esquecer a revelação divina, que ilumina e dá sentido à história e à nossa existência.

7. Esforcemo-nos, pois, por procurar «frequentar o futuro» e por fazer sair deste Sínodo não só um documento – que geralmente é lido por poucos e criticado por muitos – mas sobretudo propósitos pastorais concretos, capazes de realizar a tarefa do próprio Sínodo, que é fazer germinar sonhos, suscitar profecias e visões, fazer florescer a esperança, estimular confiança, faixar feridas, entrançar relações, ressuscitar uma aurora de esperança, aprender um do outro, e criar um imaginário positivo que ilumine as mentes, aqueça os corações, restitua força às mãos e inspire aos jovens – a todos os jovens, sem excluir nenhum – a visão dum futuro repleto da alegria do Evangelho.

Que estas advertências sirvam para um diálogo orientado e fecundo.

Oração dos Padres Conciliares  
Ficai connosco, Espírito Santo,  
derramai a Vossa bênção no nosso coração.  
Ensinai-nos o que fazer,  
mostrai-nos o que pensar, mostrai-nos como atuar.  
Vós que amais a verdade acima de tudo,  
não permitais que desorganizemos o que Vós organizastes.  
Que a ignorância não nos conduza ao erro,  
que os aplausos não nos iludam,  
que o suborno e as falsas cortesias não nos corrompam.  
Deixai-nos ficar em Vós e não nos afastemos da verdade.  
Amém.

*Pe. Hélder Miranda Alexandre*

## TEMAS DE ESTUDO PARA TODO O POVO DE DEUS

### I CULTURA CONTEMPORÂNEA:

A palavra "cultura" é polissêmica e pode ser entendida a partir de vários enfoques.

Por conseguinte, qualquer abordagem ao conceito, breve ou longa, contemporânea ou histórica, carrega sempre vazios e elementos de incompletude. Acresce que a presente reflexão, e as palavras que aqui lhe dão forma, são as de um(a) não especialista nestes debates, bem como registadas com a humildade e a perplexidade de alguém que se surpreendeu com a confiança manifestada e que ousa partilhar algumas linhas do seu pensamento.

As tendências culturais do que se tem vindo a chamar Pós-Modernidade são essencialmente críticas, desconstrutivas, múltiplas, ambíguas, contraditórias, fragmentárias e descrentes. A chamada Cultura Pós-Moderna em que vivemos conceito que não é unívoco, nem inquestionável -, entre outros, fragmenta o sujeito, oferece-lhe múltiplas vias e, na sua vertente artística, parece até ter rompido com o Homem e com a realidade. Por outro lado, cruza, assenta e exponencia conceções que não são necessariamente do hoje mais imediato, como a globalização (assimétrica?), o racionalismo e a cultura científica, a virtualização / tecnicização / digitalidade, o individual, a mudança, o ruído, o mediato, o consumo, o absoluto (da liberdade, mas também do relativo e do vazio), a complexidade, o secular / temporal, os anti-valores ... , tudo convivendo em múltiplas formas e nuances, demasiadas vezes nos expoentes mais extremos e negativos, mas também nos seus contrários. Neste sentido, não se tratam estas, em si mesmas, nem de conceções "boas" nem de conceções "más". Correspondem, tal como muitas outras, a desejos humanos / imperfeitos de construção de um novo mundo e, por isso, talvez sejam, na sua essência, potenciadoras dúplices, tanto do "bem" como do "mal".

E toda esta paleta da cultura contemporânea, num contexto disruptivo de digitalidade (que traz também novas formas de poder e alienação e vai muito além do tecnológico ou do virtual), de fragmentação e de descentramento de referências pode, por vezes e quiçá tendencialmente, apenas oferecer alternativas na forma da alienação dos sujeitos ou, então, na forma da radicalização de crenças, mistificações e conceções de toda a sorte. Paradoxalmente, ou nem por isso, numa Cultura Pós-Moderna,

alicerçada na descrença das ideologias e dos valores absolutos do século XX - e dos séculos que o fundamentaram - poderão também estar de regresso os extremismos mais violentos das crenças e dos valores.

E isto atinge, de formas e tempos distintos, todos os Seres. O que a globalização e as facilidades de comunicação hodiernas trazem, no quadro de inquestionáveis virtudes e para o bem e para o mal, é que tudo respeita a todos. Por isso, quando se fala dos desafios da cultura contemporânea, mesmo que enfocados no arquipélago dos Açores, não é hoje possível o alheamento relativo ao Mundo inteiro, humano e natural (para usarmos uma dicotomia que também é muito questionável). Sim, é certo, há especificidades. Em todo este contexto, os homens e o Mundo não perderam (nem quererão perder) o seu caráter múltiplice. E os Açores têm arreigados profundos e identitários valores cristãos que, não deixando de apresentar questionamentos de ontem, hoje tomaram novas formas e exigem diferentes respostas, tanto aqui como em outros lados do Mundo. Sim, há sinais de alerta. Quais são eles, verdadeiramente? Sim, há desafios novos a requererem outras leituras e outras ações. Quais são elas, verdadeiramente? E porque teremos chegado, também verdadeiramente, a esta encruzilhada? (1)

Por outro lado, será justo que perante as expressões desta Cultura Pós Moderna (por exemplo, uma obra de arte abstrata em que o homem e a realidade parecem ausentes), as entendamos somente como a representação do nada, do vazio e da alienação? Podendo sê-lo, não estaremos, antes, perante tentativas de representação da essência, do conteúdo, do imaterial despido dos corpos que lhe conhecemos tradicionalmente? E não é o Cristianismo, em paralelo e mais que tudo, a vitória da alma sobre o corpo, da vida sobre a morte e do simbólico sobre o material? Quantos preconceitos nos atingem, a nós Cristãos, igualmente, quando olhamos esta nova cultura e dela nos alheamos, mesmo que em parte, como se com ela nada tivéssemos que ver? Como contribuímos para a modelar? Quantas vezes usamos significantes de conteúdo ininteligível, ou sem verdadeiro impacto no Mundo e no alívio dos males? (2)

O Cristianismo, e a Igreja Católica em particular, em muitos momentos-chave da história dos homens (tanto eivados por climas de tensão / violência como de diálogo / paz), assumiu sempre posições transformadoras e criadoras de cultura. Hoje, mais do que nunca, num momento de regeneração e génese, e na voracidade de tempo e espaço, é preciso apelar a esta função de mais de dois milénios. Mas como? Como afirmar e reforçar

os valores cristãos num contexto tão plural? Como, dentro de nós, separar o essencial do acessório, para deixar de haver tanto ruído? Como modelar e atualizar o discurso, a narrativa, a comunicação e, principalmente, a nossa ação, da Luz, do Amor e do Bem imanentes de Cristo (ou do nosso Deus "tri-uno")? (Como sermos verdadeiras testemunhas, despojadas de formalismos e mais focadas no efetivo cumprimento da Palavra? (3)

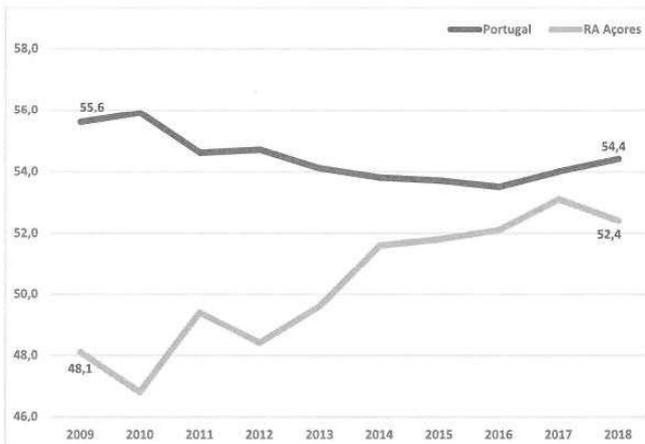
Nota: As perguntas equacionadas estão agrupadas em três blocos (indicadas a negrito). Podem ser respondidas cada uma por si, ou agrupadas em três grandes questões.

## II - SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA DOS AÇORES

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita é um dos indicadores mais relevantes com o objetivo de quantificar a atividade económica de um determinado território, pois indica a riqueza criada, por pessoa, a preços constantes do mercado.

Através do gráfico 1 é possível constatar que a evolução nos Açores é francamente positiva, seguindo a tendência nacional, embora com um período de alguma estagnação entre os anos de 2008 e de 2012. Com-

Gráfico 10 – Evolução da taxa de atividade feminina – Portugal e Açores, 2009-2018 (%)



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego; Estimativas Anuais da População Residente

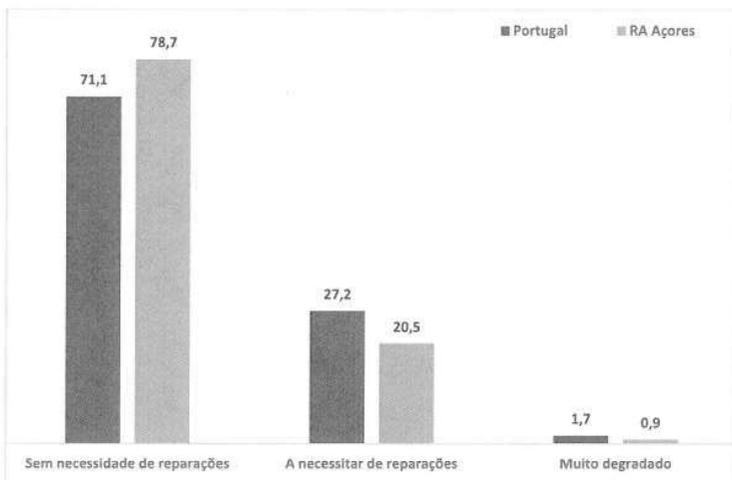
parativamente, a diferença negativa que existia nos Açores em relação à

média do país em 2000 subsiste no ano de 2017.

É frequente proceder-se ao agrupamento das atividades económicas em três grandes sectores: o primário, que inclui a agricultura, a floresta, a caça, a pesca e a extração mineral (minas e pedreiras); o secundário, que abrange a indústria transformadora e a construção; e o terciário, que contém os serviços, tais como comércio, transportes, administração pública, educação ou saúde.

Se atendermos à distribuição da população empregada pelos grandes

Gráfico 11 – Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação - Portugal e Açores, 2011 (%)



Fonte: IEF, Censos 2011

setores de atividade económica (gráfico 2), constata-se que os Açores está no grupo de regiões com um maior peso do setor primário (10,7%) e, simultaneamente, com um menor peso do sector secundário (15,7%). Este último setor apresenta uma grande diferença em relação ao todo do país, na ordem dos 10 pontos percentuais. Por seu lado, o setor terciário é o mais representado, mantendo-se em 2018 ligeiramente acima da média nacional.

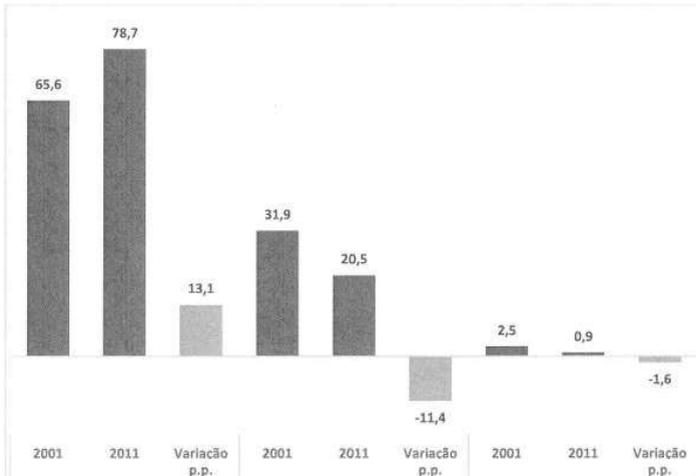
Entende-se por população residente o conjunto de pessoas que viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo

menos, 12 meses. A taxa de crescimento populacional permite saber quanto cresce a população residente, em média, num determinado período.

No gráfico 3 verifica-se uma evolução negativa da população residente na Região Autónoma dos Açores, com um decréscimo na ordem dos 1,3 pontos percentuais ao longo dos sete anos estudados (2011-2017). Para este resultado muito contribuem os resultados para a Calheta de São Jorge (-11,8 pontos percentuais), seguindo-se os concelhos de Povoação em S. Miguel, com -4,7 pontos percentuais, e, também, o de Santa Cruz das Flores (-4,5 pontos percentuais). Em contrapartida, Vila do Corvo é aquele que, ao nível percentual, ganhou mais população, embora o reduzido número de casos implique que qualquer mudança em valor absoluto tenha um grande impacto percentual.

A Esperança média de vida à nascença é o número médio de anos que

Gráfico 12 – Análise de edifícios clássicos, por estado e conservação - Açores, 2001 e 2011 (%)



uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades constatadas no momento da observação.

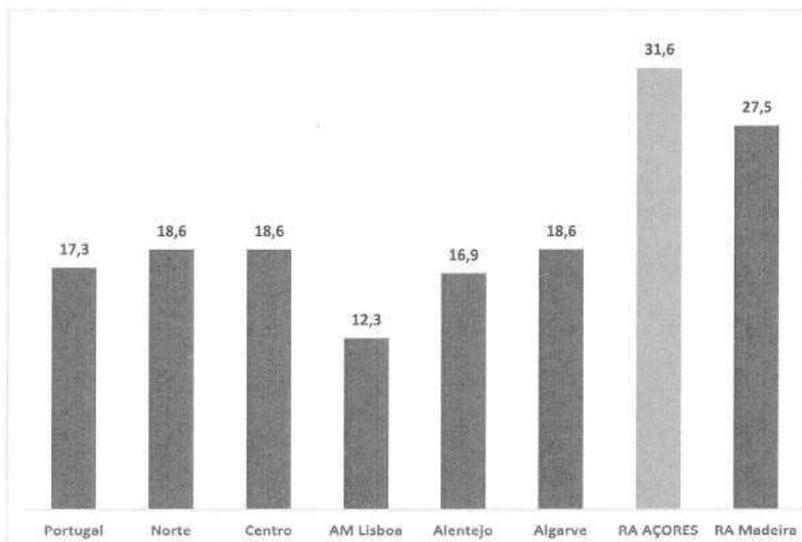
Ao analisarmos o gráfico 4, podemos verificar que as regiões autónomas da Madeira e, particularmente, dos Açores, são as que se destacam com as menores esperanças médias de vida à nascença, não

tendo conseguido, ao longo do período em referência (2001 - 2016), aproximar-se das restantes regiões do país, embora apresentem uma trajetória positiva.

Os números dos Açores em 2016 (77,5 anos) estão em linha com a média nacional em 2001 (77,2 anos). Em 2016 a esperança média de vida à nascença na Região é menor cerca quatro anos do que a média portuguesa (81,3 anos).

A obesidade é considerada uma acumulação excessiva ou anormal de

Gráfico 13 – Taxa de risco de pobreza, após transferências sociais – Portugal e Regiões, 2017 (%)



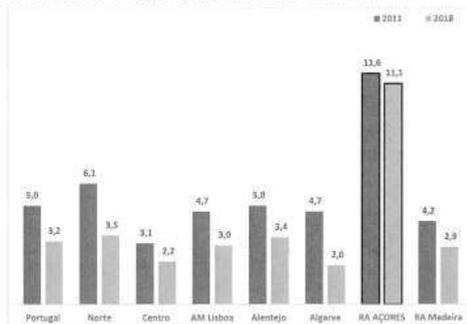
gordura capaz de afetar a saúde, representando um problema de saúde pública. O IMC é um instrumento que permite avaliar esta condição, sendo que os valores superiores a 29.9 são considerados um fator de risco para doenças cardiovasculares, diabetes, desordens musculoesqueléticas e para alguns tipos de cancro, os quais lideram as principais causas de morte e incapacidade ao nível mundial (Serviço Nacional de Saúde, 2017).

Como é possível observar no gráfico 5, referente ao ano de 2016, a Região Autónoma dos Açores é a que detém a mais elevada prevalência de obesidade do país (30,5%), seguida do Alentejo, sendo 3,7 pontos percentuais superior à média nacional.

A taxa de pré-escolarização é a percentagem de alunos matriculados no ensino pré-escolar, em idade normal de frequência desse ciclo, face à população dos mesmos níveis etários (3 a 5 anos).

É possível constatar que a taxa de frequência do pré-escolar aos 5 anos se mantém estável nos 100 pontos percentuais desde o ano letivo 2012/2013, após alguns anos de ligeiras oscilações. Em relação à faixa dos 4 anos, nota-se uma trajetória positiva muito significativa, com uma particular subida no ano letivo de 2017/2018. Para os 3 anos, embora a tendência seja também de forte subida ao longo dos anos analisados, os valores ain-

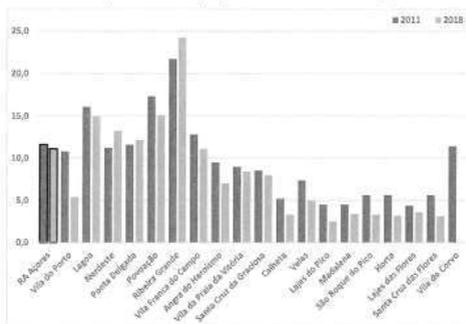
Gráfico 14 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no total da população residente com 15 e mais anos – Portugal e Regiões, dezembro de 2011 e de 2018 (%)



da estão relativamente distantes das outras duas idades, tendo alcançado os 74,2 pontos percentuais em 2017/2018.

A Taxa de abandono de educação e formação no ensino regular, por

Gráfico 15 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no total da população residente com 15 e mais anos, por concelhos – Açores, dezembro de 2011 e de 2018 (%)



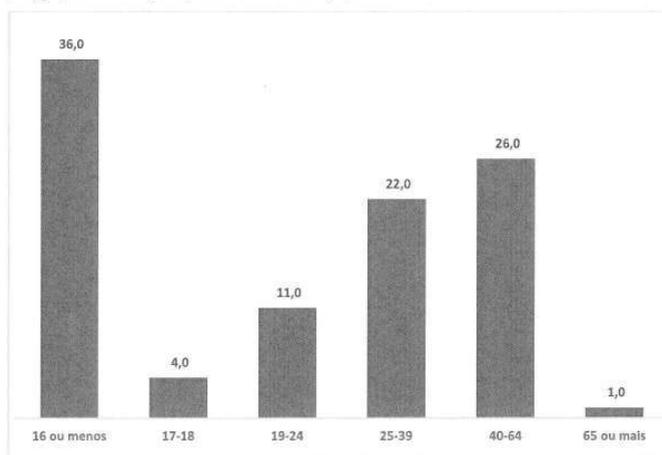
Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

ciclo, é a percentagem de alunos, em relação ao total, que deixou de estudar sem completar cada um dos ciclos.

O gráfico 7 é claro acerca da tendência da taxa de abandono de educação e formação no ensino regular ao longo dos últimos anos: assinala-se uma acentuada diminuição dos abandonos em todos os ciclos analisados. Todavia, enquanto os 1.º, 2.º e 3.º ciclos apresentam no ano letivo de 2016/17 um valor quase residual (até 0,2 pontos percentuais), os números do secundário ainda mantêm uma pequena expressão (2,8 pontos percentuais).

Os ativos são a mão-de-obra que está disponível para trabalhar, abran-

Gráfico 16 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no total da população residente, por grupo etário – Açores, dezembro de 2017 (%)



Fonte: Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA)

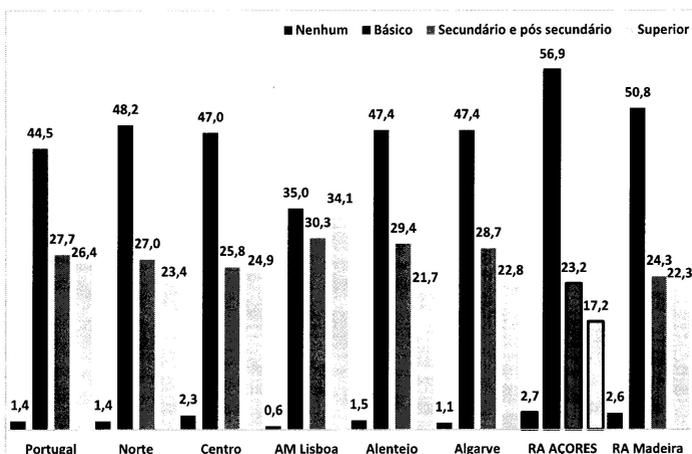
gendo a que está empregada e desempregada. Portanto, é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, num período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico.

Em termos gerais, segundo os dados do gráfico 8, os Açores são a região do país cuja população ativa apresenta o nível mais baixo de escolaridade em 2018. Esta constatação é visível através da leitura individualizada da distribuição da população ativa açoriana por cada nível de ensino: a

população açoriana não só apresenta o maior peso de pessoas em idade ativa sem ensino (2,7%) ou com o ensino básico completo (56,9%), como o peso da população com o secundário e pós-secundário e com o ensino superior completos está muito abaixo da média do país, com uma diferença de menos 4,5 e 9,2 pontos percentuais, respetivamente.

A Taxa de desemprego permite definir o peso da população de-

Gráfico 8 – Distribuição da população ativa por nível de escolaridade completo – Portugal e Regiões, 2018 (%)



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

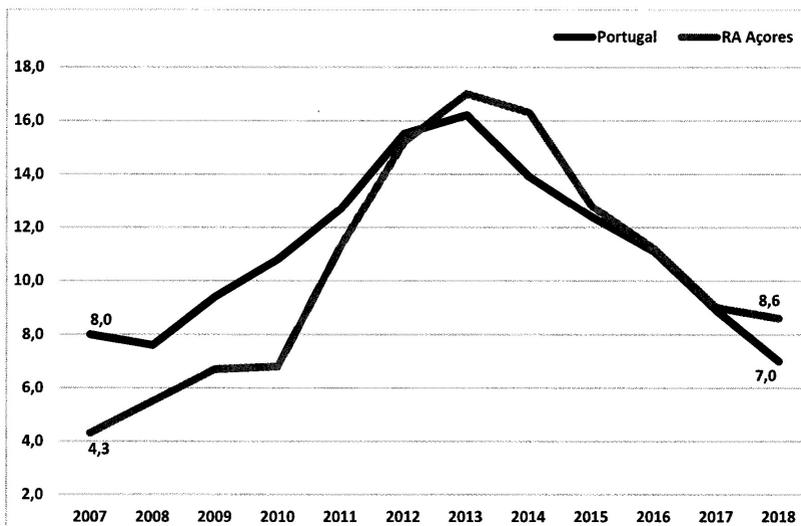
sempregada sobre o total da população ativa (empregados e desempregados). Na prática, a taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos.

Na última década, a evolução da taxa de desemprego dos Açores tem sido coincidente com a tendência observada no conjunto país.

No entanto, convém destacar que, em 2007, o desemprego nos Açores representava cerca de metade do observado em Portugal (4,3%), tendo atingido, e até superado, este último durante o período correspondente ao auge da crise (2012 - 2013).

Nos anos mais recentes, constata-se uma descida generalizada do desemprego, embora a Região Autónoma dos Açores mantenha uma

Gráfico 9 – Evolução da taxa de desemprego – Portugal e Açores, 2007 - 2018 (%)



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

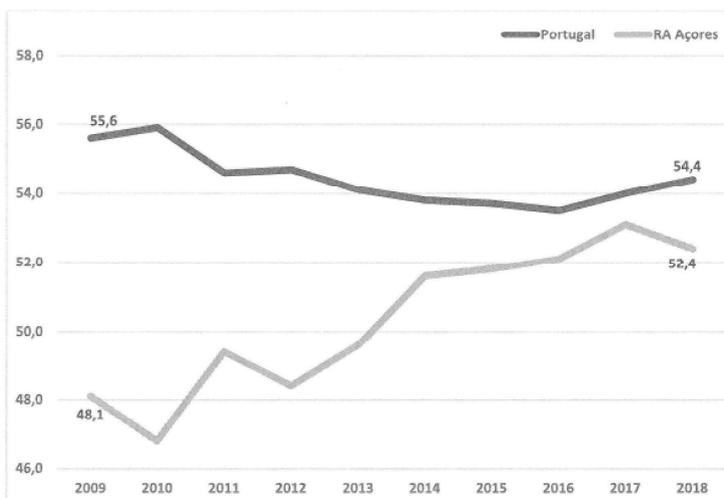
taxa de desemprego acima da observada ao nível nacional. Em 2018 foi de 8,6%.

A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas, com 15 e mais anos. No caso concreto do gráfico 10, o indicador diz respeito somente às mulheres, ou seja, o número de ativas por cada 100 mulheres, com 15 e mais anos.

Como é possível constatar, entre 2009 e 2018, a taxa de atividade feminina ao nível nacional tem sido relativamente consistente, tendo diminuído 1,2 pontos percentuais.

Pelo contrário, nos Açores tem-se observado uma tendência de enorme convergência com os números do total do país (+4,3 pontos percentuais), podendo-se afirmar que atualmente o valor está muito próximo do total nacional, apesar de abrir da distância nos dois últimos anos observados.

Gráfico 10 – Evolução da taxa de atividade feminina – Portugal e Açores, 2009- 2018 (%)



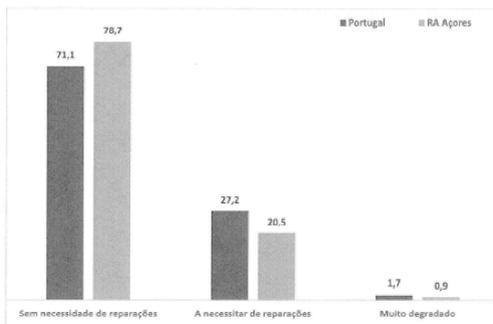
Fonte: INE - Inquérito ao Emprego; Estimativas Anuais da População Residente

Os dados da habitação, nomeadamente os números relativos à construção de edifícios e ao seu estado de conservação, costumam constituir um indicador fundamental no âmbito do diagnóstico social.

Conforme é apresentado no gráfico 11, podemos afirmar que, em regra, o parque habitacional nos Açores está em bom estado de conservação em comparação com a média do país. Esta constatação está bem refletida nos valores relativos aos edifícios sem necessidade de reparações (mais 7,6 pontos percentuais do que o valor nacional) e nos dos edifícios a necessitar de reparações (menos 6,7 pontos percentuais do que a média). Quanto aos edifícios muito degradados, embora os dados sejam praticamente residuais, verifica-se que a Região Autónoma dos Açores apresenta um valor percentual menor.

Se tivermos unicamente em consideração a análise do estado de conservação dos edifícios nos Açores, comparando a realidade de 2001 com a de 2011, é possível também verificar uma variação bastante positiva: a percentagem de edifícios sem necessidade de reparação aumentou na ordem dos 13 pontos percentuais, enquanto a dos edifícios a necessitar

Gráfico 11 – Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação - Portugal e Açores, 2011 (%)



Fonte: INE - Censos 2011

de intervenção diminuiu em cerca de 11 pontos percentuais. O peso dos edifícios muito degradados também desceu (-1,6 pontos percentuais).

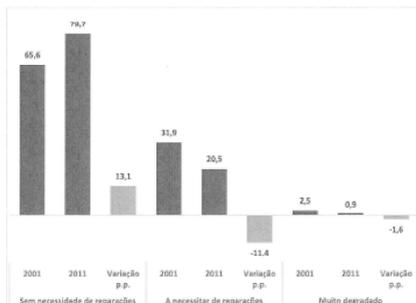
A taxa do risco de pobreza é a proporção de pessoas com um rendimento que corresponde a 60% do rendimento nacional mediano por adulto equivalente.

Assim, recorrendo ao gráfico 13, constatamos que os Açores é a região do país com a maior taxa de pobreza em 2017 (31,6%), com larga distância em relação às restantes regiões, principalmente às do Continente. Comparativamente à média nacional (17,3%), a taxa açoriana representa quase o dobro da taxa de pobreza.

O Rendimento Social de Inserção (RSI), anteriormente designado por Rendimento Mínimo Garantido, é uma prestação mensal do regime não contributivo da Segurança Social.

Conforme o gráfico 14, a Região Autónoma dos Açores destaca-se lar-

Gráfico 12 – Análise de edifícios clássicos, por estado e conservação - Açores, 2001 e 2011 (%)

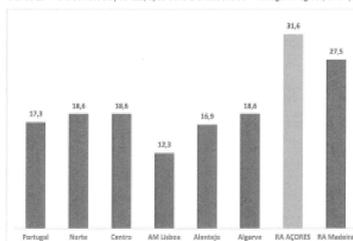


Fonte: INE - Censos 2001 e 2011

gamente das restantes regiões do país em termos do número de beneficiários do RSI face à população residente com 15 ou mais anos. Em 2018 apresentava mais do triplo da percentagem nacional (11,1%). Entre 2001 e 2018 observa-se uma descida generalizada do número de beneficiários em todos os territórios em análise. Contudo, os Açores foram a Região onde se registou a menos acentuada, com -0,5 pontos percentuais.

Se tivermos em conta a distribuição dos beneficiários do RSI pelos con-

Gráfico 13 – Taxa de risco de pobreza, após transferências sociais – Portugal e Regiões, 2017 (%)

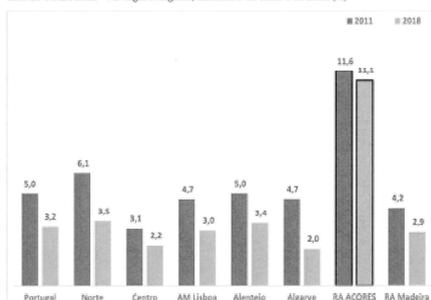


Fonte: INE - Inquérito às condições de vida e rendimento

celhos dos Açores (em percentagem da população residente), observa-se que, nos dois períodos analisados no gráfico 15, as percentagens mais altas estão concentradas na ilha de S. Miguel, designadamente nos concelhos de Ribeira Grande, Povoação e Lagoa, por esta ordem. Aliás, esta é a única ilha que apresenta concelhos com valores superiores à média da Região.

Ao compararmos os anos de 2011 e 2018, podemos verificar uma descida do número de beneficiários em relação à população residente com

Gráfico 14 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no total da população residente com 15 e mais anos – Portugal e Regiões, dezembro de 2011 e de 2018 (%)



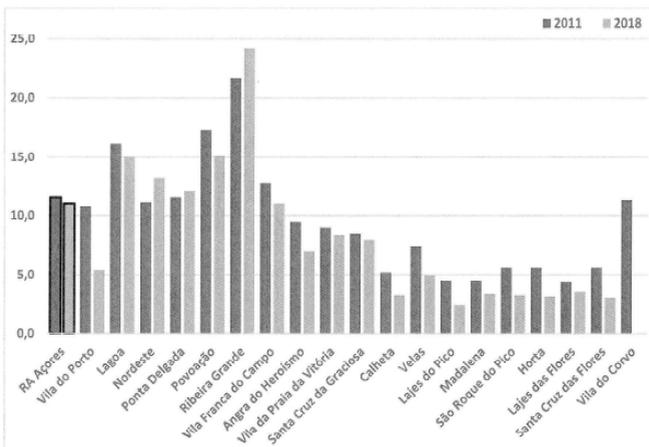
Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

mais de 15 anos na generalidade das ilhas. As exceções estão precisamente nos concelhos de Ribeira Grande, Nordeste e Ponta Delgada, com subidas na ordem dos 2,5, 2 e 0,5 pontos percentuais, respetivamente.

Distribuindo os beneficiários do Rendimento Social de Inserção nos Açores em 2017, agora por grupos de idade e em relação ao total da população residente, verificamos que dois quintos (40%) estão concentrados na faixa de indivíduos em idade escolar (até aos 18 anos), seguindo-se o escalão etário 40 - 64 anos, com 26%.

### Breve análise à realidade da Igreja dos Açores hoje

Gráfico 15 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no total da população residente com 15 e mais anos, por concelhos – Açores, dezembro de 2011 e de 2018 (%)



Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

- A nossa Igreja está presente na sociedade açoriana há 485 anos e vai a caminho do meio milénio.

- Olhando a realidade social e cultural do povo dos Açores há que "ver" a realidade eclesial hoje e rumo ao futuro.

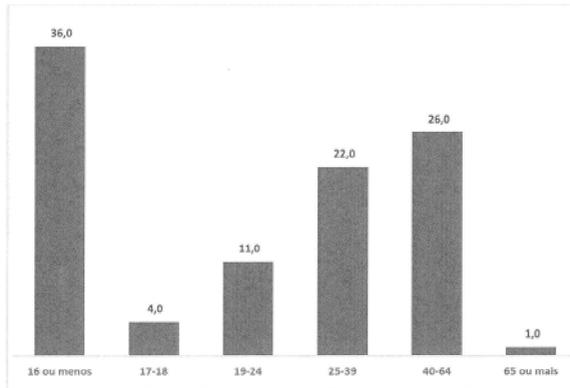
Para ajudar aqui esta análise a partir das bases (Paróquias, Zonas Pastorais, Ouvidorias/Ilhas, Movimentos e Serviços Pastorais) lançamos alguns pontos ou pistas.

### Análise à Igreja presente no mundo dos Açores

A nossa Igreja está presente no nosso mundo ao serviço do Reino de Deus. Ela é Mundo e é Reino.

O presente e o futuro da nossa Igreja nos Açores estão na presença da

Gráfico 16 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no total da população residente, por grupo etário – Açores, dezembro de 2017 (%)



Fonte: Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA)

mesma nas realidades de vida do povo.

Esta visibilidade dá-se através da presença dos cristãos nas famílias, nas fábricas, nas empresas e ambientes científicos; na diversidade participativa social: associações, sindicatos, cooperativas, associações políticas, voluntariado, clubes, etc.

A Igreja também está presente através da organização e ação da Pastoral Social nas suas associações e Instituições: Cáritas, Centros Sociais e Paroquiais, Pastoral da Saúde, Comissão Justiça e Paz, Reclusos, Conferências Vicentinas, Misericórdias, etc.

Não obstante todas estas formas de presença no mundo dos Açores, e dada a complexidade dos problemas sociais e culturais e de um certo cansaço atual há por vezes uma fuga aos problemas reais, a tomadas de posição e a uma ação individual e comunitária de compromisso transformador. Mesmo assim, há que perguntar e que

Discernir:

1º Quais os principais apelos e clamores que lançam à Igreja os homens

e mulheres das nossas Ilhas e quais os desafios principais que vêm da realidade social e cultural dos Açores hoje?

2º Porque é que face ao nosso mundo a Igreja, por vezes, se apresenta cansada, envelhecida, desacreditada, triste e sem sonho?

## II

À realidade da Igreja e no seu modelo de ação evangelizadora no nosso meio. Estamos a quase sessenta anos do Concílio e a iniciar uma caminhada sinodal.

O modelo conciliar da edificação da Igreja é o da Comunhão e da Participação e o caminho é o da Sinodalidade: "A beleza de caminharmos juntos com Cristo".

As nossas comunidades e o todo da nossa Igreja ainda apresentam um rosto muito clericalizado e de pouca participação na sua ação evangelizadora no mundo. Estamos longe de uma Igreja desclericalizada, inculturada nas realidades de vida do nosso meio, "de rosto açoriano", numa palavra, uma comunidade horizontal, inclusiva, circular, de iguais.

Não obstante a nossa pregação, aprofundamento bíblico e o itinerário catequético, permanecemos numa Igreja de "quase catecúmenos" e a nossa prática sacramental sobretudo a da Eucaristia dominical é baixa, a militância cristã e apostólica embora envolva muita gente é realizada no geral por gente de idade avançada.

Num estudo recente da UCP (2013), relativo aos Açores, à questão se «costuma rezar ou dirigir-se a Deus ou qualquer entidade sobrenatural através da oração ou meditação pessoal» 45,9% respondeu todos os dias, 25,6 % algumas vezes por semana; poucas vezes 19,8% e nunca 8,3%. À questão «com que frequência costuma participar ou assistir a atos de culto religioso na igreja ou templo?», 9,1 % respondeu mais de uma vez por semana; 33,5% uma vez por semana; uma/duas vezes por mês 14,9%; várias vezes por ano 17,5%; uma/duas vezes por ano 10,6% e nunca ou quase nunca 13,3%.

Na rubrica «católicos portugueses segundo a prática» nos Açores, 3,9% diz-se católico nominal; 21,7% católico praticante ocasional; 18% católico praticante irregular;

11,4% católico praticante regular; 27,6% católico observante e 17,4% católico militante. Em termos gerais, o perfil do católico açoriano aproxima-se dos seus homólogos das regiões norte e centro de Portugal continental.

Então podemos refletir em ordem a

Discernir:

1º Que podemos e devemos "descomplicar" (por exemplo, no aspeto orgânico, administrativo e burocrático) em ordem a uma vivência e ousadia do Evangelho nas nossas comunidades e diocese?

2º Com o conhecimento que temos da cultura açoriana (para além da religiosidade popular) que aberturas encontramos para o anúncio do Evangelho?

3º Vamos continuar com a visão autossuficiente das paróquias e com um modelo de Igreja que não se coloca em movimento missionário? Que dizemos dos nossos movimentos diocesanos?

### **III - ANÁLISE À REALIDADE DA NOSSA IGREJA NO SUJEITO (S) PASTORAL DA SUA EDIFICAÇÃO**

Todo o povo de Deus é o sujeito principal da edificação da Igreja no mundo e na vida interna das suas comunidades. Para além de toda a comunidade ser o Agente Principal de uma pastoral de Convergência, temos os Agentes Pastorais que são os Padres, Religiosos/as e Leigos. Muitos exercem o ministério e importa também dentro de uma Igreja toda ministerial promover e desenvolver o Diaconado Permanente.

Para além da militância ou militâncias de todos os Agentes de Pastoral há uma falta quantitativa e qualitativa de Agentes da Pastoral que com formação sólida tenham uma presença interventiva na evangelização dos sectores socioprofissionais e dos vários campos da cultura, da arte, da política e da economia. Numa palavra, falta uma verdadeira formação para a missão.

Numa época como a nossa, onde mesmo no nosso meio é necessário favorecer um diálogo fecundo com o mundo científico e técnico contemporâneo; entrar com sabedoria no novo espaço operado pela evolução informática; e ser capaz de intervir na cultura da comunicação de massas; necessitamos de uma formação integral para os Agentes de Pastoral que ajude a construir uma identidade cristã nesta sociedade pluralista.

Assim, é importante

1º Que tipo de formação é necessária para fortalecer a ação evangelizadora da nossa Igreja e responder aos desafios da atualidade?

Ao que já temos, o que acrescentar?

2º A formação inicial e permanente tem de fortalecer os Agentes de

Pastoral numa liderança atual e comunicacional.

Que aspetos privilegiar?

### **Perguntas dos temas de estudo para a Caminhada Sinodal nos Açores**

#### **I**

Cultura Contemporânea

1. A Cultura Contemporânea tem expressões diversas e novas formas sobre a vida.

Pergunta-se: quais os desafios novos que ela apresenta? Que leituras se poderão fazer dos mesmos e que novas ações pedem?

2. Como olhamos para a cultura atual? Dialogamos com ela para perceber os seus verdadeiros valores para a transformação deste mundo ou alheamo-nos da mesma?

3. Como afirmar e reforçar os valores cristãos no contexto atual tão plural? Como sermos verdadeiras testemunhas de Cristo despojados de formalismos e mais focados no cumprimento efetivo da Sua Palavra ?

#### **II**

Situação Social e Económica

Para Reflexão:

1. Segundo o Evangelho e a Doutrina Social da Igreja. qual destes «sinais» se distingue nos Açores de forma mais positiva? A que se deve?

2. Segundo as mesmas fontes e critérios, qual destes «sinais» se distingue nos Açores de forma mais negativa? Por que causa?

3. Como Igreja, em que podemos colaborar (e como) no cuidado da «casa comum» e na resposta aos problemas sociais e económicos detetados na nossa região?

#### **III**

Identidade Religiosa e Eclesial

Discernir:

1. Quais os principais apelos e clamores que lançam à Igreja os homens e mulheres das nossas Ilhas e quais os desafios principais que vêm da realidade social e cultural dos Açores hoje?

2. Porque é que face ao nosso mundo a Igreja por vezes, se apresenta cansada, envelhecida desacreditada, triste e sem sonho?

3. Que podemos e devemos «descomplicar» por exemplo, no aspeto

orgânico, administrativo e burocrático em ordem a uma vivência e ousadia do Evangelho nas comunidades e diocese?

4. Com o conhecimento que temos da cultura açoriana (para além da religiosidade popular) que aberturas encontramos para o anúncio do Evangelho?

5. Vamos continuar com a visão autossuficiente das paróquias e com um modelo de Igreja que não se coloca em movimento missionário? Que dizemos dos nossos movimentos diocesanos?

6. Que tipo de formação é necessária para fortalecer a ação evangelizadora da nossa Igreja e responder aos desafios da atualidade? Ao que já temos, o que acrescentar?

7. A formação inicial e permanente tem de fortalecer os agentes de Pastoral numa liderança atual e comunicacional. Que aspetos privilegiar?

### **COMUNICADO ÀS PARÓQUIAS, OUVIDORIAS, SERVIÇOS, MOVIMENTOS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

1. Recorda-se a todos os agentes de pastoral o espírito e a lógica da caminhada sinodal que deve encontrar na vivência da sinodalidade a beleza de caminharmos juntos com a finalidade da evangelização. Na evangelização devemos começar pela própria realidade que é o objetivo do nosso trabalho pastoral neste ano de 2019/2020.

2. A caminhada, neste primeiro ano, concretiza-se nos pontos já indicados:

a) Nas escolas de formação cristã das ouvidorias, o tratamento dos temas: os sinais dos tempos; teologia da sinodalidade; a beleza de caminharmos juntos;

b) Nos conselhos pastorais de paróquia, para depois se entregar aos conselhos pastorais de ouvidoria, o resultado do estudo dos temas: a cultura contemporânea, a realidade socioeconómica e a identidade religiosa e eclesial nos Açores.

c) Deve cruzar-se com todo este trabalho diocesano a preparação que está a ser feita pela pastoral juvenil em ordem às jornadas mundiais de juventude.

3. A caminhada sinodal deve ser vivida e percorrida ao ritmo do ano litúrgico, nos tempos próprios, utilizando os subsídios preparados e fornecidos pelos serviços diocesanos de liturgia, música sacra, evangelização e catequese.

4. Nos passos a dar na auscultação e leitura da realidade cultural, socioeconómica e eclesial nos Açores no ano pastoral 2019-20, estabeleceu-se as seguintes etapas:

a) Após o lançamento do trabalho e dos documentos da caminhada sinodal em setembro de 2019, o Conselho Pastoral Paroquial dinamiza, com os textos disponíveis, a consulta a partir dele mesmo, dos grupos e movimentos paroquiais e de outras instâncias locais que tenham participação na comunidade civil, bem como os movimentos supra-paroquiais, os religiosos, os serviços diocesanos, instituições de formação e outros organismos. A análise à realidade cultural, socioeconómica e à identidade religiosa e eclesial deve estar concluída até 31 de janeiro de 2020. O Conselho Pastoral Paroquial recolhe as respostas e envia-as ao Conselho Pastoral de Ouvidoria;

b) O Conselho Pastoral de Ouvidoria, os religiosos (CIRP), os Serviços Diocesanos, os Movimentos Laicais, e outras entidades entregam as respostas à Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal, até 29 de fevereiro de 2020;

c) Durante o mês de março de 2020, a Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal recolhe as respostas da Diocese, fazendo a leitura e síntese das mesmas que servirá de instrumento de trabalho para a assembleia dos Conselhos Diocesanos de Pastoral e Presbiteral.

d) Durante o mês de abril os conselheiros pronunciam-se sobre o instrumento de trabalho que a Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal preparou.

e) A Assembleia Diocesana realiza-se de 30 de abril e 3 de maio de 2020, a partir do documento síntese ou instrumento de trabalho que dará origem a um conjunto de interpelações feitas à igreja e à sociedade açoriana.

5. A Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal, constituída por leigos, religiosos e presbíteros das três vigararias territoriais, membros dos Secretariados Permanentes do Conselho Presbiteral, do Conselho Pastoral Diocesano e da Vigararia para a Formação, renova a disponibilidade no apoio, acompanhamento e coordenação da caminhada em toda a Diocese.

Angra do Heroísmo, 4 de novembro de 2019

P'la C.C.C.S.,  
P. Hélder Fonseca Mendes

## PARA UMA TEOLOGIA PRÁTICA DA SINODALIDADE

### Um estilo, umas estruturas, um acontecimento

Trata-se de uma dimensão constitutiva da Igreja em três momentos ou sentidos:

a) No sentido mais amplo e genérico, a sinodalidade designa o estilo peculiar que qualifica a vida e a missão da Igreja como Povo de Deus; é o seu *modus vivendi et operandi*, ao caminhar juntos, na celebração da Eucaristia e na escuta da Palavra de Deus, na fraternidade da comunhão e da corresponsabilidade e a participação em todos na vida e missão segundo os distintos papéis e ministérios. A sinodalidade é um estilo de viver corresponsavelmente a comunhão e a participação, manifestando o caráter peregrino da Igreja.

A sinodalidade designa o estilo peculiar que qualifica a vida e a missão da Igreja expressando a sua natureza como o caminhar juntos e reunir-se em assembleia do povo de Deus convocado pelo Senhor Jesus no poder do Espírito Santo para proclamar o Evangelho. Também se manifesta na liturgia, esta é também sinodal. Expressa-se no modo comum de viver e trabalhar da Igreja.

A sinodalidade emerge como fruto maduro da eclesiologia de comunhão traçada pelo Concílio: tem a sua raiz no sacerdócio comum dos fiéis, recebido no batismo, que se expressa como corresponsabilidade dos leigos, como cooperação com o próprio bispo, nos presbíteros, e na colegialidade entre os bispos e com o bispo de Roma.

No Novo Testamento temos o caráter exemplar e normativo do chamado concílio apostólico de Jerusalém (Act. 15); nesta passagem concentram-se as fontes normativas da sinodalidade como expressão do discernimento comunitário e apostólico.

A sinodalidade não é um simples procedimento operativo, mas a forma peculiar em que vive e opera a Igreja, isto é, «a dimensão constitutiva da Igreja», que encontra os seus fundamentos teológicos no mistério da Trindade. Aí se situa a condição do Povo de Deus no marco de uma eclesiologia de comunhão.

Na literatura teológica e pastoral das últimas décadas, tornou-se comum o uso de um substantivo derivado do termo, ou seja, “sinodalidade”, correlativo ao adjetivo “sinodal” e derivado da palavra “sínodo”. Fala-se assim da sinodalidade como a “dimensão constitutiva” da Igreja ou simplesmente da “Igreja sinodal”. Esta nova linguagem testemunha

uma aquisição que vem amadurecendo' na consciência eclesial a partir do magistério do Concílio e da experiência vivida nas Igrejas locais até hoje.

b) No sentido mais específico, a sinodalidade designa as estruturas e processos eclesiais nos quais a natureza sinodal da Igreja se expressa de forma institucional nos três níveis de realização na história: a nível local (sínodo diocesano, assembleia diocesana, conselho presbiteral, conselho pastoral, colégio de consultores, cabido, vigararias, ouvidorias), a nível regional (concílios particulares e conferências episcopais) e a nível universal (o concílio ecuménico e o sínodo dos bispos). No nível local, devemos considerar os conselhos pastorais paroquiais, as assembleias paroquiais e demais conselhos que tratam da vida da comunidade cristã.

O papa Francisco defende que o primeiro exercício da sinodalidade se deve dar no âmbito da igreja particular, que se expressa na atividade dos presbíteros dentro do presbitério e como experiência análoga, na atividade dos leigos dentro das estruturas de corresponsabilidade própria da Igreja local. «Só na medida em que estes organismos permanecem ligados com a «base» e partam das pessoas, dos problemas de cada dia, pode começar a tomar forma uma igreja sinodal: tais instrumentos, que algumas vezes procedem com desânimo, devem ser valorizados como ocasião de escuta e participação» (Francisco, Discurso na Comemoração do SOQ. Aniversário da criação do sínodo dos bispos).

c) No sentido mais concreto, a sinodalidade designa a realização pontual dos acontecimentos sinodais que envolvem todo o povo de Deus à escala local (sínodo diocesano), regional (sínodo nacional), ou universal (sínodo dos bispos), para discernir o caminho e tomar decisões concernentes à missão evangelizadora.

O sínodo diocesano é uma assembleia que reúne leigos, consagrados, presbíteros e diáconos, escolhidos para auxiliar o bispo diocesano no exercício da sua função para o bem de toda a comunidade cristã. É um caminho de reflexão, avaliação, renovação, planeamento e programação, feito em conjunto, com a participação de todos.

Para formular as próprias decisões os pastores devem escutar com atenção os desejos (vota) dos fiéis. A comunidade cristã está hierarquicamente estruturada, mas uns não tomam decisões sem os outros. Na diocese, há um processo para elaborar uma decisão, mediante um trabalho comum de discernimento, consulta e cooperação. A elaboração é uma competência sinodal, a decisão é uma responsabilidade ministerial. O método sinodal corresponde a três verbos: escutar, discernir e escolher.

À volta do acontecimento sínodo diocesano, há que considerar os seguintes passos: a razão, convocação e preparação do Sínodo; a constituição de uma comissão preparatória e a elaboração do regulamento; a preparação espiritual, catequética e informativa; a consulta à diocese; a definição das questões; o desenvolvimento e celebração do sínodo propriamente dito (assembleia) e a proclamação de declarações/decretos sinodais (constituições) com a sua receção ao Povo de Deus.

O sínodo é uma ocasião propícia para assumir «a missão como propósito e a sinodalidade como método». Estamos agora, todos chamados à «conversão sinodal».

Pe. Hélder Fonseca Mendes

Angra do Heroísmo, 8 de janeiro de 2020

### **ÀS PARÓQUIAS, OUVIDORIAS, SERVIÇOS E MOVIMENTOS**

1. Após o lançamento do trabalho e dos documentos da caminhada sinodal em setembro passado, o Conselho Pastoral Paroquial dinamizou, com os textos disponíveis, a consulta a partir dele mesmo, dos grupos e movimentos paroquiais e de outras instâncias locais com participação na comunidade civil, bem como os religiosos, os serviços diocesanos, instituições de formação e outros organismos. A análise à realidade cultural, socioeconómica e à identidade religiosa e eclesial uma vez concluída nas paróquias passou ao Conselho Pastoral de cada Ouvidoria;

2. O Conselho Pastoral de Ouvidoria, os religiosos (CIRP), os Serviços Diocesanos, os Movimentos Laicais, e outras entidades entregaram recentemente os seus relatórios à Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal.

3. No passado dia 9 de março, a CCCS reuniu-se em plenário para estudar a recolha de todo o material e proceder à síntese global/final, focando-se nas constatações mais marcantes e nas proposições e sugestões de ação, em cada uma das áreas em análise.

4. Com base nesta síntese global da responsabilidade da Vigararia da Formação e dos secretariados permanentes dos Conselhos Presbiteral e Pastoral Diocesano, a CCCS está a preparar, até ao final deste mês, o instrumento de trabalho para a assembleia diocesana de 2020, de tal maneira de cada membro se possa pronunciar sobre o seu conteúdo, durante o próximo mês de abril.

5. A Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal renova a disponibilidade no apoio, acompanhamento e coordenação da caminhada em toda a Diocese, pedindo que nunca falta a oração.

Angra do Heroísmo, 19 de março de 2020  
P. Hélder Fonseca Mendes,  
Vigário Geral

## SÍNTESE DOS TEMAS DE ESTUDO DA CAMINHADA SINODAL DIOCESANA

### CAPÍTULO I - CULTURA CONTEMPORÂNEA

#### 1. 1. Constatações dominantes

1. A cultura contemporânea mostra-se particularmente sensível ao caráter fragmentário em que proliferam as formas mais variadas e antagónicas de pensar, querer, sentir, crer, amar e, até mesmo de nascer e morrer. Os princípios que apontavam os limites do que o pensamento poderia admitir perderam valor; as normas morais a que a lei natural impunha limites inamovíveis tornaram-se maleáveis. Instalou-se o relativismo que só aceita sujeitar-se às regras e concepções que a razão humana é capaz de descobrir por si mesma. Perderam interesse as grandes questões que os sistemas de pensamento davam proteção e instalou-se, em seu lugar, a hermenêutica da ordem-do-dia.

A secularização (secularismo) é outra expressão muito clara da cultura contemporânea. As pessoas esqueceram-se do seu próprio desenvolvimento pessoal e espiritual, dos valores morais e criou-se uma «era do vazio». Foi-se criando a mentalidade de que basta ser uma boa pessoa, fazer o bem sem necessidade de uma procura espiritual com verdadeiro sentido. Nota-se de uma forma muito acentuada a ausência de Deus na cultura contemporânea com maior incidência nas famílias. Dá-se uma evolução sem Deus. Isto faz com que a evolução em vez de ser um progresso se torne num retrocesso.

Há sinais de alerta na nossa cultura atual: o fenómeno da comunicação, como a internet em que todos os dias somos bombardeados com imensa informação, sendo que muita dela vem-se a confirmar que é dúbia e muitas vezes falsa. É uma sociedade marcada por uma dupla vida, assente nas redes sociais, o que influencia o modo de comunicação e de se relacionar,

nomeadamente numa crítica e ataque ad hominem, que se verifica nas redes sociais.

Neste tempo caracterizado pelo mediatismo somos levados a usar autênticas próteses tecnológicas que nos possibilitam exponenciar as capacidades humanas em que ficamos, por um lado robotizados e por outro suscetíveis de um consumo favorável, no mundo essencialmente capitalista, onde os sinais de alerta passam por uma banalização do pecado e pela desresponsabilização em relação à fé do outro em virtude do egoísmo próprio de quem vê na máquina a solução até para a solidão.

A nossa cultura, época da pós-verdade, caracteriza-se pelo materialismo, a indiferença, o individualismo, a superficialidade e o secularismo generalizado. Acresce a isso o vazio existencial, que é preenchido pelos divertimentos e espetáculos. Os valores da liberdade (mesmo contra a vida humana) e da dignidade da pessoa humana são tidos como os mais importantes da sociedade. A par disto existem tensões e divisões, que se expressam na luta entre o bem e o mal.

2. Há uma valorização do económico em detrimento da pessoa, cultura do lucro e da primazia das aspirações individuais, com pouco espaço para a integração e interação em contextos comunitários e vocacionados para o bem comum. Perdeu-se o sentido de partilha, o convívio com os vizinhos, a amizade e o bem viver com todos. Estamos perante uma cultura economicista, competitiva, pois o que interessa é aparentar o «ter» e não o «ser».

3. Observa-se alterações profundas no modelo da família tradicional, que nos confrontam com novos conceitos de família. Há famílias refeitas após separação, muitas famílias de uma pessoa só, famílias de coabitação sem casamento e várias outras formulações, namorados em relação amorosa exclusiva mas que se recusam partilhar a vida numa mesma casa, famílias por casamento entre pessoas do mesmo sexo.

A formação básica da fé está consignada à comunidade eclesial que, no entanto, não a consegue realizar cabalmente. A família perdeu o seu papel de transmissora da fé. Acresce a isso as situações de irregularidade ou de situações difíceis, cada vez mais comuns. Há que analisar as suas situações com objetividade e crítica.

Verifica-se uma atitude de indiferença de muitos educadores por relação ao crescimento humano e espiritual dos seus educandos.

4. Existe um verdadeiro sentido crítico, que cria um estilo de pensar, escolher e agir, mas muitas vezes enviesados por influências externas. Este modo de viver

resulta no despojamento de crenças e do conforto dogmático.

Há um desinteresse crescente na vivência e na transmissão de valores que eram, outrora, tidos como adquiridos (Respeito, verdade, honestidade, amor ao próximo, lealdade, etc). A globalização dos anti valores, o desprezo pelo espiritual e o materialismo vêm se conjugando para fechar as portas à ética.

5. Paralelamente, assiste-se à procura de espiritualidade (muitas vezes longe do cristianismo), da beleza, e de novas formas de viver e comunicar a fé. Os homens e mulheres de hoje continuam a procurar sentido para as suas vidas e razões para a sua esperança.

A arte perdeu o sentido de transcendência e de ascese. Tornou-se essencialmente subjetiva, centrada na pessoa humana, como reflexo da predominância dos conceitos de liberdade. Reconhece-se, no entanto, que o génio e a sensibilidade são conaturais à verdade e à beleza do mistério divino. As novas formas de expressão são uma busca pelas respostas que inquietam a sociedade atual e que se reflete em toda a expressão cultural. O Cristianismo necessita de materialidade e oferece algo de novo à expressão, mas perdeu a liderança artística

Esta mundivisão cultural desafia-nos, mas permanecem respostas inadequadas: A Igreja sente dificuldade em ler os sinais dos tempos. Tem medo da mudança porque está profundamente estruturada em modelos, em grande parte arcaicos. “Como anunciar um Evangelho que não muda a uma sociedade que muda?” (parafrazeando D. António). No entanto, a linguagem do amor renasce em cada geração.

## **2. Propostas e desafios**

1. Tomarmos consciência destas novas formas de cultura, tentando compreender como esta nova realidade tem impacto nas relações humanas e as alterações que se produzem na vida quotidiana das pessoas. Tomarmos consciência da mudança antropológica que vivemos: a maneira como nos relacionamos com o meio ambiente e as preocupações ecológicas da atualidade são exemplo desta necessidade de repensar categorias dadas por adquiridas. A conceção do amor e a abordagem da sexualidade são outros temas que constituem um desafio à sociedade e à Igreja. O desafio do sentido da vida que se inclui no dar sentido à morte. O que é viver e o que é morrer. Abandonar a abordagem da morte como tabu e passar a uma abordagem que inclui a morte como etapa e não como um fim.

São grandes desafios: conhecermos melhor a cultura do nosso tempo; termos capacidade de nos adaptarmos ao que é justo e necessário adaptar. Fidelidade ao que somos por natureza e identidade como Igreja. Produzir cultura, contagiar, mobilizar, levar os outros a experimentarem.

2. A cultura pode e deve servir para a evangelização. Numa sociedade plural, secular, o Evangelho tem de falar à vida real das pessoas na proposta cristã. Para isso, é necessário repensar a pastoral diocesana de forma a levar o Evangelho, de forma eficaz e adequada à cultura atual, àqueles que se encontram nas margens da Igreja. Promover um verdadeiro acolhimento aos que se encontram nas periferias desta sociedade, atentas as suas circunstâncias, anunciando Cristo a todos os que ainda O não conhecem. O primeiro passo é acolher as novas realidades das famílias, que afetam também as famílias cristãs: famílias monoparentais e reconstituídas. Reforçar a importância da família na transmissão dos valores cristãos, sociais, económicos e culturais.

A Igreja tem necessidade de assumir posições transformadoras e criadoras de cultura, como aconteceu ao longo da sua história milenária, mostrando o caminho da felicidade através de ações e exemplos.

Há que procurar perceber as alegrias, esperanças, tristezas e angústias dos homens do nosso tempo (GS1) e procurar entender os valores e contravalores da atualidade. Uma postura da aceitação incondicional da diferença, contrapondo com o acolhimento e valores firmes, desarma a crítica e converte.

Há que responder com um sistema de valores baseados na justiça e o reconhecimento dos direitos fundamentais da pessoa humana. Há que procurar atrair as pessoas, dando-lhes utilidade e o sentido que elas procuram. A Igreja poderá ser parte da solução da necessidade de busca, através da sua renovação interna para a resolução de problemas atuais.

Numa sociedade marcada por um ritmo frenético, a Igreja deve oferecer alternativas a partir da calma, da serenidade, do desapego e do silêncio.

A Igreja deve ser, ela própria, uma “produtora” de cultura que contagie, mobilize e desperte a sã curiosidade que pode conduzir ao confronto com o Evangelho.

3. Há urgência e necessidade de concretizar o ideal cristão. É necessário que façamos parte deste processo de mudança, vivenciando a experiência humana em lugares onde se treinem e pratiquem as virtudes espirituais e

religiosas, como a família, a escola e outros grupos.

A Igreja deve olhar a si mesma e procurar transformar-se – novas formas de ver e viver o mundo - segundo os seus valores, principalmente na forma como atuamos. A resposta das nossas ações será sempre humana e imperfeita, correndo os riscos que acarreta a renovação.

É imprescindível a existência de um conjunto de orientações que possam servir de base à vida cristã. Exige-se coerência no testemunho, com capacidade para nos renovarmos e termos luzes para iluminar os nossos meios. Tal implica maior unidade dentro da própria Igreja. Há que fazer a diferença no agir, pois é mais difícil re-evangelizar do que evangelizar.

Os cristãos devem ser modelos de coerência para os demais através do seu testemunho de vida (testemunho individual e comunitário). Tal deve concretizar-se em gestos de proximidade, humildade, partilha, ternura e compaixão, sobretudo pelos mais desfavorecidos, ao jeito de Jesus. Devemos ser, no mundo, imagens de Deus. Sublinha-se, com especial relevo, a necessidade de cuidar do testemunho na vida sacerdotal.

Quem vive a fé deve fazer compreender aos outros, com a sua postura de vida, que o cumprimento da Palavra é fonte da verdadeira felicidade e não um fardo. Devemos fazer sentir aos outros a “Alegria do Evangelho.”

4. Há que reforçar a sensibilidade pela prática da Doutrina Social da Igreja, dos direitos humanos, das minorias, dos valores religiosos que dão sentido à pessoa humana, na sua totalidade. Deverá haver flexibilidade sem perder o sentido de compromisso, através da prática do amor, da oração, do conhecimento da Palavra de Deus, maior responsabilidade comunitária.

Há necessidade de promoção da disciplina na formação e da melhoria das relações humanas. Há que educar para a valorização da responsabilidade pessoal e profissional em vista do bem comum, conferindo aos jovens oportunidades de inserção.

Os valores cristãos devem ser integrados e difundidos na cultura contemporânea sem moralismos nem preconceitos mas sem abdicar também dos pilares do Cristianismo. Não podemos perder a nossa identidade crente, diluindo-a. Devemos adequar a terminologia cristã às necessidades dos tempos e estar preparados para as contrariedades que surgem diante dos apóstolos de todos os tempos.

A Igreja no seu todo mas os agentes de Pastoral em particular são

chamados a aprofundarem a sua formação cristã nas suas diversas vertentes.

Devem ser promovidas ações sistemáticas junto do operariado católico bem como dos desportistas próximos da Igreja. Devem igualmente promover-se, dentro e fora de portas, debates sobre a religião, coordenados por teólogos reconhecidos.

A Igreja é chamada a repensar a melhor forma de reabilitar a autoridade que foi perdendo junto dos intelectuais, operários, jovens e populações rurais. Assim como a família ganha autoridade junto das crianças, ao revelar-lhes um universo de itinerários que elas tomam como seus e aprendem a confiar, também a Igreja só poderá recuperar o seu lugar como “sal e fermento” se a sua palavra voltar a ganhar a confiança que o mundo perdeu nela.

As escolas e os colégios católicos devem distinguir-se pela qualidade e prestígio dos docentes e discentes. Deveria ser proporcionada formação teológica pela própria Universidade dos Açores, aberta a quantos a queiram frequentar.

Somos chamados a um processo de conversão e de refontalização. No regresso à fonte, a Igreja encontrará a maneira de se afirmar no nosso tempo, com menos autoritarismo e mais autoridade, menos ritual e mais Palavra, menos indiferença e mais empenhamento, menos formalismo e mais autenticidade, menos timidez e mais arrojo para laborar em campos aráveis que não têm sido cultivados, com gente menos desanimada e com mais confiança no que a faz mover.

5. Promover maior diálogo com a cultura e a arte contemporânea, com sentido crítico, mesmo com objeção de consciência (se necessário). Precisamos defender aquilo que acreditamos, primando pela sinceridade, autenticidade e solidariedade. Cumpre-nos analisar e interpretar os sinais dos tempos, pondo de parte os interesses egoístas.

Necessidade de entendimento através de uma linguagem atualizada, simples e perceptível aos cidadãos comuns: temos de ter a capacidade de desconstruir preconceitos e ideias malformadas para que não caiamos na tentação de julgamentos errados, sobretudo aos que estão nas periferias.

6. Conceber itinerários devocionais, com rede de lugares de fé que constituem o património material e espiritual. Tornar as igrejas abertas e acolhedoras, destacando os elementos modestos, mas significativos.

Promover atividades culturais através de viagens e visitas patrimoniais, respondendo à procura turística. Suscitar a formação e o acesso aos acervos e bibliotecas eclesiais, especializados no património cultural, cristão e profano. Exige-se novas formas de comunicar a fé: acolhimento ao jeito de Jesus, com ternura e misericórdia.

Aproveitar a piedade popular para divulgar e promover o conhecimento e a evangelização.

7. Jesus Cristo deve ser apresentado como modelo e referência de vida. Não se pode falar mais de regras e leis de direito positivo do que de Cristo, autor da nossa fé. Devemos focar-nos, antes de mais, em Cristo e na Sua Palavra.

A participação dos “cristãos militantes” nos sacramentos há-de ter uma efetiva continuidade na vida cristã quotidiana, nos meios onde os cristãos estudam, trabalham, socializam, etc.

Na ação pastoral, há que estabelecer prioridades, discernindo o essencial do acessório e valorizando o essencial.

8. Deve ser reforçada a importância e o lugar da família como “Igreja doméstica”. Há que ter em conta que a missão da Igreja não se confina ao espaço do domínio público.

Sugere-se que, em contexto escolar, catequético e da pastoral juvenil, sejam promovidos projetos que promovam uma efectiva melhoria das relações humanas. Também neste âmbito, devem ser criada uma atitude de proximidade por relação às novas gerações, procurando compreender os seus anseios e esperanças.

9. Há que atender continuamente às periferias, criando laços e acolhendo fraternalmente. A Igreja deve ser uma Mãe que acolhe com alegria e como um “hospital de campanha”, segundo o Papa Francisco. Deve evitar-se a todo o custo a atitude de crítica por relação a tudo e todos.

Deve ser vencido o medo paralisante que por vezes ainda impera por relação ao mundo contemporâneo e às suas expressões. A Igreja não se deve esconder atrás dos seus dogmas. Deve despojar-se do que é humano, sair da zona de conforto e enfrentar os receios e as inquietações do mundo.

10. Há que treinar a capacidade de escuta. Só assim se poderá

conhecer melhor a cultura do nosso tempo e as suas provocações/inquietações. A Igreja deve procurar perceber como é o mundo dos Açores e o seu contexto cultural, quais são os sinais mais evidentes da cultura contemporânea nos Açores e ver como é que os cristãos dialogam com ela. Os desafios da cultura devem levar-nos a uma reflexão sobre o Homem e sobre o mistério da sua existência.

Deve cultivar-se a capacidade de estar, a capacidade de denúncia e o ir mais além na paciência para ver que Deus está antes de nós no mundo e que o Reino de Deus acontece.

11. As novas tecnologias e estradas de informação devem ser cada vez mais e melhor aproveitadas para a Evangelização. Citem-se, como exemplo, as iniciativas virtuais ao estilo da Campanha do Advento e da Quaresma do Serviço de Catequese, entre outras iniciativas louváveis que surgem nas diversas comunidades.

## **CAPÍTULO II - ANÁLISE SOCIAL E ECONÓMICA**

### **2.1. Constatações dominantes**

Os Açores, não obstante, serem considerados um arquipélago paradisíaco, com excelentes condições para atividades ligadas ao mar e à natureza, enfrentam uma série de condicionantes que afetam as condições de vida das pessoas, em alguns casos, não se garantindo os direitos fundamentais a uma existência digna.

Sinais positivos:

O parque habitacional da Região encontra-se em bom estado de conservação, em comparação com a média do país;

A população açoriana vive, em média, com alguma dignidade, uma vez que possui o mínimo para as necessidades básicas, nomeadamente para a habitação, saúde e ensino;

O crescente do papel da mulher no mundo do trabalho e na sociedade em geral;

O turismo, a partir de 2015, tem-se assumido como uma importante atividade económica, ao nível da criação de emprego e do incremento do rendimento disponível de diversos agregados familiares;

O papel das IPSS e de algum voluntariado no apoio à comunidade e no combate à pobreza;

Evolução da taxa de pré-escolarização dos 3 aos 5 anos, na rede pública

e privada;

Melhoria dos apoios aos idosos, nomeadamente, no que concerne ao apoio ao domicílio e no reconhecimento do cuidador informal;

Diversas políticas de investimento e prioridade às pessoas, promovidas pelas diversas instituições governamentais (regionais, nacionais e europeias), sociais, culturais e desportivas.

Sinais negativos:

Somos a Região com maior taxa de pobreza e exclusão social; nos Açores 12 % da população encontra-se em privação severa, o dobro do mesmo índice a nível nacional; e 33% de pessoas abaixo do limiar da pobreza. Constatamos que os Açores é a região do país com a maior taxa de pobreza. Em 2017 (31,6%), com larga distância em relação às restantes regiões, principalmente às do Continente. Comparativamente à média nacional (17,3%), a taxa açoriana representa quase o dobro da taxa de pobreza (dados que constam do texto base de reflexão).

Temos um elevado número de agregados familiares que recebem o Rendimento Social de Inserção (RSI), que pode levar a uma cultura de facilitismo;

O PIB da Região – em 2017, o PIB per capita era de 16,9, enquanto que a nível nacional era de 18,9;

Face à baixa natalidade, assiste-se a uma desertificação das ilhas mais pequenas e envelhecimento das populações;

A Região apresenta uma menor esperança de vida e uma maior taxa de obesidade, em relação à média nacional;

O baixo nível de escolaridade e elevado abandono escolar;

Falta de recursos e oportunidades em consequência da nossa insularidade;

Embora a taxa de desemprego tenha vindo a descer nos últimos anos, continuamos a ter uma taxa superior à média do país.

O trabalho precário.

A violência doméstica.

A toxicodependência.

A solidão dos idosos.

A saúde mental.

### **2.2. Propostas e desafios**

1. Promover uma ação articulada entre diversos serviços que, na Igreja, atuam na área social, de modo a partilhar recursos, favorecer as sinergias, eliminar duplicações e chegar a todos, especialmente, à pobreza envergonhada;

Estabelecer parcerias com outras instituições públicas ou privadas que estejam na área sócio-caritativa, com o objetivo de estabelecer uma rede que torne a nossa ação mais eficaz, desenvolver uma pastoral do encontro entre as pessoas, de forma a criar-se pontes, uma pastoral de proximidade;

Não cabe à Igreja liderar os processos sociais, mas cabe-lhe influenciá-los;

2. Identificar e trabalhar as causas da pobreza, muitas vezes, associadas à desorganização da vida familiar e da falta de planeamento ao nível do orçamento familiar;

Criar/Reativar organismos de solidariedade social;

3. A Igreja deve ter uma opção clara pelos mais desfavorecidos, pelo seu próximo, investindo na sua formação e na valorização das suas capacidades;

Promover e sensibilização de leigos formados para colaborar com as instituições;

Despertar os Jovens;

Sermos comunidades mais contidas e pobres no uso da gestão da "casa comum";

Devemos denunciar casos que desumanizem a pessoa no que diz respeito às carências efetivas, violência e dependências, ser voz profética da Igreja;

Promover a partilha fraterna nas comunidades cristãs;

4. Dinamizar as instituições de apoio social em todas as ilhas, cáritas, conferências vicentinas, centros sociais...

5. Incentivar o trabalho social das Santas Casas da Misericórdia

### **CAPÍTULO III – IDENTIDADE RELIGIOSA E ECLESIAL**

#### **3.1. Constatações dominantes**

1. A realidade social e cultural da Igreja nos Açores mudou. O crescente laicismo acabou por se infiltrar e muitas pessoas ligadas à Igreja nas nossas comunidades não ficaram imunes, deixando-se influenciar por

essa corrente, o que tem causado o afastamento da prática religiosa.

As pessoas, não obstante se considerarem católicas, sentem pouco a presença da Igreja no seu dia-a-dia, sobretudo, as que se encontram mais afastadas ou nas periferias sendo, portanto, urgente encontrar caminhos de saída ao encontro fraterno das ovelhas perdidas do nosso tempo e das nossas comunidades.

O excesso de informação e desinformação existente e o acesso tão facilitado e abusivo do telemóvel e redes sociais muitas vezes contribuem para um isolamento pouco saudável. O conceito de comunidade é usado muitas vezes de forma certa mas processado de forma errada. O partilhar e pôr em comum deu lugar ao egoísmo, ao “eu”.

A Diocese no seu todo, as paróquias e os organismos da Igreja são distantes e inacessíveis. Há um aparelho e uma série de conselhos que tornam tudo pouco funcional. Há demasiadas capelas, grupos fechados em paróquias e movimentos. É preciso existir comunhão e partilha entre paróquias e movimentos, gerando ligação, promovendo sinergias e amplificando a Boa Nova.

O povo açoriano apresenta-se, ainda, com uma abertura ao anúncio do Evangelho, mas sempre mais através das suas manifestações de fé e culto. A religiosidade popular precisa de ser purificada, uma vez que por vezes as várias festividades em vez de unir afastam ainda mais as comunidades pois não se preocupam com a mensagem que o Evangelho transmite, mas sim com as tradições.

A Igreja embora presente no mundo dos Açores não tem quantitativa e qualitativamente uma presença de influência evangélica no mundo real das nossas ilhas. Tem dificuldade em ter uma leitura real dos problemas atuais e muito mais em fazer uma leitura crente da atualidade.

A presença da Igreja nos Açores tem na sua hierarquia um estilo distante e na sua ação uma forte marca clerical, com uma linguagem pouco acessível. As instituições eclesiais são pesadas e pouco funcionais em estilo atual.

2. A Igreja está desacreditada porque tem uma linguagem do passado. Não acompanhou a evolução da ciência e da tecnologia. Urge outro tipo de informação mais apelativa, convincente e atual. Embora esta realidade dê alguns sinais de estar a mudar, a Igreja continua afastada das autoestradas da comunicação (meios de comunicação social, internet, redes sociais, correio eletrónico, etc.).

Constata-se que muitos aspetos complicam e bloqueiam a vida pastoral das comunidades paroquiais. As pessoas fazem a sua vida e vivem os seus problemas sem terem as comunidades como suas procurando-as só nas alturas dos serviços religiosos e litúrgicos com pouca participação na vida das mesmas.

Há uma falta de comunicação entre o Centro da Diocese e as comunidades, excesso de burocracia, informatização incipiente e quase não uso das novas tecnologias. Por outro lado, não obstante a caminhada diocesana a realidade dos Conselhos Pastorais a nível de corresponsabilidade e de ação é diminuta. Pouco protagonismo laical e necessidade de temas mais simples para a sua funcionalidade real.

3. Existe uma minoria de cristãos comprometidos, mas que infelizmente a muitos deles, quer por questões de idade, quer por apego às tradições, é-lhes difícil adaptarem-se às mudanças da atualidade, limitando-se muitas das vezes a uma pastoral de manutenção, com fraca consciência de comunidade, e dificuldade de unificação entre a oração e a vivência. O clericalismo continua a ser uma tentação presente e a maior parte dos leigos não sente a necessidade de pertença à comunidade.

A Igreja na sua militância e prática dominical é constituída por gente de idade avançada, conservadora e rotineira, explica a doutrina e organiza-se sempre da mesma maneira. Integra pouca gente nova e tem um ritmo pouco atual. A falta de testemunho dos ministros e leigos desacredita a Igreja. Há pouca criatividade e fantasia no processo de se fazer os cristãos, no celebrar e no empenhamento social. O ar e estilo são severos e tristes.

4. O acolhimento às pessoas e aos seus problemas é deficiente e as estruturas e instâncias de acolhimento são muito do tipo oficial e de funcionalismo. Os que estão em situações de vida e em dificuldades deparam-se com muitas normas e regras e com disparidade de critério na resolução dos seus problemas na acessibilidade aos serviços religiosos e aos sacramentos.

A ação da Igreja tem uma certa dificuldade em ver a especificidade sócio cultural e económica de cada ilha; e do ponto de vista pastoral é marcada em demasia pela piedade popular ou religiosidade pouco trabalhada na evangelização; assim como por um itinerário catequético pouco consistente para todas as idades e com uma pastoral social pouco coordenada.

5. Atualmente, ainda nos deparamos com uma visão autossuficiente das paróquias onde prevalece uma ideia de paróquia fechada, apenas a trabalhar para si. Tal discernimento é explicado por questões históricas, culturais e até mesmo geográficas e fundamentado no facto das paróquias apresentarem especificidades que as distinguem das restantes.

As paróquias vivem muito fechadas sobre si próprias necessitando de uma renovação e nova estruturação nas cidades. É necessária uma maior autonomia para as Ouvidorias e que se perceba qual a verdadeira relação com as Vigararias Episcopais para que não sejam super-estruturas.

6. Sendo a Palavra de Deus eterna, falando a todos os tempos, importa compreendê-la à luz da atualidade, e para tal é necessário ter formação. Embora se compreenda que nunca houve como agora tanta oferta formativa, também nunca como agora houve tanta falta de interesse e embora se pense que mais formação traz melhor desempenho, a verdade é que não se está a conseguir cativar as camadas mais jovens, que mostram desinteresse.

A formação que não é apenas transmissão de conhecimentos. Se o sujeito de edificação da Igreja é todo o povo de Deus, a formação deve atingir todo o povo, os agentes de Pastoral e os Ministros Ordenados (Presbíteros, Diáconos e os futuros presbíteros).

A formação básica do povo de Deus é fraca, não obstante, toda a oferta de Ações de Formação. Os agentes de pastoral têm ações de formação mas necessitam de um plano concertado e mais profundo.

A formação dos futuros presbíteros deve ser melhorada não só num maior discernimento dos candidatos ao sacerdócio, bem como na sua formação intelectual que deve terminar com um grau académico. Fala-se na necessidade de implementação do Diaconado Permanente e de um plano bem feito para a formação do Clero.

A formação deve ser teórica e prática com conteúdos atuais de vária ordem, uso das novas tecnologias, em regime presencial e à distância e com uma equipa multidisciplinar ao serviço da Formação.

7. No que respeita aos jovens, estes são influenciados por um forte pensamento ateu e veem na ciência as respostas para tudo. É-lhes comunicado que se pode viver bem sem Deus e sem ter relação espiritual com o Evangelho. Estamos perante uma geração vazia de espiritualidade evangélica.

Na catequese paroquial, sentimos falta de apoio das famílias. Os pais demitiram-se do seu papel de primeiros educadores da fé dos seus filhos. Muitas vezes a criança só ouve falar em Deus na catequese, no encontro semanal. A criança hoje, tem tudo em casa, não sai para conviver, para dialogar.

Aponta-se a paróquia e a Ouvidoria como lugares de formação com referência às Escolas de Formação Cristã da Ouvidoria em parceria com o Instituto Católico de Cultura e este e o Seminário de Angra são apontadas como instituições que devem promover a fé - cultura e valorizar a Formação na Diocese.

8.A vida das comunidades vive muito de um modelo evangelizador tocado pela religiosidade popular, por um processo catequético longo mas frágil, por uma pastoral familiar incipiente e de pouco cunho social. A pastoral social vive desgarrada sem coordenação e sem movimentos que a consolidem.

### **3.2. Propostas e desafios**

1. Aumentar a proximidade e a abertura da Igreja - A Igreja de hoje é desafiada a sair do conformismo, da rotina, indo ao encontro do outro, seja ele quem for, sem medos, julgamentos prévios ou aceções. A palavra de ordem é “acolher”, de forma simples e caritativa, sem falsos moralismos. As pessoas exigem que a Igreja seja mais acolhedora, escute, oriente e acompanhe. Uma Igreja menos clerical, mais próxima, mais simples, mais terra-a-terra.

Há que promover o acolhimento de todos os cristãos que procuram a Igreja apenas como prestadora de serviços (batismos, primeiras comunhões, crisma, funerais e missas de 7º dia), de modo a que se “sintam” também como membros efetivos da Igreja.

Uma maior cooperação entre as paróquias como também entre os movimentos e serviços da Igreja - Temos que nos esforçar por continuar a viver em comunhão com todas as paróquias e, por conseguinte, ouvidorias da diocese, imbuídos de espírito missionário, de modo a caminharmos juntos com e para Cristo. Devemos ainda ter consciência de que as nossas comunidades não devem estar fechadas em si próprias. Há necessidade de trabalharem de forma mais alargada, nomeadamente a nível de ouvidorias.

Tendo em conta a nossa realidade arquipelágica nota-se que a vivência

diocesana não é igual em todas as ilhas, o que provoca um entrave a uma verdadeira ação conjunta. Ilhas diferentes requerem que haja um conhecimento local muito profundo, apostando em ações locais para se conseguir que a Diocese avance toda ao mesmo ritmo.

Movimentos - É crucial que os movimentos se abram a toda a Igreja pois, embora limitados, têm uma espiritualidade e uma experiência de fé mais intensa e dinâmica. Os movimentos da Igreja são muito importantes para o nosso enriquecimento, contudo podem/devem atualizar a sua linguagem e modo de ação, ser ainda mais missionários. Incrementar a comunhão entre os diversos Agentes de Pastoral para se conhecerem melhor, aprofundarem e vivenciarem a sua fé nos seus ambientes.

2. Tornar a Igreja mais presente - Pede-se que a Igreja seja presença e testemunho, começando pelas famílias e passando por todos os ambientes. Seja exemplo visível em tempo de profundas mudanças. Seja interventiva nas questões sociais, mostrando um rosto humano à maneira de Cristo. Uma Igreja mais atenta e atuante na nossa sociedade, nomeadamente, junto dos doentes, dos pobres e excluídos. Uma Igreja que atenda ao clamor da juventude, a quem é necessário dar vez e voz, pois é nela que reside a esperança e o futuro.

É importante ouvir as pessoas, escutar quem está de fora. Sente-se a necessidade de a Igreja (consagrados e leigos) estar presente nos sofrimentos da vida (pobreza, desemprego, dependências, doença, morte, etc.) de uma forma iluminadora. Defesa do modelo de família cristã, baseado no amor, privilegiando o combate aos males que a afetam, como sejam a droga, o desemprego, o álcool, a pobreza, situações que favorecem a desestruturação da família.

Relação com sociedade e problemas sociais - Uma Igreja interventiva nas questões sociais, mostrando um rosto humano à maneira de Cristo. O clamor das pobres e das realidades de vida das nossas famílias, de todos e especialmente dos mais novos. Uma Igreja que se empenhe para debelar a droga, desemprego e desestruturação da família.

3. Atualizar o discurso da Igreja - A Igreja tem de acompanhar os novos tempos, cativando e atraindo os que estão afastados. Adaptar as homilias à realidade, utilizando um vocabulário apropriado ao público. A Igreja tem de se adaptar à nova realidade social, perceber como é que, atualmente, as pessoas vivem a sua fé. Os homens olham para a Igreja Diocesana

como uma instituição fora do seu tempo, com rituais que mais parecem da Idade Média, com procissões e ritos arcaicos que pouco dizem às novas gerações, pelo que importa perceber que respostas eles procuram na Igreja que, na maioria das situações, está aquartelada nas sacristias.

Uma adequada utilização das redes sociais e o anúncio do evangelho, em eventos musicais, divulgando a música religiosa e em eventos desportivos ou colónias de férias.

4. Simplificar os processos e a linguagem - Simplificar a nível de linguagem e conteúdo os guias de apoio à catequese e ao Curso de Preparação para o Matrimónio, o serviço de apoio à pastoral familiar ou o serviço de liturgia. Apresentar um esquema relativo aos Cursos de Preparação para o Batismo para que estes sejam mais uniformes, a nível da Diocese, no que concerne aos conteúdos doutrinal, sacramental e litúrgico.

Relativamente à catequese, podia-se descomplicar a partir do 7º ano, designadamente, fazer catequese em conjunto com os outros anos e empregar criatividade nas sessões. Após o 6º ano a catequese não está a ser produtiva, sendo apenas uma obrigação para chegar ao Crisma.

Tornar alguns processos menos burocráticos (processos de matrimónio, nulidade de matrimónio, licenças ou autorizações para batismo ou crisma noutras paróquias que não a de residência, entre outros).

Linguagem, comunicação, proximidade - Uma Igreja mais inculturada, horizontal e inclusiva. Impõe-se passar de uma pastoral de manutenção para uma pastoral de missão. Há que retomar a “pastoral de vizinhança”. Deve prevalecer a alegria do encontro, cultivo da humildade que faz com que haja uma organização de relações horizontais sem que isso implique a perda da reverência devida. Uma linguagem e um método que permita aos jovens se inebriarem pela mensagem de Cristo através da sua Igreja.

5. Igreja Missionária - Que não se limite a teorias, mas concreta e coerente com o Evangelho que anuncia. A palavra de ordem é “acolher”. A Igreja tem de colocar-se em movimento missionário. Tem de ser uma Igreja de saída, uma Igreja em “missão”.

6. Catequese Família - A renovação dos métodos de catequese para uma mensagem mais atual, embora com consciência de que, por si só, a catequese é manifestamente insuficiente. Existem pais que levam os filhos à catequese mas não os acompanham à Eucaristia; Aconselha-

se uma catequese para adultos, principalmente dos encarregados de educação de catequizandos. Catequese familiar desde a base, apostando numa formação direcionada para as famílias, e para os diferentes agentes pastorais.

7. Papel dos leigos - Propõe-se que a hierarquia da Igreja, sempre que possível, delegue funções, descomplique, abra mais as portas aos leigos para os serviços diocesanos, deixe para trás clericalismos. É preciso renovar a confiança dos agentes pastorais no Espírito Santo, para isso é imprescindível a disponibilidade de fazer mais do que o necessário. É necessário que os leigos assumam os lugares que lhe estão previstos e que contribuam ativamente no crescimento da fé e nesta caminhada que nos propomos fazer.

8. Formação - Há, mas é preciso inovar, adaptar às necessidades reais no contexto atual. Formação permanente para todos os leigos sobre vários temas pertinentes na e para a sociedade atual, não esquecendo a formação da componente litúrgica e bíblica; Formação deve ter vários graus: um grau de formação popular ao alcance de todos, uma formação à distância bem organizada e outra através das Escolas de Formação Cristã das Ouidorias. Promover o espólio cultural da Igreja, que é vasto e muito rico, contando a sua história através de exposições e visitas guiadas, será certamente uma boa forma de evangelizar.

9. Maior esforço ao nível de coordenação e descentralização - A Diocese devia ter um Grupo Coordenador constituído por Presbíteros, Diáconos, Leigos, Religiosos/as que conjuntamente com o Bispo, tendo em conta o parecer das bases «sensus fidelium» pensasse e decidisse pastoralmente. O Organograma da Diocese devia ser “desconstruído” e “descomplicado” e apresentado em forma circular, comunicacional e funcional. A Igreja tem demasiada organização que poderá criar obstáculos à sua ação evangelizadora, com muitas estruturas de aconselhamento.

Agir uniformemente, especialmente no que diz respeito a acesso aos sacramentos e à sempre problemática questão dos padrinhos. Uniformidade de critérios para que se fale a uma só voz em Igreja. Devemos remar todos para o mesmo lado. Não faz sentido que na mesma Igreja se aja de forma diferente em situações idênticas ou similares.

Propõe-se que a hierarquia da Igreja, sempre que possível, delegue

funções, descomplique, abra mais as portas aos leigos para os serviços diocesanos, deixe para trás clericalismos, valorizando todos e cada um, através de um apelo individual à participação, consoante as próprias possibilidades e capacidades.

Dia de Páscoa da Ressurreição, 12 de abril de 2020  
A Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal

## **DOCUMENTO BASE - INSTRUMENTO DE TRABALHO**

### **CAMINHADA SINODAL PARA UMA IGREJA DIOCESANA RENOVADA QUE RESPONDA AOS SINAIS DOS TEMPOS**

#### **Introdução**

Ao iniciarmos a caminhada sinodal e por indicação do Conselho Presbiteral foi proposto aos diocesanos que se fizesse uma análise da realidade que nos envolve, a nível cultural, social e eclesial. A este trabalho, na linguagem conciliar, denomina-se auscultação dos Sinais dos Tempos.

Recolhendo todas respostas que foram apresentadas pelas diversas Ouvidorias, tendo em conta o resultado das reflexões feitas nos diversos grupos, movimentos, instituições e mesmo por pessoas singulares ou em iniciativas próprias das paróquias, a Comissão Coordenadora organizou a síntese que já foi enviada a todos os membros dos Conselhos Presbiteral e Pastoral diocesanos que reunirão em Assembleia no próximo mês de Outubro.

A partir dos Sinais dos Tempos que obrigatoriamente interpelam a Igreja diocesana, a mesma Comissão Coordenadora avançou com a elaboração de uma proposta que irá ser submetida à referida Assembleia para poder ser melhorada.

A organização deste texto proposta teve em conta os desafios emergentes da análise da realidade, mas também as exigências que a Igreja na pessoa do Santo Padre coloca para que possa cumprir a sua missão fiel ao Evangelho, segundo as orientações do Concílio Vaticano II e adequada aos tempos de hoje.

Estamos perante um texto bastante alargado que terá de ser refletido ao longo de vários anos. O facto de ser apresentado no todo dos conteúdos que emergem dos desafios dos Sinais dos Tempos tem a razão de se poder trabalhar com uma visão de conjunto, embora seccionada por

partes.

Renovamos o convite para uma caminhada sinodal tal como a Igreja hoje o exige. O facto do Santo Padre o Papa Francisco ter convocado o Sínodo dos Bispos do ano de 2022 sobre a temática do rosto sinodal da Igreja, certamente irá dar ainda mais força à iniciativa da nossa diocese.

Esta caminhada sinodal tem dois planos: o primeiro é realizado na experiência pastoral concreta em cada uma das comunidades cristãs, formando e interpelando para uma participação ativa e consciente de todos os batizados na missão da Igreja, na base de uma comunidade cristã que vive a comunhão e exerce a corresponsabilidade em todos os seus membros; o segundo diz respeito à reflexão que é pedida a todos os grupos, movimentos e instituições e mesmo a pessoas fora da Igreja para ajudarem na renovação da Igreja diocesana.

É forçoso reconhecer que a Igreja do futuro é de rosto sinodal que implica a participação ativa de todos os fiéis cristãos. Prossigamos nesta caminhada tão bela e tão exigente mas tão necessária. É hora de promovermos os Conselhos Pastorais Paroquiais, os Conselhos Económicos Paroquiais, Assembleias Paroquiais, Movimentos e organismos de participação. Estamos perante um desafio que contém etapas mas é uma caminhada permanente.

Esta é a hora da renovação.... Não podemos parar. Jesus de Nazaré e o Seu Evangelho abrem-nos para o futuro que surge sempre na Novidade do Espírito de Deus.

## I. UMA IGREJA EVANGELIZADORA

A Igreja existe para evangelizar. Esta é a sua missão essencial. S. Paulo VI afirma-o na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*: “Evangelizar constitui, de facto, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade” (EN n° 14).

Vejam, concretamente, alguns traços que nos auxiliam a refontalizar esta realidade.

### 1. Centrada em Jesus Cristo

A evangelização deve ter sempre como base, centro e cume do seu dinamismo uma proclamação clara de que, em Cristo a salvação é oferecida a toda a humanidade (Cf. EN n° 27). É n’Ele que assenta e se centra a missão evangelizadora da Igreja e é para Ele que a mesma se

encaminha. A consciência de sermos uma Igreja cristocêntrica parece estar teoricamente assimilada pelo Povo de Deus. No entanto, este conhecimento nem sempre é consequente. É urgente recentrar a nossa forma de ser e de agir enquanto cristãos.

## **2. Coração inflamado pelo Evangelho**

Os cristãos da nossa Diocese estão convictos de que não há evangelização efectiva sem corações ardorosos. Como anunciar o Evangelho sem se deixar primeiro converter por ele, sem viver aquilo que se anuncia? A este respeito, são oportunas as palavras do Papa Francisco na sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*: “Não se pode perseverar numa evangelização cheia de ardor, se não se está convencido, por experiência própria, que não é a mesma coisa ter conhecido Jesus ou não O conhecer, não é a mesma coisa caminhar com Ele ou caminhar tacteando, não é a mesma coisa poder escutá-Lo ou ignorar a sua Palavra (...). O verdadeiro missionário, que não deixa jamais de ser discípulo, sabe que Jesus caminha com ele, fala com ele, respira com ele, trabalha com ele (...). Se uma pessoa não O descobre presente no coração mesmo da entrega missionária, depressa perde o entusiasmo e deixa de estar segura do que transmite, faltam-lhe força e paixão. E uma pessoa que não está convencida, entusiasmada, segura, enamorada, não convence ninguém” (EG nº 266).

## **3. Atenta aos Sinais dos Tempos**

O anúncio do Evangelho deve ser encarnado. Nesse sentido, a missão de evangelizar deve ter sempre em conta o horizonte histórico em que se insere. Somos convidados a ler e interpretar os sinais da passagem de Deus na nossa história para podermos actuar, em ordem a uma resposta evangelizadora da nossa Igreja local às questões que a sociedade, a cultura e até a própria Igreja nos colocam. Através do discernimento e da capacidade de interpretação é necessária uma leitura profética do nosso mundo, nas suas alegrias e esperanças, tristezas e angústias.

## **4. Cuidar do anúncio querigmático**

O querigma ou primeiro anúncio deve ocupar o centro da atividade evangelizadora e de todas as tentativas de renovação eclesial. É ele que, como nos lembra o Papa Francisco, nos faz crer em Jesus Cristo, que nos comunica a misericórdia do Pai (Cf. EG nº164). O que nesta Exortação se

diz do catequista em particular pode aplicar-se a todo o evangelizador em geral: Na sua boca, volta a ressoar sempre o primeiro anúncio: “Jesus Cristo ama-te, deu a sua vida para te salvar e agora vive todos os dias contigo para te iluminar, fortalecer e libertar.”

Convém ter em conta que a expressão “primeiro anúncio” não significa quê ele esteja no início de um processo e possa depois ser esquecido. Pelo contrário: Trata-se de “primeiro” em sentido qualitativo porque é o mais importante e aquele que temos de continuar a ouvir. O próprio evangelizador precisa de o escutar muitas vezes e de se deixar converter.

Além disso, lembra o Papa: “Nada há de mais sólido, mais profundo, mais seguro, mais consistente e mais sábio que esse anúncio. Toda a formação cristã é, primariamente, o aprofundamento do querigma. (...) É o anúncio que dá resposta ao anseio de infinito que existe em todo o coração humano.” (cf. EG n° 165).

Perante o aparente desconhecimento prático deste momento fulcral da evangelização, poderíamos perguntar: O que implica o querigma? Entre outros aspetos, convém ressaltar os seguintes: deve incluir a aceitação de Deus que se deu aos homens em Jesus; o sentir-se arrancado do pecado e a vontade de entrar na dinâmica do Reino; deve provocar também o desejo de inserção na comunidade cristã.

### **5. Catequese renovada**

A catequese é a etapa do processo evangelizador em que se capacitam basicamente os cristãos para entender, celebrar e viver o Evangelho do Reino e para participar ativamente na construção da comunidade cristã e no anúncio do Evangelho. Esta formação cristã – integral e fundamental – tem como meta a conversão da fé.

A renovação da catequese necessita da participação de todos os membros da comunidade cristã. Inflamados pelo Espírito Santo, todos se devem sentir sujeitos ativos nesta etapa do processo evangelizador: A comunidade, os ministros ordenados, o catequista e, de um modo especial, a família. No que se refere a esta última e dada a situação de indiferença em que muitas famílias vivem por relação ao percurso de fé dos seus educandos, convém lembrar o que nos disseram os bispos portugueses na sua recente carta pastoral: “Hoje têm de ser os filhos a levar os pais ao (re)encontro com Deus.” (Cf. Catequese, a Alegria do encontro com Jesus Cristo, n° 35)

É também urgente uma aposta séria na formação dos catequistas,

valorizando as suas diversas dimensões. Sem descuidar nenhuma delas, há que investir no cuidado pela espiritualidade do catequista, para que a transmissão da fé se faça de modo vivenciado, inserida no encontro com Jesus Cristo (Cf. CAEJC, nº12)

A catequese tem de ser encarada também numa perspectiva mais abrangente, para além da infância e da adolescência. Urge implementar a catequese de adultos em todas as comunidades cristãs.

### **6. Autêntica preparação para os sacramentos**

A evangelização não se esgota com a pregação ou com o ensino de uma doutrina. Deve atingir toda a vida e, por isso mesmo, a vida sobrenatural, que tem uma forte expressão nos sete sacramentos.

Assim, a evangelização exprime toda a sua riqueza quando realiza uma comunicação ininterrupta entre a Palavra e os Sacramentos. Administrá-los sem um apoio sólido na catequese dos mesmos e numa catequese global é privá-los, em grande parte, da sua eficácia. O papel da evangelização é precisamente o de educar de tal modo para a fé que esta depois leve os cristãos a viver os sacramentos do modo mais pleno possível (Cf. EN nº 47). A preparação sacramental deve gerar abertura aos sinais, à graça divina e à missão no mundo.

### **7. Novo ardor, novos métodos e novas linguagens**

O novo ardor de evangelizar deve provir da abertura ao Espírito e da busca de um novo ânimo por parte de quem já foi evangelizado. Não se pode conceber uma pessoa que tenha acolhido a Palavra e se tenha entregado ao Reino sem se tornar alguém que testemunha e, por seu turno, anuncia esta Palavra (Cf. EN nº24).

Na era digital em que vivemos, os novos métodos terão de ter em conta a capacidade que os meios de comunicação têm de chegar a muitos, sem esquecer que ainda há um número razoável de cristãos que, embora comprometidos com a sua fé, não têm acesso facilitado às novas tecnologias. É preciso cuidar que o uso de novos métodos não gere excluídos.

A linguagem também precisa de ser adaptada aos novos tempos. A evangelização perde algo da sua força se não tiver em conta o povo a que se dirige, com o seu contexto e problemas reais. Por outro lado, a evangelização corre o risco de perder a sua alma e de se desvanecer se for despojada ou adulterada do seu conteúdo (Cf. EN nº 63). Há que atender

à fidelidade a Deus e à fidelidade ao homem, numa única atitude de amor (Cf. Catechesi Trandendae nº55)

**Questões para aprofundar e aplicar a uma Igreja evangelizadora:**

1. No âmbito da Evangelização, quais as “alegrias e esperanças” e quais as “tristezas e angústias que encontramos nas nossas comunidades?
2. Atendendo às alíneas apresentadas e perante a realidade que nos circunda, o que podemos fazer de concreto para que a missão evangelizadora seja mais fecunda na nossa Diocese e nas nossas comunidades?

## II. UMA IGREJA MISSIONÁRIA

### 8. Formar para a missão

A formação para a missão integra todas as etapas de iniciação e amadurecimento na fé, mas é particularmente incisiva na preparação e receção do sacramento da confirmação, pelo qual o fiel se torna testemunha da fé por palavras e obras (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n. 1303). Alimenta-se na comunidade cristã, especialmente no ensino, na vivência dos sacramentos e no serviço.

Essa mesma dimensão deve ser fundamental na formação dos sacerdotes. “A ideia de fundo é que os Seminários possam formar discípulos missionários “enamorados” do Mestre, pastores “com o cheiro das ovelhas” que vivam no meio delas para servi-las e conduzi-las à misericórdia de Deus (CONG. CLERO, O dom da vocação sacerdotal, Intr., n. 3).

A presença de agentes missionários especializados e de outros recursos contribuem para despertar na Igreja Particular a centralidade da vivência missionária. “Nos agentes pastorais, independentemente do estilo espiritual ou da linha de pensamento que possam ter, desenvolve-se um relativismo ainda mais perigoso que o doutrinal. Tem a ver com as opções mais profundas e sinceras que determinam uma forma de vida concreta. Este relativismo prático é agir como se Deus não existisse, decidir como se os pobres não existissem, sonhar como se os outros não existissem, trabalhar como se aqueles que não receberam o anúncio não existissem. É impressionante como até aqueles que aparentemente dispõem de sólidas convicções doutriniais e espirituais acabam, muitas vezes, por cair num estilo de vida que os leva a agarrarem-se a seguranças

económicas ou a espaços de poder e de glória humana que se buscam por qualquer meio, em vez de dar a vida pelos outros na missão. Não nos deixemos roubar o entusiasmo missionário!” (EG, 65).

### **9. Missão partilhada por todos batizados**

Toda a Igreja é por sua natureza missionária e a obra de evangelização é dever fundamental de todos os batizados. Os Bispos são os primeiros responsáveis pelo anúncio do Evangelho animando a entusiasta colaboração dos fiéis (LG, n. 23). São necessários ministérios diversos, que, suscitados pelo apelo divino no seio da mesma comunidade dos fiéis, devem ser encorajados e cultivados por todos com diligente cuidado; entre estes ministérios, evidenciam-se as funções dos sacerdotes, dos diáconos e dos catequistas. De modo análogo, os religiosos e as religiosas desempenham, quer pela oração quer pela ação, um serviço indispensável para enraizar nos corações o reino de Cristo, fortificá-lo e estendê-lo mais ao longe.

Têm grandíssima importância e são dignos de um interesse particular os leigos. A eles pertence, depois de penetrados do Espírito de Cristo, animar interiormente, à maneira de fermento, as realidades temporais e dispô-las para que se realizem sempre segundo Cristo (AG, n. 15).

### **10. Portas abertas para sair ao encontro e deixar entrar**

“A Igreja «em saída» é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa correr pelo mundo sem direção nem sentido. Muitas vezes é melhor diminuir o ritmo, pôr de parte a ansiedade para olhar nos olhos e escutar, ou renunciar às urgências para acompanhar quem ficou caído à beira do caminho. Às vezes, é como o pai do filho pródigo, que continua com as portas abertas para, quando este voltar, poder entrar sem dificuldade” (EG, n. 46).

### **11. Privilegiar os que estão fora sem esquecer a comunidade de referência**

“Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos. Se alguma coisa nos deve santamente inquietar e preocupar a nossa consciência é que haja tantos irmãos nossos que vivem sem a força, a luz e a consolação da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade de fé que os acolha, sem

um horizonte de sentido e de vida (EG, n. 49).

Por isso, a comunidade cristã deve promover a formação, cultivar a unidade e fortalecer-se na santidade para que também sirva de atração aos que estão mais longe, como afirmavam os pagãos acerca dos primeiros cristãos: “vede como eles se amam” (TERTULIANO, *Apologeticum*, n. 39, 7).

### **12. Os novos areópagos para a missão: escolas, empresas, famílias, associações, vida política.**

Os espaços onde estão a maior parte dos irmãos já não são as igrejas. O átrio dos gentios aumenta a cada dia. A Igreja diocesana deverá fortalecer a sua presença missionária em todos os espaços, especialmente na formação escolar, na atividade empresarial, nas diversas associações públicas ou privadas, na vida política, junto dos mais pobres e mais afastados. Daqui surge a necessidade e urgência de acompanhar e formar os nossos leigos presentes na secularidade.

Contudo, não basta olharmos para a interioridade. Deve existir a preocupação em atender outras Igrejas, através da partilha de bens e pessoas. “De facto, são marcados com vocação especial aqueles que, dotados de índole natural conveniente e das qualidades e talentos requeridos, estão prontos para empreender o trabalho missionário, quer sejam nativos quer estrangeiros: sacerdotes, religiosos e leigos” (AG, n. 23).

#### **Questões para aprofundar e aplicar a uma Igreja missionária:**

4. Quais os desafios e orientações para que a Igreja Diocesana e as nossas comunidades sejam mais missionárias?

5. Que areópagos merecem o nosso maior empenho e como se deve agir?

### **III. UMA IGREJA EM PERMANENTE DIÁLOGO COM O MUNDO**

**13. No permanente diálogo Igreja - Mundo há princípios antropológicos, eclesiológicos e escatológicos que não podemos ignorar, a partir da própria comunicação/revelação de Deus com as pessoas. Nunca a relação de Deus connosco esteve separada de uma situação concreta de vida de um povo (historicidade); Deus faz-se carne para fazer dela o lugar da sua manifestação (encarnação); a salvação comunicada na carne, no corpo e na história melhora a humanidade (universalidade);**

é impensável uma postura de indiferença por parte de Deus e da Igreja, uma vez que são as mesmas pessoas que vivem no mundo e também incorporam a Igreja; para a Igreja é incompatível com o evangelho uma postura de qualquer interesse ou privilégio que não seja o de comunicar a fé, a graça, a libertação e a salvação que lhe é dada; não há privilégio algum a defender na Igreja que não seja serviço a prestar dentro e fora dela; se a Igreja se projeta sobre o mundo tem como referência crítica o Reino de Deus que a purifica, amplia e relativiza; os valores desse Reino estão na Igreja mas transvasam os seus limites enriquecendo a criação, a humanidade, história, a sociedade e a cultura. A presença dos cristãos no mundo contemporâneo requer a correlação dos verbos cuidar e servir, onde se inscreve a diaconia.

**14. O diálogo é sempre mútuo**, de quem fala e escuta, aprende e ensina, recebe e dá. A Igreja oferece ao mundo o Evangelho, a verdade na caridade, sem medo e com humildade. Procura valorizar a criação na promoção de uma ecologia integral renovada numa nova criação pelo mistério pascal de Cristo. Cada cristão toma esta atitude pessoalmente, mas também o pode e deve fazer de um modo associado e organizado em diversos movimentos de apostolado na missão de evangelizar e santificar o mundo.

**15. O tempo da pandemia pôs a nu a afirmação: «lembra-te homem que és pó...»**; junto ao sofrimento e ao luto, trouxe consigo também oportunidade e graça, esperança e perspectiva, verdade e caridade, responsabilidade e cuidado uns pelos outros, humildade, sobriedade, essencialidade, criatividade, simplificação, indigência, finitude, contingência, con-fina-mento, etc. A Igreja na sua capacidade de diálogo olha para além da emergência do tempo presente, depois de uma grande lição sobre o valor da vida que inclui a fragilidade, a igualdade, a doença e a morte.

**16. As Bem-aventuranças são a norma de vida dos discípulos**, a gramática do seu diálogo com o mundo. O discípulo faz uma opção pela pobreza como conselho evangélico, como modo de vida, mas não deixa de lutar contra a pobreza como miséria que fere a dignidade humana. Por isso, a comunidade cristã dá testemunho de pobreza a exemplo de Jesus Cristo, ao mesmo tempo que combate as causas de uma pobreza imposta

e indigna. A Igreja na sua missão profética não deixa de denunciar os atropelos à dignidade humana. Deve denunciar casos que desumanizem a pessoa no que diz respeito às carências efetivas, violência e dependências, ser uma voz profética; uma Igreja interventiva nas questões sociais, mostrando um rosto humano à maneira de Cristo.

**17. O clamor das pobrezas e das realidades de vida** das nossas famílias e especialmente dos mais novos, agravado no período da recente de epidemia, não pode passar indiferente a Deus nem à sua Igreja. Uma Igreja que se empenhe a debelar, os vírus, as drogas, o desemprego e a desestruturação familiar. Uma Igreja mais inculturada, horizontal e inclusiva. Uma Igreja que seja presença e testemunho, começando pelas famílias e passando por todos os ambientes, onde haja lugar para a “pastoral de vizinhança”. Apesar de tudo, deve prevalecer a alegria do encontro, o cultivo da humildade que faz com que haja uma organização de relações horizontais sem que isso implique a perda da reverência devida. Uma linguagem e um método que permita aos jovens inebriarem-se pela pessoa e mensagem de Cristo através da sua Igreja.

**18. Uma Igreja mais atenta e atuante na sociedade**, nomeadamente, junto dos doentes, dos pobres e excluídos. Uma Igreja que atenda ao clamor da juventude, a quem é necessário dar vez e voz, pois é nela que reside a esperança e o futuro. Uma Igreja desafiada a sair do conformismo, da rotina, indo ao encontro do outro, seja ele quem for, sem medos, julgamentos prévios ou aceções. Uma Igreja coerente com o Evangelho que anuncia, onde a palavra de ordem seja “acolher”, de forma simples e caritativa, sem falsos moralismos. Uma Igreja mais acolhedora, que escute, oriente e acompanhe. Uma Igreja menos clerical, mais próxima, mais simples, mais terra-a-terra. Uma comunidade que partilha dos seus bens com aqueles cujos direitos não são atendidos.

**19. Tal como os Apóstolos não temos prata nem ouro**, mas temos o Espírito Santo, o dom de Deus, que nos dá força para o serviço da caridade. É possível e desejável uma ação articulada entre diversos serviços eclesiais que atuam na área social, de modo a partilhar recursos, favorecer sinergias, eliminar duplicações e chegar a todos, especialmente à pobreza envergonhada; é possível estabelecer parcerias com outras instituições públicas e privadas que estejam na área sócio caritativa

com o objetivo de estabelecer uma rede que torne a ação mais eficaz, identificando e trabalhando as causas da pobreza, muitas vezes, associadas à desorganização da vida familiar e da falta de planejamento ao nível do orçamento familiar.

**20. Uma Igreja que faz uma opção clara pelos mais desfavorecidos,** pelo seu próximo, investindo na sua formação e na valorização das suas capacidades; comunidades mais contidas e pobres no uso da gestão da "casa comum". Por isso devem ser privilegiados os serviços que na comunidade atendem os mais frágeis ou excluídos, onde se ensaia o amor, pois no fim da vida seremos julgados pelo amor.

**Questões para aprofundar e aplicar a uma Igreja em permanente diálogo com o mundo:**

5. Que gritos ou clamores conseguimos ouvir, ver e ler dentro de nós e do nosso povo?

6. Que respostas conhecemos do Evangelho, do testemunho de santidade dos cristãos e da experiência da existência cristã que se possam criar ou atualizar neste tempo pós - pandémico?

#### **IV. UMA IGREJA COMUNITÁRIA E PARTICIPATIVA EM TODOS OS SEUS MEMBROS**

**21. A palavra “comunidade” diz-nos que todos temos algo em comum.** Na comunidade dos batizados somos chamados a viver os compromissos que advêm do Batismo, pois nela “não há mais judeu ou grego, escravo ou livre, homem ou mulher, pois todos (...) são um só, em Cristo Jesus (cf. Gal 3, 28).

A Paróquia continua a ser ainda nos nossos dias o lugar visível onde está presente a Unidade e diversidade dos dons, carismas e ministérios. Eles têm a sua origem no Espírito Santo em ordem à comunhão, vida e missão da Igreja (cf. 1Cor, 5-11).

Todos somos filhos de Deus e membros da Igreja, por isso tanto os clérigos como os leigos são irmãos de caminhada, mas com vocações diferentes, orientadas para o mesmo bem de todo o Povo de Deus.

Todos os membros da Igreja são chamados a dar o seu contributo para a edificação do Corpo de Cristo, da comunidade, dando aquilo que receberam e pondo ao serviço dos outros a sua reflexão, a sua

espiritualidade, a sua fé e a sua ação.

## **22. Áreas de participação na vida comunitária:**

### Sector da Liturgia

A renovação da liturgia promovida pelo Concílio Vaticano II ensinou-nos que as ações litúrgicas são celebrações da Igreja e que “por isso, tais ações pertencem a todo o Corpo da Igreja, manifestam-no, atingindo, porém, cada um dos membros de modo diverso, segundo a variedade de estados, funções e participação atual” (Lumen gentium 26). Nesse sentido, entende-se que todos são, a seu modo, participantes da mesma ação, que manifesta a unidade da Igreja celebrante. A grande riqueza da celebração litúrgica encontra-se precisamente numa assembleia em que todos participam ativamente na sua realização.

### Sector do Anúncio

A missão da Igreja consiste em evangelizar. “Cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito ativo de evangelização, e seria inapropriado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas ações” (Evangelii gaudium 120). Todos somos chamados ao anúncio!

### Sector da Caridade

A caridade cristã faz parte integrante da missão da Igreja e, sem ela, soam a vazio as palavras, os gestos, os rituais, o culto e as congregações da assembleia comunitária, particularmente para a celebração da Eucaristia, o sacramento da comunhão e da partilha. O nosso tempo é testemunha de um novo dinamismo caritativo da Igreja, que não pode ser visto como um apêndice, mas como um imperativo da fé, da comunhão com Deus e com os irmãos.

## **23. Vivamos como comunidade sinodal**

A construção da Igreja enquanto comunidade dos fiéis, unidos a Cristo, é tarefa de todos os seus membros, que devem pôr a render os dons que receberam em favor do bem comum. A caminhada sinodal que estamos a viver na nossa Diocese constitui um novo modo de ser Igreja, marcado pela capacidade de empreendermos caminho juntos, por isso impõe-se cada vez mais a consciência de que todos somos necessários e todos

temos um lugar na Igreja.

**24. A comunhão eclesial que se vive na diversidade de carismas e funções.**

A comunhão que se vive na diversidade de carismas, funções e serviços concretiza o testemunho que brota da Trindade. A Igreja Local faz acontecer e viver o mistério da comunhão. É convocada para ser comunhão pela participação de todos e cada um dos seus membros na comunhão trinitária. Incorporados em Cristo, todos se tornam filhos de Deus, pelo Espírito Santo, e irmãos para viverem entre si uma profunda comunhão fraterna. Assim, na unidade vive-se também a pluralidade existente na Diocese.

**25. Promoção e valorização dos diversos carismas e ministérios.**

A Igreja que é e está na Diocese é Povo (Laos) presente no nosso mundo açoriano, reconhecendo, promovendo e valorizando todas as vocações e ministérios suscitados pelo Espírito.

O processo de incorporação na Comunidade Cristã dá-se pela Iniciação Cristã. A Ministerialidade de Cristo vivida na Igreja, traduz-se na fecundidade da vocação batismal e nas de especial consagração, bem como no exercício dos ministérios instituídos e ordenados.

Na valorização dos diversos dons ou carismas há que considerar o valor e a função do Sujeito Principal que é a Igreja Local nos seus diversos membros: Presbíteros, Diáconos, Consagrados(as), Leigos(as); e por outro lado, no intensificar a renovação sinodal das estruturas comunitárias: Paróquias (Zonas Pastorais e Unidades Pastorais) Ouvidorias e Vigararias Episcopais.

**a) Presbíteros**

Juntamente com o Bispo, cabeça do Presbitério, os Presbíteros fazem acontecer e servem a Igreja com a Palavra, a Eucaristia e a Reconciliação. Há que fortalecer a comunhão no presbitério e equacionar trabalhando as seguintes dimensões da vida dos presbíteros na nossa Diocese: espiritualidade diocesana, inserção e exercício pastoral, formação permanente e estatuto económico. Ajudará a vida dos presbíteros, o ter em conta as diferentes idades: padres desde a ordenação até 10 anos, dos 10 aos 25 anos, dos 25 aos 40 anos, e dos 40 anos até ao final da vida.

b) Diáconos Permanentes

Os Diáconos são ordenados para o Ministério da Caridade, sem excluir os da Palavra e Liturgia. Temos necessidade de orientações num plano que inclua a escolha, preparação, admissão, nomeação, ordenação e inserção no exercício pastoral do ministério diaconal na nossa Igreja Particular.

c) Consagrados(as)

Referimos aqui os Consagrados dos ramos masculino e feminino, ou seja, os Religiosos e Religiosas que dando testemunho pela vivência radical dos conselhos evangélicos, são sinal e presença no trabalho da pastoral geral, na ação social e caritativa, na dimensão contemplativa e orante, no ensino e na vida paroquial. Importa fomentar e promover mais a vida consagrada em todas as nossas ilhas, dentro de uma pastoral integrada das Vocações e inserir sempre mais os Religiosos(as) na vida da nossa Igreja Diocesana.

d) Leigos

Diz-nos o Papa Francisco na *Evangelii gaudium*, 102, “A imensa maioria do povo de Deus é constituída por leigos. Ao seu serviço, está uma minoria: os ministros ordenados. Cresceu a consciência da identidade e da missão dos leigos na Igreja. Embora não suficiente, pode-se contar com um numeroso laicado, dotado de um arraigado sentido de comunidade e uma grande fidelidade ao compromisso da caridade, da catequese, da celebração da fé. Mas, a tomada de consciência desta responsabilidade laical que nasce do batismo e da confirmação não se manifesta de igual modo em toda a parte; nalguns casos, porque não se formaram para assumir responsabilidades importantes, noutros por não encontrarem espaço nas suas Igrejas particulares para poderem exprimir-se e agir por causa dum excessivo clericalismo que os mantém à margem das decisões”.

Os cristãos Leigos(as) têm uma função única e original na Igreja e na Sociedade. Estes homens e estas mulheres são “o coração da Igreja no mundo” e “o coração do mundo na Igreja”. A nossa Diocese necessita de promover o Apostolado Laical, valorizando os homens e mulheres cristãos nos ambientes do mundo e no interior das comunidades cristãs. Assim, se vencerá o clericalismo e se promoverá o verdadeiro protagonismo laical.

**26. A valorização do papel das mulheres, na Sociedade e na Igreja.**

Olhando os Ações, muito há a fazer ainda pela promoção e papel

das mulheres na família, trabalho, cultura, política etc. Importa vencer problemas como os da violência sobre as mulheres, do desemprego e opressão.

Na Igreja teremos de valorizar ainda mais o trabalho pastoral nas paróquias, nas estruturas de aconselhamento, de decisão e da formação da vida diocesana. Continuar com o acesso delas ao ministério extraordinário da comunhão e aguardar no que diz respeito ao ministério ordenado, as conclusões da Comissão criada pelo Papa Francisco sobre a possível instauração do Diaconado Feminino.

### **27. Formação integral para a edificação de uma Igreja que promove vários ministérios eclesiais.**

A Formação que necessitamos é a que valorize os conteúdos e a dinâmica da Iniciação Cristã e faça uma proposta abrangente em ordem à missão. Esta formação será destinada: a todo o povo de Deus (formação básica), aos agentes da pastoral, ao mundo da cultura e aos ministérios instituídos e aos ministérios ordenados.

O plano de formação partirá das necessidades reais das pessoas, com sessões presenciais e à distância, utilizando as estruturas paroquiais, as de Ouvidoria com as Escolas de Formação Cristã; tendo como apoiantes o Seminário Episcopal de Angra e o Instituto Católico de Cultura. Toda a coordenação é da Vigararia da Formação.

### **28. A Santidade como regra absoluta**

Certos da palavra do Apóstolo de que “esta é a vontade de Deus, a vossa santificação” uma Igreja em renovação sinodal forçosamente será uma Comunidade de Santidade. Uma Santidade que não é um amontoado de regras, mas sim a Regra Absoluta feita através da dimensão contemplativa da fé e da vivência de espiritualidade diocesana, traduzidas na vida fraterna das comunidades, no testemunho de santidade dos seus membros e na santidade de Deus no mundo pela prática das obras da misericórdia, da solidariedade para com os sofredores e da construção de uma sociedade justa.

### **Questões para aprofundar e aplicar a uma Igreja comunitária e participação:**

7. Algo está nascendo e algo está morrendo na Igreja em todo o mundo e entre nós. Em geral na dimensão comunitária e participativa o que terá

de desaparecer, o que deve permanecer e o que deve nascer de novo na nossa Igreja Diocesana?

8. Qual a estrutura ou estruturas na Diocese em que se deve apostar e trabalhar mais a conversão pastoral e a renovação sinodal?

### **V. UMA IGREJA INTEGRADORA, COM OS POBRES E PARA OS POBRES, QUE ESCUTA O GRITO DOS QUE SOFREM**

29. Quando, com o equilíbrio e a perspectiva do passar do tempo, se escreva a história e o significado do ministério apostólico petrino de Francisco, e **da sua aposta pelos pobres**, e por uma Igreja pobre e para os pobres, será a sua característica mais notável, logo manifestada a quando da sua eleição pontifícia. Da mesma forma urge que nos interpelemos sobre os efeitos desta aposta na Igreja da Diocese de Angra e nas formas que encontramos para responder.

30. **A opção da igreja pelos pobres**, não é moda, também não é opção sociológica, mas uma exigência teológica, pela qual nos reconhecemos como suplicantes da salvação, irmãs e irmãos de todos, mas especialmente dos pobres, prediletos do Senhor.

O significado e a exigência desta Igreja pobre, dos pobres e para os pobres, é em primeiro lugar o compromisso de pastores e fieis em ser Igreja evangélica, Igreja das Bem-aventuranças, transparente, honesta, verdadeira, pacífica, reconciliadora e reconciliada, humilde, sem narcisismos, pompas, idolatrias ou autocomplacências vãs. Igreja que está para servir, e que é consciente que os destinatários dos seus serviços e da sua misericórdia, são os últimos da sociedade, começando nos das nossas próprias comunidades.

Uma Igreja de e para os pobres é aquela que situa a sua missão samaritana e da caridade no vértice do seu fazer, que escuta o clamor dos pobres e que com eles é convidada a viver em comunhão.

31. **A dimensão comunitária do nosso ser**, é um eixo fundamental do nosso fazer ao serviço Reino de Deus e do projeto de transformação social do exercício da caridade. A redescoberta do nosso ser comunitário, é ponto de partida para superar os interesses individuais, e colaborar com o Senhor na construção de um mundo em que a experiência do amor nos permita viver a comunhão e a construção de uma sociedade mais justa e

mais fraterna.

A comunidade é o local onde podemos acompanhar e ser acompanhados, onde nos podemos tornar presentes, próximos, onde os que sofrem encontrem consolo, o que se sente excluído experimenta o acolhimento e o carinho. Na comunidade podemos responder ao mandamento de Jesus de dar de comer ao a quem tem fome (Mc 6, 37) e onde podemos implicarmo-nos no desenvolvimento integral dos pobres, procurando os meios adequados para solucionar as causas estruturais da pobreza.

**32. A espiritualidade de comunhão exige que descubramos a nossa identidade** e a nossa dignidade pessoal. Esta não se sustenta em fatores económicos, em razões étnicas, em quotas de poder. O seu fundamento radica no mistério da trindade que nos habita e constitui como imagem Sua.

Somos seres nascidos da comunhão e destinados à comunhão. Quando isto falha, e isto é um dos vazios da cultura atual, a questão social converte-se numa questão antropológica, e o problema extravasa a questão da pobreza, mas na perda da dignidade que se esconde atrás da pobreza, afetando quem a sofre e quem a gera.

A espiritualidade de comunhão exige que nos consciencializemos para a importância de sermos solidários com a realidade global do mundo, sabendo que cuidar da nossa vida, das relações com a natureza e da casa comum, é inseparável, da justiça, e da fraternidade.

A espiritualidade de comunhão exige que vivamos o serviço da caridade, como um serviço de desenvolvimento humano integral. Não estamos no mundo só para dar pão, ou para promover o desenvolvimento económico. Como Jesus no deserto “não só de pão vive o homem” (Mt 4, 4).

Além de pão necessitamos da “Palavra”, relação, comunicação, comunhão e sentido. Necessitamos de Deus, e necessitamos uns dos outros, por isso estamos ao serviço do desenvolvimento humano integral, para promover todos os homens e ao homem todo.

**33. A comunhão com os que sofrem**, leva-nos a reagir perante as injustiças, conscientes que não basta atender às vítimas, é necessário incidir nas causas e alterar as regras de jogo do sistema económico e social. O Papa Francisco diz “imitar o Bom Samaritano, não é o suficiente,

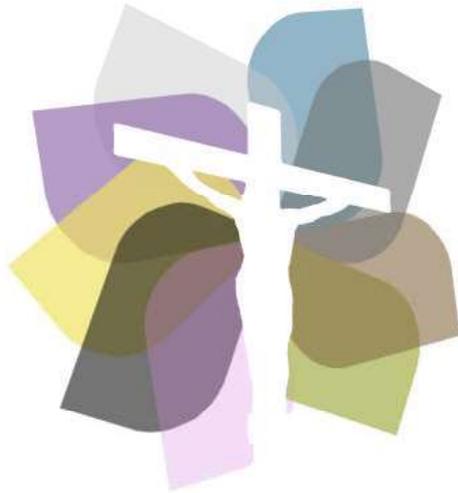
é necessário atuar antes que o homem se encontre com os ladrões, combatendo as estruturas de pecado, que geram ladrões e vítimas”.

**Questões para aprofundar e aplicar a uma Igreja integradora, pobre, que escuta o grito dos que sofrem:**

9. Como é que a Igreja se pode tornar presente no campo social?
10. Que mecanismos a dinamizar para recolher e partilhar os bens?

Dia do Beato João Baptista Machado,  
Padroeiro da Diocese de Angra, 22 de maio de 2020  
A Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal

**Ano 2020-2021**



**NOMEADA A COMISSÃO COORDENADORA  
DA CAMINHADA SINODAL**

Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes (coordenador), Cónego Hélder Miranda Alexandre, P.e Jorge Miguel Lopes Ferreira, Cónego José Medeiros Constância, Cónego João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, Cónego Jacinto Alberto Meneses Bento, Eng.<sup>a</sup> Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba, Irmã Júlia Gomes Fernandes, Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira Borba, P.e Marco Luciano da Rosa Carvalho, P.e Igor Samuel Lima Oliveira

Por Provisão de 8 de setembro de 2020

**ASSEMBLEIA DIOCESANA (2020)  
PALAVRA INTRODUTÓRIA DO BISPO DIOCESANO**

Caríssimos membros dos Conselhos Presbiteral e Pastoral da nossa diocese de Angra.

Começo por vos saudar e me congratular pelo trabalho de reflexão e de dinamização pastoral que através de vós se vai realizando em toda a diocese.

É a primeira vez que se juntam estes dois conselhos diocesanos para uma reflexão conjunta. O assunto justifica-o dado que estando nós empenhados na caminhada sinodal que deve mobilizar toda a diocese, sacerdotes, diáconos, religiosos e religiosas, consagrados, leigos, famílias, movimentos e serviços pastorais, de modo a promover comunidades em que todos os baptizados se sintam a participar activamente na missão da Igreja, esta reflexão em conjunto apresenta-se ainda mais enriquecedora.

A situação de pandemia que vivemos está a provocar desafios de um alcance tal que só no futuro se poderão reconhecer na sua profundidade e consequências. Agora sentimos a ruptura social, a desarticulação das nossas comunidades, o desemprego, a fome e a exclusão. Porém, esta realidade dramática proporcionará um novo rosto da sociedade que só será mais humanizador se tiver o fermento do Evangelho.

Por isso, também na dimensão evangelizadora, a nova evangelização que responde a um novo mundo emergente, se torna agora ainda mais premente. A nova cultura e a nova civilização estão a

reclamar a proposta do Evangelho que exige um rosto sinodal das nossas comunidades cristãs.

Temos perante nós três problemáticas que a partir da análise da realidade da cultura envolvente, da sociedade a que pertencemos e da Igreja que somos, descobrimos à luz do Evangelho e da doutrina conciliar os Sinais dos Tempos com os quais Deus nos quer falar e interpelar. Na verdade, a par com a Sagrada Escritura, a Tradição Viva da Igreja e o Magistério, fontes de revelação divina, o Concílio Ecuménico Vaticano II, acrescentou com grande ênfase o que apelidou de Sinais dos Tempos.

Estes Sinais são por vezes ambíguos, muito nebulosos e quantas vezes plenos de perplexidades. Por isso, exige-se um aprofundamento que tem de contar com a luz nova do Espírito de Deus, um clima de interioridade e de oração, valorização da Palavra de Deus e a vivência e partilha comunitária onde Jesus Cristo continua a estar presente e a iluminar a inteligência e o coração dos seus discípulos.

Porque estamos perante realidades novas seja a nível cultural, seja a nível social, seja a nível eclesial, é obrigação da Igreja diocesana, de acordo com o incentivo dado pelo Papa Francisco, congregar todos os baptizados e propor-lhes uma caminhada em conjunto a que chamamos caminhada sinodal. Ela está a acontecer em muitas dioceses e sectores da vida da Igreja e nós, na fidelidade a Jesus Cristo, presente na Sua Igreja, não poderemos desperdiçar esta hora de graça e de esperança.

Permitam-me que vos apele para um verdadeiro espírito de reconhecimento pela graça deste tempo e para o projecto de Esperança que os desafios desta época nos lançam.

Mas para esta atitude positiva teremos de nos situar no interior do Evangelho, na intimidade com Jesus Cristo, na comunhão partilha e participação comunitária e na lúcida interpretação dos Sinais dos Tempos.

Urge reconhecermos que estamos a viver tempos novos a quem muitos pensadores já chama de uma nova etapa da história da humanidade, uma nova cultura e o albor de uma nova civilização.

Impõe-se recordar as palavras do Papa Francisco que dirigiu aos Cardeais na alocução de Natal do passado ano, ao sublinhar que «estamos a viver, não simplesmente uma época de mudanças, mas uma mudança de época. Encontramo-nos, portanto, num daqueles

momentos em que as mudanças já não são lineares, mas epocais; constituem opções que transformam rapidamente o modo de viver, de se relacionar, de comunicar e elaborar o pensamento, de comunicar entre as gerações humanas e de compreender e viver a fé e a ciência. Muitas vezes acontece viver a mudança limitando-se a envergar um vestido novo e, depois, permanecer como se era antes».

E, num outro passo, lança desafios ainda mais provocantes ao referir que «efectivamente as populações que ainda não receberam o anúncio do Evangelho não vivem apenas nos Continentes não ocidentais, mas habitam em toda parte, especialmente nas enormes concentrações urbanas, requerendo também elas uma pastoral específica».

Na verdade, prossegue, «nas grandes cidades, precisamos de outros “mapas”, outros paradigmas, que nos ajudem a situar novamente os nossos modos de pensar e as nossas atitudes: já não estamos, irmãos e irmãs, na cristandade!».

De facto, realça, «hoje, já não somos os únicos que produzem cultura, nem os primeiros nem os mais ouvidos».

E, conclui, afirmando que «por isso precisamos duma mudança de mentalidade pastoral, o que não significa passar para uma pastoral relativista. Já não estamos num regime de cristandade, porque a fé – especialmente na Europa, mas também em grande parte do Ocidente – já não constitui um pressuposto óbvio da vida habitual; na verdade, muitas vezes é negada, depreciada, marginalizada e ridicularizada».

Verdades que incomodam, que conhecemos e sentimos, mas que nem sempre temos em conta na renovação pastoral que se impõe.

José António Pagola, teólogo de Espanha, num artigo publicado na *Vida Nueva* (11-17 Janeiro de 2020) nº 2, com o título «recuperar Jesus como Mestre interior – Leitura Orante do Evangelho», chama a este tempo «a hora da verdade» e acrescenta: «não podemos ignorar que isso que chamamos crise do cristianismo é, ao mesmo tempo um grande sinal do nosso tempo, mesmo que o não saibamos ler com espírito profético».

Aliás, prossegue, «Deus está a levar a Igreja para uma situação nova, contra a nossa vontade. A história está a despojar a Igreja de

poder, de prestígio e de seguranças mundanas».

Segundo as suas palavras, «dentro de poucas décadas a Igreja será mais pequena, mais pobre e mais débil. Conhecerá na sua própria carne o que significa ser perdedora e viver marginalizada».

Mas, sublinha também este autor, «só a partir dessa pobreza aprenderá a dar passos humildes para a sua conversão».

Refere, ainda, segundo ele, «estou convencido de que essas pequenas comunidades buscarão a Deus com mais verdade do que nós, e no meio de uma sociedade que O declarará uma vez mais como morto, encontrará-Lo-ão onde estive e estará sempre: no mais profundo do ser humano».

Este mesmo autor, ao falar da renovação do cristianismo actual, refere, num dado passo que «não podemos esquecer a tentação, sempre latente na Igreja, de seguir fazendo o que sempre se fez (...) É a tentação de tratar sobreviver sem promover em nós conversão alguma».

Esta atitude é apelidada por ele de medíocre e dramática porque busca também agora o que de momento parece eficaz desentendendo-se do futuro.

Denuncia-se, então, que hoje na Igreja continuam a predominar «com toda a boa vontade (que não se podem negar) o ritualismo, o legalismo, a burocracia e o continuar a seguir, com uma resignação e um tédio cada vez maiores pelos carris habituais da mediocridade».

Neste contexto poderemos citar as palavras do Papa Francisco com as quais descreve o seu sonho missionário para a Igreja e denuncia a inércia pastoral sublinhando «sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo actual que à auto-preservação» (EG, 27).

Já um pároco da diocese de Burgos, Jesus André Vicente Domingo, igualmente num artigo publicado na Vida Nueva (1-7 de Fevereiro de 2020), ao referir-se ao novo rosto da Igreja e à sua nova configuração que terá de ser obra do Espírito Santo, apresenta um conjunto de traços que eu transcrevo: uma igreja sinodal, em caminho, sem protagonismos paralisantes; um laicado de homens e mulheres apaixonados por Cristo, em igualdade de dignidade e res-

ponsabilidades, intimamente ligados à Igreja e ao mundo de hoje; um exercício do Magistério que se coloca na escuta da fé do Povo de Deus nas circunstâncias de mudanças históricas. Sem esquecer o correcto ensino do depósito da fé, o seu serviço principal há-de ser de iluminação e discernimento, para evitar bloqueios e erros na caminhada comum; um desempenho do ministério apostólico (papa, bispos, presbíteros e diáconos) cada vez mais centrado no essencial do que lhes é próprio; uma pluralidade de carismas suscitada pelo Espírito; opção preferencial pelos pobres e pela ecologia integral; uma liturgia e vida sacramental que sejam expressão do encontro com Cristo e com os irmãos; uma espiritualidade centrada em Jesus Cristo; proporcionar o encontro pessoal e a comunhão com Jesus Cristo; testemunho de fraternidade no meio do mundo.

Enriquece ainda o nosso trabalho de reflexão o Documento da Congregação para o Clero, publicado em Junho passado, a que tendes acesso e que serve para nos guiar com segurança nos trilhos da Nova Evangelização e de resposta pastoral nos tempos em que vivemos.

Temos perante nós um trabalho de reflexão muito importante. Peço-vos que cada um apresente a sua reflexão sem qualquer constrangimentos e com o sentido de estamos a contribuir para o melhor bem na abertura de caminhos de pastoral renovados para a nossa diocese.

Contudo, nesta mesma sessão, teremos de reservar tempo para projectarmos a reflexão que se seguirá a esta etapa. Depois de feita a análise da realidade a que chamados sinais dos tempos, teremos de fazer emergir os desafios que nos levam a propor os traços fundamentais do rosto da nossa Igreja para que seja evangelizadora, missionária, em permanente diálogo com o mundo, comunitária e participativa em todos os seus membros, integradora, pobre entre os pobres, que escuta o grito dos que sofrem, promotora da verdadeira e integral ecologia.

Sob a protecção de Nossa Senhora, Mãe e Rainha dos Açores, e do nosso Padroeiro, O Beato João Baptista Machado, coloco os nossos trabalhos, as nossas aspirações e projectos.

Bom trabalho!

+João Lavrador, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores

**ATA DA ASSEMBLEIA DIOCESANA 2020**

Ponta Delgada (Centro Pastoral Pio XII), 2 a 5 de outubro de 2020

A reunião conjunta do Conselho Pastoral Diocesano e do Conselho Presbiteral, teve início pelas 20.30 horas do dia 2 de outubro de 2020, com a intervenção do Pe. Doutor Hélder Fonseca Mendes, que fez a chamada dos intervenientes, referiu os vários documentos que compõem as pastas disponibilizadas e explicou o funcionamento da Assembleia Diocesana.

Presenças:

- D. João Lavrador (Bispo Diocesano);
- Pe. Hélder Fonseca Mendes (Vigário Geral);
- Pe. Jorge Ferreira (Vigário Episcopal para a Formação);
- Pe. Adriano Borges (Vigário Episcopal do Nascente);
- Pe. João António Neves (Vigário Episcopal do Ocidente);
- Pe. António Pereira (Ecónomo Diocesano);
- Pe. João Maria Mendes (Vigário Judicial/Chanceler);
- Pe. Hélder Alexandre (Reitor do Seminário);
- Pe. José Constância (Ouvidores), Ouvidoria de Ponta Delgada e Assistente do SDP Familiar e AL.
- Diácono António Rocha (Diáconos Permanentes);
- Irmã Ana Maria (Religiosos do Centro e Ocidente);
- Irmã Virgínia Dantas (Religiosos do Nascente);
- Pe. Nuno Sousa (Seminaristas);
- Luís Toste (Pastoral Juvenil);
- Rosa da Silveira (Liturgia);
- Ana Paula Freitas (Evangelização e Catequese);
- Maria Piedade Lalanda (Pastoral Social);
- Paulo Duarte (Vila do Porto);
- José António Gomes (Ponta Delgada);
- Gisela Gaspar (Lagoa)
- Carlos Vieira (Vila Franca do Campo);
- José Fonseca (Nordeste);
- José Eduardo Cabral (Fenais de Vera Cruz);
- Luísa Penacho (Ribeira Grande);
- Lúcia Pontes (Capelas);
- Adelaide Teles (Graciosa);

Manuel Alves Gonçalves (Pico);  
Ana Pires (Horta);  
José Renato Moura (Flores);  
Alfredo Borba (Angra do Heroísmo);  
Rosa Lourenço (Praia da Vitória);  
Anabela Borba (Cáritas Diocesana);  
Nelson Gonçalves (Mensagem de Fátima);  
Inésia Raposo (Legião de Maria);  
Jesuína Barcelos (Cursilhos de Crisandade);  
João Leite (Movimento dos Romeiros);  
António Bento Barcelos (União Regional das Misericórdias);  
José Luís Brandão da Luz (Convidado);  
Pe. José Borges (Vila Franca do Campo);  
Pe. Vítor Medeiros (Ribeira Grande);  
Pe. Ricardo Pimentel do Amaral (Povoação);  
Pe. Hélio Soares (Capelas);  
Pe. Carlos Simas (Fenais de Vera Cruz);  
Pe. Ricardo Henriques (Angra do Heroísmo) e SD Pastoral das  
Comunicações;  
Pe. Emanuel Vaz (Praia da Vitória);  
Pe. Agostinho Lima (Nordeste);  
Pe. João Furtado (Lagoa);  
Pe. Rui Silva (Santa Maria);  
Pe. Júlio Rocha (Graciosa);  
Pe. Marco Luciano (Faial) e SD Pastoral Litúrgica;  
Pe. João Maria Brum (Cabido da Sé);  
Pe. João Manuel da Ponte (Vigararia do Nascente);  
Pe. Nelson Vieira (Vigararia do Nascente);  
Pe. Sérgio Mendonça (Vigararia do Ocidente);  
Pe. Norberto Brum (SD Pastoral Juvenil);  
Pe. Jacinto Bento (Pastoral da Mobilidade Humana);  
Pe. Paulo Vieira (SDP Universitária) e Institutos Religiosos Cleri-  
cais;  
Pe. Igor Oliveira (SDP Evangelização, Catequese e Missões);  
Pe. Paulo Borges (CD Pastoral da Saúde)  
Pe. Vítor Arruda (Assistente do SD Pastoral Social).  
Seguiu-se a intervenção do representante da Ouidoria da Praia  
da Vitória (Pe. Emanuel Vaz), que fez a apresentação de uma pro-

posta da Ouvidoria sobre a fase de auscultação da caminhada sinodal. Propôs que se repensasse os moldes de auscultação, de forma a garantir um verdadeiro conhecimento daquilo que os açorianos pensam e querem da Igreja. Que seja uma fase longa e aprofundada, sem pressas nem medo de atrasos e recomeços, alargando-a a grupos da sociedade civil, mais ou menos comprometidos com a Igreja Católica. Que regressemos ao Congresso de Leigos de 1992 e às suas conclusões. Que tenhamos a coragem de enfrentar os desafios e as respostas que vierem, seja de onde for.

Seguiu-se a intervenção do Cónego Adriano Borges, que levantou várias questões sobre o funcionamento da Assembleia.

O Senhor D. João Lavrador fez o discurso de abertura, dando as boas vindas a todos os membros, e explicou o que se pretendia desta Assembleia e o que era uma Caminhada Sinodal, referindo que só uma Igreja “de rosto sinodal” pode responder “a uma nova cultura e civilização”, pós-pandemia.

“Agora sentimos a rutura social, a desarticulação das nossas comunidades, o desemprego, a fome e a exclusão. Porém, esta realidade dramática proporcionará um novo rosto da sociedade que só será mais humanizador se tiver o fermento do Evangelho” afirmou o bispo de Angra lembrando que “a nova cultura e a nova civilização estão a reclamar a proposta do Evangelho, que exige um rosto sinodal das nossas comunidades cristãs”.

Os trabalhos terminaram com a Oração de Completas.

No dia 3 de outubro, pelas 9.30 horas, reiniciou-se os trabalhos com a oração de Laudes. O tema “O nosso lugar na cultura contemporânea” foi apresentado pelo Pe. Doutor João Maria Mendes, moderador da sessão, tendo o Prof. Doutor José Luís Brandão da Luz apresentado o tema “A Igreja e os rumos da cultura hoje”. Brandão da Luz explicou a evolução da Filosofia face ao transcendental, sendo esta alteração uma das explicações para a divergência entre a Ciência e o Divino nos dias de hoje. Salientou o papel da Igreja como fermento e caminho de discernimento na sociedade do amanhã. Referiu o pensamento de alguns filósofos atuais, que apontam para o surgimento do “homem deus” e mesmo da extinção do Homo sapiens e a emergência da espécie pós-humana; sociedade, política e vida comandadas por algoritmos; melhoramento biotec-

nológico da natureza humana e futuro pós-humano: aumento da capacidade cognitiva; superação das limitações físicas e psicológicas. Referindo que o Papa Bento XVI, enquanto ainda Cardeal Ratzinger, defendeu que as luzes do futuro não vêm dum passado doente, mas da esperança da Mensagem. O apelo aponta para o regresso à tradição (Reino de Deus) para que a criatividade das novas gerações possa dispor do fermento para operar a transformação de um mundo já antigo. Compete às gerações mais velhas ensinar a antiguidade do mundo, e, transmitir os elementos que poderão promover o seu restabelecimento (Hannah Arendt).

Seguiu-se o período de debate, tendo-se inscritos vários membros da Assembleia, o Cónego Jacinto Bento, que referiu que o escritor israelita “Yuval Noah Harari”, defende que a inteligência artificial será mais eficaz do que o homem. O Senhor D. João, referiu que este tema apresentado é crucial para o estar da Igreja no mundo. O Pe. Júlio Rocha, referiu as consequências práticas da pós-verdade, perguntado quais são as armas que a Igreja pode dar aos jovens e às famílias, para repor a verdade. O Diácono António Rocha, perguntou que subsídios a Filosofia, que se afastou da dinâmica ontológica, nos podem dar para melhor perceber o homem deus ou endeusado e como recentrar Deus na sociedade pós-moderna? Luísa Penacho, Ribeira Grande, referiu a necessidade de nos compreendermos como seres para compreender os outros, a linguagem utilizada pela Igreja hoje não vai ao encontro das novas gerações.

Após cada questão o Prof. Doutor Brandão da Luz deu a sua visão, sobre as questões levantadas, tendo referido que a Igreja tem que dar resposta às inquietações, do homem de hoje, tendo em atenção que Ela perdeu o privilégio da exclusividade.

Após o intervalo para café, o debate continuou com a intervenção do Cónego José Constância, que referiu estar na hora de celebrarmos o que somos e celebrar o futuro que queremos ser, tendo levantado dois pontos, 1º cultura e pandemia, 2º como devemos dialogar com o mundo da cultura? O Cónego Hélder Fonseca Mendes levantou várias questões sobre a intervenção relacionadas com a relação entre a filosofia atual e a religião. Bento Barcelos, União Regional de Misericórdias, levantou a questão da dimensão humana do homem, como é possível ser-se homem deus e homem frágil? O caminho a percorrer deve ser a longo prazo, é preciso tempo

para se ter uma visão estrutural da Igreja. Segundo a Doutora Maria Piedade Lalanda, faz todo o sentido falarmos da herança, mas não podemos cair no perigo de cair na Igreja museu. A Igreja deve ser viva, deve usar os rituais como ferramenta. Pe. Paulo Borges referiu que gostaria de sair daqui com uma sensação de esperança, gostaria de uma nova alegria, um novo estilo de Igreja.

Após cada questão o Prof. Doutor Brandão da Luz deu a sua visão, sobre as questões levantadas, referindo que a vida muda com os acidentes de percurso. A pandemia demonstrou que não vamos no bom caminho, há coisas que tem que ser alteradas. Conhecer a realidade açoriana é sempre importante, há que conhecer a conceção religiosa das pessoas, para sabermos como atuar. O discurso da Igreja tem caminhado no sentido do social, só se acredita se se conhece o mensageiro. O Homem faz a ciência, mas fica fascinado pelo que fez, estando a tornar-se cada vez mais dispensável, no futuro veremos se é completamente dispensado. Uma caminhada faz-se com respostas que possam dar o flanco à crítica, que impliquem estudo, meditação, distanciamento. A Igreja precisa de ser atrativa. Como? Este é o grande desafio que deve ser encarado. Como falar às pessoas de hoje?

O Senhor D. João encerrou a sessão, referindo que estamos aqui como evangelizadores, por isso temos que saber o terreno que temos que cultivar. Esta necessidade de auscultação deve ser permanente. Leu o nº 18 da *Evangelii Nuntiandi*.

Após o almoço, pelas 15.00 horas, deu-se reinício aos trabalhos com a oração pela caminhada sinodal. Os trabalhos foram moderados pela Eng<sup>a</sup> Anabela Borba, com apresentação da Doutora Maria Piedade Lalanda, sob o tema “Situação social e económica dos Açores”. A Doutora Lalanda fez uma análise dos pontos fortes e pontos fracos apontados para a situação socioeconómica dos Açores, resultantes dos documentos de análise efetuado às Paróquias, Ouvidorias, Movimentos e Serviços da Igreja dos Açores. Os pontos fracos da situação sócio económica do arquipélago podem ser superados com estratégias de cooperação e participação. A Doutora Piedade Lalanda referiu que o caminho sinodal tem por obrigação, desinstalar a Igreja, os crentes, paroquianos, cristãos, homens e mulheres de boa vontade. Segundo a oradora devemos Reanimar/ativar a ação social nas paróquias. Segundo a mesma, “todas as

comunidades paroquiais deveriam criar, reativar ou apoiar o seu serviço de pastoral social, para: ser uma voz ativa - a voz dos mais frágeis, dos que têm vergonha de pedir ajuda; Ser mediador entre os recursos e os mais necessitados; Ser acolhedor de todos, particularmente, em situação de fragilidade e necessidade”.

Seguiu-se o período de debate, tendo-se inscritos vários membros da Assembleia. O Doutor José Júlio Rocha referiu que a Igreja perdeu a batalha dos pobres no século XIX, com a questão operária e levantou questões sobre a fase de auscultação da caminhada sinodal. Renato Moura levantou algumas questões sobre o tema exposto, referindo a necessidade de não generalizar as situações de aplicação do RSI e outros programas de apoio social, quer na positiva, quer na negativa. O Pe. Vítor Arruda, referiu a institucionalização do Diaconado como fruto da preocupação da Igreja nascente com os pobres, e questionou o porquê de a Pastoral Social ser o parente pobre da Pastoral nas Paróquias? O Cónego Hélder Fonseca Mendes referiu a falta de militância pastoral de Movimentos Laicais. O Cónego Jacinto Bento referiu a experiência de auscultação da Paróquia de São Pedro de Angra sobre a caminhada sinodal. Bento Barcelos, URM, referiu a ligação entre a Pastoral Social da Igreja e o momento socioeconómico dos Açores. A ligação entre pobreza, educação e emprego, está relacionada com a falta de partilha. O Cónego Adriano Borges referiu que a opção preferencial pelos pobres tem que ser o guia da Igreja. No nosso país temos falta de vozes proféticas que denunciem casos de injustiça social. Pe. Eurico Caetano questionou como fazer para criar uma consciência de voluntariado? O Cónego João Maria Mendes, pediu esclarecimento sobre se a Caridade e Justiça, são conceitos convergentes ou divergentes?

Após cada questão a Doutora Piedade Lalande deu a sua visão, sobre as questões levantadas, tendo referido que na vida nunca nada é branco ou preto. Há que ter em atenção que o rendimento per capita das famílias que recebem o RSI mais baixo do que a média nacional. Os Centros Sociais Paroquiais são uma das faces da Ação Social da Igreja. Os voluntários devem comprometer-se num espírito de entreatajuda. A caridade sem obras é vã, por isso a ação caritativa é transformadora da sociedade, a justiça tem uma ação de combate das desigualdades sociais, tem de garantir a igualdade

de oportunidades de cada um. A Igreja tem o dever de denunciar, mas uma denúncia direta, e que liberte as pessoas de ter medo de denunciar os casos de abusos, desigualdades, etc...

O Senhor D. João encerrou a sessão, falou da encíclica do Papa Francisco, Fratelli Tutti, que se baseia na amizade, na atitude de S. Francisco. Todos nos devemos envolver na caminhada sinodal, é a comunidade que está a ser desafiada. Amanhã discutiremos a Igreja como Povo de Deus, que se sinta comunidade. Temos que reler a Gaudium et Spes.

Seguiu-se a celebração da Eucaristia.

O dia terminou com uma vigília de oração pela caminhada sinodal, orientada pelo Cónego Jacinto Bento.

No dia 4 de outubro, pelas 9.30 horas, reiniciou-se os trabalhos com a oração de Laudes. O tema “Identidade religiosa e eclesial no nosso meio” foi introduzido pelo Cónego José Constância, moderador da sessão, que lembrou que daqui a catorze anos a Diocese completa 500 anos e referiu a necessidade de concretizar o Concílio na Diocese. A caminhada sinodal sob um lema nove ilhas, um só caminho, que faça um apelo aos jovens e que resulte numa Igreja de cariz açoriana. O Pe. Dr. Paulo de Freitas Vieira apresentou o tema, fazendo uma breve panorâmica do seu percurso como cristão e passando a referir o que deve ser a Igreja. Esta não vive para si mesmo, mas sim para ser mensageira do evangelho de Jesus Cristo. A Igreja existe para manifestar o amor de Jesus Cristo, que atua em todos os ambientes através do Espírito Santo. À semelhança de Cristo, a Igreja deve ser um modelo para toda a comunidade humana. O caminho da sinodalidade é o caminho que a Igreja deve seguir, segundo o Papa Francisco. “A Igreja que é o meu Sonho” é uma Igreja muito semelhante à Igreja descrita nos Atos dos Apóstolos, com as devidas adaptações aos tempos modernos. Uma Igreja Una, Santa Católica e Apostólica, sempre no caminho da sinodalidade.

Seguiu-se o período de debate, tendo o Cónego José Constância apelado a que se estabelecesse um diálogo entre todos os membros da Assembleia. Referiu as respostas dadas pelas Paróquias, Ouvidorias, Movimentos e Serviços, ao documento base. O representante da Ouvidoria das Flores, Renato Moura, referiu uma frase dita pelo Pe. Dr. Paulo Vieira “a Igreja não existe para si mesmo”,

tendo preferido o sentir da Ouvidoria das Flores, que referiu a necessidade de mais auscultação das bases e maior envolvimento de elementos afastados da Igreja. É importante compreender bem os problemas das comunidades. Se queremos uma Igreja inclusiva, à semelhança de Jesus Cristo, temos que aceitar todos, sem perder a dimensão de denúncia dos atropelos à dignidade humana, que deve ser, sempre, um papel fundamental da mesma. José António, Ouvidoria de Ponta Delgada, referiu a dificuldade de responder aos documentos iniciais, tendo as respostas sido dadas pelos Conselhos Pastorais, mas que estes devem ser mais inclusivos, referido, de seguida, o documento elaborado pela Ouvidoria de Ponta Delgada, como resposta às questões que foram colocadas pelo documento inicial. Na Pastoral Social, devemos articular a ação de todos os agentes de intervenção social, governo, IPSS e Igreja. A Igreja deve chegar aonde os outros não conseguem. João Carlos Leite, Movimento dos Romeiros, referiu que o seu percurso de vida foi sempre ligado à Igreja, com mais ou menos alegria. Referiu que em 1978, foi preconizado a “Pastoral do Domingo” para inverter a tendência de decréscimo de participantes nas Eucaristias. Ainda hoje a Igreja dos Açores é uma Igreja muito clerical. O Pe. Marco Luciano referiu a dificuldade que temos de obter adesão aos inquéritos feitos no âmbito do Serviço Diocesano da Liturgia. Temos problemas concretos, como o do afastamento dos jovens da Igreja, o sector da Pastoral Social, a questão da família e família-catequese, que devem ser tidos em linha de conta numa verdadeira caminhada sinodal.

Após o intervalo para café, o debate continuou com a Intervenção da Irmã Virgínia Dantas, Religiosas Nascente, que constatou que em Comunidade já vivem no dia a dia as propostas para caminhada sinodal. Manuel Alves Gonçalves, Pico, referiu a necessidade de formação, começando pela Educação Moral e Religiosa Católica nas escolas. Relembrou que o Jornal “O Dever” é um jornal centenário, de inspiração Católica, mas generalistas, que deveria ser posto ao serviço da caminhada sinodal. Adelaide Teles, Graciosa, disse que ninguém pode amar o que não conhece, por isso muitos abandonam a Igreja, há muita falta de querer assumir compromissos. Há falta de formação, como a recebida na Ação Católica, fazendo apostolado pela palavra e pelo testemunho. Perguntou se a Ação Católica não será de recuperar? Ana Paula Freitas, Evangelização

e Catequese, referiu que a catequese não é muito valorizada nas Paróquias, a Catequese deve ser mais vivenciada, fazendo que os jovens tenham um verdadeiro encontro com Deus. Inésia Raposo, Legião de Maria, apontou o testemunho como fundamental na sua vida religiosa. A Legião de Maria pode ser vista como um exemplo de empenhamento na comunidade. Paulo Duarte, Santa Maria, referiu que há uma solidão, provocada pelo abandono de pessoas na Igreja. Temos que caminhar todos juntos, leigos e sacerdotes, para todos se sentirem integrados na Igreja, encontrarmo-nos todos no mesmo pasto, ovelhas e pastores. Segundo o Cónego João Maria Mendes temos que refletir sobre a nossa identidade religiosa e eclesial da Diocese, a Igreja Povo de Deus é a melhor forma de nos identificar, no nosso debate tem havido confusão entre unicidade e unidade, pode haver diferenças dentro da unidade. A nossa Diocese é diversa, tem de se manter unida, sem unicidade, nem centralismos. O Pe. Emanuel Vaz, referiu que devemos caminhar todos ao mesmo ritmo, para fazermos comunidade. O desafio lançado é de não deixar ninguém para trás nesta caminhada sinodal, nesta diversidade de ilhas e de ouvidorias.

O Senhor D. João encerrou a sessão, referindo que sentia uma grande alegria pelo desenrolar dos trabalhos, a serenidade, o gosto de todos darem o seu contributo para a discussão. Há uma realidade nova de caminhada sinodal, com uma conversão pastoral, numa conversão pessoal todo o ser tem de se converter, também na conversão comunitária, toda a comunidade tem de se converter. A auscultação tem de ser permanente para podermos discernir. A comunidade cristã tem o seu perfil, implica uma adesão pessoal. Comunidade Eucarística e auscultante.

Após o almoço, pelas 15.00 horas, deu-se reinício aos trabalhos com a oração da Hora Intermédia. Os trabalhos foram moderados pelo Cónego Hélder Fonseca Mendes. Discutiu-se o texto “Caminhada Sinodal para uma Igreja Diocesana Renovada que responde aos Sinais dos Tempos”. O Cónego Hélder Fonseca explicou o funcionamento do debate, apresentando os documentos. O primeiro documento apresenta as propostas e desafios para o futuro, que serviu de base à elaboração do segundo documento, em cinco propostas. Não se tratavam de dois documentos diferentes, mas duas formas de apresentar a mesma matéria. Apresentou de seguida os

principais pontos do documento, referindo as principais linhas de ação para o futuro: uma Igreja Evangelizadora; uma Igreja Missionária; uma Igreja em permanente diálogo com o mundo; uma Igreja Comunitária e participativa em todos os seus membros; uma Igreja Integradora, com os pobres e para os pobres, que escuta o grito dos que sofrem.

Seguiu-se o período de debate, em que interveio o Cónego Jacinto Bento que recordou o Congresso de Leigos, que foi centrado na juventude e família. Salientando que os jovens são os melhores apóstolos de outros jovens, como defendeu o Papa Paulo VI. A catequese e a Escola são essenciais na formação dos jovens. Pe. Eurico Caetano referiu que o documento não tem uma linguagem acessível a todos. Temos que pegar na religiosidade popular e fazer caminhos, mas nove caminhos diferentes. Continuamos a não acolher os que estão de fora, os separados e recasados.

O Cónego José Constância questionou: se a caminhada sinodal em si está assumida ou não por toda a Diocese? A caminhada deve estar ao alcance de todos. Quanto tempo vamos estar em caminhada sinodal? Qual o horizonte temporal do sínodo? Em relação ao documento, não houve uma explicação do documento. O documento deve ser aceite/ou não, pela Assembleia Diocesana. Propôs o tema “Igreja Evangelizadora, com os pobres e para os pobres”.

O Cónego Adriano Borges referiu que o mundo está a avançar para os algoritmos, qual o risco que nós corremos, é o de quando saírem as conclusões do Sínodo, estas já não terem nada a ver com o mundo em que vivemos. Temos uma mentalidade medieval, uma linguagem obsoleta. No anúncio querigmático temos que ter atenção a novos movimentos (Movimento Neocatecumenal). A Igreja ficou muito mal no domínio dos novos meios digitais.

Após o intervalo registou-se a intervenção do Diácono António Rocha que referiu a necessidade premente da Igreja, maioritariamente composta pela classe média, embora com retoques de burguesia, se fazer, ela própria, sem abrigo. Só assim, será capaz de sair ao encontro do outro sem se preocupar ou sentir presa ao que deixa para trás. A Igreja deve voltar às suas origens, que é servir. Paulo Duarte, Santa Maria, mostrou preocupação com os jovens, se não forem evangelizados não há o “Homem Novo”. Lúcia Pontes, Capelas, referiu que as Igrejas estão a esvaziar-se, e ninguém

assume a culpa, demitimo-nos dos nossos papéis dentro das nossas comunidades. Ana Pires, Horta, constatou que nem tudo é mau, a oferta de formação não falta, falta é quem procure essa formação. Luís Toste, Pastoral Juvenil, disse que temos que ter uma linguagem mais simples. A terminologia e a fórmula utilizada pela Igreja pode afastar os jovens. O Pe. Hélio Soares alertou, na qualidade de membro do Serviço Diocesano dos Bens Culturais, para a necessidade de valorizar o património cultural religioso como meio de evangelização, sobretudo tendo como destinatários os turistas. No que respeita à formação e acompanhamento do clero, urge implementar as orientações para a pastoral vocacional, de modo a existirem critérios de discernimento vocacional para os jovens ao nível paroquial; no Seminário é urgente um maior rigor na formação e discernimento, de modo a evitar, quanto possível situações desagradáveis no futuro. Quanto ao acompanhamento dos sacerdotes, este deve ser individualizado. O Pe. Marco Martinho, lembrou que Jesus falava em parábolas, uma linguagem simples que todos o percebiam. O Papa Francisco, fala uma linguagem acessível. A Formação permanente do clero é essencial, sobretudo nas ilhas. Temos que ser uma Igreja em saída na prática. Não nos devemos esquecer da religiosidade popular, o verdadeiro motor da nossa vida.

O Senhor D. João encerrou a sessão, renovando a sua palavra de alegria e de encanto pelo nosso trabalho. Esta é uma caminhada que se vai fazendo pouco a pouco. A Oração e o sacrifício são verdadeiro motor da Igreja. A caminhada sinodal é uma experiência, que começa pela conversão das comunidades. A linguagem é um problema complexo, sempre foi e hoje é cada vez mais. A era digital trouxe novos desafios, com uma linguagem nova. Seguiu-se a oração pela caminhada sinodal na Diocese de Angra.

No dia 5 de outubro, pelas 9.30 horas, reiniciou-se os trabalhos com a oração de Laudes. De seguida foi apresentado o Comunicado Final da Assembleia, que foi debatido e aprovado por maioria, com duas abstenções.

O Ecónomo Diocesano apresentou as contas da Diocese e os projetos para o futuro.

D. João Lavrador encerrou os trabalhos da Assembleia, referindo que o tempo de caminhada sinodal exige da nossa parte que

deixemos só a teoria e nos empenhemos numa experiência renovadora. As grandes renovações da Igreja começaram por pessoas. O Senhor D. João realçou a importância de se ter reunido esta Assembleia, neste momento, que foi uma experiência muito enriquecedora. Agradeceu a todos os que se envolveram na preparação e realização desta Assembleia. Referiu de seguida, que a caminhada sinodal tem de ir à procura de todos e questionar a vida da nossa Igreja. Estamos a construir a Igreja do presente e do futuro.

Os trabalhos foram encerrados com a Eucaristia.

Ponta Delgada, 5 de outubro de 2020

### **COMUNICADO FINAL DA ASSEMBLEIA DIOCESANA DE 2020**

De dois a cinco de outubro de 2020 reuniu a Assembleia Diocesana conjunta do Conselho Pastoral Diocesano e do Conselho Presbiteral, no Centro Pastoral Pio XII em Ponta Delgada, sob a presidência do Bispo Diocesano, D. João Lavrador que invocou o Espírito Santo, tendo referido no discurso de abertura que “a nova cultura e a nova civilização estão a reclamar a proposta do Evangelho, que exige um rosto sinodal das nossas comunidades cristãs”.

Estiveram em reflexão três temas, que após a síntese das propostas dos diversos grupos da Diocese, mereceram um aprofundamento e debate na Assembleia:

- A Igreja e os rumos da cultura hoje;
- Situação social e económica dos Açores e
- Identidade religiosa e eclesial no nosso meio.

No primeiro tema destacou-se: a Igreja vê-se confrontada com a cultura atual, onde predomina o absoluto da ciência e onde Deus está ausente. Há uma pretensão de que as novas tecnologias respondam ao sentido da vida humana, prescindindo do religioso. No entanto, a Igreja também é produtora de cultura e o apelo aponta para o regresso à fidelidade ao Evangelho (Reino de Deus) para que a criatividade das novas gerações possa dispor do fermento para operar a transformação de um mundo já antigo.

No segundo tema destacou-se: A Igreja deve cooperar na sinalização, identificação e até denúncia, das situações de carência

e exclusão. Cooperando com as entidades públicas e privadas, a comunidade paroquial/Igreja deve acolher em permanência numa pastoral de proximidade. Para combater a pobreza, a educação e o emprego foram identificados como eixos de intervenção fundamentais, onde também a Igreja pode cooperar através do incremento do voluntariado e da criação de emprego, nomeadamente através do Terceiro Sector. A Pastoral Social deve ser menos assistencialista e mais capacitadora dos que beneficiam do apoio.

No terceiro tema, destacou-se: A Igreja é entendida como Povo de Deus, está ao serviço do Reino de Deus e não é uma realidade para si mesma, está vocacionada para a sinodalidade. Para ser Igreja exige-se o envolvimento de todos e deve ser de cariz missionária.

Por último foi apresentado um documento de trabalho que refletia as propostas que emergiram do documento de síntese atrás referido e que reflete a Caminhada Sinodal para uma Igreja Diocesana renovada que responda aos Sinais dos Tempos. Foram apresentados cinco temas, que mereceram uma apreciação da Assembleia.

A Assembleia manifestou-se para que haja o alargamento do tempo necessário para a auscultação da dinâmica na caminhada sinodal, incluindo aos que estão de fora com a maior eficácia possível.

Em ordem a dar continuidade à caminhada sinodal, foi pedido que fossem indicadas as prioridades para a reflexão, do que resultaram as opções pela seguinte ordem: Igreja Evangelizadora; Igreja em permanente Diálogo com o mundo; Igreja Comunitária e participativa em todos os seus membros; Igreja Integradora, com os pobres, que escuta o grito dos que sofrem e Igreja Missionária.

Sentimo-nos animados pelas palavras do Papa Francisco, na Encíclica Fratelli Tutti, promulgada no decorrer desta Assembleia, que diz “quero destacar o convite a um amor que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço; nele declara feliz quem ama o outro, o seu irmão, tanto quando está longe, como quando está junto de si (1)... como é importante sonhar juntos, sonhemos com uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que nos alberga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé e das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos (8)”.

Ponta Delgada, 5 de outubro de 2020  
A Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal

**MENSAGEM AO POVO DE DEUS  
DA DIOCESE DE ANGRA NA SEQUÊNCIA  
DA ASSEMBLEIA DIOCESANA**

*«Venerai a Cristo em vossos corações e estai sempre prontos a responder (...), com doçura e respeito, a todo aquele que vos perguntar a razão da vossa esperança» (1Pe. 3,15)*

Ao terminar a primeira reunião da Assembleia diocesana que integrava os membros do Conselho Diocesano de Pastoral e os membros do Conselho Presbiteral, no contexto da caminhada sinodal, dirijo-me a todos vós Povo de Deus da Diocese de Angra para convosco louvar o Senhor que pela acção do Espírito Santo deseja renovar a Igreja para ser testemunha do Seu Filho, Jesus Cristo, no contexto actual da nossa cultura e da nossa sociedade.

A expressão de comunhão eclesial que se alicerça na oração, na vivência eucarística e na partilha fraterna, tão fortemente vividas no decorrer dos trabalhos desta Assembleia; o desejo de aprofundar a realidade dos tempos em que vivemos e deixar-se interpelar para corresponder ao apelo de Jesus Cristo de propor vivencialmente o Evangelho aos homens e mulheres do nosso tempo; a ansia demonstrada de querer ser fiel a Cristo e na comunhão da Igreja para conduzir a vida das comunidades cristãs no sentido de dialogar com o mundo de hoje e acolher os pobres e os excluídos; são motivos para darmos graças a Deus pela manifestação da Sua misericórdia e ternura para com o Seu Povo.

Em clima de esperança que só nos pode vir da comunhão com Jesus Cristo, foi realçada a necessidade de nos propormos evangelizar auscultando todos os nossos irmãos sejam os que integram as nossas comunidades cristãs sejam os que estão fora para que no discernimento evangélico dos seus apelos possamos edificar uma comunidade em que todos os baptizados se sintam participantes activos da missão da Igreja mas também convocados a ser discípulos missionários numa Igreja em saída, tal como nos tem interpelado o Santo Padre o Papa Francisco.

No decorrer desta Assembleia amadureceu-se a consciência que

a Igreja no mundo de hoje tem de ser sinodal. Não se ignorou que esta mudança exige conversão pessoal, comunitária e pastoral; é uma caminhada que exige tempo e persistência; contudo, estamos conscientes que é esta a Igreja, Povo de Deus, que melhor testemunha o Evangelho de Jesus Cristo na nova fase da história.

Esteve muito presente a situação presente de pandemia, não só pelos desafios imediatos que coloca às nossas comunidades cristãs, mas na sua implicação decisiva no ressurgir de um mundo novo, de uma nova cultura e nova civilização. Sentiu-se vivamente a actualidade do desafio a uma nova evangelização.

A riqueza do trabalho de reflexão, de esperança e de abrir caminhos para o futuro presente nesta Assembleia não seria possível sem o esforço de reflexão e de renovação já a florescer em inúmeros grupos, movimentos e pessoas de boa vontade, de comunidades religiosas, serviços diocesanos, conselhos pastorais paroquiais e de ouvidoria, jovens e adultos, famílias e mesmo idosos. Fica o nosso reconhecimento e a certeza de que é neste esforço comum que podemos ultrapassar os obstáculos sempre teimosos em impedir a verdadeira renovação evangélica das comunidades cristã e a evangelização do mundo actual.

No decorrer dos trabalhos da nossa Assembleia, tivemos a graça de receber a publicação da Encíclica «Todos Irmãos» do Papa Francisco. Nela se reflecte a comunhão, a fraternidade e o amor fraterno como fundamento para o ser e para o actuar na Igreja e na sociedade. Aí se diz que «isolamento e o fechamento em nós mesmos ou nos próprios interesses nunca serão o caminho para voltar a dar esperança e realizar uma renovação, mas é a proximidade, a cultura do encontro» (nº 30).

E, num outro passo refere que «o que conta é gerar processos de encontro, processos que possam construir um povo capaz de recolher as diferenças» (nº 217). Daí o desafio lançado pelo Papa: «armemos os nossos filhos com as armas do diálogo! Ensinemos-lhes a boa batalha do encontro!» (nº 217).

Este trabalho pastoral de renovação, em caminhada comum, auscultando e dialogando com mundo de hoje, provocando a conversão missionária das comunidades cristãs, vai continuar. Isto mesmo ficou patente nas aspirações de todos os membros da Assembleia e penso que está presente na diversidade das nossas co-

munidades, movimentos e instituições.

Igreja evangelizadora, à maneira de Jesus Cristo e segundo os apelos do Concílio Ecuménico Vaticano II, foi a prioridade, muito acertada, dada pelos membros da Assembleia para auscultar e dialogar com a cultura de hoje, testemunhar o Evangelho na sociedade actual e construir comunidades cristãs participativas na missão da Igreja. Verdadeiramente o agente evangelizador é a comunidade cristã.

Estamos todos convocados para continuar a edificar a Igreja renovada com rosto sinodal.

No início do tempo de Advento daremos início à nova fase desta caminhada sinodal. Então, serão apresentadas as orientações para a vivência e para a reflexão que a todos é pedida.

Tal como o profeta Isaías, também nós hoje, apoiados na Revelação de Deus que ama o Seu Povo, poderemos exclamar: «eis que vou realizar uma obra nova, a qual já começa. Não a vedes?» (Is. 43, 19).

Colocamos este nosso trabalho pastoral sob a protecção e intercessão de Nossa Senhora, Mãe e Rainha dos Açores e do Beato João Baptista Machado, nosso Padroeiro.

+João Lavrador, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores

**PROGRAMA PASTORAL 2020 – 2021**  
**«A BELEZA DE CAMINHARMOS JUNTOS EM CRISTO»**

Dado o contexto de pandemia que vivemos e que afectou a realização de muitas actividades pastorais e obrigou a retardar o começo deste novo ano pastoral, apesar de muitas actividades já estarem em curso, a ele daremos início oficialmente em toda a diocese no primeiro domingo do Advento.

Continuamos a caminhada sinodal sob o lema «a beleza de caminharmos juntos em Cristo». Como o próprio nome quer significar, «caminhada sinodal» é fazer caminho em conjunto, isto é, convocar todos os baptizados para a sua participação activa na comunidade cristã e para o seu necessário testemunho cristão na evangelização do mundo de hoje.

Neste sentido, o núcleo central das actividades pastorais está orientado pela reflexão e actuação de todos os baptizados no contexto da ca-

minhada de renovação das nossas comunidades cristãs e da comunidade diocesana.

Após a auscultação dos Sinais dos Tempos, que continuará presente na vida pastoral, exige-se neste ano a reflexão acerca do perfil evangelizador das comunidades cristãs. Evangelização que se quer em diálogo com o mundo de hoje e a partir de uma comunidade cristã que promove os diversos dons, carismas e serviços ou ministérios.

Devemos também implicar-nos nas diversas actividades que vão decorrer ao longo do ano pastoral e que se destinam a todos os membros do Povo de Deus, sacerdotes, diáconos, religiosos(as) e leigos, movimentos e obras de apostolado. Para isso, inclui-se o calendário diocesano.

Porque é um bem para o crescimento do Povo de Deus na comunhão, na participação e na corresponsabilidade eclesiais, aprovamos este programa diocesano de 2020/2021.

Angra do Heroísmo, 1 de novembro de 2020  
+ João Lavrador, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores

### **NOTA PASTORAL SOBRE O 2º ANO DA CAMINHADA SINODAL «A BELEZA DE CAMINHARMOS JUNTOS EM CRISTO»**

*«As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração» (GS. 1).*

O Concílio Ecuménico Vaticano II, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, começa por reconhecer que a Igreja está intimamente unida à realidade concreta do mundo no qual vive.

Após a auscultação dos Sinais dos Tempos que, a partir da cultura, da sociedade e da Igreja actuais, desafiam a comunidade cristã e cada cristão no contexto da Região Autónoma dos Açores, sente-se o mesmo impulso que norteou os Padres Conciliares na resposta aos desafios que eram lançados pelo mundo e a exigir o testemunho fiel e autêntico do Evangelho.

Tal como afirma o Concílio, também nós temos o propósito de expor «o modo de conceber a presença e actividade da Igreja no mundo de hoje» (GS. 2).

Também a Igreja Diocesana de Angra «tem diante dos olhos o mundo dos homens, ou seja a inteira família humana, com todas as realidades no meio das quais vive; esse mundo que é teatro da história da humanidade, marcado pelo seu engenho, pelas suas derrotas e vitórias; mundo, que os cristãos acreditam ser criado e conservado pelo amor do Criador; caído, sem dúvida, sob a escravidão do pecado, mas libertado pela cruz e ressurreição de Cristo, vencedor do poder do maligno; mundo, finalmente, destinado, segundo o desígnio de Deus, a ser transformado e alcançar a própria realização» (GS. 2).

É com este olhar e com este objectivo que convocamos todos os batizados, discípulos de Jesus Cristo, a viverem o Evangelho e a testemunhá-lo ao mundo de modo a oferecerem o projecto de Deus para a renovação integral de todas as pessoas.

Fazemos nossas as palavras e os sentimentos do Concílio quando afirma que ele «testemunhando e expondo a fé do Povo de Deus por Cristo congregado, não pode manifestar mais eloquentemente a sua solidariedade, respeito e amor para com a inteira família humana, na qual está inserido, do que estabelecendo com ela diálogo sobre esses vários problemas, aportando a luz do Evangelho e pondo à disposição do género humano as energias salvadoras que a Igreja, conduzida pelo Espírito Santo, recebe do seu Fundador» (GS. 3).

Aliás, segundo refere, «trata-se, com efeito, de salvar a pessoa do homem e de restaurar a sociedade humana» (GS. 3).

Na verdade é o homem na sua unidade e integridade, corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade que está presente nas preocupações da Igreja.

O Concílio Ecuménico Vaticano II tem como único propósito preparar a Igreja, implicando todos os seus membros, Povo de Deus, para a sua exclusiva tarefa de Evangelizar.

Na sequência da doutrina conciliar, única inspiração para a missão das nossas comunidades cristãs, somos chamados a sintonizar com este único objectivo que é Evangelizar no contexto concreto do mundo de hoje.

### **1. Igreja Evangelizadora**

Este é o primeiro imperativo e tão abrangente que dá sentido a todos os desafios que são lançados para definirmos os traços de uma Igreja re-

novada e a responder evangelicamente ao mundo actual.

Como S. Paulo VI afirma na Exortação pos-sinodal «*Evangelii Nuntian-di*, «aqueles que acolhem com sinceridade a Boa Nova, por virtude desse acolhimento e da fé compartilhada, reúnem-se portanto em nome de Jesus para conjuntamente buscarem o reino, para o edificar e para o viver» (EN. 13).

De facto, «eles constituem uma comunidade também ela evangelizadora» (EN. 13). Aliás, «a ordem dada aos doze, “*Ide, pregai a Boa Nova*”, continua a ser válida, se bem que de maneira diferente, também para todos os cristãos» (EN. 13).

A Igreja assume a evangelização na alegria do encontro com Jesus Cristo Vivo, como tarefa e missão e reconhece que «evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade» (EN. 14).

Na realidade, «evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma» (EN. 15). Na verdade, «comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e comunicada, comunidade de amor fraterno, ela tem necessidade de ouvir sem cessar aquilo que ela deve acreditar, as razões da sua esperança e o mandamento novo do amor» (EN. 15).

Perante o cansaço e o desalento que atinge tantos agentes pastorais, é fulcral escutar as palavras que afirmam que «ela tem sempre necessidade de ser evangelizada, se quiser conservar frescor, alento e força para anunciar o Evangelho» (EN. 15).

Eis a exigência que é colocada às comunidades cristãs no contexto actual, cuja renovação interpela a que a Igreja se evangelize por uma conversão e uma renovação constantes, a fim de evangelizar o mundo com credibilidade (cfr. EN 15).

Colocarmo-nos perante a exigência de uma autêntica tarefa evangelizadora da Igreja, exige que reconheçamos o facto de que evangelizar «para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação» (EN. 19).

É verdadeiramente uma tarefa exigente e minuciosa que terá em conta a pessoa toda e a humanidade no seu todo, isto é, em todos os aspec-

tos da sua actuação.

## **2. Discernir e responder aos Sinais dos Tempos**

No ano passado, o primeiro da caminhada sinodal, a diocese, em todas as suas comunidades cristãs, movimentos, grupos, serviços diocesanos e instituições, foi chamada a ver, discernir e deixar-se interpelar pelos Sinais dos Tempos que passam pela análise evangélica do mundo actual, no domínio da cultura, da sociedade e da Igreja.

Foi um bom trabalho de reflexão que abriu, como era previsível, para o delinear de um conjunto de traços de renovação pastoral da Igreja diocesana. Assim, foram concentrados em cinco grandes áreas do ser e do agir da Igreja. O primeiro e mais abrangente diz respeito à evangelização como a mais profunda e singular identidade da Igreja; a segunda apela para a comunidade cristã interpelada por Jesus Cristo a ser missionária em todos os seus membros; a terceira sublinha a missão da Igreja que se realiza em diálogo com o mundo de hoje; a quarta realça o mistério de comunhão, da Igreja Povo de Deus, diversificado nos ministérios e serviços; e por último, a quinta que desafia a Igreja, em todas as suas comunidades, movimentos e grupos a escutar os excluídos, a servir os mais pobres e a promover a dignidade da pessoa humana e a edificação de uma sociedade mais justa.

## **3. Comunidade cristã interpelada para uma nova evangelização**

No contexto próprio da Igreja, evangelizar, não podemos perder de vista a exigência que o mundo novo nos coloca e que desafia a comunidade cristã, em todos os seus membros a evangelizar como se fosse pela primeira vez.

S. João Paulo II que pela primeira vez lançou este grito, sacudiu a Igreja adormecida, para que discernisse os sinais que a cultura actual se decidisse pela nova Evangelização.

Somos sensíveis à indiferença reinante perante a fé cristã, o relativismo moral, o subjectivismo que penetra também no domínio da religião, o abandono da prática cristã e o ridicularizar da instituição, mas igualmente deparamo-nos com o ressurgimento de novas espiritualidades de cariz individualista e com a subjectivação das normas da fé.

Perante a Europa que vai esquecendo progressivamente as suas raízes cristãs, o Papa S. João Paulo II, alerta a consciência evangelizadora dos

cristãos com palavras duras quando afirma querer «recordar a crise da memória e herança cristãs, acompanhada por uma espécie de agnosticismo prático e indiferentismo religioso, fazendo com que muitos europeus dêem a impressão de viver sem substrato espiritual e como herdeiros que delapidaram o património que lhes foi entregue pela história» (EE, 7).

E, acrescenta-se que «estamos perante o aparecimento duma nova cultura, influenciada em larga escala pelos mass-media, com características e conteúdos frequentemente contrários ao Evangelho e à dignidade da pessoa humana» (EE, 9). Aliás, «também faz parte de tal cultura um agnosticismo religioso cada vez mais generalizado, conexo com um relativismo moral e jurídico mais profundo que tem as suas raízes na crise da verdade do homem como fundamento dos direitos inalienáveis de cada um» (EE, 9).

De facto, «os sinais da diminuição da esperança manifestam-se às vezes através de formas preocupantes daquilo que se pode chamar uma “cultura de morte» (EE, 9).

Enfim, «a cultura europeia dá a impressão de uma “apostasia silenciosa” por parte do homem saciado, que vive como se Deus não existisse» (EE, 9).

Perante este cenário exclama o Santo Padre S. João Paulo II: «Igreja na Europa, a “nova evangelização” é a tarefa que te espera!» (EE, 45).

Assim descritos parece que estes sinais pertencem a algo de distante, mas não é verdade, eles estão a desafiar-nos no hoje e no agora da nossa missão de cristãos.

O Papa S. João Paulo II advertiu para a nova evangelização caracterizada por um novo ardor, novas linguagens e novos métodos. Já o Papa Francisco alerta para a mesma realidade dizendo que «o bem tende sempre a comunicar-se» (EG, 9).

Sinteticamente, convocados para uma nova evangelização devemos atender: aos Sinais dos Tempos e discerni-los à luz do Evangelho; estabelecer um diálogo com o mundo de hoje no qual devemos actuar como fermento evangélico; pugnar pela fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo como verdadeiro manancial de vida que atrai; comunicar pelo testemunho convincente, autêntico e vivencial.

#### **4. Deus ama este mundo que lhe envia o Seu Filho (cfr. Jo. 3, 16)**

Falar do mundo, da sociedade e da cultura é referir-se a pessoas con-

cretas amadas por Deus às quais Ele quer oferecer o Seu amor.

Durante muitos séculos, o mundo foi uma realidade estranha para a Igreja e, sobretudo com a modernidade, a separação entre as realidades temporais e a fé cristã tornou-se uma progressiva forma de vivência social.

Apesar de o Concílio Ecuménico Vaticano II ter proposto a evangelização do mundo em diálogo entre a Igreja e a sociedade, continua um fosso entre a vivência da fé, muito no âmbito privado, e a vida social, económica, cultural e política sem relação com a força do Evangelho de que a Igreja é portadora.

Como se diz na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, «a Igreja, por sua parte, acredita que Jesus Cristo, morto e ressuscitado por todos, oferece aos homens pelo seu Espírito a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação; nem foi dado aos homens sob o céu outro nome, no qual devam ser salvos» (GS. 10). Aliás, «acredita também que a chave, o centro e o fim de toda a história humana se encontram no seu Senhor e mestre» (GS. 10).

A mesma Igreja «afirma, além disso, que, subjacentes a todas as transformações, há muitas coisas que não mudam, cujo último fundamento é Cristo, o mesmo ontem, hoje, e para sempre» (GS. 10). Deste modo, «quer, portanto, o Concílio, à luz de Cristo, imagem de Deus invisível e primogénito de toda a criação, dirigir-se a todos, para iluminar o mistério do homem e cooperar na solução das principais questões do nosso tempo» (GS. 10).

Concretamente, «nenhuma ambição terrena move a Igreja, mas unicamente este objectivo: continuar, sob a direcção do Espírito Consolador, a obra de Cristo que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar e não para julgar, para servir e não para ser servido» (GS.3).

Realmente, «para servir o Evangelho da esperança, é pedido também à Igreja na Europa que percorra a estrada do amor» (EE. 83). Na verdade, «trata-se duma estrada que passa através da caridade evangelizadora, do empenho multiforme no serviço, da opção por uma generosidade sem tréguas nem confins» (EE. 83).

Neste diálogo a estabelecer com o mundo de hoje, a comunidade cristã está consciente que «à Igreja na Europa actual põe-se o desafio de ajudar o homem contemporâneo a experimentar o amor de Deus Pai e de Cristo no Espírito Santo, através do testemunho da caridade, a qual por si mesma possui uma intrínseca força evangelizadora» (EE. 84).

Pertence à missão da Igreja olhar «para a Europa e o seu caminho com

a simpatia de quem aprecia todo o elemento positivo, mas conjuntamente sem fechar os olhos sobre o que há de incoerente com o Evangelho, denunciando-o com vigor» (EE.104).

Eis a dimensão profética da Igreja que toma relevo quando se coloca ao serviço da pessoa e da sociedade.

### **5. A comunidade cristã, escola de comunhão, participação e de corresponsabilidade**

Hoje, há uma tomada de consciência que a evangelização e a missão da Igreja são realizadas por todo o Povo de Deus que é chamado a viver na comunhão e a comprometer-se na corresponsabilidade de todos os baptizados.

S. João Paulo II, focado na evangelização no contexto europeu, afirma que «servir o Evangelho da esperança com uma caridade que evangeliza é obrigação e responsabilidade de todos» (EE. 33). E, acrescenta-se que «de facto, seja qual for o carisma e o ministério de cada um, a caridade é a estrada mestra apontada a todos e que todos podem percorrer: é a estrada que toda a comunidade eclesial é chamada a percorrer seguindo as pegadas do seu Mestre» (EE. 33).

Dáí o convite ao empenho dos ministros ordenados; ao testemunho dos consagrados; ao cuidado por todas as vocações; à valorização da missão dos leigos; à promoção do papel da mulher na sociedade e na Igreja.

São muito actuais as palavras do papa S. João Paulo II quando refere que «inseridos no mundo mas não sendo do mundo (cf. Jo 17, 15-16), os sacerdotes são chamados, na actual situação cultural e espiritual do continente europeu, a ser sinal de contradição e de esperança para uma sociedade que sofre de horizontalismo e necessita de abrir-se ao Transcendente» (EE,34).

No contexto do ministério ordenado e para que a comunidade cristã viva a comunhão evangelizadora e com dinamismo missionário, exige-se a promoção do diaconado, segundo o querer da Igreja. De facto, tal como refere o Papa S. João Paulo II, com os presbíteros, desejamos sublinhar a importância do ministério dos diáconos, que, embora em grau diverso, participam do mesmo sacramento da Ordem.

Realmente, «colocados ao serviço da comunhão eclesial, exercem, sob a guia do Bispo e com o seu presbitério, a “diaconia “da liturgia, da palavra e da caridade» (EE.36). E, assim, «desta forma que lhes é própria, tam-

bém eles estão ao serviço do Evangelho da esperança» (EE. 36).

Já no que se refere aos consagrados, religiosos e religiosas, leigos consagrados, reconhecendo como é eloquente o seu testemunho de vivência radical do Evangelho, na verdade «a busca de novas formas de espiritualidade, que hoje surge na sociedade, deve encontrar uma resposta no reconhecimento do primado absoluto de Deus, vivido pelos consagrados através da sua doação total e da conversão permanente numa existência oferecida como verdadeiro culto espiritual» (EE. 38).

Mais ainda, «num meio contaminado pelo secularismo e dominado pelo consumismo, a vida consagrada, dom do Espírito Santo à Igreja e pela Igreja, torna-se sinal de esperança na medida em que testemunha a dimensão transcendente da existência» (EE. 38).

Por último, «a presença de novas formas de pobreza e marginalização deve suscitar a criatividade no cuidado pelos mais necessitados, que caracterizou muitos fundadores de institutos religiosos» (EE. 38).

Os consagrados são um verdadeiro estímulo para a missão da Igreja no contexto do mundo de hoje como o foram em épocas passadas.

Eis, portanto o cuidado em edificar uma verdadeira cultura vocacional.

No contexto da evangelização, propôr Jesus Cristo Vivo a toda a pessoa é despertar para o diálogo que Jesus de Nazaré continua hoje a estabelecer com cada um. Daí que na família, na catequese, na comunidade cristã e em todos os ambientes educativos o objectivo da evangelização seja o despertar para a vocação própria de cada pessoa, sobretudo criança e jovem.

A par com o testemunho dos sacerdotes e consagrados, felizes e alegres na sua missão, exige-se «reavivar, sobretudo nos jovens, uma profunda nostalgia de Deus, criando assim o contexto adequado para o desabrochar de generosas respostas vocacionais» (EE. 38); e, ainda, «é urgente que um grande movimento de oração atravessasse as Comunidades eclesiais do continente europeu, porque “as novas condições históricas e culturais exigem que a pastoral das vocações seja vista como um dos objectivos primários de toda a comunidade cristã”» (EE. 38).

Se, a partir do Concílio Vaticano II, muito se tem dito acerca do papel dos leigos na missão evangelizadora da Igreja, concretamente, ainda estão longe de atingir uma participação adequada destes no que lhes compete no contexto da vida e missão das comunidades cristãs.

Porque a sua peculiar missão está na sua relação com as actividades temporais, na sua formação cristã deve ter-se em conta esta sua especi-

ficidade. Por isso, «são precisos itinerários pedagógicos que tornem os fiéis-leigos idóneos a aplicarem a fé nas realidades temporais» (EE. 41).

No âmbito da missão dos leigos, deve-se sublinhar e valorizar o papel da mulher na sociedade e na Igreja.

Tal como afirma o Papa S. João Paulo II, «a Igreja está ciente do contributo específico da mulher para o serviço do Evangelho da esperança» (EE. 42). Aliás, «a história da comunidade cristã atesta que as mulheres sempre tiveram um lugar de relevo no testemunho do Evangelho» (EE. 42).

No contexto da nossa diocese, atendendo à cultura actual que «deixa na sombra a dimensão afectiva e a função dos sentimentos, na carência de generosidade, no frequente receio de dar a vida a novas criaturas, na dificuldade de viver uma relação de reciprocidade com o outro e de acolher quem é diverso» (EE. 42), então somos levados a afirmar o mesmo que S. João Paulo II quando refere que é neste contexto que a Igreja «espera das mulheres o contributo vivificante duma nova onda de esperança» (EE.42).

Mas para que tal se concretize torna-se necessário que «a começar pela Igreja, que seja promovida a dignidade da mulher, porque são idênticas a dignidade da mulher e a do homem, criados ambos à imagem e semelhança de Deus (cf. Gn 1, 27) e enriquecidos cada um de dons próprios e particulares» (EE. 43).

A Igreja consciente dos abusos de que são vítimas as mulheres na sociedade actual «não deixa de levantar a sua voz para denunciar as injustiças e violências perpetradas contra as mulheres, sejam quais forem o lugar e as circunstâncias em que aconteçam» (EE. 43).

A comunidade cristã será enriquecida com o ser feminino da mulher e da sua condição materna. Igualmente é dever da comunidade valorizar os serviços e ministérios que estão caracterizados pela presença e participação feminina.

Por fim, deparamo-nos com a exigência de uma formação integral dos leigos.

A diocese tem vindo a promover a formação dos leigos através das escolas de formação a nível da Ouvidoria, com a orientação activa do Instituto Católico de Cultura e sob a orientação da Vigararia para a Formação.

Pouco a pouco vão-se definindo os conteúdos. Porém, exige-se uma formação orgânica, básica e global que capacite os leigos para a sua vida cristã consciente e activa e para a sua missão no meio do mundo.

A formação cristã integral dos fiéis leigos continua a ser tarefa sempre urgente e prioritária para um desempenho da sua missão na Igreja e no

mundo.

## 6. Servir a pessoa e a sociedade

A Igreja que se coloca em conversão pastoral de modo a responder evangêlicamente ao mundo actual, é uma comunidade cristã a viver as Bem – aventuras, na pobreza, na escuta dos pobres e excluídos, na comunhão umbilical com os que sofrem e profética na denúncia das injustiças e nos atropelos à dignidade humana.

Estamos conscientes das dificuldades que se colocam aos diversos agentes pastorais, a começar pelos que são chamados a ser pastores das comunidades cristãs. Porém, está nesta exigência a razão de ser da missão da Igreja. Este desafio vem do próprio Jesus de Nazaré que se fez pobre para nos enriquecer com a sua pobreza.

Dá a exortação que o Papa João Paulo II dirige às comunidades cristãs no contexto europeu, quando diz: «livre de entraves e sujeições, sê pobre e amiga dos mais pobres, acolhedora para com toda a pessoa e atenta a qualquer forma, antiga ou nova, de pobreza» (EE.105).

De facto, «a expectativa dos novos céus e da nova terra, longe de afastar da história, intensifica a solicitude pela realidade presente onde já cresce a novidade que é germe e figura do mundo que há-de vir» (EE.97).

Deste modo, «animados por tais certezas de fé, trabalhamos para a construção duma cidade digna do homem» (EE. 97). Conscientes que «embora não seja possível construir na história uma ordem social perfeita, todavia sabemos que todo o esforço sincero por construir um mundo melhor é acompanhado pela bênção de Deus e que qualquer germe de justiça e de amor plantado no tempo presente floresce para a eternidade» (EE. 97).

Dá o desafio lançado às comunidades cristãs referindo que «é hora duma nova “fantasia da caridade”, que se manifeste não só nem sobretudo na eficácia dos socorros prestados, mas na capacidade de pensar e ser solidário com quem sofre, de tal modo que o gesto de ajuda seja sentido, não como esmola humilhante, mas como partilha fraterna» (nº 50).

E, acrescenta-se dizendo que «devemos procurar que os pobres se sintam, em cada comunidade cristã, como “em sua casa”» (nº 50). Aliás, continua o texto, «não seria, este estilo, a maior e mais eficaz apresentação da boa nova do Reino?» (nº 50).

A partir da análise à realidade social no contexto da nossa diocese, a

escuta, a promoção, a resposta e o aprender a partir dos pobres é uma das maiores exigências de quem se coloca no discernimento dos Sinais dos tempos.

### **7. Todos Irmãos**

A Igreja no seu todo, a comunidade cristã e cada cristão, para exercer a sua missão de evangelizar não poderá deixar de se envolver pelos desafios da Encíclica do Papa Francisco «Todos Irmãos».

Este texto que se situa no domínio da Doutrina Social da Igreja objetivamente apresenta os fundamentos para uma sociedade justa e equilibrada no seu desenvolvimento. O problema da pobreza, da exclusão, dos refugiados, do desequilíbrio entre países ricos e países pobres, das guerras ainda reinantes, da falta de acesso à saúde digna e ao emprego estável, tem por base uma sociedade que não respeita a dignidade humana e o bem comum.

Convida o Santo Padre a edificar uma sociedade assente na amizade, a que denomina de «amizade social».

Só a partir daí surgirá uma humanidade nova.

Certamente reconhecemos que a Igreja tem o papel primordial na edificação deste mundo novo que corresponda ao Reino inaugurado por Jesus Cristo, que tem como centro as Bem – aventuranças, e do qual a Igreja é Sinal e Instrumento.

### **8. Interpelados pela linguagem digital**

Atentos e determinados em envolver todos os baptizados e cada comunidade cristã na missão evangelizadora, não poderemos ignorar o vasto mundo do digital.

São muitas as interpelações e mensagens que a partir dos últimos Papas nos alertam para uma atenção privilegiada aos novos meios que sendo de comunicação se apresentam igualmente como conteúdo a transmitir.

Estar no digital, utilizar os meios e criar conteúdos evangélicos para introduzir neste mundo novo, é tarefa imprescindível e urgente.

Di-lo o Papa Francisco referindo que «não basta circular pelas “estradas” digitais, isto é, simplesmente estar conectados: é necessário que a conexão seja acompanhada pelo encontro verdadeiro» (Mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais, 2014) .

Verdadeiramente, «não podemos viver sozinhos, fechados em nós mesmos. Precisamos de amar e ser amados. Precisamos de ternura» (Ib.). Aliás, «não são as estratégias comunicativas que garantem a beleza, a bondade e a verdade da comunicação» (Ib.).

De facto, «o próprio mundo dos mass-media não pode alhear-se da solididade pela humanidade, chamado como é a exprimir ternura. A rede digital pode ser um lugar rico de humanidade: não uma rede de fios, mas de pessoas humanas» (Ib.).

Na realidade, «a neutralidade dos mass-media é só aparente: só pode constituir um ponto de referimento quem comunica colocando-se a si mesmo em jogo. O envolvimento pessoal é a própria raiz da fiabilidade dum comunicador. É por isso mesmo que o testemunho cristão pode, graças à rede, alcançar as periferias existenciais» (Ib.).

É neste novo mundo que somos chamados a evangelizar.

### **9. A santidade como regra absoluta**

O Concílio Ecuménico Vaticano II apresentou a santidade como vocação universal de todos os discípulos de Jesus de Nazaré. Partindo da igual dignidade de todos os baptizados, do chamamento que Jesus dirige a cada um para desenvolver os seus dons no empenho missionário, edificando um mundo mais digno do ser humano, colocando a sua vivência cristã centrada na Eucaristia e na participação activa na comunidade, a santidade torna-se o âmbito integrador de todas as facetas da vida e da missão do baptizado.

Daí que S. João Paulo II afirme que não hesita em dizer que o horizonte para que deve tender todo o caminho pastoral é a santidade (cf. NMI, 30).

Segundo as suas palavras, «é hora de propor de novo a todos, com convicção, esta “medida alta” da vida cristã ordinária: toda a vida da comunidade eclesial e das famílias cristãs deve apontar nesta direcção» (NMI,30).

Atendendo a este apelo, somos convidados a uma programação pastoral que tenha como objectivo integrador a santidade.

Segundo o Papa Francisco, para um cristão, não é possível imaginar a própria missão na terra, sem a conceber como um caminho de santidade. Igualmente, «cada santo é uma missão; é um projecto do Pai que visa reflectir e encarnar, num momento determinado da história, um aspecto do Evangelho» (GE, 19).

Realmente, «esta missão tem o seu sentido pleno em Cristo e só se compreende a partir d'Ele» (GE. 19). Na verdade, «a santidade é viver em união com Ele os mistérios da sua vida; consiste em associar-se duma maneira única e pessoal à morte e ressurreição do Senhor, em morrer e ressuscitar continuamente com Ele» (GE. 19).

A caminhada cristã é um itinerário permanente e progressivo na santidade.

*+ João Lavrador, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores*

## **INTRODUÇÃO AO 2º ANO DA CAMINHADA SINODAL PARA UMA IGREJA DIOCESANA RENOVADA QUE RESPONDA AOS SINAIS DOS TEMPOS**

No passado ano, no qual iniciámos a caminhada sinodal, colocámo-nos em atitude de escuta e de análise da realidade da nossa cultura, da nossa sociedade e da Igreja que somos. A esta reflexão chamámos auscultar os Sinais dos Tempos.

Reunidos em Assembleia Diocesana, no contexto da Caminhada Sinodal, os membros dos dois Conselhos Diocesanos, Pastoral e Presbiteral, aprofundaram a reflexão acerca da realidade que nos envolve e apresentaram as prioridades para a reflexão posterior, reflexo das respostas que dos diversos grupos e movimentos que desafiam a nossa Igreja Diocesana e cada Comunidade Cristã.

Eis-nos a prosseguir com este dinamismo renovador a que chamamos Caminhada Sinodal sob o lema «a beleza de caminharmos juntos em Cristo»

Renovamos o convite para uma caminhada sinodal tal como a Igreja hoje o exige. O facto do Santo Padre o Papa Francisco ter convocado o Sínodo dos Bispos do ano de 2022 sobre a temática do rosto sinodal da Igreja, certamente irá dar ainda mais força à iniciativa da nossa diocese.

Esta caminhada sinodal tem dois planos: o primeiro é realizado na experiência pastoral concreta em cada uma das comunidades cristãs, formando e interpelando para uma participação ativa e consciente de todos os batizados na missão da Igreja, na base de uma comunidade cristã que vive a comunhão e exerce a corresponsabilidade em todos os seus membros; o segundo diz respeito à reflexão que é pedida a todos os grupos, movimentos e instituições e mesmo a pessoas fora da Igreja para ajudarem na renovação da Igreja diocesana.

É forçoso reconhecer que a Igreja do futuro é de rosto sinodal que implica a participação ativa de todos os fiéis cristãos. Prossigamos nesta caminhada tão bela e tão exigente mas tão necessária. É hora de promovermos os Conselhos Pastorais Paroquiais, os Conselhos Económicos Paroquiais, Assembleias Paroquiais, Movimentos e organismos de participação. Estamos perante um desafio que contém etapas mas é uma caminhada permanente.

O itinerário de reflexão que foi apresentado na última Assembleia diocesana para que se pronunciasse sobre as prioridades a dar consta de cinco temas. Três serão reflectidos no decorrer deste ano e constam deste caderno que agora é apresentado; os dois restantes temas serão reflectidos no próximo ano pastoral.

Deste modo teremos uma visão de conjunto sobre o que se requer da Igreja Diocesana e de cada Comunidade Cristã para que estejam atentas aos Sinais dos Tempos, auscultando-os, discernindo-os à luz do Evangelho e desafiadas por eles se coloque numa atitude de resposta evangelizadora.

Esta é a hora da renovação... Não podemos parar. Jesus de Nazaré e o Seu Evangelho abrem-nos para o futuro que surge sempre na Novidade do Espírito de Deus.

**A quem se destina esta reflexão:** a todos os membros da paróquia que se manifestem interessados em participar na renovação da Igreja. Mas sobretudo ao Conselho Pastoral Paroquial, aos grupos, movimentos, instituições e obras apostólicas já organizadas a nível da paróquia e mesmo grupos ou pessoas que queiram organizar-se para fazer esta reflexão. Será oportuno e vantajoso que se proporcionem espaços de diálogo para escutar os que estão fora da prática cristã.

**Como organizar o tempo de reflexão:** até ao final de Abril de 2021, fará-se a reflexão a nível paroquial, nos grupos, movimentos e instituições e outros, orientada pelo pároco, o qual convocará o Conselho Pastoral Paroquial para recolher a síntese de respostas.

Até ao final de Maio de 2021, reunirá o Conselho Pastoral de cada Ouvidoria, sob a orientação do Ouvidor, que recolherá as respostas de todas as paróquias da respectiva Ouvidoria e as enviará à Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal até ao final de Junho.

## NOMEADA A COMISSÃO COORDENADORA DA CAMINHADA SINODAL

Por Provisão de 18 de dezembro de 2020, o Bispo de Angra nomeou:

Cónego Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes (coordenador), Cónego Hélder Miranda Alexandre, P.e Jorge Miguel Lopes Ferreira, Cónego José Medeiros Constância, Cónego João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, Cónego Jacinto Alberto Meneses Bento, Eng.<sup>a</sup> Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba, Irmã Maria Emília Barcelos Martinho, Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira Borba, P.e Marco Luciano da Rosa Carvalho, P.e Igor Samuel Lima Oliveira, Carmen Dolores Sousa Gonçalves, Ana Catarina Pires, André Soares Garrão.

### **AOS GRUPOS, SERVIÇOS, COMUNIDADES E MOVIMENTOS ECLESIAIS**

1. Partindo das opções tomadas na Assembleia Diocesana de Outubro passado, estamos a trabalhar para sermos uma Igreja evangelizadora, em permanente diálogo com o mundo, comunitária e participativa em todos os seus membros.

2. Após o lançamento do trabalho e dos documentos do 2.º Ano da caminhada sinodal, em novembro passado, cada Conselho Pastoral Paroquial está a dinamizar a consulta a partir dele mesmo, dos grupos e movimentos paroquiais e de outras instâncias locais.

3. Outros grupos, movimentos laicais, equipas dos serviços diocesanos, instituições formativas, novas comunidades eclesiais, congregações de vida consagrada, IPSS, Santas Casas, Caritas, Irmandades, Confrarias, Fundações, e demais organismos de âmbito não paroquial, são chamados a colaborar no mesmo trabalho de caminhada em conjunto.

4. As respostas a seis questões devem ser enviadas a esta comissão ou ao respetivo ouvidor até ao final de abril do corrente ano. Os textos e as perguntas encontram-se disponíveis no caderno das Orientações diocesanas de pastoral para o 2.º ano da caminhada sinodal (pgs. 25-40) ou então na versão digital em *diocese de angra ou igreja acores/caminhada sinodal*.

5. A Comissão da Caminhada Sinodal, agora renovada com três jovens das três Vigararias territoriais, renova a disponibilidade no apoio, acompa-

nhamento e coordenação da caminhada em toda a Diocese, pedindo que nunca falte a oração.

Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal  
Angra do Heroísmo, 1 de março de 2021

**PONTO DA SITUAÇÃO DO 2º ANO DA CAMINHADA SINODAL SOBRE  
“A BELEZA DE CAMINHARMOS JUNTOS EM CRISTO”**

Terminada a consulta ao presbitério sobre o perfil evangelizador do padre numa igreja evangelizadora (dentro do 1º tema do programa pastoral deste ano 2020-21), recorro o que consta nas Orientações Diocesanas de Pastoral deste ano (pp. 24-25), de tal maneira que se respeite as etapas e os prazos de cada instância eclesial.

A quem se destina esta reflexão: a todos os membros da paróquia que se manifestem interessados em participar na renovação da Igreja. Mas sobretudo ao Conselho Pastoral Paroquial, aos grupos, movimentos, instituições e obras apostólicas já organizadas a nível da paróquia e mesmo grupos ou pessoas que queiram organizar-se para fazer esta reflexão. Será oportuno e vantajoso que se proporcionem espaços de diálogo para escutar os que estão fora da prática cristã.

Como organizar o tempo de reflexão:

a) até ao final de abril de 2021, far-se-á a reflexão a nível paroquial, nos grupos, movimentos e instituições e outros, orientada pelo pároco, o qual convocará o Conselho Pastoral Paroquial para recolher a síntese de respostas.

b) Até ao final de maio de 2021, reunirá o Conselho Pastoral de cada Ouvidoria, sob a orientação do Ouvidor, que recolherá as respostas de todas as paróquias da respetiva Ouvidoria.

c) e as enviará à Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal até ao final de junho.

Certos do vosso empenho e esforço em mais uma etapa desta caminhada, apresento os votos de bons frutos pascais segundo o Espírito Santo que nos guia.

Angra do Heroísmo, Dia de São Jorge, 23 de abril de 2021

P’la Comissão Diocesana da Caminhada Sinodal  
P. Hélder Fonseca Mendes

## **XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS “POR UMA IGREJA SINODAL: COMUNHÃO, PARTICIPAÇÃO E MISSÃO” NA DIOCESE DE ANGRA**

O Papa Francisco, em 24 de abril de 2021, aprovou o itinerário sinodal para a XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, com o tema: “Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação e missão”.

O percurso para a celebração do Sínodo será dividido em três fases, entre outubro de 2021 e outubro de 2023, passando por uma fase diocesana e uma fase continental, que dará vida a dois *Instrumentum Laboris* distintos, antes da fase definitiva em nível eclesial.

O Sínodo dos Bispos é o ponto de convergência do dinamismo da escuta recíproca no Espírito Santo, conduzida em todos os níveis da Igreja. A articulação das diferentes fases do processo sinodal possibilitará a escuta real do Povo de Deus e garantirá a participação de todos no processo sinodal. Não é apenas um acontecimento, mas um processo que envolve em sinergia o Povo de Deus, o Colégio Episcopal e o Bispo de Roma, cada um segundo a sua função.

Fase diocesana (outubro de 2021 - abril de 2022)

No domingo, 17 de outubro, com a mesma modalidade, será inaugurado nas dioceses sob a presidência do respetivo bispo.

O objetivo desta fase é a consulta ao Povo de Deus (cfr. *Episcopalis Communio*, 5,2), a fim de que o processo sinodal se realize na escuta de todos os batizados, sujeitos da infalível *sensu fidei* in credendo.

Cada bispo nomeará um responsável diocesano (possivelmente uma equipa) para a consulta sinodal, que pode servir como ponto de referência e contato com a Conferência Episcopal e que acompanhará a consulta na Igreja particular, em todas as suas etapas (antes outubro de 2021). Na Diocese de Angra, a equipa será a Comissão Diocesana Coordenadora da Caminhada Sinodal e o responsável será o presidente da mesma.

A consulta nas dioceses realizar-se-á através dos órgãos de participação previstos na lei, sem excluir outras modalidades que se julguem oportunas para que a mesma consulta seja real e eficaz. (cfr. *Episcopalis Communio*, 6).

A consulta ao Povo de Deus em cada diocese terminará com uma reunião pré-sinodal, que será o momento culminante do discernimento diocesano.

Após o encerramento da fase diocesana, a comissão coordenadora enviará as suas contribuições à Conferência Episcopal antes de abril de 2022, pelo que a consulta nas ouvidorias deve estar concluída antes do fim de março desse ano.

Angra do Heroísmo, 21 de setembro de 2021  
Pe. Hélder Fonseca Mendes, Vigário Geral

### **CAMINHADA SINODAL DIOCESANA E UNIVERSAL**

Na sequência da reunião da CCCS no passado dia 7 de julho, que recolheu os contributos das bases referentes ao 2º ano da caminhada sinodal, e das orientações do Papa Francisco em ordem ao percurso para a celebração do Sínodo dos Bispos, sugerimos que, de um modo articulado, se trate de ambas as realidades comuns no estilo, processo, estruturas e acontecimentos.

Na nossa diocese, uma vez que já existe a comissão coordenadora da caminhada sinodal, será esta a assumir as responsabilidades do percurso previsto em cada Igreja local, em ordem à preparação do Sínodo dos Bispos de 2023.

Assim, de outubro a dezembro de 2021, devemos apreciar o tema diocesano sobre uma Igreja missionária (Orientações Diocesanas, pp. 20-23), sobretudo na preparação das jornadas mundiais da juventude, e os primeiros cinco núcleos temáticos (1-5) para aprofundamento de uma Igreja sinodal.

De janeiro a março de 2022, devemos tratar o tema diocesano para uma Igreja integradora, com dos pobres e para os pobres, que escuta o grito dos que sofrem (Orientações Diocesanas pp 23-25), sobretudo um plano para a pastoral social na paróquia, e ainda os restantes núcleos temáticos em ordem ao Sínodo dos Bispos (6-10), conforme documento em anexo

Angra do Heroísmo, 29 de setembro de 2021

Pela Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal  
P. Hélder Fonseca Mendes

## **CONVITE PARA A ABERTURA DO ANO PASTORAL 2021-2022**

No próximo domingo, dia 17 de outubro, teremos a abertura do ano pastoral 2021-2022 e da fase diocesana de preparação do Sínodo dos Bispos de 2023, dentro do 3º. Ano da nossa caminhada sinodal.

Da nota pastoral de D. João Lavrador, de 7 de setembro passado, recordo estas palavras:

«Iremos iniciar o nosso ano pastoral no próximo dia 17 de outubro. Haverá uma solene celebração na Sé de Angra e pede-se que cada paróquia faça eco desta mesma celebração nas Eucaristias deste domingo. Entre outras atividades, deve rezar-se pelo bom andamento deste ano pastoral e deve informar-se dos temas e dos ações que irão constar da caminhada diocesana ao longo do ano. Será uma oportunidade para dar visibilidade comunitária ao Conselho Pastoral Paroquial e aos diversos responsáveis pelos sectores pastorais da paróquia».

Sugerimos que em cada paróquia, sobretudo de manhã, se faça o que nos é indicado, e para a celebração da Sé, pelas 18 horas, convidamos os presbíteros, diáconos, religiosas e religiosos, seminaristas, conselhos pastorais paroquiais, membros de movimentos laicais e de novas comunidades eclesiais e grupos de jovens a estarem presentes nesta celebração diocesana.

Angra do Heroísmo, 7 de outubro de 2021  
P. Hélder Fonseca Mendes

## **NOTA DA COMISSÃO COORDENADORA DA CAMINHADA SINODAL**

Reuniu ontem, em plenário presencial, em Angra do Heroísmo, a Co-

missão Coordenadora da Caminhada Sinodal com a mesma composição e funções, enumeradas na provisão do Bispo de Angra de 20 de setembro de 2020, que a partir de 17 de outubro de 2021 foi designada também como equipa de contato local na fase diocesana de preparação do sínodo dos bispos de 2023 «para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão».

A Comissão é constituída por presbíteros, leigos jovens e adultos e religiosos das três vigararias a nascente, ao centro e ao ocidente.

Apesar da situação peculiar que a Diocese de Angra vive neste momento, em vésperas de sede vacante, os membros consideram que estão na Comissão de trabalho não em função de cargos ou ofícios, mas nomeados para uma missão que não devem abandonar num momento tão necessário da nossa vida comunitária da Igreja local e universal.

A primeira palavra é de apelo à oração, à escuta e ao discernimento na nossa caminhada diocesana local, agora valorizada e ampliada na consulta a todas as dioceses para o próximo Sínodo dos Bispos, quando aguardamos a nomeação do 40º. Bispo de Angra.

Apreciamos o modo de articular o trabalho que temos entre mãos, do 3º. ano da nossa caminhada sinodal, sobre uma Igreja missionária e uma Igreja integradora, com os pobres e para os pobres que escuta o grito dos que sofrem, com a principal pergunta para a consulta na Igreja Universal: como é que este caminho em conjunto está a acontecer hoje na nossa Igreja local? Que passos é que o Espírito nos convida a dar para crescermos no nosso caminhar juntos? (DP 26).

Na linha de orientação da Comissão Geral do Sínodo vemos que serão os conselhos pastorais paroquiais e de ouvidoria que dinamizarão o trabalho, bem como as congregações religiosas, movimentos de apostolado laical, associações de fiéis, novas comunidades eclesiais, Seminário Maior, Instituto Católico de Cultura, Santuários Diocesanos, Comissões e Serviços diocesanos de pastoral especializada, seja na educação, na saúde, na cultura e demais áreas de intervenção.

Vimos que não há sobreposição, contradição ou incompatibilidade entre as duas propostas ou linhas, uma vez que promovem a mesma atitude, estilo, estruturas e acontecimentos eclesiais, embora com acentuações e diferentes nuances.

Vimos ainda que muito do trabalho já realizado na escuta sobre a cultura atual, a situação social e económica, bem como a situação religiosa e eclesial nos Açores (1º. Ano), sobre uma Igreja evangelizadora, comunitária e participativa em todos os membros e numa Igreja em permanente diálogo com o mundo (2º. Ano) é já uma reposta ao documento preparatório para o Sínodo de 2023, a que acrescentaremos os resultados deste ano.

Por isso definimos como prioridade levar por diante os dois temas do 3º. ano, que temos entre mãos, e na medida do possível responder às questões que nos são lançadas ao nível da Igreja Universal, já enviadas por correio digital a todas as entidades eclesiais e publicadas na revista *Lumen* de julho/agosto de 2021.

Tomamos ainda conhecimento do comunicado da Secretaria Geral do Sínodo que alargou o prazo de escuta e consulta, e que na nossa Diocese vamos concretizar assim: até 30 de maio de 2022 o trabalho deve estar concluído nas paróquias, até 30 de junho nas Ouvidorias e até 15 de julho na Comissão Diocesana Coordenadora e responsável pela fase diocesana do Sínodo de 2023, que por sua vez entregará a síntese à Conferência Episcopal Portuguesa.

Na fase do trabalho nas Ouvidorias pode terminar-se a consulta com uma assembleia pré-sinodal a nível de ilha ou Ouvidoria com todos os participantes envolvidos no processo para que tomem conhecimento do trabalho local realizado.

Neste dia do 487º. aniversário da Diocese de Angra queremos ser e edificar juntos, aqui e agora, a Igreja de Cristo una, santa, católica e apostólica, de quem vive em comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

Angra do Heroísmo, 3 de novembro de 2021

P'la CCCS

P. Hélder Fonseca Mendes

## **PROGRAMA PASTORAL PARA O 3º ANO DA CAMINHADA SINODAL**

Entramos no terceiro ano da Caminhada Sinodal com a qual a nossa

Diocese, em todas as suas comunidades, movimentos e instituições, pretende convidar todos os batizados para uma participação activa e consciente na missão da Igreja.

Com o Concílio Ecuménico Vaticano II somos chamados a reconhecer a Igreja como Povo de Deus do qual todos participam pelos sacramentos da Iniciação Cristã, Baptismo, Confirmação e Eucaristia.

Se a única missão da Igreja é Evangelizar, então, sabemos que esta tarefa singular e única compete a todos os membros do Povo de Deus.

É com este objectivo que vamos continuar a experiência de comunhão eclesial e de compromisso comum na edificação de comunidades cristãs nas quais todos os batizados são chamados a participar na sua missão evangelizadora. Apesar dos tempos de pandemia que tanto sofrimento e dificuldades trouxeram à vida pastoral das nossas paróquias, vamos, com redobrado esforço, com todos os responsáveis cristãos das nossas paróquias, reedificar o tecido eclesial das nossas comunidades e avançar na reflexão dos temas que nos são propostos para este ano: «Igreja missionária» e «Igreja Pobre com os Pobres».

Teremos ainda de incorporar a reflexão da temática do Sínodo dos Bispos/2022 que versa «Por uma Igreja sinodal, comunhão, participação e missão». Certamente reconhecemos que esta proposta do Santo Padre não só sintoniza com a nossa reflexão de caminhada sinodal mas nos ajuda e alenta a caminhar neste objectivo a que nos propomos de edificar nas comunidades cristãs uma forma de ser em sinodalidade.

Igualmente não poderemos ignorar, muito pelo contrário, somos chamados a acolher e a integrar a preparação das Jornadas Mundiais da Juventude, Lisboa 2023. Eis, um convite muito especial à participação dos jovens. Espera-nos um ano pastoral muito intenso, muito rico pastoralmente, muito interpelante e a suscitar a mobilização de todos os batizados. Colocamos este ano pastoral sob a protecção de Nossa Senhora, Mãe e Rainha dos Açores e de S. José, no ano a ele dedicado.

Aprovamos o programa pastoral para o ano pastoral de 2021/2022.

João Lavrador, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores

## NOTA PASTORAL SOBRE O 3º ANO DA CAMINHADA SINODAL

### 1. Itinerário percorrido

No primeiro ano da caminhada sinodal procurou-se sensibilizar a diocese para caminhada sinodal que se traduz numa exigência que vem do Concílio Vaticano II e que actualmente tem merecido um apelo permanente do Papa Francisco que se vai desenvolvendo nas diversas Igrejas diocesanas.

Fundamenta-se na verdade conciliar da Igreja Povo de Deus, no qual todos os baptizados participam de modo activo e consciente na vida da comunidade cristã e são chamados à autêntica corresponsabilidade na missão da Igreja.

A participação eucarística e a integração na comunidade cristã são essenciais para uma verdadeira Igreja de rosto sinodal.

A par com esta consciencialização e mobilização solicitou-se aos diocesanos, nomeadamente, aos cristãos mais empenhados na vida das paróquias e outras pessoas que se sentiram interpeladas a dar o seu contributo para a renovação da Igreja diocesana, que fizessem uma leitura dos Sinais dos Tempos, penetrando com olhar evangélico a realidade que nos envolve, no domínio da cultura, da sociedade e da Igreja.

O resultado desta reflexão originou o debate na Assembleia Sinodal que se realizou em Outubro de 2020.

Tal como exige o Concílio Vaticano II, a atenção aos Sinais dos Tempos integra-se no ímpeto evangelizador de cada comunidade cristã e de cada cristão.

Neste sentido, a partir dos desafios que se colocam à Igreja e que devem despertá-la para evangelizar em profundidade e com atenção ao homem de hoje, lançou-se um guião que servirá de reflexão e que pretende convocar todos os baptizados para a missão da Igreja que não é outra que evangelizar.

Deste guião constavam cinco temas que dão corpo ao que se exige de uma comunidade cristã para responder à evangelização nos tempos em que vivemos. O primeiro centra-se na Igreja evangelizadora; o segundo trata da Igreja enquanto comunidade cristã promotora de ministérios e serviços eclesiais; o terceiro realça a evangelização que se realiza em diálogo com o mundo; o quarto responde ao desafio da comunidade cristã e

de cada cristão se sentir missionário; o quinto desafia a Igreja a ser pobre com os pobres.

Os três primeiros temas estiveram na reflexão dos membros dos conselhos pastorais, movimentos, grupos, cristãos e outras pessoas interessadas, durante este passado ano pastoral.

Os dois temas restantes serão reflectidos no próximo ano pastoral.

Acresce ainda que, em 17 de Outubro, iniciar-se-á a preparação do Sínodo dos Bispos de 2022 sob o lema «Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão». Por vontade do Papa Francisco, a primeira fase da reflexão será em cada diocese. Para nós, será uma oportunidade para consolidarmos ainda mais a nossa caminhada sinodal e de partilharmos com a Igreja Universal da nossa experiência e das nossas expectativas.

Teremos presentes os desafios que o Papa nos coloca através da celebração do ano dedicado a S. José e o ano de aprofundamento da pastoral da família.

Em caminhada sinodal envolveremos os jovens que se estão a preparar para as Jornadas mundiais, Lisboa/2023. É um acontecimento que marcará fortemente o dinamismo da pastoral dos jovens nas nossas comunidades cristãs.

Reconhecemos que a pandemia que nos tem dificultado a participação e a reunião tem impedido um trabalho pastoral organizado e linear. Por isso, é muito natural que algumas paróquias necessitem de continuar a reflexão dos temas do ano pastoral passado neste próximo.

## **2. Programa Pastoral 2021/2022**

### **«Igreja Missionária/ Igreja pobre com os pobres»**

#### **2.1. Igreja Missionária**

Referirmo-nos à Igreja como comunidade cristã missionária implica que todos os baptizados tomem consciência e se disponham a uma conversão pessoal e comunitária de modo a passar de uma Igreja voltada para si mesma, ritualista e sacramental, para um novo dinamismo que deve ser assumido por todos e que coloca o acento na dimensão missionária de todo o Povo de Deus.

Este facto requer uma participação activa e consciente dos baptizados na Eucaristia e na vida da comunidade cristã. Porque é na Eucaristia dignamente e autenticamente vivida que brota o dinamismo comunitário e a força evangelizadora e missionária.

**a) Participação na Eucaristia que conduz à missão**

O Papa S. João Paulo II, na Carta Apostólica «Novo Milenio Ineunte», referindo-se à celebração dominical da Eucaristia, sublinha que «a participação na Eucaristia seja verdadeiramente, para cada baptizado, o coração do domingo: um compromisso irrenunciável, abraçado não só para obedecer a um preceito mas como necessidade para uma vida cristã verdadeiramente consciente e coerente» (nº 36).

A situação actual coloca os cristãos «perante o desafio de testemunharem com mais força, muitas vezes em condições de solidão e hostilidade, os aspectos específicos que os identificam» (nº 36). Aliás, «um deles é a obrigação de participar todos os domingos na celebração eucarística» (nº 36).

Na verdade, «ao congregar semanalmente os cristãos como família de Deus à volta da mesa da Palavra e do Pão da vida, a Eucaristia dominical é também o antídoto mais natural contra o isolamento; é o lugar privilegiado, onde a comunhão é constantemente anunciada e fomentada» (nº 36).

Acrescenta ainda o Santo Padre que «precisamente através da participação eucarística, o dia do Senhor torna-se também o dia da Igreja, a qual poderá assim desempenhar de modo eficaz a sua missão de sacramento de unidade».

Mas a relação da Eucaristia com a missão que se exige de todos os baptizados e de cada comunidade cristã está muito nítida nas palavras do Papa Bento XVI, na Exortação Post – Sinodal «Sacramentum Caritatis», quando refere que «a Eucaristia é fonte e ápice não só da vida da Igreja, mas também da sua missão: “Uma Igreja autenticamente eucarística é uma Igreja missionária” » (nº 84).

Através de uma frutuosa participação na Eucaristia, «havemos, também nós, de poder dizer com convicção aos nossos irmãos: “Nós vos anunciamos o que vimos e ouvimos, para que estejais também em comunhão connosco” (1 Jo 1, 2-3)» (nº 84). Aliás, realça o Santo Padre, «verdadeiramente não há nada de mais belo do que encontrar e comunicar Cristo a todos!» (nº 84)

Recorde-se que «a própria instituição da Eucaristia antecipa aquilo que constitui o cerne da missão de Jesus: Ele é o enviado do Pai para a redenção do mundo (Jo 3, 16-17; Rm 8, 32)» (nº 84).

Daí que «não podemos abeirar-nos da mesa eucarística sem nos deixarmos arrastar pelo movimento da missão que, partindo do próprio Co-

ração de Deus, visa atingir todos os homens; assim, a tensão missionária é parte constitutiva da forma eucarística da existência cristã» (nº 84).

Conclui-se deste modo que para edificar uma comunidade missionária e para alentarmos os batizados para se reconhecerem como verdadeiros discípulos missionários, exige-se a participação consciente e frutuosa na Eucaristia.

### **b) A comunidade cristã é verdadeiramente o agente missionário**

Fomos habituados em referir o cristão muito individualmente sem exigir a sua relação intrínseca com uma comunidade cristã.

Isto deve-se a um modo próprio de se sentir cristão mas também às condicionantes culturais do mundo actual. Acentuou-se o individualismo e desvalorizou-se a comunidade.

Em fidelidade ao Evangelho, ao querer de Jesus Cristo, à vida das primeiras comunidades cristãs, à contínua presença na Igreja e no mundo da experiência comunitária, feita num longo período da história da Igreja pelas ordens religiosas e pelas confrarias, e sobretudo à renovação Conciliar do Vaticano II, urge retomar a comunidade como o verdadeiro agente evangelizador e missionário. Com este acento não se retira em nada o valor do apostolado pessoal, mas sublinha-se a necessidade que mesmo este deve exercer-se sempre por alguém que está em comunhão com os seus irmãos na fé, na participação eucarística e na comunidade cristã.

O Papa Paulo VI, referindo-se à Igreja como missionária em todos os seus membros, afirma que «evangelizar não é para quem quer que seja um ato individual e isolado, mas profundamente eclesial» (EN. 60). E, acrescenta que «se cada um evangeliza em nome da Igreja, o que ela mesma faz em virtude de um mandato do Senhor, nenhum evangelizador é o senhor absoluto da sua acção evangelizadora, dotado de um poder discricionário para realizar segundo critérios e perspectivas individualistas tal obra, mas em comunhão com a Igreja e com os seus Pastores (EN, 60).

Eis os critérios fundamentais para um rosto missionário das nossas comunidades cristãs.

### **c) Comunidade de discípulos missionários**

O Papa Francisco, entre muitos sonhos que revelam para a Igreja de hoje, destaca este que se refere à missão da Igreja participada por todos os batizados.

Das suas palavras constatamos que «a alegria do Evangelho, que en-

che a vida da comunidade dos discípulos, é uma alegria missionária» (EG, 21); «a Palavra possui, em si mesma, uma tal potencialidade, que não a podemos prever» (EG, 22); e ainda, «a intimidade da Igreja com Jesus é uma intimidade itinerante, e a comunhão “reveste essencialmente a forma de comunhão missionária”» (EG, 23).

Daí sublinha o Papa Francisco que «fiel ao modelo do Mestre, é vital que hoje a Igreja saia para anunciar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repugnâncias e sem medo» (EG, 23).

O Papa mostra-se atento às dificuldades que experimentam os agentes pastorais no tempo de hoje ao referir que «hoje nota-se em muitos agentes pastorais, mesmo pessoas consagradas, uma preocupação exacerbada pelos espaços pessoais de autonomia e relaxamento, que leva a viver os próprios deveres como mero apêndice da vida, como se não fizessem parte da própria identidade» (EG, 78).

E, acrescenta-se que «ao mesmo tempo, a vida espiritual confunde-se com alguns momentos religiosos que proporcionam algum alívio, mas não alimentam o encontro com os outros, o compromisso no mundo, a paixão pela evangelização» (EG, 78).

Daí conclui-se que «assim, é possível notar em muitos agentes evangelizadores – não obstante rezem – uma acentuação do individualismo, uma crise de identidade e um declínio do fervor» (EG, 78). Aliás, estes «são três males que se alimentam entre si» (EG, 78).

Acompanhemos o sonho do Papa Francisco e reconheçamos também nós que «em virtude do Baptismo recebido, cada membro do povo de Deus tornou-se discípulo missionário (cf. Mt 28, 19)» (EG, 120).

De facto, «cada um dos baptizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito activo de evangelização, e seria inapropriado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas acções» (EG, 120).

Aliás, na urgência de uma nova evangelização, esta «deve implicar um novo protagonismo de cada um dos baptizados».

#### **d) Formar comunidades para a missão**

Não tenhamos ilusões que não se vai conseguir sem empenho, persistência e continuidade, reverter o rosto das nossas paróquias e comunidades cristãs. Passar de espaços de consumo religioso, onde se vai quando

se necessita ou se tem vontade pessoal, para edificar uma comunidade cristã tal como a Igreja nos exige para os tempos de hoje, não vai ser fácil.

A comunidade cristã é constituída por vários círculos de pertença. Há os cristãos que nela participam activa e conscientemente promovendo a comunhão e a partilha de dons e corresponsáveis pela missão evangelizadora da Igreja, há os praticantes rituais que estão fechados à participação e à missão, há os praticantes ocasionais que ainda têm alguma relação tradicional com a fé cristã, há os festivos que só encontram os outros cristãos por ocasião de festas familiares ou de paróquia, há os indiferentes e afastados que embora se digam católicos não estabelecem qualquer relação com a comunidade cristã e há, ainda, os que nunca ouviram falar de Jesus Cristo e vivem como se Ele não existisse.

Cada um destes grupos de pessoas exige um tratamento próprio da comunidade cristã.

Contudo e, sem ser exaustivo, importa, por parte dos responsáveis pela vida da Comunidade Cristã, dotar o núcleo comunitário ao qual pertence o Conselho Pastoral Paroquial, o Conselho Económico Paroquial, os catequistas, os acólitos, leitores e membros dos grupos corais, os diversos movimentos e grupos de apostolado, de uma experiência de vida cristã que faça evoluir e manifeste uma verdadeira comunidade que se alimenta na Eucaristia e nos demais sacramentos, manifesta laços de profunda comunhão e sente o ímpeto de evangelizar todos os outros que estão em círculos de vida marginais ao Evangelho.

Eis o grande desafio lançado às nossas comunidades cristãs.

#### **e) A missão da Igreja no meio do mundo**

Não podemos referir-nos à prioritária missão evangelizadora de todos os baptizados sem termos perante nós o mundo concreto onde se desenvolve a actividade humana, o palco do mundo de hoje, com tantas tragédias e aspirações, alegrias e sofrimentos compartilhados por todos os discípulos de Cristo.

Referimo-nos ao âmbito da família, aos jovens, aos idosos, aos trabalhadores nos diversos sectores laborais, às escolas e espaços de cultura e de lazer, às associações e voluntariado social. Manifestam-se como espaços onde o discípulo de Cristo deve estar presente e de forma organizada estabelecer relações de proximidade, de comunhão e de amizade para oferecer o fermento do Evangelho que tudo renova.

## **2.2. Igreja pobre com os pobres**

A Igreja no seu todo e cada comunidade cristã em particular, tal como cada cristão, vão tomando consciência do lugar privilegiado do pobre na evangelização do mundo de hoje. Mas não só do modo como se olha para o excluído, mas sobretudo no modo como a Igreja se despoja de si mesma, dos seus pergaminhos, das suas honras e dos seus apegos mundanos e se identifica cada vez mais ao seu Mestre, Jesus de Nazaré «que não tem onde reclinar a cabeça» (Mt. 8,20).

É precisamente neste contraste com os poderes do mundo que a Igreja se apresenta com capacidade e poder evangelizador.

Tal como afirma S. Paulo apelando à sua experiência «alegro-me nas minhas fraquezas, nas afrontas, nas necessidades, nas perseguições, nas angústias por Cristo, pois, quando me sinto fraco, então é que sou forte» (2Cor. 12, 10).

E noutra passagem, Paulo evoca o exemplo de Jesus Cristo para nos convidar a despojarmo-nos de nós mesmos para nos enriquecermos de Cristo. Adverte dizendo «conheceis a bondade de Nosso Senhor Jesus Cristo, o Qual, sendo rico, se fez pobre por vós, a fim de vos enriquecer pela pobreza» (2Cor. 8,9).

Eis um grande desafio que se coloca à comunidade cristã e a cada cristão a começar por todos os que têm responsabilidades de orientar as comunidades, descobrir o mérito e na alegria sentirem-se atraídos para Cristo, o único tesouro capaz de mobilizar todo o ser pessoal e no despojamento ser transparência da única potencia evangelizadora que vem de Deus.

Dáí que S. Paulo VI afirme que «a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e colectiva dos homens, a actividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios» (EN, 18).

Sublinhemos desta expressão a força que vem das palavras que rezam «unicamente firmada na potencia divina da mensagem que proclama». Na verdade é esta confiança que impera no despojamento que devemos alcançar.

### **a) Comunidade cristã a viver as bem-aventuranças**

Segundo o texto do Evangelho de S. Lucas, Jesus de Nazaré no início da sua vida pública foi à Sinagoga em Nazaré e, uma vez entre os presen-

tes, foi-lhe apresentado o Livro do profeta Isaías onde se podia ler: «o Espírito do Senhor está sobre Mim, porque Me ungiu, para anunciar a Boa Nova aos pobres; enviou-Me a proclamar a libertação aos cativos e, aos cegos o recobrar da vista, e mandar em liberdade os oprimidos» (Mt. 4,16-18).

Terminada a leitura afirmou: «cumpriu-se hoje mesmo o passo das Escrituras que acabais de ouvir» (Mt, 4, 21).

Este texto caracteriza a missão de Jesus de Nazaré mas igualmente determina o modo de a Igreja exercer a sua missão. Os princípios aqui enunciados são imperativo para todos os discípulos de Jesus Cristo; a sinagoga torna-se o sinal do encontro de Jesus com os seus contemporâneos e por isso, igualmente, a exigência da comunidade cristã se deslocar onde se encontram as pessoas com as suas aspirações; e o hoje determina o tempo da acção evangelizadora que é uma permanente actualidade.

Referir que esta mensagem faz parte do início da vida pública de Jesus quer também convidar-nos a colocá-la nos fundamentos permanentes da missão de todos os baptizados.

Esta mesma centralidade do pobre e o convite ao despojamento feito por Jesus de Nazaré completa-se no sermão das Bem-Aventuranças.

Tanto no Evangelho de Mateus como de Lucas, deparamo-nos com a proclamação das Bem – Aventuranças imediatamente a seguir ao chamamento dos Apóstolos. Isto significa que após o chamamento, Jesus de Nazaré oferece os critérios pelos quais os seus Apóstolos devem nortear a sua vida e a sua missão.

Nesta proclamação Jesus não só convida a configurar-se consigo mas a assumir uma comunhão com os mais excluídos que leve a introduzir no mundo uma nova ordem de actuação a que chama o Reino de Deus. Verdadeiramente inflamados por este Reino de Deus, os cristãos são chamados a renovar todas as realidades do mundo.

Neste sentido, as Bem – Aventuranças começam por referir que são bem – aventureiros os pobres que o são no seu íntimo...

Teremos de nos perguntar, então, se tal como Jesus para testificar que o Reino de Deus está no meio de nós podemos afirmar que «a Boa Nova é anunciada aos pobres» (Mt. 11, 5)?

Eis a inquietante pergunta que nos deve acompanhar numa verdadeira missão evangelizadora.

### **b) Missão evangelizadora a partir do pobre**

Não se trata já tão só de realizar algumas acções em favor dos pobres

e excluídos mas sim de colocar o marginalizado e o pobre como protagonistas da sua promoção e, sobretudo, aprender a partir das características do despojado como se devem organizar as prioridades da pessoa e sobretudo do cristão.

São muito fortes as expressões do Papa Francisco quando realça que «qualquer comunidade da Igreja, na medida em que pretender subsistir tranquila sem se ocupar criativamente nem cooperar de forma eficaz para que os pobres vivam com dignidade e haja a inclusão de todos, correrá também o risco da sua dissolução, mesmo que fale de temas sociais ou critique os Governos» (EG, 207).

E, acrescenta-se que «facilmente acabará submersa pelo mundanismo espiritual, dissimulado em práticas religiosas, reuniões infecundas ou discursos vazios» (EG, 207).

Mas o Papa Francisco aprofunda ainda mais a relação do baptizado com o pobre ao afirmar que «para os cristãos, as palavras de Jesus têm ainda outra dimensão, transcendente» (FT, 85). Na verdade, «implicam reconhecer o próprio Cristo em cada irmão abandonado ou excluído (cf. Mt 25, 40.45)» (FT, 85). E, acrescenta-se que «na realidade, a fé cumula de motivações inauditas o reconhecimento do outro, pois quem acredita pode chegar a reconhecer que Deus ama cada ser humano com um amor infinito e que “assim lhe confere uma dignidade infinita”» (FT, 85).

Por fim, «acreditamos que Cristo derramou o seu sangue por todos e cada um, pelo que ninguém fica fora do seu amor universal» (FT, 85).

Aquilo que o Papa refere dirigindo-se a toda a sociedade deve interpelar antes de mais a comunidade cristã. Diz ele que «todo o ser humano tem direito de viver com dignidade e desenvolver-se integralmente, e nenhum país lhe pode negar este direito fundamental» (FT, 107).

Aliás, «todos o possuem, mesmo quem é pouco eficiente porque nasceu ou cresceu com limitações» (FT, 107). Acrescenta, então o Santo Padre sublinhando que «de facto, isto não diminui a sua dignidade imensa de pessoa humana, que se baseia, não nas circunstâncias, mas no valor do seu ser» (FT, 107). Realmente, «quando não se salvaguarda este princípio elementar, não há futuro para a fraternidade nem para a sobrevivência da humanidade» (FT, 107).

Valem para a Igreja as palavras com as quais o Papa Francisco adverte a sociedade para o verdadeiro encontro e inclusão dos excluídos. Refere que «a promoção da amizade social implica não só a aproximação entre grupos sociais distanciados a partir dum período conflituoso da história,

mas também a busca dum renovado encontro com os sectores mais pobres e vulneráveis» (FT, 233).

Coloquemo-nos perante os desafios do Santo Padre como uma forte interpelação à renovação das nossas comunidades cristãs. Façamos nossas as palavras que nos desafiam realçando que «chamada a encarnar-se em todas as situações e presente através dos séculos em todo o lugar da terra – isto mesmo significa “católica” –, a Igreja pode, a partir da sua experiência de graça e pecado, compreender a beleza do convite ao amor universal» (FT, 278).

### **c) O maior de todos os mandamentos: o amor**

O Papa S. João Paulo II, voltado para o novo milénio, do qual já passaram duas décadas, ofereceu-nos um riquíssimo testemunho do que ele próprio apresenta como projecto pastoral para este tempo futuro que já começou. Refiro-me à sua Carta Apostólica Novo Millenio Ineunte.

Quando se refere à urgência da vivência concreta da comunhão que se traduz na caridade afirma que «partindo da comunhão dentro da Igreja, a caridade abre-se, por sua natureza, ao serviço universal, frutificando no compromisso dum amor activo e concreto por cada ser humano» (nº 49). Aliás, «este âmbito qualifica de modo igualmente decisivo a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral» (nº 49).

De facto, «é de se esperar que o século e o milénio que estão a começar hão-de ver a dedicação a que pode levar a caridade para com os mais pobres» (nº 49).

Dado que ninguém pode ser excluído do amor que deve animar a vida de cada baptizado e de cada comunidade cristã, através da opção preferencial por ser pobre e pelos pobres, «testemunha-se o estilo do amor de Deus, a sua providência, a sua misericórdia, e de algum modo continua-se a semear na história aqueles gérmes do Reino de Deus que foram visíveis na vida terrena de Jesus, ao acolher a quantos recorriam a Ele para todas as necessidades espirituais e materiais» (NMI, 49).

A par com as tradicionais pobreza, refere-se hoje as novas pobreza que alargaram o leque dos pobres e dos que se encontram no limiar da pobreza. Deste modo, realça ainda o Santo Padre, «o cristão, que se debruça sobre este cenário, deve aprender a fazer o seu acto de fé em Cristo, decidindo o apelo que Ele lança a partir deste mundo da pobreza» (NMI, 50).

Na verdade, «trata-se de dar continuidade a uma tradição de caridade, que já teve inúmeras manifestações nos dois milénios passados, mas

que hoje requer, talvez, ainda maior capacidade inventiva» (NMI, 50).

Daí o apelo do Papa quando nos interpela dizendo que «é hora duma nova “fantasia da caridade”, que se manifeste não só nem sobretudo na eficácia dos socorros prestados, mas na capacidade de pensar e ser solidário com quem sofre, de tal modo que o gesto de ajuda seja sentido, não como esmola humilhante, mas como partilha fraterna» (NMI, 50).

Eis portanto o maior de todos os desafios quando se sublinha que «devemos procurar que os pobres se sintam, em cada comunidade cristã, como “em sua casa”» (NMI, 50).

Quanto teremos de percorrer na nossa forma de ser comunidade e nas opções que tomamos para que em perfeita fraternidade, os pobres se sintam a partilhar connosco do seu ser e nós com eles dos nossos dons. Eis o caminho para a sociedade de irmãos.

#### **d) Promover o outro como irmão**

Vai crescendo a sensibilidade social para a promoção humana, cultural e social de todos os cidadãos.

A par com o socorro imediato através da esmola, importa dedicar tempo e disponibilizarmo-nos para acompanhar as pessoas em carência para as tornar a elas mesmas protagonistas do seu desenvolvimento e do seu futuro.

Pertence-nos a nós enquanto sociedade oferecer os meios materiais, educativos, sanitários, habitacionais, culturais e laborais para que aqueles que padecem de exclusão possam de forma integrada ser sujeitos da sua própria dignidade de seres humanos.

Requer-se ainda que no interior das comunidades cristãs se implemente o dever dos cristãos para acompanhar aqueles que necessitam desta ajuda. Ser solidário, oferecendo apenas coisas materiais, é pouco. Urge comprometermo-nos como pessoas no acompanhar aqueles que por si sós não conseguem progredir na conquista do seu bem estar e na sua formação integral.

Deste modo sim seremos verdadeira comunidade de irmãos que partilham a vida uns com os outros. «Sem esta forma de evangelização, realizada através da caridade e do testemunho da pobreza cristã, o anúncio do Evangelho — e este anúncio é a primeira caridade — corre o risco de não ser compreendido ou de afogar-se naquele mar de palavras que a actual sociedade da comunicação diariamente nos apresenta» (NMI, 50).

Aliás, «a caridade das obras garante uma força inequívoca à carida-

de das palavras» (NMI, 50).

### **3. Preparação do Sínodo dos Bispos 2022**

No contexto da nossa caminhada sinodal, somos convidados a participar na preparação do Sínodo dos Bispos 2022 que tem como tema «Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão».

Em comunhão com a Igreja Universal, assinalaremos a abertura da preparação deste Sínodo no próximo dia 17 de Outubro em todas as comunidades paroquiais e participaremos na reflexão que nos for pedida de modo a valorizarmos a caminhada sinodal em que estamos empenhados e oferecermos da nossa experiência e das nossas expectativas o contributo que nos é solicitado para renovar a Igreja para melhor evangelizar o mundo de hoje.

Esta é sem dúvida uma hora de graça para a Igreja e em particular para a nossa Diocese. Mas esta hora também nos responsabiliza para respondermos com generosidade, humildade e coragem aos desafios que nos são colocados para a evangelização nos tempos em que vivemos.

### **4. Preparação das Jornadas Mundiais da Juventude, Lisboa/2023; o Ano dedicado a S. José; o ano de aprofundamento da Pastoral Familiar.**

Em Caminhada Sinodal estamos atentos e envolvidos nos desafios que nos vêm do Santo Padre. Neste sentido continuaremos a valorizar o Ano dedicado a S. José que merece uma atenção privilegiada na missão evangelizadora da Igreja e de cada baptizado.

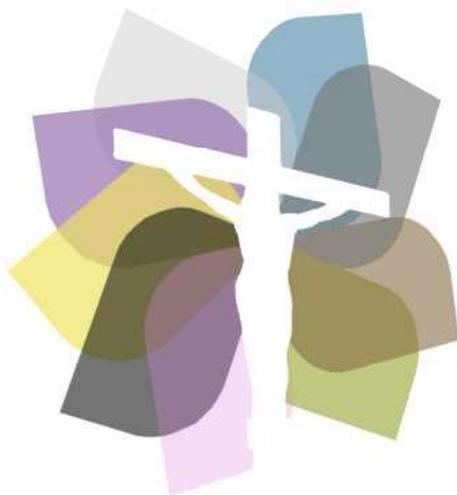
Igualmente, atenderemos à pastoral familiar ao longo deste próximo ano, valorizando ainda mais o trabalho pastoral que neste domínio se tem realizado na diocese.

E, ainda, os jovens devem merecer uma atenção privilegiada, não só porque a eles lhes pertence o lugar próprio na evangelização e na missão da Igreja, mas sobretudo pelo enriquecimento pastoral que pode advir para as comunidades cristãs da boa preparação das JMJ, Lisboa/2023.

Compete à Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal articular todos os desafios que são colocados por tão variadas iniciativas.

João Lavrador, Bispo de Angra

**ANO 2021-2022**



**TEMAS DE TRABALHO PARA O 3º. ANO DA CAMINHADA SINODAL  
PARA UMA IGREJA DIOCESANA RENOVADA QUE RESPONDA  
AOS SINAIS DOS TEMPOS**

**A quem se destina esta reflexão:**

A todos os membros da paróquia que se manifestem interessados em participar na renovação da Igreja. Mas sobretudo ao Conselho Pastoral Paroquial, aos grupos, movimentos, instituições e obras apostólicas já organizadas a nível da paróquia e mesmo grupos ou pessoas que queiram organizar-se para fazer esta reflexão. Será oportuno e vantajoso que se proporcionem espaços de diálogo para escutar os que estão fora da prática cristã.

**Como organizar o tempo de reflexão:**

Até ao final de março de 2022, far-se-á a reflexão a nível paroquial, nos grupos, movimentos e instituições e outros, orientada pelo pároco, o qual convocará o Conselho Pastoral Paroquial para recolher a síntese de respostas.

Até ao final de abril de 2022, reunirá o Conselho Pastoral de cada Ouvidoria, sob a orientação do Ouvidor, que recolherá as respostas de todas as paróquias da respectiva Ouvidoria e as enviará à Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal até 15 de maio de 2022.

**RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DOS TEMAS DO TERCEIRO ANO  
DA CAMINHADA SINODAL**

**1. Quais os desafios e orientações para que a Igreja Diocesana e as nossas comunidades sejam mais missionárias?**

**A) DESAFIOS**

Para que a igreja possa ser mais missionária precisa de conhecer melhor a realidade da própria comunidade. Uma comunidade missionária deveria ser apoiada por três pilares: Palavra; Eucaristia e Caridade.

1. Falta de espiritualidade, marcada por respostas imediatas e racionais para tudo. As comunidades afastaram-se, vivem viradas para o mundano e a maioria dos seus membros abandonaram o que é espiritual; a Igreja (em específico a Eucaristia) só é procurada para as cerimónias por tradi-

ção e para a realização de grandes festas, sobretudo fora da Igreja (primeira comunhão, profissão de fé e a confirmação).

2. Materialismo e consumismo assustadores.

3. Individualismo, sem tempo para estar com o outro, ouvir, conversar, partilhar em comunidade.

4. Pobreza. O custo de vida tem vindo a aumentar drasticamente e as dificuldades aumentam imensamente, especialmente para o que é essencial para a sobrevivência. Por outro lado, constata-se a indiferença para com os sectores mais fragilizados da sociedade.

5. Igreja esvaziada de fiéis, especialmente nas missas dominicais.

6. Relativização das verdades da fé. Deus, a Igreja e a religião não são considerados nas grandes decisões ou projetos, ou, então, fabrica-se um Deus e inventa-se uma Igreja e uma religião ao gosto individual.

## **B) ORIENTAÇÕES para que a Igreja Diocesana seja mais missionária:**

### **a) Centralidade do Evangelho e ação do Espírito Santo**

É necessário abrimo-nos à ação do Espírito Santo, ter uma disponibilidade interior para combater o comodismo e a indiferença, dar tempo à espiritualidade, rezar a missão para iluminar a nossa ação.

Enquanto atitude autenticamente espiritual, o discernimento coloca-nos em sintonia com a voz do Espírito e leva-nos, em fidelidade criativa à missão confiada a todos nós Igreja e a encontrar novas estradas de anúncio. Por isso, a Igreja Diocesana e as suas comunidades terão de se reencontrar com o Evangelho. Devem ajudar as pessoas a crescerem na sua relação com Jesus, fonte de vida. É urgente uma nova forma de O anunciar, uma linguagem compreensível e adaptada aos vários interlocutores. “O Evangelho, onde resplandece gloriosa a Cruz de Cristo, convida insistentemente à alegria” (Evangelii Gaudium). Uma Igreja Missionária deverá passar a sua mensagem com alegria e entusiasmo, sem descurar da sua essência. A Liturgia devia ser toda redimensionada na sua expressividade (palavra, canto, simbologia) e na sua vivência.

### **b) Saída missionária**

Uma Igreja em saída. A Igreja deverá transformar, como diz o Papa Francisco, “os seus costumes, os seus estilos, os seus métodos, os seus horários, a sua linguagem e toda a estrutura eclesial de modo a tornar-se num canal proporcional à evangelização do mundo atual” (Evangelii

Gaudium). A Igreja deverá ter a coragem de sair da sua zona de conforto, da sua segurança, e ser uma Igreja em saída em direção às periferias, especialmente os mais desfavorecidos, refugiados e marginalizados, também numa ecologia integral.

A presença dos cristãos nos mais diversos ambientes da vida, desde a ciência à política, da educação à cultura, da promoção da dignidade da pessoa humana à luta pela justiça, faz com que isto seja um dos desafios mais urgentes do tempo em que vivemos, especialmente na criação de formas de diálogo que apresentem a beleza e a pertinência da mensagem cristã. Mensagem essa que só pode ser transmitida por contato humano, pela conversão ou evangelização e que é feita pessoa a pessoa, caso a caso.

Esta missão não se desvincula de toda a nossa ação diária, seja na nossa casa, no nosso trabalho ou nas diversas atividades que estamos presentes. Tal exige sermos coerentes e conscientes na nossa vivência comunitária, ao exemplo das primeiras comunidades, em que eram assíduos à Palavra, à oração, à comunhão e à união fraterna. Por isso, a Igreja tem de privilegiar o sector sócio caritativo. Embora grande parte dos Movimentos da área sócio caritativa (Cáritas, Vicentinos, Fraterna Ajuda Cristã, Kairós, etc), procurem sinalizar e acompanhar os casos mais graves e flagrantos, reconhece-se que ainda há muito a fazer.

### **c) Testemunho**

A melhor missão é dar testemunho da missão. A misericórdia é a maior das virtudes, levando-nos a remediar as misérias alheias. Para isso há que ser humilde e mostrar disponibilidade, despreendimento e respeito pelo outro. É fundamental dar pequenos exemplos de forma que as pessoas percebam o seu verdadeiro alcance. O testemunho continua a ser a base de tudo. Aquilo que fazemos é que deveria levar a que pensem: “vede como eles se amam”! O Pároco é o pastor, que tem como missão orientar, mas todos nós como leigos e ovelhas também temos que o fazer. A missão é cá dentro e cada um de nós é chamado a ser missionário no seu ambiente. Cristo faz-se presente nos pequenos detalhes do quotidiano e, por isso, sermos agentes de pastoral da Paróquia é um desafio a ser feito em cada dia, com cada grupo e com cada pessoa. A profundidade da oração e contemplação deve ser sempre aliada da ação. O efeito do nosso testemunho e da nossa missão pode não ter efeito imediato..., mas sim fica a semente! Como nos diz o Papa Francisco “não nos deixemos roubar o entusiasmo missionário!”

**d) Acolhimento e escuta**

Conseqüentemente, nos dias de hoje é urgente a Igreja (clero) ser mais próxima, ser mais casa de acolhimento, de refúgio, de descanso para tantas pessoas que têm vidas muito difíceis. É fundamental uma evangelização de proximidade e de vizinhança, em saída, acolhedora, que envolve, que escuta, que acompanha, que tem iniciativa, mais flexível, criativa e ousada, que vai ao encontro. As nossas comunidades são/estão pobres espiritualmente; pobres sem fé que precisam de braços que as abracem, de colo que as consolem, a começar pela atenção aos nossos idosos e cativando os mais jovens. Procurar conhecer a realidade das pessoas para saber dar respostas aos seus problemas concretos. Procurar estimular o amadurecimento dos organismos para que sejam capazes de ouvir a todos e chegar a todos. Preparar os sacerdotes para que sejam mais próximos do povo, visitem e escutem as pessoas.

A atitude de escuta tem de ser atual e privilegiada. As mulheres, os divorciados, os divorciados recasados, os homossexuais, os que estão em situações desesperantes. Saber usar os meios digitais e agir aí normalmente, ouvindo e falando no espaço público, para outros areópagos. O diálogo é, muitas vezes, condicionado. Apenas se escuta aqueles que estão mais próximos, nomeadamente os que participam nos movimentos paroquiais. Os jovens e as mulheres precisam de ser mais escutados. É necessário ouvir todos aqueles que, por uma razão ou outra, se afastaram da Igreja ou da prática de vida eclesial, mas que continuam a ter fé: os divorciados, os recasados, os que se dizem agnósticos ou ateus, os jovens que são influenciados pelos meios de comunicação social e que têm uma visão deturpada da Igreja.

**e) Linguagem e diálogo**

A Igreja ainda tem voz mobilizadora, porventura devido ao seu peso ou influência social e cultural, na linha das fortes tradições que ainda predominam e marcam a sociedade açoriana. No entanto, muito diálogo está congelado. Daí a impressão de que a Sociedade atue noutro comprimento de onda e tenha a sensação de que a Igreja fala outra linguagem, que se caracteriza por ser estereotipada, de demasiada autoridade e de alguma intolerância, moralizante.

Por isso, deve-se procurar um novo modo de dialogar, usando uma linguagem adaptada e o conteúdo da mensagem cristã mais acessível a todos, discernindo o que é realmente essencial do que é acessório, apro-

veitando os novos meios de comunicação existentes. A mensagem tem de ser transmitida, por todos nós, de forma tão alegre, simples e cativante que todos se sintam impelidos, e com vontade, de fazer parte dela. Por isso, deve haver diálogo e depois sínteses bem elaboradas.

Pela comunicação se chega ao outro de forma real e positiva, com disposição para a escuta e estando a par dos seus anseios. Há que privilegiar a escuta do mundo das empresas, da economia, da política, do mundo académico, e do cultural em geral. Devia também ser debatido o acesso das mulheres ao sacerdócio e o celibato opcional.

Para que a comunicação seja efetiva entre a Diocese e as nossas comunidades é necessário tornar mais perceptível os documentos emanados pela Diocese uma vez que estes, muitas vezes, encontram-se povoados de termos técnicos, com uma linguagem complexa e desajustada, difícil de entender.

#### **f) Comunicação Social**

Embora, se reconheça que a comunicação apresenta uma tensão de causa-efeito – velocidade e descontrolo dos mass-media – como principal responsável pela veiculação de valores, ideias, modos de vida anti-Deus, que influenciam o modo de conceber o ser humano, pelo cientismo e materialismo, sem a dimensão espiritual e divina do ser humano, a vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo e a própria existência de Deus, ou então, misturando e alterando conceitos, doutrinas e práticas espirituais, esvaziando-as de sentido. No entanto, deve-se usar proficuamente estes media de modo que se faça ouvir a voz dos cristãos. Devia ser a Igreja no coração do mundo e o coração do mundo na Igreja, sem receio da diferença, mas sem cair no relativismo de valores e ideias.

Nesta tensão entre ser-se missionário individual ou em comunidade, frente a uma cultura egocêntrica de prazer, de indiferença, de escravidão e de morte, julgamos haver duas vertentes principais pelas quais se poderá empreender ou continuar a empreender o serviço missionário: a) utilizando os mesmos meios da comunicação social (televisão, youtube, facebook, etc.) na difusão de formações, orações e testemunhos de vida; b), promovendo, presencialmente, as mesmas atividades, e a celebração dos sacramentos (que consideramos de atuação exclusivamente presencial) dentro e fora dos edifícios das igrejas, se possível em espaços públicos onde a fé esteja mais apagada.

**g) Formação**

É, pois, necessário formar leigos com vontade para a ação e compromisso; redescobrir o ser comunitário e combater o desalento; desenvolver ações com recursos atuais e agentes pastorais/ técnicos especializados de diversas áreas; fomentar centros de formação de ilha para áreas pastorais como dinamização de retiros espirituais, encontros de reflexão, voluntariado, evangelização...

Realização de conferências sobre diversos temas, com periodicidade mensal, com convidados de prestígio, sobretudo na fase de arranque da iniciativa. Promover encontros/palestras, ações de sensibilização em escolas, empresas, com testemunhos de pessoas em situações fragilizadas, de modo a tentar sensibilizar para a valorização da emoção, em detrimento do materialismo.

Apostar na formação em todos os níveis, seja aquando da iniciação (primeiros anos de catequese), seja na fase do amadurecimento (preparação para o crisma). É necessário rever o modelo seguido na organização da catequese, sobretudo na adolescência. A catequese deve ser encarada como um complemento que se baseie mais na vivência e não tanto na transmissão “oca” de doutrina.

É importante a formação espiritual e humana, em todas as suas etapas de iniciação cristã, amadurecimento na fé e maturidade psicológica e humana, na fidelidade das palavras e obras. Também no mesmo sentido, os seminaristas e, sobretudo os sacerdotes, enquanto possuidores de um saber especializado, devem ser incentivados e acarinhados a colocarem todo o saber que adquiriram ao serviço das comunidades. Formar a sociedade para os valores humanos e cristãos e vínculos fundamentais à fé e vida cristã, principalmente os que se estabelecem no seio familiar. Sejamos uma Igreja humana que rejeita a cultura do descartável. Deve ser considerada uma formação para a missão, integral, abrangente e que forme cristãos na atualidade. Ativar as Escolas de Formação Cristã na nossa Diocese. Formação na revolução digital, na Catequese, na formação laical e presbiteral.

**h) Sectores privilegiados**

Olhar especial para a pastoral com os jovens e em especial para os pais que deixam de lado as crianças e jovens, especialmente na sua educação cristã. Sobretudo na fase do amadurecimento da fé, os jovens devem ser desafiados a assumir um compromisso, de acordo com os seus talentos,

em prol da sua paróquia e comunidade de pertença. Pede-se que a Igreja acompanhe os que fazem o Crisma e ficam abandonados. Faltam opções, não há programas de continuação da fé, e muitas paróquias não dão apoio aos grupos que vão aparecendo.

Será ainda fundamental investir na família. Esta é o lugar da oração e partilha, da atenção, da ternura, do olhar, do abraço, do afeto. O amor na família “é uma força para a vida de Igreja” e como tal, o cultivo da Fé.

Lançar uma campanha de retorno à missa de Domingo. Envolvimento dos vizinhos na facilitação do transporte para as pessoas que dele necessitem, funcionando os Serviços Paroquiais como ponto de encontro de voluntários e de pessoas necessitadas de apoio. Acolhimento à chegada da missa e uma despedida, que sempre proporcionaria alguma conversa com o pároco e outros responsáveis da pastoral da paróquia. Funcionamento, à margem da missa de domingo, de um ponto de venda de livros e artigos religiosos.

#### **i) Sinodalidade**

Valorização das formas de corresponsabilidade atuais, os conselhos devem ser remodelados e ativados, sobretudo os conselhos pastorais. A autoridade da Igreja deve estar muito atenta ao sentir dos fiéis e à participação das pessoas. Além de assembleias episcopais e sínodos dos Bispos deve haver assembleias eclesiais (padres, religiosos, leigos e bispos). Ter a coragem de acabar com o clericalismo. Discernir não é discutir, é avaliar que caminho seguir. O consultivo pelo trabalho em comum deve-se tornar deliberativo.

Contudo a presença da Igreja (estrutura/clero) também se alterou. Em vez de se aproximar, foi-se deixando ficar para trás: pastores com imensas tarefas, assumem mais paróquias, ficando com pouco tempo para atender a comunidade. É necessário que o pastor seja aberto, atento, humilde e trabalhador; é necessário que haja uma mútua, verdadeira e honesta colaboração entre leigos e pastores. É importante que todos os batizados entendam a sua missão de testemunho e de evangelização, implementando planos pastorais com metas possíveis, fáceis e vitais!

Para que haja um caminho consolidado, é fundamental valorizar os momentos comunitários de oração e de encontro, partilha e convívio.

#### **j) Ecumenismo**

Valorizar o ecumenismo. Os não crentes e outros cristãos devem ser

incluídos na normalidade da práxis da Igreja. Devia haver a voz dos cristãos no espaço público e muito do ecumenismo ser feito no diálogo prático e numa ação de intervenção a favor dos mais necessitados.

## **2. Quais os areópagos que merecem o nosso maior empenho e como se deve agir?**

Os areópagos mais referidos são as escolas, a família, a catequese, os jovens, as redes sociais e os grupos que estão mais ausentes da Igreja.

Devemos olhar com maior empenho para os mais vulneráveis, os pobres, os descartáveis, as pessoas que passam fome, os idosos que sofrem de abandono e consequentemente de solidão. Devemos ir ao encontro deles, acolhê-los, amá-los, valorizá-los e integrá-los, na Igreja, de maneira que possam sentir que são amados e que têm um lugar no coração da Igreja, tal como Jesus os ama sem julgamentos.

Os novos areópagos devem ser também as redes sociais, dado a sua importância atual como forma privilegiada de comunicação. A voz de Deus deve fazer-se ouvir nas redes sociais, por meio dos jovens, um dos lugares onde o Jesus quer estar presente.

Devemos ter em atenção os grupos formais e informais, das associações desportivas, culturais, sociais e de outra natureza, onde se movimentam os membros das nossas comunidades de todas as idades.

Focamos especial na juventude, como areópago privilegiado de ação apostólica e missionária. Devemos dar especial atenção às escolas e aos locais onde se concentram mais crianças e jovens. Estes são o futuro da nossa sociedade e consequentemente da nossa Igreja. A estratégia poderá passar por uma maior abertura entre as escolas e a Igreja e a valorização da disciplina de Educação Moral. Por outro lado, seria importante a criação de uma ligação entre as famílias e a Igreja através, por exemplo, de visitas, dos jovens casais e de encontros de famílias. Nas escolas deve haver pessoas fortemente habilitadas para a formação moral e religiosa, com jeito para lidar e motivar os jovens. As escolas são locais privilegiados para acompanhar a educação ao transcendente ao longo da formação humanística e científica. O voluntariado, que cada vez mais contagia jovens, pelo que deve ser mais dinamizado, sobretudo nos meios escolares, deve ser um meio privilegiado de se chegar a esta camada populacional.

Nas atividades desportivas e de convivência social deve-se destacar o respeito pelo outro e o trabalho em equipa. Os jovens, através das suas ideias e iniciativas podem trazer para a Igreja uma nova roupagem, uma

renovação e dinâmica capaz de motivar os seus pares. Deixemos os jovens serem audazes na Igreja. Aproveitar, com muito entusiasmo, a oportunidade única da realização em Portugal da próxima Jornada Mundial da Juventude. O contacto direto dos jovens com o Papa Francisco terá certamente um efeito grande nas suas vidas como cristãos.

Dar uma especial atenção às famílias. Impõe-se redescobrir a verdade da família, enquanto íntima comunhão de vida e de amor, aberta à geração de novas pessoas; e também a sua dignidade de Igreja doméstica e a sua participação na missão da Igreja e na vida da sociedade. Mesmo num tempo de crise de civilização, como aparenta ser o nosso, a família continua a ser a realidade base do equilíbrio da sociedade e o principal foco da estabilidade e da esperança.

Todas as estruturas, organizações e instituições existentes na comunidade. Se pretendemos ser uma Igreja inclusiva e atenta, não podemos descurar nenhum interveniente da nossa comunidade. A população pendular, que faz a sua vida na área da paróquia, mas não habita na paróquia, as pessoas que frequentam a paróquia assiduamente, as pessoas que fazem parte dos movimentos, as famílias da catequese. A Igreja deve ir ao encontro, “apresentar-se” e afirmar-se como uma parceira. Ou seja, estar disponível para realizar um trabalho conjunto, definir estratégias de intervenção conjunta nas diferentes esferas da sociedade, tendo como foco uma sociedade mais solidária, equitativa e com menos discriminação.

Será ainda importante realizar momentos especiais para cativar os grupos que estão afastados e promover a integração dos nossos cristãos em ações de voluntariado em diversas associações de ajuda dentro e fora da Igreja.

### **3 Como é que a Igreja se pode tornar presente no campo social?**

Os cristãos não podem ignorar o desafio social, indo ao encontro dos ensinamentos de Cristo.

O papel e a responsabilidade social constituem uma prática caritativa que pressupõe um dever na missão integral que a Igreja desempenha na sociedade como um todo. Devem interessar-se pelo acompanhamento das estruturas laicais que promovem a dignidade da pessoa.

Desde sempre a Igreja teve uma presença transformadora no campo social, através da ação de movimentos e grupos com tal vocação.

É muito importante neste campo, promover o relacionamento saudável entre as gerações. Para além do trabalho já realizado pelas Cáritas e

Misericórdias em prol dos pobres, é dever de todos os fiéis colaborarem nesta exigência teológica.

Contudo, não devemos esquecer que não podemos substituir a obrigação social de outras instituições, nomeadamente as governamentais. Deve-se ter sim uma postura de complementaridade.

Algumas sugestões e propostas para que a Igreja se possa tornar presente no campo social.

- Considerar o mundo como “campo de Deus”, onde a Igreja está presente como mundo que é, e ao serviço do Reino presente nele. Está presente e atua através dos cristãos leigos individualmente e comunitariamente nas suas áreas profissionais e nos sectores sociais, culturais e políticos.

Está presente também, através dos grupos, movimentos, associações e instituições da Igreja que atuam na promoção e no desenvolvimento integral numa ação e prioridade com os pobres e sua libertação total.

- Está presente através da pastoral comunitária e sócio-caritativa e social que traduz o amor-caridade do Evangelho na Igreja Local, na dimensão social da fé e na luta pela justiça e pela paz.

- A nível das paróquias e sempre em ligação com o Conselho Pastoral paroquial criar um grupo sócio caritativo específico: grupo de ação social, grupo Cáritas, fraterna ajuda cristã, Conferência Vicentina, etc.

As paróquias devem atuar através dos movimentos que são destinados à caridade, como por exemplo a Cáritas e os Vicentinos. No nosso entender, é necessário localizar os movimentos que já estão no terreno, aumentando a sua atividade. Há uma grande necessidade de fazer uma refundação desses mesmos movimentos que estão moribundos e colocá-los em campo.

- Estudo do Guião para uma pastoral social paroquial (2021) elaborado e difundido pelo Serviço Diocesano de Apoio à Pastoral Social e concretização do mesmo nas paróquias.

A nível paroquial/Ouvidoria página electrónica (Web site) onde se publiquem ações, campanhas, atividades que se desenvolvem; é igualmente uma forma de motivar, divulgar, fazer-se notar, denunciar e agir. Fomentar a criação de grupos de voluntariado/núcleos Cáritas, Cruz Vermelha... procurando mobilizar pessoas para o exercício voluntário de atividades de apoio social, nomeadamente com a criação de uma rede de voluntários que ajude as pessoas a resolverem os seus problemas.

- Onde não for possível pela pequenez da paróquia poderá haver

um grupo de pastoral social a nível de zona pastoral ou unidade pastoral ou mesmo de Ouvidoria, desde que haja sempre uma ligação com as paróquias que mais não seja com o Conselho pastoral paroquial, de Zona e depois com o Conselho Pastoral de Ouvidoria.

- A nível diocesano terá de haver uma maior interligação com todos os Serviços da Pastoral Social que são muitos. Se não for possível uma coordenação pelo menos uma clara articulação, o que supõe informação dos problemas sociais e humanos dos Açores e do que se faz na pastoral social - territorial ou nas associações eclesiais que trabalham na pastoral social de modo que haja informação, visão realista dos problemas sociais e políticos e uma agenda de programa que evite duplicações de iniciativas. Há que fazer um estudo da Doutrina Social da Igreja ao alcance de todo o povo, para anunciar e denunciar. Como afirmou alguém: “A Igreja enquanto catarse da própria sociedade tem que compreender os problemas relativos à falta de moralidade social e até de solidariedade social com fenómenos como a corrupção na política e na sociedade que não promovem valores como a ecologia ou alterações climáticas”.

Crê-se que há pouca relação com os diversos sectores da sociedade: políticos, económicos e culturais, verificando-se em nosso entender, relações apenas com as instituições de apoio social. Julgamos que seria importante estarem presentes nas restantes vertentes. Em termos políticos, poderiam estar presentes e fazerem-se ouvir em reuniões públicas que são levadas por diversos autores políticos para toda a sociedade, o mesmo acontecendo no que respeita à economia, emprego, desenvolvimento empresarial. Poderiam também solicitar audiências com responsáveis dos governos, deputados, órgãos camarários e de freguesia.

Mais há quem afirme que “a tecnologia é simples, acessível, gratuita e muito eficaz na obtenção da percepção das pessoas sobre qualquer assunto”, ainda há quem, a propósito da nossa pastoral na área social junto das «periferias» a considere débil a propósito da opção evangélica pelos pobres. Importa: “Denunciar e anunciar”.

- Denunciar sem medo as situações dos pobres e carenciados, a aumentar drasticamente, com as dificuldades económicas resultantes da pandemia. Há uma tendência para a “colagem” das estruturas eclesiais e eclesiásticas sobretudo dos poderes políticos, numa Região pequena e insular, onde o Estado é onnipotente e onnipresente e a sociedade civil anémica, e os cristãos indiferentes. E por vezes é preciso “romper” com esta situação e também anunciar, meditar e praticar para a proteção dos

pobres e dos carenciados.

Na orientação do que são os conteúdos da Pastoral Social e da Doutrina Social da Igreja, da coordenação ou pelo menos da articulação entre todas as forças e atuações no concreto da Pastoral Social bem pode ter um papel pioneiro e único o Serviço Diocesano da Pastoral Social desde que tivesse na sua equipa elementos que trabalham na liderança dos diferentes serviços da pastoral social na Diocese.

O que temos na Pastoral Social é muita coisa e muita ação desgarrada, mais assistencialista que de promoção e desenvolvimento humano integral com solistas protagonistas de um coral que devia ser unido e sinfónico. Importa ter mais prática e menos teoria.

#### **4 - Que mecanismos a dinamizar para recolher e partilhar os bens?**

Neste e noutros aspetos a Igreja tem um papel fundamental: pela sua longevidade e resistência, as múltiplas adversidades, a Igreja é um garante de estabilidade, capaz de equacionar respostas às questões mais angustiantes e hierarquizar os problemas não num tempo curto, mas num tempo longo.

O grande mecanismo a dinamizar é a boa vontade, e a capacidade de generosidade para na dádiva de meios materiais e espirituais, no voluntariado se possa fazer um “por em comum” nas Paróquias, Ouvidorias e Diocese numa rede acertada, que faça a chamada comunhão cristã dos bens. Às capacidades intelectuais, de tempo, de fé e de bens materiais de cada cristão deve-se juntar à generosidade da ágape da Igreja, para que se realize nos momentos maiores e menores a partilha cristã.

Uma Igreja pobre e disponível nos seus padres e leigos e com a caridade bem organizada a nível de paróquia pode manter um “fundo de solidariedade cristã” onde chegue a oferta em dinheiro, em géneros alimentícios e roupas que podem ser distribuídos equitativamente pelas famílias das comunidades mais necessitadas a nível de zonas.

Entre paróquias, nas cidades, pode haver uma organização e articulação que permita que as pessoas sejam acompanhadas, ajudadas equilibradamente evitando-se repetições.

Na Diocese os organismos da Pastoral Social devem estar articulados, de tal maneira que possam “capilarmente” atuarem na Diocese nas seguintes situações:

Situações de emergência dentro e fora da Região com pedidos extraordinários ou ordinários bem explicados e bem realizados.

Haver a lista de todos os organismos da sociedade civil e governamental com os quais a Igreja nas várias instâncias, centros da Diocese, Ouidorias e Paróquias se possa colaborar em hora de infortúnio, de calamidades e de ajudas nacionais, internacionais ou regionais.

Além destas situações de emergência seria bom que um roteiro das atividades ou obras ou serviços sócio-caritativos diocesanos fossem conhecidos de maneira que ajudassem a uma organização das bases num plano e projetos de ajuda e de promoção humana para as pessoas.

De resto, a renúncia quaresmal e mesmo de Advento deviam constituir momento forte de partilha na Diocese, de recolha e partilha para dentro e para fora da Diocese.

Para motivar a partilha devia existir, por um lado, uma espécie de “Observatório” que nos espelhasse semanalmente as grandes necessidades do mundo e dos Açores.

Para acolher os que queiram ajudar materialmente e para escutar os que estão em pobreza material e em situações psicológicas e espirituais difíceis, devia haver um centro ou centros onde as pessoas se pudessem dirigir sobretudo nas três grandes cidades, Ponta Delgada, Angra e Horta. Seriam centros de atendimento, um telefone ou email que fosse uma espécie de instância de escuta, faria muito bem a todos os Açorianos com necessidade de falar e de pedidos de ajuda.

É necessário abrimo-nos nas comunidades e no todo da Diocese à ação do Espírito Santo, para ter uma disponibilidade interior para combater o comodismo, rezar a missão para iluminar a vida.

### **ÀS PARÓQUIAS, OUIDORIAS, SERVIÇOS DIOCESANOS, MOVIMENTOS LAICAIS, COMUNIDADES DE VIDA CONSAGRADA E NOVAS COMUNIDADES ECLESIAIS**

A 22 de março de 2022, reuniu-se em Angra do Heroísmo, a Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal, que é também a equipa de contato da Diocese de Angra com a Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos 2021-2023, através da Coferência Episcopal Portuguesa.

Assumimos o trabalho do 3º ano da caminhada sinodal, este ano voltado para uma Igreja missionária e integradora, com os pobres e para os pobres, que escuta o grito dos que sofrem. No tripé: catequese, liturgia e animação comunitária realçamos as dimensões de uma Igreja renovada que quer responder aos sinais dos tempos.

---

No meio uma pandemia, e agora de uma guerra, quando se cruzam duas propostas de sinodalidade (diocesana e universal), com algumas dificuldades que vêm de dentro e fora, nem sempre isentas de preconceitos, em período de “sede vacante”, é altura de vermos o que se fez, o que se está fazendo e o que podemos fazer.

Não havendo uma assembleia sinodal diocesana propriamente dita, sugere-se que cada ilha ou ouvidoria faça uma Assembleia Eclesial Pastoral e Sinodal, durante o próximo mês de maio.

Quanto aos ritmos, devemos dar por concluído, nas paróquias, o trabalho do 3º ano da caminhada sinodal até 31 de março, a fase diocesana do sínodo dos bispos 2021-2023, nas paróquias até 30 de abril. Estes dois trabalhos devem passar à sede das ouvidorias até 31 de maio, e por sua vez a Comissão Coordenadora Diocesana fará a síntese final até 15 de junho.

Junto enviamos alguns materiais relativos à fase diocesana do sínodo dos Bispos 2021-2023 de apoio ao trabalho individual e das bases.

Ao vosso dispôr,

Pela CCCS,

P. Hélder **Fonseca**

### **ORAÇÃO PELO SÍNODO DOS BISPOS DE 2023**

Eis-nos aqui, diante de Vós, Espírito Santo!  
Eis-nos aqui, reunidos em vosso nome!  
Só a Vós temos por Guia:  
vinde a nós, ficai connosco,  
dignai-vos habitar em nossos corações. Ensinai-nos o rumo a seguir  
como caminhar juntos até à meta.  
Nós somos débeis e pecadores:  
não permitais que sejamos causadores da desordem;  
que a ignorância não nos desvie do caminho,  
nem as simpatias humanas ou o preconceito  
nos tornem parciais.  
Que sejamos um em Vós,  
caminhando juntos para a vida eterna,  
sem jamais nos afastarmos da verdade e da justiça.  
Nós vo-lo pedimos a Vós,  
que agis sempre em toda a parte,  
em comunhão com o Pai e o Filho,  
pelos séculos dos séculos.  
Ámen.

### **DEZ NÚCLEOS TEMÁTICOS A APROFUNDAR PARA UMA IGREJA SINODAL**

#### **I. OS COMPANHEIROS DE VIAGEM**

Na Igreja e na sociedade, estamos no mesmo caminho, lado a lado. Na vossa Igreja local, quem são aqueles que “caminham juntos”? Quando dizemos “a nossa Igreja”, quem é que faz parte dela? Quem nos pede para caminhar juntos? Quem são os companheiros de viagem, inclusive fora do perímetro eclesial? Que pessoas ou grupos são expressa ou efetivamente, deixados à margem?

#### **II. OUVIR**

A escuta é o primeiro passo, mas requer que a mente e o coração estejam abertos, sem preconceitos. Com quem está a nossa Igreja particular “em dívida de escuta”? Como são ouvidos os Leigos, de modo particular os jovens e as mulheres? Como integramos a contribuição de Consagradas

e Consagrados? Que espaço ocupa a voz das minorias, dos descartados e dos excluídos? Conseguimos identificar preconceitos e estereótipos que impedem a nossa escuta? Como ouvimos o contexto social e cultural em que vivemos?

### **III. TOMAR A PALAVRA**

Todos estão convidados a falar com coragem, integrando liberdade, verdade e caridade. Como promovemos, no seio da comunidade e dos seus organismos, um estilo comunicativo livre e autêntico, sem ambiguidades e oportunismos? E em relação à sociedade de que fazemos parte? Quando e como conseguimos dizer o que é deveras importante para nós? Como funciona a relação com o sistema dos meios de comunicação social? Quem fala em nome da comunidade cristã e como é escolhido?

### **IV. CELEBRAR**

“Caminhar juntos” só é possível se nos basearmos na escuta comunitária da Palavra e na celebração da Eucaristia. De que forma a oração e a celebração litúrgica inspiram e orientam efetivamente o nosso “caminhar juntos”? Como inspiram as decisões mais importantes? Como promovemos a participação ativa de todos os Fiéis na liturgia e o exercício da função de santificar? Que espaço é reservado ao exercício dos ministérios do leitorado e do acolitado?

### **V. CORRESPONSÁVEIS NA MISSÃO**

A sinodalidade está ao serviço da missão da Igreja, na qual todos os seus membros são chamados a participar. Dado que somos todos discípulos missionários, de que maneira cada um dos Batizados é convocado para ser protagonista da missão? Como é que a comunidade apoia os seus membros comprometidos num serviço na sociedade (na responsabilidade social e política na investigação científica e no ensino, na promoção da justiça social, na salvaguarda dos direitos humanos e no cuidado da Casa comum, etc.)? Como os ajuda a viver estes compromissos, numa lógica de missão? Como se verifica o discernimento a respeito das escolhas relativas à missão e quem participa?

### **VI. DIALOGAR NA IGREJA E NA SOCIEDADE**

O diálogo é um caminho de perseverança, que inclui também silêncios e sofrimentos, mas é capaz de recolher a experiência das pessoas e dos

povos. Quais são os lugares e as modalidades de diálogo no seio da nossa Igreja particular? Como são enfrentadas as divergências de visão, os conflitos, as dificuldades? Como promovemos a colaboração com as Dioceses vizinhas, com e entre as comunidades religiosas no território, com e entre associações e movimentos laicais, etc.? Que experiências de diálogo e de compromisso partilhado promovemos com crentes de outras religiões e com quem não crê? Como é que a Igreja dialoga e aprende com outras instâncias da sociedade: o mundo da política, da economia, da cultura, a sociedade civil, os pobres...?

### **VII. COM AS OUTRAS CONFISSÕES CRISTÃS**

O diálogo entre cristãos de diferentes confissões, unidos por um único Batismo, ocupa um lugar particular no caminho sinodal. Que relacionamentos mantemos com os irmãos as irmãs das outras Confissões cristãs? A que âmbitos se referem? Que frutos colhemos deste “caminhar juntos”? Quais são as dificuldades?

### **VIII. AUTORIDADE E PARTICIPAÇÃO**

Uma Igreja sinodal é uma Igreja participativa e corresponsável. Como se identificam os objetivos a perseguir, o caminho para os alcançar e os passos a dar? Como se exerce a autoridade no seio da nossa Igreja particular? Quais são as práticas de trabalho em grupo e de corresponsabilidade? Como se promovem os ministérios laicais e a assunção de responsabilidade por parte dos Fiéis? Como funcionam os organismos de sinodalidade a nível da Igreja particular? São uma experiência fecunda?

### **IX. DISCERNIR E DECIDIR**

Num estilo sinodal, decide-se por discernimento, com base num consenso que dimana da obediência comum ao Espírito. Com que procedimentos e com que métodos discernimos em conjunto e tomamos decisões? Como podem eles ser melhorados? Como promovemos a participação na tomada de decisões, no seio de comunidades hierarquicamente estruturadas? Como articulamos a fase consultiva com a deliberativa, o processo do decision-making com o momento do decision-taking? De que maneira e com que instrumentos promovemos a transparência e a accountability?

## **X. FORMAR-SE NA SINODALIDADE**

A espiritualidade do caminhar juntos é chamada a tornar-se princípio educativo para a formação da pessoa humana e do cristão, das famílias e das comunidades. Como formamos as pessoas, de maneira particular aquelas que desempenham funções de responsabilidade no seio da comunidade cristã, a fim de as tornar mais capazes de “caminhar juntas”, de se ouvir mutuamente e de dialogar? Que formação oferecemos para o discernimento e o exercício da autoridade? Que instrumentos nos ajudam a interpretar as dinâmicas da cultura em que estamos inseridos e o seu impacto no nosso estilo de Igreja?

## **AUSCULTAÇÃO DA DIMENSÃO DIOCESANA DO SÍNODO DE ROMA 2023 A DIOCESE DE ANGRA EM ORDEM A UMA IGREJA SINODAL**

### **I - DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO**

A Diocese de Angra nos Açores está em situação de sede vacante desde 21 de setembro de 2021, o que levou à dissolução dos Conselhos Presbiteral e Pastoral Diocesano bem como à incerteza de qualquer programação diocesana a médio e longo prazo; viu-se afetada pela pandemia e pelos confinamentos desde março de 2020 até março de 2022; nesta data começa uma crise sismo - vulcânica na ilha de São Jorge. Estas situações alteraram as dinâmicas e ritmos das comunidades, para além de razões anteriores a estes fenómenos. Por outro lado, há a vantagem de se ter dado início em 2019 a um processo pastoral designado por «caminhada sinodal – a beleza de caminharmos juntos em Cristo», assumido e validado ainda pelos ditos Conselhos Presbiteral e Pastoral Diocesano, tendo dado origem a uma assembleia diocesana alargada.

Assim, a fase diocesana preparatória do sínodo dos bispos de 2023 cruzou-se, no último ano, com o 3º. ano da caminhada sinodal diocesana, sendo distintos os temas, mas idênticos o espírito, estilo, método e propósito. Logo em 2019 foi nomeada uma comissão diocesana coordenadora da caminhada sinodal constituída por vários presbíteros, uma religiosa e vários leigos, sendo três deles jovens, representativos das três regiões pastorais da Diocese. Esta comissão foi nomeada pelo então Bispo de Angra para ser a referência local na fase diocesana de preparação do sínodo dos bispos de 2023. O primeiro ano 2019-2020 foi o mais fecundo, tendo vindo a decrescer a participação quando esta é pedida cumulativamente com a fase diocesana de preparação do sínodo dos bispos. Por um lado,

nota-se um desejo de mudança e por outro, um certo descontentamento com a situação geral da Igreja e da sociedade.

Depois de uma análise às linhas mestras da cultura contemporânea nos Açores, à situação económica e social e à situação religiosa e eclesial atual, com o apoio da Universidade e do Seminário foi realizada a assembleia diocesana, com base na primeira auscultação, tendo-se chegado à conclusão de que faz falta uma Igreja evangelizadora, missionária, integradora, em diálogo com o mundo e ministerial. Estas cinco dimensões pautaram o trabalho durante dois anos. Para esta caminhada fez-se uma oração e um desdobrável amplamente difundidos, um logotipo e um hino, edição de três cadernos com orientações para os três anos pastorais respetivos, em versão de papel e digital, e ainda um volume com a recolha de todo o trabalho realizado ao longo desse tempo, a apresentar no ano 2022-2023.

A auscultação para o Sínodo Universal de 2023 foi feita a partir dos conselhos pastorais paroquiais, com base em perguntas de difícil entendimento para os destinatários, em reuniões realizadas no início de cada ano pastoral com padres das Ouvidorias, Conselhos Pastorais e outros leigos, sendo definido um caminho com as seguintes etapas: trabalho nas Paróquias, nas Zonas Pastorais e nas Ouvidorias. A síntese é o resultado dos contributos das assembleias sinodais realizadas nas Ouvidorias, com representantes das paróquias e seus párocos, das Religiosas, do Instituto Católico de Cultura, de um Inquérito de Auscultação Online; dos docentes de E.M.R.C. e elementos da Equipa de Jovens e da Pastoral Universitária, do Serviço da Pastoral Familiar Diocesana e do Movimento Encontro Matrimonial e ainda de vinte e cinco personalidades que foram convidadas a responder ou a fazer comentários aos dez núcleos temáticos que se seguem.

## **II – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

### **1. Os companheiros de viagem**

Quando dizemos “a nossa Igreja” fazemos referência à Igreja de Jesus Cristo, no seu todo e na sua expressão local, quer diocesana, quer paroquial. Desta Igreja fazem parte todos os cristãos católicos batizados, leigos, sacerdotes, bispos e, no caso das paróquias mesmo aqueles que residem fora do território da paróquia. Tanto os fiéis que frequentam regularmente como os que não participam frequentemente no culto, embora conservem uma fé católica intensa e sincera. A Igreja é por definição a

comunidade de todos os que acreditam e procuram a Cristo.

Aqueles que querem e pedem para “caminhar juntos” são todos aqueles que estão de coração aberto aos ensinamentos e vivências de uma plena vida cristã. Os que sentem a necessidade interior de proclamar a sua fé junto de uma Igreja que os compreende e que os serve, que eles próprios compreendem e servem. São os que têm uma fé esclarecida e fundamentada na “palavra” e não veem a Igreja como “um “supermercado de sacramentos” da qual se lembram quando é necessário um “álbum de fotos” para colocar nas redes sociais ou dar sepultura a algum familiar. São aqueles que não veem a Igreja como “assistência social”, mas que usam a “assistência social” para divulgar e testemunhar a palavra de Deus.

Contudo, a imagem da Igreja, na sociedade de hoje, é a de uma instituição envelhecida, tradicionalista, muito focada nos ritos e pouco focada na mensagem. Uma instituição que vai na onda da população, mais interessada em celebrar a festa popular ou o santo padroeiro. Uma Igreja de muito “bater no peito”, de missas e comunhões, mas de pouca vivência e testemunho do evangelho.

À margem da Igreja ficam aqueles que dela se autoafastaram ou, por variados motivos e razões foram afastados. Todos aqueles que se desviaram dos caminhos de Deus ou que não participam na vida cristã e aqueles que a Igreja decide marginalizar, não com base no testemunho de Cristo, mas com base nas suas concepções imperfeitas acerca da natureza humana. Deixamo-los à margem por falta de iniciativa dos que se encontram ativos, e por falta de informação atualizada. Esta situação deve-se principalmente às circunstâncias que a sociedade atual impõe nos modos de vida das populações. Vivemos numa sociedade de consumo e sempre com muita pressa, que não nos dá tempo para olhar o próximo, para quem está ao nosso lado. Torna-se urgente incentivar a criação, entre irmãos, dos valores e vínculos fundamentais à fé e à vida cristã.

A sociedade à margem é enorme e cada vez mais à margem, porque a Igreja não consegue transmitir a Palavra de forma eficaz, e os seus Cristãos encontram-se demasiado acomodados e não se desinstalam dos seus templos para ir ao encontro do outro, nas suas casas, nos seus empregos, nos seus tempos livres. Deixamos à margem os que se afastam, quem chega de novo e quem não conhecemos, as razões são várias, sendo as principais o nosso comodismo e a falta de articulação entre os vários movimentos. Todos somos responsáveis pelas “periferias”. O comodismo, a falta de voluntariado, a ausência do verdadeiro espírito cristão são as

principais razões de não termos uma sociedade mais solidária e uma Igreja mais inclusiva. Existe muita falta de iniciativa, informação, formação, testemunho e vivência da fé.

Era necessário ouvir todos aqueles que por uma razão ou outra se afastaram da Igreja, ou da prática de vida eclesial, mas que continuam a ter fé. Ouvir os divorciados os recasados, os que se dizem agnósticos ou ateus; ouvir os jovens que, tocados pelos meios de comunicação social, têm uma visão deturpada da Igreja. Ela precisa: sair para ouvir, estar em contacto com as pessoas, e não continuar a ser alimentada por pessoas que vivem e se alimentam de protagonismo.

Infelizmente estamos a viver uma onda de muita “manutenção” ao nível das nossas paróquias, instituições e movimentos. Estamos muito centrados nos de dentro e pouco ou nada preocupados com os de fora e os que já abandonaram a Comunidade. É necessário fazer missão na comunidade, na família, no trabalho, ir ao encontro dos batizados que se afastaram.

Os grupos excluídos deverão ser a prioridade de ação da sinodalidade, sem descuidar o trabalho com aqueles que já caminham juntos. Deus, na Sua Palavra pede-nos para caminharmos juntos, sem exceção.

Os companheiros de viagem são a comunidade em geral, batizados e não batizados. Há um grande caminho a percorrer nas nossas comunidades no sentido de tornar a caminhada um objetivo comum de Partilha e Salvação para todos, na direta proporção do que acontece nas sociedades modernas no geral.

## **2. Ouvir**

As pessoas são acolhidas e escutadas principalmente nos lugares de culto, centros pastorais e paroquiais, gabinetes de apoio, confessionários, encontros de reflexão, formação ou retiros, palestras, reuniões, encontros de partilha de experiências. São também acolhidas em encontros personalizados, quando elas próprias pedem para ter uma conversa mais a nível individual sobre questões existenciais, espirituais ou de esclarecimento da fé e da vida cristã. As pessoas são acolhidas e escutadas pelos párocos, algumas vezes mal acolhidas, e por membros dos diversos grupos e movimentos. O acolhimento e a escuta, em algumas situações, deixa muito a desejar, havendo experiências bastante negativas e marcantes com alguns leigos. Não existe uma cultura de receber e acolher o outro, mas sim de atender.

A escuta é também feita nos diversos fóruns promovidos pela Igreja, como os sacramentos, as festividades, os órgãos de gestão e as diversas iniciativas de cariz civil. Nota-se a ausência de um grupo de acolhimento para aqueles que chegam de novo à comunidade, sendo que por vezes perdem-se oportunidades de contato muito importantes. Surgem caras novas que começam a frequentar regularmente a Igreja e não se faz um bom acolhimento.

Nem sempre os leigos conseguem manifestar a sua opinião. Os Conselhos Pastorais não reúnem com a periodicidade desejada. Os cristãos devem ser mais ativos e pró-ativos nas paróquias e diversas instâncias da Igreja, bem como na sociedade. Os Conselhos Pastorais devem promover a integração dos leigos na paróquia.

As maiores dificuldades sentidas são: a falta de espaços próprios para proceder ao acolhimento; a necessidade de reforçar os recursos humanos e físicos preparados para um acolhimento mais digno; a falta de disponibilidade, associada à falta de compromisso e à falta de vocação, das pessoas para promover o acolhimento e a escuta. Há também dificuldade em assegurar um diálogo sincero e sem receios, que tenha efeitos práticos. Se o diálogo é condicionado ou sistematicamente não produz efeitos, acaba por ser inútil, esmorecendo o interesse da comunidade. Por vezes também não existem pessoas disponíveis, com sabedoria e paciência para escutar e encaminhar os mais desorientados na vida pessoal, espiritual e social. As pessoas deverão ser acolhidas como família de Jesus. ‘Vejam como eles se amam’, diziam das primeiras comunidades. O amor continua a ser o fundamental no acolhimento.

A Igreja não pode estar contente com a meia dúzia de pessoas que pratica, precisa de sair urgentemente ao encontro das pessoas, porque são cada vez menos os que se reveem na Igreja.

### **3. Tomar a Palavra**

O diálogo na Paróquia, Ouidoria e Diocese existe, mas não o suficiente. Existe um certo “isolamento” traduzindo-se no individualismo, ego-centrismo e falta de tempo disponível. Sente-se que existe vontade, ou pelo menos, o desejo de escutar todos por parte das diversas instâncias e da Diocese, contudo, depois da escuta feita muito fica pelo caminho, deixando, em alguns casos, a impressão de que o diálogo foi só isto, deixando a perceção de que tudo já está decidido, escolhido e orientado.

Apesar da existência de diálogo não se controlam os resultados deste diálogo nem a sua eficiência. Ao querer-se muito, por vezes consegue-se pouco. Sugere-se que houvesse uma redução da quantidade de objetivos a atingir pelas paróquias, começando-se pelos mais prioritários e, à medida que fossem alcançados, ir-se-ia colocando novos objetivos numa dinâmica de continuidade e crescimento.

O diálogo com a Diocese está sempre dependente de uma estratificação organizativa que exige intermediários. Na Igreja, à semelhança de Cristo, o diálogo devia ser direto, evitando a sua diluição pelos órgãos e pelos seus agentes.

Sempre que as situações assim o exigem, é feito um trabalho em conjunto com paróquias, com Ouvidorias e com a Diocese. Na Diocese não se sente haver diálogo ou escuta, apenas informação divulgada.

O Diálogo entre grupos é reduzido. Os grupos não se conhecem entre si, não sabem o que os outros fazem, funcionam essencialmente para dentro e sem um trabalho coordenado com objetivos comuns.

A melhor maneira de promover o diálogo entre organismos, sem ambiguidades e oportunismos é fazer um caminho sinodal a nível de paróquia onde todos se sentem, se deem a conhecer e tracem objetivos, caminhando para um mesmo fim. A humildade de escutar deve corresponder à coragem de falar, como descrevem os documentos sinodais. Todos têm o direito de ser ouvidos, tal como todos têm o direito de falar. Não se trata de entrar em debate para convencer os outros. Trata-se, antes, de acolher o que os outros dizem como um modo através do qual o Espírito Santo pode falar para o bem de todos.

Os preconceitos que se associam a determinadas diretrizes da Igreja, fundadas no Evangelho, mas erradamente interpretadas pela sociedade em geral, transformam-se numa forma de julgamento ao próximo. Estes são o resultado do não ouvir com o coração e usar a “medida humana” para avaliar as intenções divinas que só têm como objetivo a nossa felicidade. A nossa Igreja comunitária, infelizmente, sofre muito deste mal em todos os quadrantes, e até nas hierarquias, à semelhança da Igreja universal. Assim, os que caem com frequência em erros que entram em conflito com alguns valores defendidos pela Igreja sentem-se, por vezes, alvo do preconceito dos outros. A voz destas minorias que, pouco a pouco se estão tornando nas novas maiorias das nossas comunidades, deverão ser mais ouvidas nas suas vivências e problemas, a fim de se lhes dar esperança e o conforto que a Palavra de Deus quer dar a todos, sem exceção.

#### **4. Celebrar**

A pandemia Covid-19 afetou a vida das pessoas a nível espiritual, social e económico. Lançou verdadeiros desafios logísticos, mas também deu a oportunidade de revitalização da Igreja num momento crítico para a história humana.

No pós-pandemia, a comunidade recomeçou as suas diversas celebrações e atividades com a participação ativa nas Eucaristias, demais Sacramentos e na oração. Contudo, em algumas das nossas igrejas, verifica-se atualmente, nas celebrações litúrgicas, um afastamento generalizado das suas comunidades paroquiais. O alimento espiritual que os sacramentos proporcionam aos fiéis não é verdadeiramente condicionado pela pandemia. Ela serviu de pretexto para agravar dinâmicas que já lhe eram anteriores. As pessoas foram-se acomodando ao confinamento e vão faltando às eucaristias, e outras celebrações.

A pandemia não pode ser desculpa para todos os males. Os casais jovens não participam nas celebrações ou por medo da pandemia ou por falta de prática religiosa. É importante encontrar estratégias que integrem os jovens na comunidade paroquial. Considera-se que a promoção de uma participação ativa e de qualidade deverá em primeiro lugar, privilegiar a promoção do estabelecimento de uma relação de proximidade com as pessoas. Em segundo lugar tornar as comunidades paroquiais locais onde as populações se identifiquem e que lhes dê conforto, comunidades dinâmicas ajustadas aos tempos atuais. É preciso dar segurança às pessoas para voltarem. Fazer celebrações dinâmicas, não muito longas. Há que promover a participação dos leigos na vida das comunidades e não fazer destes meros agentes passivos. Dinamizar a adoração ao Santíssimo Sacramento e uma maior preparação para os sacramentos, promover e realizar momentos de oração, ao nível de paróquia, zona e ouvidoria, recuperar a Religiosidade Popular.

A pandemia pôs a nu as fragilidades humanas, onde ninguém é poupado. A disciplina, a convivência social e a solidariedade evidenciaram a sua importância. O Homem parece não ter aprendido muito com a pandemia. O verdadeiro espírito e vida cristã ainda está longe do Caminho da Salvação.

#### **5. Corresponsáveis na missão**

A missão da Igreja é de todos e para todos, mas, nem todos se sentem motivados, entusiasmados e muito menos comprometidos. Existem

alguns cristãos ativos, mas poucos colaboram na missão pastoral nas suas várias vertentes. Há falta de militância, compromisso e envolvimento. Muitos pensam que ser um cristão ativo é apenas participar na eucaristia dominical e demais celebrações da comunidade. Habitualmente os leigos são mais ativos na paróquia do que na ouvidoria ou diocese.

O maior e mais importante apoio é o exemplo que se pode dar e os conselhos para uma maior eficiência, embora haja algum receio na crítica construtiva. Em todas as áreas da vida pessoal ou profissional, o testemunho cristão é importante.

Enraizados na profundidade evangélica, é nosso dever colaborar na proteção e renovação da criação de Deus: Cuidar da casa comum! A urgência da conversão ecológica está na ordem do dia e todos somos responsáveis por esta temática.

A responsabilidade social faz-se através de um acompanhamento continuado. Deverão criar-se equipas de fiéis ou membros da Igreja - especialistas em matérias que incorporam a sociedade atual, para a prestação de serviço social.

A Igreja deve assegurar uma formação permanente e de qualidade aos seus fiéis, liberta dos preconceitos do passado e assente num conhecimento aprofundado da palavra de Deus. Os valores cristãos devem ser fundamentados numa análise crítica e esclarecida da Teologia, da História da Igreja e, sobretudo, da Bíblia. Existe um grande défice de formação, formação de base e nas diversas áreas pastorais, e particularmente no que toca à Doutrina Social da Igreja.

Para aqueles que se disponibilizam, a Igreja, através dos seus movimentos, procura dar-lhes uma formação religiosa e formação específica nas diversas áreas onde irão atuar. Existe apoio cristão dado aos membros comprometidos nas diferentes áreas com ações formativas, o que falha é a comunicação e divulgação das referidas ações. Aos membros comprometidos no ensino catequético, existe formação pontual e encontros mensais, mas é necessário aprofundar.

## **6. Dialogar na Igreja e na sociedade**

Divergências, formas de ser e pensar diferentes sempre existiram e existirão, e é natural que existam e aconteçam: a Igreja vive e cresce também de tensões e com tensões. De um modo geral, as divergências são dirimidas com bom-senso, diálogo, aceitação das próprias diferenças e colmatam-se com base na inteligência emocional – entender as dificulda-

des e ajuizar o certo – seguindo sempre os fundamentos da fé cristã.

O conflito é saudável quando partilhado; a sua resolução é sinal de crescimento. Quando os envolvidos entram em diálogo aberto e estão prontos a perder as suas ideias para encontrar uma solução de consenso, estão a contribuir sempre para um bem maior. Nas Ouvidorias e na Diocese nota-se ainda demasiado centralismo.

É necessário, através da compreensão, do diálogo e da escuta, ir ao encontro do outro, discernir e passar á ação. É preciso um esforço especial para enfrentar as divergências de visão. O Espírito Santo é o protagonista e nós temos de escutar-nos uns aos outros a todos os níveis: nas divergências de visão, nas dificuldades e nos conflitos, nas crises de fé e urgências de renovação da vida pastoral. As divergências deverão ser resolvidas nos locais certos, com as pessoas devidas e sempre à luz do Evangelho; mais que o consenso deve imperar o “querer e a vontade de Deus”. Sempre que o exemplo de Cristo for colocado no centro da vida do cristão, essas divergências irão necessariamente desaparecer.

### **7. Com as outras confissões cristãs**

O diálogo inter-religioso ainda não é praticado. As relações ecuménicas não são tão amplas como deviam ser. Desde há alguns anos, com algumas Igrejas Cristãs, mantém-se a celebração da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. A Igreja Católica ainda está muito fechada em si própria, embora haja algumas manifestações e celebrações conjuntas, nomeadamente por ocasião da dita Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos.

Não são conhecidas verdadeiras práticas inter-religiosas, possivelmente devido à baixa representatividade de outras religiões na Região. Todavia, sobretudo as comunidades imigrantes, trazem consigo outras práticas religiosas. Do ponto de vista social e religioso, numa procura incessante pelo outro, existe um grande benefício na prática ecuménica. A valorização da diversidade e a descoberta dos pontos em comum trazem grandes benefícios à comunidade alargada dos homens em todas as suas dimensões.

O primeiro passo a ser dado deverá ser formar e informar sobre o que é o ecumenismo, pensar e conhecer as outras Igreja/religiões sem complexos ou medos, e deixarmos de pensar que a nossa Igreja é que está certa, que é a melhor, que nós é que somos os bons e os outros são “pagãos”. É preciso tomar a iniciativa para reunir, discutir e decidir com os organis-

mos próprios e responsáveis. Poderia ser feito um levantamento de outras religiões que existem na região de modo que todas as comunidades religiosas soubessem quem está próximo de si e, assim, se procurassem encontros ecumênicos.

Importa ouvir as pessoas afastadas da fé e da religiosidade, por vezes críticas em relação à Igreja. Não é fácil porque talvez não estejam interessadas em participar no processo sinodal. Somos convidados a ser uma Igreja em saída às periferias, a ser uma Igreja de estilo diferente.

### **8. Autoridade e participação**

A autoridade é importante na gestão do serviço, embora haja situações de autoritarismo que afastam os leigos da prática religiosa. O exercício da autoridade depende do perfil e da capacidade de liderança de cada um. Uns mais austeros, outros mais democráticos, uns mais competentes, outros menos, uns mais ambiciosos, outros menos. Também depende da comunidade que tem de cuidar e acompanhar. As comunidades têm as suas particularidades. É preciso inculturar-se na própria comunidade e, a partir daí, fazer o um trabalho pastoral evangelizador, caritativo e litúrgico.

O princípio simplifica tudo – olhar para Jesus Cristo e subestimar a arrogância. Infelizmente a autoridade tem servido para muitos, padres e leigos, para “subirem na vida”, adquirirem estatutos e tirar proveitos e dividendos. Há situações em que o serviço da autoridade é exercido como o “quero, posso e mando”, com agressividade e arrogância, muitas vezes roçando a falta de educação.

Há muita soberba e vaidade, muita ostentação e muito pouca humildade, quer da parte dos padres quer dos leigos. A Diocese através das ouvidorias deveria ser mais agregadora das paróquias de modo a sentir o pulsar das necessidades e realidades.

A maior dificuldade à prática da sinodalidade na nossa Igreja dos Açores será o facto de serem nove ilhas dispersas e cada uma com as suas próprias características. Também a atual sociedade que não sente necessidade da prática cristã e vive à margem das questões sinodais; basta observarmos que as pessoas de prática cristã e inseridas nos movimentos e serviços da Igreja são maioritariamente idosas e são cada vez menos. Outra dificuldade é o trabalho e suas exigências, bem como o desinteresse da Igreja pela própria Igreja. Cada um deve expor-se ao diálogo e ao serviço sem preconceitos nem juízos.

Outra dificuldade na prática da sinodalidade da Igreja é a ideia e o conceito que ainda muito prevalece: uma Igreja piramidal, extremamente hierarquizada, onde, na maior parte dos casos, os leigos só fazem parte do consultivo. Há muito clericalismo e pouca comunhão ao contrário do que preconizou o Concílio Vaticano II.

### **9. Decidir e discernir**

Quem pensa e decide são os principais responsáveis pelos serviços Diocesanos, das Ouvidorias e Paróquias. Os Conselhos Eclesiais, Conselhos Pastorais Paroquiais e Diocesanos, os Conselhos Económicos, entre outros.

O que se verifica é que em muitas paróquias há falta de dinamismo nos conselhos paroquiais. Deverá ser dado mais protagonismo aos leigos nas paróquias e demais estruturas da Igreja, mas para isso o papel dos sacerdotes é fundamental.

Ouvir a espontaneidade de opinião – sempre com o despreendimento necessário, para depois com a resiliência devida, atuar.

Infelizmente, na Igreja, os leigos partitamente só participam em órgãos consultivos, cabendo as decisões e a palavra final aos eclesiásticos. Passar mais do consultivo ao deliberativo implica uma maior observação e auscultação dos problemas existentes, seguida de resoluções competentes e adequadas, que nem sempre coincidirão com a opinião maioritária. É importante assegurar uma formação aprofundada e esclarecida à semelhança daquilo que fazem as mais reconhecidas ordens e prelaturas católicas. Passar os nossos conselhos de consultivos a deliberativos implica reduzir a influência do clero onde os padres “resolvem e decidem tudo”.

### **10. Formar-se na sinodalidade**

O essencial e importante para a formação de cristãos esclarecidos e adultos na fé, assenta no ensino, formação e divulgação da Palavra de Deus. Consiste em recrutar os que estão no comodismo da fé, a fim de melhor a compreender, interpretar e testemunhar; o que deverá ser feito através de contatos diretos e também ouvindo o testemunho de outros cristãos, mais esclarecidos e ativos.

Mostrar que a Igreja tem espaço para todos e está disponível para escutar diferentes opiniões, visões e ideias. Incentivar os responsáveis para a escuta e diálogo sensibilizando-os para a cultura e contexto em que vivemos.

Infelizmente confunde-se muito formação com conferências, colóquios e seminários que, na prática são para uma minoria de cristãos, e sempre os mesmos. Para o comum do nosso povo, simples e não muito letrado praticamente não há nada e o que há, não os cativa nem os entusiasma. As formações terão de ser dinâmicas, entusiasmantes, práticas e acessíveis a todos.

Escolas bíblicas para todos os adultos que enfermem de uma catequese desadequada que foi ministrada no século passado. Na formação deve-se incidir nas orientações do Papa seguindo as suas Encíclicas e Catequeses, recorrendo ao conhecimento dos peritos nas questões mais prementes dos nossos dias. A oferta de uma catequese de adultos, a nível de paróquia ou zona, anualmente, seria excelente para a formação da comunidade.

Temos que ser missionários junto das nossas comunidades, que estão altamente materializadas desprezando o espiritual. Muitos dos que foram batizados, fizeram a catequese, receberam a Eucaristia e o Crisma e depois dispensaram-se no que diz respeito à sua participação em Igreja. Temos muitos cristãos batizados vivendo como cristãos de festas e funerais que não conseguem sequer acompanhar os rituais.

O grande desafio que é lançado aos sacerdotes é que partilhem a sua experiência e saber às suas comunidades que não se pode confinar às homilias dominicais. A formação é o fator essencial dos valores cristãos. É necessário começar por formar e atualizar o próprio clero com vista à uniformização e atualização de conhecimentos, de interpretação e de divulgação da Palavra de Deus. É importante referir que, para uma boa formação carecemos de bons formadores: embora com muita boa vontade, existe muito amadorismo.

### **III – VISÃO DA IGREJA ATUAL E PROPOSTAS DE MUDANÇA**

1. Continuar, a partir das bases, a esclarecer e a desenvolver o processo sinodal.
2. Acompanhar o pós-sínodo 2023 sabendo das orientações gerais e das conclusões.
3. Haver um esquema de inspiração sinodal na Diocese que a ative em todas as direções com experiências e práticas atuais.
4. Ligar a caminhada futura com o Ano Santo 2025, no tema: “Peregrinos da Esperança”.

5. Na linha da celebração futura dos 500 anos da Diocese ver qual o texto e contexto da realização de um Sínodo Diocesano frutuoso e atual.

6. Maior participação e celeridade na nomeação de um Bispo, sobretudo numa diocese que durante largos meses se vê carente dele.

7. Esclarecimento sobre questões morais, como por exemplo, a atualidade da «*Humanae Vitae*» e algumas ambiguidades que a «*Amoris Laetitia*» deixa em aberto, relativamente à comunhão sacramental de pessoas em «situações irregulares».

8. Esclarecimento sobre questões sacramentais, como por exemplo, a absolvição coletiva como forma alternativa e livre na prática no sacramento da reconciliação.

9. Possibilidade da dispensa de padrinhos nos sacramentos de batismo e confirmação ou revisão das condições para o ser.

10. Sobre a inclusão na fé e prática da Igreja ver a situação de casais do mesmo sexo que vivem em união de facto e pessoas que mudam de sexo, bem como outras formas de exclusão por razões éticas.

11. Valorizar o ministério da caridade, tal como já se faz com os ministérios instituídos da Palavra e da Liturgia.

12. Cuidar da vida espiritual e da conversão ao evangelho como atitude essencial, antes de questões funcionais ou de organização, levando a não exigir a mudança ao outro sem perguntar, «que devo eu mudar?».

13. Maior disponibilidade dos párocos para a escuta, acolhimento e acompanhamento.

14. Rever a eficácia de uma catequese para sacramentos sem que se faça e aconteça uma iniciação cristã efetiva.

15. Atenção à vida fraterna, amizade e proximidade dentro dos grupos e comunidades.

16. Autoridade partilhada, sobretudo a partir dos conselhos pastorais e económicos, bem como dos centros sociais paroquiais, não ficando o peso administrativo sobre o pároco.

17. Valorizar a escuta dos fiéis que muitas vezes não é considerada, nem valorizada, ficando os participantes cansados de fazer diagnósticos e não verem a aplicação das propostas.

18. O lugar do Seminário na Diocese: vocações, formação espiritual e académica – sua relação com a Universidade Católica Portuguesa.

19. Elaboração de planos pastorais a partir dos «gritos» e das necessidades das pessoas, com menos objetivos a atingir, focando-se em algum ou alguns mais prioritários.

20. Acompanhar e aproveitar a dinâmica das Jornadas Mundiais da Juventude para a evangelização com os jovens.

Angra do Heroísmo, 29 de junho de 2022

A Comissão Diocesana Coordenadora da Caminhada Sinodal

## CAMINHADA SINODAL. O QUE SIGNIFICA?

A palavra «**sínodo**» ou «**sinodal**» significa **caminhar em conjunto**. Por isso, com a caminhada sinodal pretende-se desafiar cada comunidade cristã a que desperte todos os baptizados para a sua participação activa na Eucaristia e a partir dela na missão evangelizadora da Igreja.

**Sinodalidade** designa o estilo peculiar que qualifica a vida e a missão da Igreja como Povo de Deus. Trata-se de um estilo de viver corresponsavelmente, manifestando o carácter peregrino e histórico da Igreja.

**Sinodalidade** designa as estruturas e processos eclesiais nos quais a natureza da Igreja se expressa, como por exemplo os conselhos e assembleias paroquiais.

**Sinodalidade** designa a realização pontual dos acontecimentos sinodais que envolvem todo o Povo de Deus, para discernir o caminho e tomar decisões concernentes à missão evangelizadora.

É uma ocasião propícia para assumir a missão como um propósito e a sinodalidade como um método. Estamos chamados a uma **conversão sinodal**.

É tempo para, à luz do Evangelho e sob a inspiração do Espírito Santo, **caminhar na renovação da Igreja**, integrando a opinião de todos os baptizados e deixando-se interpelar pelos Sinais dos Tempos.

É tempo para a **criatividade**, despertando iniciativas inovadoras, à luz do Evangelho.

### O que se pretende com a caminhada?

Pretende-se **ser fiel ao Concílio Vaticano II** que apresenta a **Igreja como Povo de Deus**, cujos membros têm igual dignidade pelo Baptismo, e são corresponsáveis pela missão evangelizadora da Igreja.

Tem como **objectivo a renovação de cada uma das comunidades cristãs**, paróquias, serviços, carismas, movimentos, organismos de apostolado e conselhos pastorais, através de iniciativas que despertem todos os que vivem no território da paróquia para a sua participação na comunidade e oferecer uma formação que capacite para a missão evangelizadora.

Proporcionar a **renovação da diocese** para que seja uma autêntica comunidade em que cada um dos batizados se reconheça a viver a comunhão e a participar na missão evangelizadora da Igreja. Para isso, é necessária a reflexão de todos.

Urge escutar o **apelo à Nova Evangelização** com novo ardor, novos métodos e novas linguagens.

**Esta missão evangelizadora** realiza-se na edificação da comunidade cristã através da catequese, da celebração litúrgica e da partilha fraterna e também na presença no meio do mundo, oferecendo, em diálogo sereno e convicto, o testemunho do Evangelho.

Em cada paróquia, **deve-se proporcionar os meios** para ir ao encontro de todos os batizados e oferecer-lhe a formação necessária para a sua integração na comunidade cristã.

**Oferecer espaços de escuta e de diálogo** com os que estão fora da Igreja mas interessados na sua renovação.

### **Qual o itinerário da caminhada?**

**Ano de 2019/2020** – Convidou-se os grupos, movimentos, instituições eclesiais e pessoas de fora da Igreja a auscultarem os Sinais dos Tempos.

**Outubro 2020** – Assembleia diocesana que se pronunciou sobre os temas a reflectir para renovar as comunidades cristãs e responder aos Sinais dos Tempos.

**Na cultura contemporânea** a que pertence, a Igreja deve ser evangelizadora, missionária e em permanente diálogo com o mundo;

**Diante da análise social e económica**, a Igreja deve ser missionária, em permanente diálogo com o mundo, integradora, que escuta o grito dos que sofrem.

**Na sua identidade espiritual e religiosa**, a Igreja deve ser evangelizadora, missionária, comunitária e participativa.

**Ano de 2020/2021** – Reflexão nos grupos, movimentos, instituições eclesiais, organismos pastorais e conselhos pastorais e pesso-

---

as de fora da Igreja dos seguintes temas:

- Igreja evangelizadora
- Igreja em diálogo com o mundo
- Igreja comunitária que promove carismas e ministérios.

**Ano de 2021/2022** - Reflexão nos grupos, movimentos, instituições eclesiais, e pessoas de fora da Igreja dos seguintes temas:

- Igreja missionária
- Igreja pobre com os pobres

**Ano 2022** – Assembleia diocesana que analisará as propostas e pronunciar-se-á sobre o futuro.

(Do desdobrável distribuído por toda a Diocese que inclui a oração)



## INDICE

Introdução à presente edição .....	3
<b>ANO 2019/2020 .....</b>	<b>5</b>
Oração pela Caminhada Sinodal.....	6
Hino da Caminhada Sinodal .....	7
Extrato do documento preparatório da 44ª Sessão do Conselho Presbiteral.....	9
Extrato da Ata da 44ª. Sessão do Conselho Presbiteral de Angra .....	15
Comunicado final da 44ª Sessão Plenária do Conselho Presbiteral .....	18
Vigiararia Episcopal Para A Formação (2019) .....	20
Nomeação da Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal .....	21
Programa Pastoral do Ano 2019 – 2020 «A Beleza De Caminharmos Juntos Em Cristo» .....	22
Nota Pastoral sobre o 1º ano da Igreja diocesana em Caminhada Sinodal .....	23
<b>TEMAS DE ESTUDO PARA OS PRESBÍTEROS .....</b>	<b>34</b>
Os Sinais dos Tempos na Constituição Pastoral Gaudium Et Spes .....	34
Para uma Teologia da Sinodalidade .....	39
A Beleza De Caminharmos Juntos .....	45
<b>TEMAS DE ESTUDO PARA TODO O POVO DE DEUS .....</b>	<b>51</b>
Cultura Contemporânea .....	51
Situação Social E Económica Dos Açores .....	53
Análise À Realidade Da Nossa Igreja .....	67
Comunicado às Paróquias, Ouvidorias, Serviços, Movimentos e Meios de Comunicação Social .....	69
Para uma Teologia Prática da Sinodalidade .....	71
Às Paróquias, Ouvidorias, Serviços E Movimentos.....	73
<b>SÍNTESE DOS TEMAS DE ESTUDO.....</b>	<b>74</b>
Cultura Contemporânea .....	74
Análise Social E Económica .....	81
Identidade Religiosa E Eclesial .....	83
<b>DOCUMENTO BASE - INSTRUMENTO DE TRABALHO .....</b>	<b>91</b>
Caminhada sinodal para uma igreja diocesana .....	91
Uma igreja evangelizadora .....	92
Uma igreja missionária .....	96
Uma igreja em permanente diálogo com o mundo .....	98
Uma Igreja Comunitária E Participativa .....	101

Uma Igreja Integradora, Com Os Pobres E Para Os Pobres .....	106
<b>ANO 2020/2021</b> .....	109
Nomeada A Comissão Coordenadora .....	110
Assembleia Diocesana (2020).....	110
Ata da Assembleia Diocesana (2020).....	115
Comunicado Final Da Assembleia Diocesana .....	126
Mensagem Ao Povo De Deus .....	128
Programa Pastoral 2020 – 2021 .....	130
Nota Pastoral Sobre O 2º Ano Da Caminhada Sinodal.....	131
Introdução Ao 2º Ano Da Caminhada Sinodal .....	143
Nomeada A Comissão Coordenadora .....	145
Aos Grupos, Serviços, Comunidades E Movimentos Eclesiais .....	145
Ponto Da Situação Do 2º Ano Da Caminhada Sinodal .....	146
XVI Assembleia Geral Ordinária Do Sínodo Dos Bispos.....	147
Caminhada Sinodal Diocesana E Universal .....	148
Convite Para A Abertura Do Ano Pastoral .....	149
Nota Da Comissão Coordenadora Da Caminhada Sinodal .....	149
Programa Pastoral Para O 3º Ano Da Caminhada Sinodal.....	151
Nota Pastoral Sobre O 3º Ano Da Caminhada Sinodal.....	153
<b>ANO 2021/2022</b> .....	165
Temas De Trabalho Para O 3º. Ano Da Caminhada Sinodal .....	166
Respostas Às Questões Dos Temas Do Terceiro Ano .....	166
Às Paróquias, Ouvidorias, Serviços Diocesanos, Movimentos Laicais, Co- munidades De Vida Consagrada E Novas Comunidades Eclesiais .....	178
Oração Pelo Sínodo Dos Bispos De 2023 .....	180
Dez Núcleos Temáticos A Aprofundar Para Uma Igreja Sinodal .....	180
Auscultação Da Dimensão Diocesana Do Sínodo De Roma 2023 .....	183
Descrição Do Processo De Recolha De Informação .....	183
Apresentação Dos Resultados .....	184
Visão Da Igreja Atual E Propostas De Mudança .....	194
Plano de Conjunto em desdobrável .....	197
<b>ÍNDICE</b> .....	201

composição e brochura  
**UNIÃO GRÁFICA ANGRENSE**  
Tiragem: 200 exemplares  
Angra do Heroísmo – Setembro 2022